

Lúcio Menezes Ferreira

Território Primitivo:

A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida pelo autor e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/09/2007

BANCA:

Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari (orientador, DH-Unicamp)

Profa. Dr. José Alberione dos Reis (Universidade de Caxias do Sul)

Profa. Dra. Fabíola Andréa Silva (MAE-USP)

Prof. Dr. Glaydson José da Silva (NEE-Unicamp)

Prof. Dr. Gilson Rambelli (NEE-Unicamp)

Profa. Dra. Sandra Pelegrini (suplente - UEM)

Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira (suplente - Museu do Sambaqui de Joinville)

Profa. Dra. Nanci Vieira de Oliveira (suplente - UERJ)

Setembro de 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

F413t **Ferreira, Lúcio Menezes**
Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no
Brasil (1870-1917) / Lúcio Menezes Ferreira - Campinas, SP :
[s. n.], 2007.

Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Museu Botânico do Amazonas. 2. Museu Paraense Emílio
Goeldi. 3. Museu Paulista. 4. Arqueologia. 5. Brasil – História. I.
Funari, Pedro Paulo Abreu. I. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
mf/ifch

Título em inglês: Primitive territory: the institutional history of brazilian
archaeology

Palavras chaves em inglês (keywords) : Archaeology
Brazil - History

Área de Concentração: História Cultural

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora: Fabíola Andréa Silva, José Alberione dos Reis, Glaydson
José da Silva, Gilson Rambelli

Data da defesa: 13-09-2007

Programa de Pós-Graduação: História

RESUMO

Esta tese analisa o processo de institucionalização da Arqueologia no Brasil entre os anos 1870 e 1917. A trajetória institucional da Arqueologia é descrita a partir das pesquisas empreendidas no Museu Botânico do Amazonas, no Museu Paraense e no Museu Paulista. Os resultados da tese atestam que a paisagem institucional da Arqueologia brasileira foi configurada por três forças históricas: os processos de mundialização da ciência, o nacionalismo e o colonialismo.

Palavras-Chave: Arqueologia brasileira, mundialização da ciência, nacionalismo e colonialismo.

ABSTRACT

The dissertation studies the institutional history of archaeology in Brazil, from 1870 to 1917. This is carried out through the study of research activities at the Amazonian Botanic Museum, Paraense Museum and Paulista Museum. It is possible to conclude that there were three main influences in this process: scholarly globalization, nationalism and colonialism.

Key-words: Brazilian Archaeology, scholarly globalization, nationalism and colonialism.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que me concedeu, entre 2000 e 2006, duas bolsas de estudo. E aos colegas e funcionários do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Unicamp. Sem o apoio da FAPESP e do NEE, para mim seria impossível, e mesmo impensável, prosseguir com minha carreira acadêmica. Eles me deram os suportes materiais e estruturais necessários para viver exclusivamente estudando, pesquisando, escrevendo e ministrando cursos esporádicos.

Agradeço também a meu orientador, Dr. Pedro Paulo Abreu Funari. Ele incentivou minhas pesquisas desde 1999, antes mesmo que eu estivesse formalmente ligado à pós-graduação da Unicamp. Ao longo destes anos, ele sempre partilhou comigo suas experiências e mostrou-me caminhos para minhas pesquisas. Agradecer-lhe por ter cumprido rigorosamente as tarefas de um orientador responsável, contudo, seria burocrático e protocolar. Meus agradecimentos destinam-se a um bem mais precioso: à liberdade intelectual que ele proporcionou-me ao longo da orientação, nunca podendo minhas escolhas e, sobretudo, assumindo comigo os inevitáveis riscos e conflitos que toda escolha comporta.

Às Doutoradas Célia Marinho de Azevedo, Margareth Rago e Margaret Lopes também não destino agradecimentos protocolares. Elas participaram de minhas bancas de qualificação, no mestrado e no doutorado, e na banca de mestrado. Frequentei os cursos que elas ministraram na Unicamp. O leitor que conhecer as obras destas pesquisadoras certamente as vislumbrará nesta tese, ainda que porventura elas não apareçam nas notas de rodapé e referências bibliográficas. Em parte, escrevi esta tese pensando em como elas a

leriam. Não invoco, com esta imagem, uma presença espectral ou psicanalítica – elas não são meu alter-ego. Apenas reconheço a influência que elas, com suas pesquisas e críticas aos meus trabalhos, exerceram e exercem sobre mim.

Agradeço carinhosamente aos funcionários das bibliotecas e arquivos que freqüentei. Seria exaustivo mencionar os nomes de todos aqueles que me atenderam atenciosamente. Dentre eles, gostaria de registrar, para simbolizar a paciência e dedicação de nossos funcionários públicos, o nome de Fátima Teles, Chefe da Biblioteca do Museu Goeldi. Certamente é uma injustiça omitir outros nomes. Mas é que Fátima Teles extrapolou suas funções no Museu Goeldi; não apenas buscou livros raros e pranchas fotográficas, mas revelou-se, com sua gentileza e generosidade, uma verdadeira amiga. Ainda no Museu Goeldi, também me recebeu gentilmente o Dr. Nelson Sanjad, Diretor de Comunicação e historiador da instituição. Nelson Sanjad poupou-me muitos esforços, mostrando-me o caminho das pedras para os arquivos do Museu Goeldi.

Meus agradecimentos não burocráticos vão também para os membros da banca: Glaydson José da Silva, Fabíola Andréa Silva, José Alberione dos Reis, Gilson Rambelli e Sandra Pelegrini. Assim como meus agradecimentos, a participação deles na banca não foi meramente burocrática e ritual. Todos eles se esmeraram na crítica ao meu trabalho, indicando-me várias perspectivas futuras para minhas pesquisas.

Por fim, agradeço aos colegas e amigos. Desnecessário dizer que os agradecimentos, para eles, também não são protocolares. Alguns deles acompanham-me desde o mestrado, ouvindo-me as dúvidas e as inquietações. São eles: Marili Bassini, Renilson Rosa Ribeiro, Mairon Escorsi Valério e Andrés Zarankin. Agradeço ainda a Javier Nastri, Alejandro Haber, Cristóbal Gnecco e Margarita Díaz-Andreu, colegas estrangeiros com os quais intercambiei textos e idéias ao longo destes anos.

Um de meus amigos foi cultivado na distância, eu em Campinas, ele em Porto Alegre. As fronteiras, contudo, serviram apenas para reforçar nossa amizade. José Alberione dos Reis, que é também membro da banca, é um amigo a quem gostaria de ter sempre por perto – para esbanjar a alma, falar de Henry Miller e tomar chimarrão. Nossa amizade transmitiu-se até mesmo “hereditariamente”. Seu filho, Elohim Fonseca dos Reis, recentemente tornou-se tão meu amigo quanto o pai. Elohim, jovem estudante de Física da Unicamp, acompanhou os últimos momentos desta tese, quando eu redigia a conclusão e a introdução. Depois de dedicarmos o dia inteiro e parte da noite aos estudos, celebrávamos a amizade e o trabalho com vários brindes a Charles Bukowski.

Outros amigos também me acompanharam de perto, para logo depois seguirem a experiência da diáspora acadêmica. Fábio Adriano Hering e Maria Amália, que agora vivem em Minas Gerais, trabalhando, respectivamente, na UFOP e na UFMG, me fazem muita falta. Com eles por perto, a vida me era melhor; com eles longe, fiquei mais velho, pois aumentaram minhas angústias e queixas. Oxalá eu rejuvenesça logo, tendo-os novamente ao meu lado. Minha sorte é que tenho amigos que se avizinham mais. André e Silvana me socorrem sempre que preciso. Chegam como se fosse para uma festa. A eles, eu confiaria tranqüilamente meus filhos. Ao Francisco Noelli eu também confiaria meus filhos. Ele é meu parceiro de trabalho e de vida. É meu amigo para os crepúsculos tristes, e principalmente para as auroras alegres. Nossa amizade dispensa ritos, diplomas e solenidades.

A amizade não quer gratidão. Se o Francisco Noelli e as outras pessoas aqui mencionadas aparecem nestes agradecimentos é simplesmente porque não sei imortalizá-los num soneto. Mas meus melhores poemas, como tudo o mais, iriam para a Edivânia, o Diniz e o Iago. Não sendo poeta, a eles dedico esta tese.

“O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores – uma invasão – em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma ficção geográfica”
(Euclides da Cunha. **Os Sertões**, 1902).

“A Humanidade desbordará dos velhos continentes. Todas as devassas do sertão eram o instinto da espécie dilatando as fronteiras universais necessárias à expansão da vida. Era chegada a vez das últimas reservas virgens da América”
(Menotti Del Picchia. **A República 3.000**, 1930).

SUMÁRIO

1. Introdução	1
1.1 <i>Mundialização da Ciência</i>	4
1.2 <i>Arqueologia, Nacionalismo e Colonialismo</i>	10
1.3 <i>Por uma Cartografia da Arqueologia Brasileira</i>	24
2. Amazônia Asiática:	
João Barbosa Rodrigues e o Museu Botânico do Amazonas	31
2.1 <i>Cartografia Etnográfica</i>	33
2.2 <i>Duas Imigrações</i>	41
2.3 <i>Um Debate Sul-Americano</i>	63
2.4 <i>Nacionalismo, Higiene e Pacificação</i>	66
3. Guiana Brasileira:	
Emílio Goeldi, o Museu Paraense e a Arqueologia Amazônica	103
3.1 <i>Textos de Batismo</i>	104
3.2 <i>Transcultações</i>	108
3.3 <i>Lei Psicológica</i>	121
3.4 <i>Germens da “Raça” e das Fronteiras</i>	126
3.5 <i>Ordenar o Caos</i>	140
3.6 <i>O Plano Metódico</i>	150
3.7 <i>Arquivos de Barro</i>	160
4. Diáspora Sul-Americana:	
Hermann von Ihering e a Arqueologia no Museu Paulista	187
4.1 <i>Ideais em Funcionamento</i>	188
4.2 <i>Artefatos em Movimento</i>	191
4.3 <i>Círculos Ondulatórios</i>	201
4.4 <i>Proximidade e Distância</i>	207
4.5 <i>Herança Primordial</i>	222
4.6 <i>“Pertencerá a Terra ainda aos seus Primitivos Donos?”</i>	
<i>Guerra Justa e Governo Científico</i>	237
5. Conclusão: “Selvagens Independentes”	273
6. Acervos Consultados	287
7. Fontes (Literatura dos Séculos XIX e Início do XX)	287
8. Bibliografia	302

Lista de Figuras

Figura 2.1: <i>Iukaçauas</i>	99
Figura 2.2: <i>Kanguera-çaua</i>	100
Figura 2.3: <i>Dauitibás</i>	101
Figura 2.4: <i>Mapa da Expedição da Pacificação dos Crichinás</i>	102
Figura 3.1: <i>Mapa da Expedição Arqueológica de Lima Guedes</i>	176
Figura 3.2: <i>Representação Gráfica das Cavernas Artificiais</i>	177
Figura 3.3: <i>Representação Gráfica das Cavernas Artificiais</i>	178
Figura 3.4: <i>Cerâmica Cunani</i>	179
Figura 3.5: <i>Cerâmica Cunani</i>	180
Figura 3.6: <i>Vasos Quadrangulares</i>	181
Figura 3.7: <i>Cerâmica Maracá</i>	182
Figura 3.8: <i>Cerâmica Maracá</i>	183
Figura 3.9: <i>Cerâmica Maracá</i>	184
Figura 3.10: <i>Cerâmica Maracá</i>	185
Figura 3.11: <i>Cerâmica Maracá</i>	186
Figura 4.1: <i>Coleção Karl von Koseritz</i>	268
Figura 4.2: <i>Coleção Karl von Koseritz</i>	269
Figura 4.3: <i>Coleção Irmãos Barbedo</i>	270
Figura 4.4: <i>Coleção Amargosa (BA)</i>	271
Figura 4.5: <i>Arqueologia Experimental no Alto da Serra (SP)</i>	272

1. Introdução

“Na materialidade todos os documentos se comunicam”
(Walter Benjamin. **Rua de Mão Única**, 1987a, 32)

“Quanto mais os arqueólogos fazem descobertas, mais descobrem impérios”
(Deleuze e Guattari. **Mille Plateaux**, 1980, 445)

Esta tese dá continuidade às minhas pesquisas iniciadas no mestrado. Desde que as iniciei, por volta de 1999, associei-as à linha de pesquisa aberta pelos trabalhos de meu orientador, Pedro Paulo Abreu Funari¹. Os estudos de Funari fazem uma História Social e Cultural da Arqueologia brasileira. Mostram como, no Brasil, a Arqueologia, por meio da cultura material e da oficialização do patrimônio, legitimou estruturas de exclusão social, favorecendo um *ethos* aristocrático e elitista (Funari: 1989; 1991; 1994; 1995; 1999a; 2001; 2003). Seguindo essa linha, em meu mestrado estudei a institucionalização da Arqueologia no Brasil Imperial (Ferreira: 2002). Tendo como *locus* privilegiado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Museu Nacional, meu objetivo era o de analisar as imbricações entre a Arqueologia e a constituição de uma identidade nacional; examinar como a Arqueologia articulou-se ao projeto político centralizador da Monarquia. Numa palavra, procurei entender como a Arqueologia sedimentou as camadas em que se assentou o Estado Nacional.

¹ - Obviamente existem, conquanto poucas, outras histórias da Arqueologia brasileira. Quase sempre escritas por arqueólogos, estas histórias colhem nos textos do passado orientações para o curso das pesquisas arqueológicas do presente. Garimpam dados e informações que possam servir de guia aos problemas arqueológicos da atualidade. Ao trabalho de José J. J. P. Brochado (1969), primeiro neste gênero de investigação, seguiram-se os de Souza (1991), Cali (2002) e Silva (2005). Há, ainda, trabalhos que escrevem a História da Arqueologia brasileira em proveito próprio, em um discurso que incensa e jubila a si mesmo. É o caso de Meggers (1985), cujo texto historiográfico dedica-se a congratular o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, organizado por ela e Clifford Evans, em 1964, como marco da Arqueologia científica no país. Ao longo desta tese, farei menções críticas aos outros trabalhos em História da Arqueologia brasileira.

Durante a pesquisa, descobri que a Arqueologia era tanto uma ciência do tempo quanto do espaço². Explico-me melhor: a Arqueologia, ao tentar fabricar uma identidade nacional, buscou um tempo ontológico e profundo, um passado indígena majestático que fundasse retrospectivamente, na Pré-história, uma gloriosa representação histórico-coletiva para o presente monárquico³. Essa busca por um antepassado nativo “nobre” é o que eu chamo de *Arqueologia nobiliárquica*.

Poder-se-ia mesmo aclará-la com um trocadilho: “um país de dimensões continentais pede um passado monumental”. Há, aqui, uma metonímia arqueológica: o monumento como contigüidade material de continente. Foi exatamente esta pretensão por um país continental que levou a Arqueologia a focar-se ativamente no espaço, na Geografia⁴. Vale dizer-se que ela era uma *ciência geográfica*. Daí o seu caráter nômade. As pesquisas arqueológicas exerciam-se em meio aos intercursos das viagens científicas, como registro maciço e abrangente do espaço geográfico e das populações indígenas. E mesmo quando o deslocamento pela Geografia não era possível, havia as coleções do Museu Nacional, manancial de fontes que açulava a imaginação para representar etnogêneses e cartografias etnográficas.

² - Neste sentido, a institucionalização da Arqueologia brasileira é diversa do que Laurent Olivier identificou na Arqueologia francesa do século XIX e início do XX: enquanto a Arqueologia era a ciência do tempo remoto, associada à formulação de uma identidade nacional, a Antropologia era a ciência do espaço, da descrição de uma população numa dada Geografia (Olivier: 2003).

³ - O passado arqueológico indígena, durante o Império, não foi ignorado e desprezado, como já se afirmou em textos historiográficos sobre a Arqueologia brasileira (Barreto: 1999; 1999/2000). Não apenas se buscava uma arquitetura monumental, semelhante àquela da América Central, México e Peru, mas também vestígios de civilização nas línguas, nos símbolos de Direito e na cultura material indígena.

⁴ - A manutenção e a ampliação da unidade geopolítica do país era uma questão vital para a política centralizadora do Império. Para o Governo Monárquico a unidade do território era fundamental diante não só do contexto político sul-americano, já que a “flor exótica da América” vivia cercada por todos os lados por países republicanos, como também pela situação interna conturbada por rebeliões regionais que duraram até 1850. A este respeito, Cf. Júnior (1988) e Mattos (1990). Para uma História da formação das fronteiras e da política externa do Segundo Reinado, Cf. Soares (1972), Fragoso e Silva (1990) e Magnoli (1997).

A Arqueologia, como ciência geográfica, equacionava-se a uma *geoestratégia*. Servia a uma estratégia de anexação de territórios. Em primeiro lugar, porque os artefatos arqueológicos eram passíveis de serem *marcadores do espaço*, delimitadores de fronteiras geopolíticas, instrumentos para moldar as raiais do território nacional em construção. Em segundo lugar, porque, solidificando estereótipos sobre os indígenas como grupos sociais fossilizados, degenerados ou primitivos, desencadeou representações colonialistas e legitimou projetos de colonização. A Arqueologia, em suma, foi uma ferramenta colonizadora.

Para fixar a questão numa imagem: a Arqueologia descrevia um *território primitivo*. Justapunha dois tipos de cena, superpunha dois quadros antagônicos, ambos com suas possibilidades de exploração e descoberta. Podia-se devassar e quiçá revelar um passado indígena entranhado em jazidas arqueológicas, arquivos da terra cujas ruínas apontassem para uma civilização. Um território primitivo que evidenciaria um passado nativo civilizado, mas agora recoberto por pátinas tropicais. Um território primitivo capaz de projetar, por entre suas sombras úmidas e espessas matas milenares, luzes para os anseios nacionalistas das elites do Brasil Imperial. Mas este território é ainda mais primitivo exatamente porque nele perambulam populações ainda “primitivas”. Se o passado arqueológico, aquilo que hipoteticamente já morreu e não mais existe, pode acender alegrias nacionalistas, o presente antropológico seguramente carbura angústias políticas.

Angústias ditadas por problemas concretos: como se estabelecerá, no sentido liberal do termo, um pacto social com os indígenas? Como se compactuará politicamente com “primitivos”, “degenerados”, “antropófagos”, ou, para usar a expressão de Karl F. P. von Martius, com “*ruínas de povos*” (Martius: 1844, 395)? Como se levará a civilização para os sertões, se povos ainda “primitivos” o habitam e estorvam-lhe a colonização pelo Estado?

A Arqueologia, como ciência geográfica, deveria ajudar a interiorizar a civilização e a civilizar as populações indígenas. Mas civilizar, neste contexto, é eufemismo para colonizar; pensar os meios possíveis para fundar um contrato social com os indígenas significava assegurar a ocupação e expropriação de terras e circunscrever geopoliticamente o território nacional.

Nesta tese, estas questões ainda me ocuparão: a Arqueologia em suas relações com o nacionalismo e o colonialismo. Meus suportes empíricos não são mais apenas o IHGB e o Museu Nacional, os quais aparecerão aqui paralelamente, como pontos de cotejo analítico; mas principalmente o Museu Botânico, dirigido por João Barbosa Rodrigues, o Museu Paraense, sob a gestão de Emílio Goeldi, e o Museu Paulista, administrado por Hermann von Ihering. Retomo questões de minha pesquisa de Mestrado; entretanto, agora trilho o curso de uma curva temporal, de uma virada histórica: a transição do Império para a República. O Museu Botânico, como representante do Império, e os Museus Paulista e Paraense, atuando cientificamente sob o Governo Republicano, fornecerão o código das relações entre Arqueologia, nacionalismo e colonialismo.

1.1 Mundialização da Ciência

Mas é preciso delinear melhor os problemas e abordagens deste estudo. De saída, não partilho de um enunciado lançado por Arthur Neiva (1880-1943) em seu *Esboço Histórico sobre a Botânica e a Zoologia no Brasil* (1988 [1922], 25): “a ciência, no Brasil, acampa”. Escrito em 1922, na esteira da celebração do Centenário da Independência, o livro de Neiva é um libelo a favor da nacionalização da ciência brasileira. Segundo pensava Neiva, a ciência brasileira, não por falta de cérebros capazes, mas por descaso dos governantes, não vingou institucionalmente, pelo menos até o advento da “época

oswaldiana” (Neiva: 1988 [1922], 35). Essa inquietação com uma decantada fragilidade e instabilidade institucional da ciência no Brasil sofreu sucessivas iterações ao longo dos anos. Até os anos 1980, afirmou-se que a ciência, no Brasil monárquico e mesmo durante a “época oswaldiana”, era um pastiche; uma cópia inacabada, mimese imperfeita de teorias estrangeiras, sobretudo de matriz européia, e que pouco contribuíram para uma genuína produção científica nacional⁵.

Contudo, estudos mais recentes realçaram que as ciências brasileiras, e isto desde o Primeiro Reinado, não são mera contrafação de teorias estrangeiras (Edler: 2001; 2002; Alonso: 2002, 10-15; Almeida: 2003, 47-48); e tampouco se cadenciaram pelo ritmo binário de uma fase “pré-científica” (geralmente identificada com o Império) seguida de uma fase “científica” (geralmente identificada com a República, e, sobretudo, com a fundação da USP, em 1934, tida como marco de autonomia científica nacional)⁶. Na

⁵ - Essa interpretação é enunciada, dentre outros, por Azevedo (1963 [1943]), Costa (1967; 1985), Leite (1969), Sodré (1982; 1989), Paim (1967), Barros (1986) e Collichio (1988). A questão da cópia, contudo, tem a idade do Império. O naturalista Karl F. P. von Martius, em *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, sugeria: “(...) *uma tarefa de sumo interesse para o historiador pragmático do Brasil será mostrar como (...) se estabeleceram e desenvolveram as ciências e artes como reflexo da vida européia (...)*” (Martius: 1844, 408). Rodrigo de Souza da Silva Pontes, por seu turno, numa das sessões do IHGB, lançou o seguinte “programa”: “*O estudo e a imitação dos poetas românticos [europeus], promove, ou impede o desenvolvimento da poesia nacional?*” (Cf. Sessão em 27 de abril de 1844. **RIHGB**, (6): 257, 1844). O Imperador D. Pedro II, cinco anos depois, fez-se a mesma pergunta (Cf. 305ª Sessão em 10 de maio de 1849. **RIHGB**, (12): 283, 1849). No mesmo passo, Domingos José Gonçalves de Magalhães, em artigo sobre a Balaiada, dizia: “(...) *estrangeiras são nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendências e em desacordo com a vastidão de um território sem tamanho e diferenças de classe (...)*” (Magalhães: 1848, 151).

⁶ - Os trabalhos mais conhecidos que instituíram estas duas fases são os de Azevedo (1943; 1956) e de Stepan (1981). Esta divisão temporal, contudo, se reproduziu em histórias da Arqueologia brasileira (Prous: 1992; Souza: 1991; Langer: 2000, 214). Ressalte-se, ainda, que ela é não apenas ahistórica e positivista. Vislumbra-se nelas as interpretações estabelecidas inicialmente nos anos 1930 e 1940, segundo as quais só haveria ciência em países de capitalismo avançado, ou seja, na Europa continental e Estados Unidos. Sobre este ponto, os textos inaugurais são: Hessen (1985 [1931]), para uma análise marxista, e Zilsel (1941-1942), para uma análise weberiana. Para uma crítica aos fundamentos positivistas e economicistas desta questão, Cf. Juan José Saldaña (1986; 1993).

verdade, as ciências já se achavam consolidadas no Império (Lopes: 1997, 324-325; 2001b; Figueirôa: 1995; 1997, 234-235)⁷.

A ampliação e diversificação das instituições científicas antecederam à República. Ocorreram a par e passo com a especialização científica e a introdução da ciência experimental no Brasil; são perceptíveis mesmo antes de 1870, quando foram criadas comissões geológicas, laboratórios, museus, escolas superiores, e ventilados os ares teóricos com o evolucionismo e as doutrinas positivistas (Dantes: 1979-1980; 1988; 2001a; 2001b)⁸. Por sua vez, já nos primeiros dez anos do regime republicano, os espaços institucionais das ciências transformaram-se radicalmente: o governo central e os governos estaduais, fortalecidos com o renovado pacto federativo, extinguíram algumas instituições, organizaram outras e revitalizaram as já existentes, dando-lhes novos recursos, novas sedes e melhor infra-estrutura⁹.

Meu estudo, portanto, parte desta proposição geral: na transição do Império para a República, as ciências, no Brasil, já se achavam consolidadas e com espaços institucionais

⁷ - Historiadores da ciência, contudo, costumam discordar desta interpretação. Como exemplo, Cf. Motoyama (1988), para quem só se pode falar de ciência a partir da república, com a definitiva instauração da pesquisa experimental e tecnológica.

⁸ - No âmbito das Ciências Naturais algumas destas instituições foram criadas logo após a Independência, na década de 1820: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Velloziana, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a Associação Brasileira de Aclimação, a Academia de Medicina, o Observatório Astronômico e o Instituto Politécnico. No Segundo Reinado, outras instituições, também dedicadas às Ciências Naturais, foram criadas. Destacam-se: a Escola Agrícola da Bahia, a Escola de Minas de Ouro Preto e a Imperial Estação Agrônômica de Campinas. Para uma avaliação geral das instituições científicas do Império, Cf. Nagamini (2004a). Uma miríade de outras instituições científicas, contudo, surgiram no período Imperial, muitas delas regionais ou de caráter puramente político, como, aliás, registraram os sócios do IHGB (Azevedo: 1885).

⁹ - Para se ter uma idéia deste processo, Cf., para o caso do Jardim Botânico, Sá (1998; 2001); para o caso do Museu Paulista, Alves (2001); sobre o Museu Goeldi, Sanjad (2005); acerca da higiene, da saúde e das instituições médicas, Benchimol e Teixeira (1994), Hochman (1998), Benchimol (1990; 1999), Santos e Faria (2003), Almeida (2003); no que toca à pesquisa tecnológica, à agricultura e à engenharia, Cf. Nagamini (2004a; 2004b) e Percin (2004). Ressalve-se que o desenvolvimento dos espaços institucionais da ciência concentrou-se principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Belém do Pará. Não se pode, portanto, generalizá-lo uniformemente para outras regiões brasileiras, pelo menos até que surjam estudos mais detalhados sobre outros Estados do país. Uma pesquisa sobre as artes de cura e medicina no Rio Grande do Sul, contudo, mostra-nos que o positivismo gaúcho, com sua ênfase na liberdade profissional, impediu maiores intervenções estatais na organização sanitária embasada em modelos científicos (Weber: 1997).

bem estruturados. Dentre estes espaços institucionais, destacam-se aqueles que serão meus objetos empíricos mais diretos: o Museu Botânico do Amazonas, o Museu Paulista e o Museu Paraense. Devo fundar meu segundo ponto de partida, pois, na confluência de perspectivas de algumas das análises recentes sobre os museus brasileiros. A literatura sobre o tema, grosso modo, comparte alguns pontos metodológicos e teóricos comuns, não obstante as singularidades, escolhas e variações autorais¹⁰.

O primeiro ponto é a filiação a uma linha de interpretação internacional: os museus como lugares fundamentais de desenvolvimento das Ciências Naturais, da Arqueologia e da Antropologia nos séculos XIX e XX; locais onde se geriam a noção de progresso cultural e de democratização do conhecimento através da Educação pública¹¹. Tal marco teórico é próprio da *História institucional das ciências*. Funda-se na proposição de que as instituições científicas, como os museus, foram baluartes para a expansão da cultura científica no Ocidente. Trata-se de um argumento que não se confunde com as interpretações difusionistas de Basalla (1996 [1967]) e Ben-David (1974), segundo as quais as instituições científicas nos diferentes países são variações miméticas das estruturas sociais, culturais e políticas ditadas pela Europa.

Na recente literatura sobre os museus brasileiros critica-se este postulado difusionista da ciência européia por ele desconsiderar os contextos de apropriação e

¹⁰ - O debate sobre História das Ciências nos Museus brasileiros ainda é restrito, limitando-se, quase sempre, a analisar os museus mais consagrados (o Nacional, o Paulista e o Paraense). Já dispomos, porém, de uma recente e relevante literatura, escrita nos últimos dez anos, a qual considerarei na análise que se seguirá: Cf. Lopes (1997), que fez um estudo comparativo de cinco museus (Nacional, Paraense, Botânico do Amazonas, Paulista e Paranaense), conquanto tenha enfatizado mais o Museu Nacional; Alves (1998; 2001) destacou a formação do Museu Paulista como Museu de História Natural e de História e as relações deste com as agendas do Estado, tanto na administração de Hermann von Ihering quanto na administração de Afonso d'Escragnolle Taunay; Alves (2004), em outro estudo, comparou o Museu Paraense a outros três Museus estrangeiros; Gualtieri (2000, 2003; 2005) analisou a recepção do evolucionismo nos Museus Paraense, Paulista e Nacional; por fim, Sanjad (2005) e Maio et al (2005) estudaram as complexas nuances e tramas das relações entre ciência e Estado no Museu Goeldi.

¹¹ - A este respeito, há variadas referências. Cf., dentre outras, Findlen (1996), Outram (1997), Nyarth (1998), Asma (2001), Browman (2002) e os vários ensaios de um livro organizado por Stocking (1985).

representação historicamente situados dos modelos institucionais e científicos. Na América Latina, a antropóloga e cientista política Hebe Vessuri sintetizara essa crítica já nos anos 1980¹². Para ela, devem-se considerar como relevantes os *contextos locais*, isto é, os contextos sociais, culturais e políticos das atividades científicas, mesmo que estes estejam nos confins da América Latina, da África ou da Ásia. O entendimento dos processos de institucionalização das ciências na América Latina, portanto, elide o eurocentrismo da “*imagem do conhecimento em prol da adoção de um enfoque universalista mais amplo e mais sábio*” (Vessuri: 1986, 13).

Esse enfoque universalista funde-se ao conceito de *mundialização da ciência* (Lafuente e Ortega: 1992; Polanco: 1990; Figueirôa: 1998; Saldaña: 1993; 1999; 2000). Sem dúvida, a ciência se mundializou, sobretudo a partir do século XIX, afirmando-se como positiva e universal. Mas a mundialização da ciência nunca esteve (e não está) infensa aos contágios dos contextos locais. A ênfase no conceito de mundialização da ciência permite justamente rasurar a dicotomia centro (representado pela Europa) e periferia (representada pela América Latina), ou seja, a idéia de um território rarefeito de conhecimentos científicos apto a receber as ilustrações da ciência difundida pela Europa. Descobre-se nos contextos locais de institucionalização da ciência não a transferência passiva de modelos institucionais e teorias científicas européias, mas sua adequação crítica

¹² - Ao lado de Vessuri, enfileiram-se, na América Latina, outras críticas deste gênero. Cf, por exemplo, Lafuente (1986). Obviamente, este não é um enunciado particular da América Latina. Desde o final dos anos 1970, a História Cultural e Social das Ciências critica a procura da Lógica no Universal das abordagens “clássicas” e internalistas. A própria noção de uma “revolução científica”, forjada por Alexander Koyré nos anos 1950, passa, assim, pela mira crítica: Steven Shapin, por exemplo, começou seu livro sobre o tema com uma frase irônica: “*Não houve uma coisa chamada revolução científica, mas esse livro é sobre ela*” (Shapin: 1996, 5). Atenta-se, portanto, para a base social e cultural da ciência e para os modos por que as atividades científicas conformam *habitus* sociais e cognitivos, em arranjos em permanente transformação, negociação e conflito (Brannigan: 1981). Atua-se, como diz Dominique Pestre, em “*consonância com a História Cultural atual que analisa práticas e toma como objeto operações através das quais o sentido é localmente produzido*” (Pestre: 1996).

na América Latina. O conceito de mundialização da ciência descreve, portanto, a circulação mundial das ciências e suas apropriações transformadoras em contextos institucionais específicos de produção do conhecimento. Apropriações historicamente situadas, que lidam com tradições científicas pré-existentes e geram respostas para os problemas sociais, econômicos e políticos locais.

Os museus brasileiros enfeixaram-se efetivamente aos mecanismos da mundialização da ciência. É o que argumenta, de diversas formas, a literatura especializada. Em primeiro lugar, mostrando-nos que os cientistas que aqui trabalhavam estavam perfeitamente inteirados e participavam ativamente do debate científico internacional. Em segundo lugar, apresentando-nos que os cientistas locais preparavam suas instituições de pesquisa como lugares para fertilizações cruzadas e partilhas com cientistas estrangeiros. Isto não apenas porque os museus empregaram cientistas europeus, como exemplificam as contratações de Goeldi para o Museu Paraense e de Ihering para o Museu Paulista. Mas também devido aos processos de transculturação entre a ciência local e a internacional, aos intercâmbios de idéias, de informações e de coleções científicas. Os principais museus brasileiros, o Botânico do Amazonas, o Nacional, o Paulista e o Paraense, vivenciando a mundialização da ciência, queriam-se metropolitanos e universais; assim, acolhiam, sistematizavam e expunham coleções que abarcavam largas porções do Brasil e do mundo. Em terceiro lugar, a literatura especializada elucidou-nos que, de modo semelhante aos cientistas estrangeiros, os cientistas locais, abrigados em seus museus, foram polissêmicos na adoção de teorias científicas, modelos institucionais e em suas relações com o poder.

Quanto à polissemia de teorias, não se encontra nos museus brasileiros uma teoria científica uniforme e dominante. Um exemplo é o evolucionismo. Havia nos museus uma

mescla de concepções transformistas, darwinistas e haeckelianas¹³. Por seu turno, as relações entre os museus e o poder também se matizaram com significados diversos. Se os diretores dos museus definiam seus campos de estudo premidos por suas idiossincrasias científicas, norteavam-nos também pelas agendas do Estado, almejando prestígio político, reconhecimento profissional e progressão na carreira¹⁴; e, sobretudo, pensavam a ciência como promotora do progresso, da modernidade e da civilização, vendo-a como forte fator de intervenção na realidade social e política.

1.2 Arqueologia, Nacionalismo e Colonialismo

Nesta tese, mapearei, portanto, os processos de mundialização da ciência que ligaram o Museu Botânico do Amazonas, o Museu Paulista e o Museu Paraense aos modelos de institucionalização da ciência e debates científicos internacionais. Mostrarei que a institucionalização da Arqueologia brasileira alinhou-se a uma ampla rede museal e científica, de proporções mundiais. Indicarei, ao longo dos três capítulos desta tese, que Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering indubitavelmente formularam seus problemas de pesquisa arqueológica em consonância com as discussões internacionais. E, denotando uma característica peculiar dos processos de mundialização da ciência, argumentarei que a Arqueologia institucionalizou-se nos Museus Botânico, Paraense e Paulista, vinculando-se

¹³ - A bibliografia sobre História do evolucionismo reforça a noção de que os processos de mundialização da ciência passaram pelo incontornável influxo dos contextos locais. Os anos subsequentes à publicação de *The Origin of Species* (1859), conforme mostram Mayr (1991), Bowler (1992, 1996), Coleman (1977) e Heloisa M. Bertol Domingues e Magali Romero Sá (2003), geraram inúmeras discussões e respostas locais na França, Alemanha, Estados Unidos, Brasil e mesmo na Inglaterra, embora, entre os biólogos, se aceitasse o pressuposto geral da idéia de evolução: o de que as espécies não eram fixas, descendiam de um ancestral comum e transformavam-se continuamente. As articulações entre Antropologia e Evolucionismo, como enfatizam Stocking (1968), Harris (1968) e Kuper (1988), sofreram também inúmeras variabilidades teóricas decorrentes dos contextos institucionais de apropriação.

¹⁴ - Diversas outras atividades científicas organizaram-se em prol destes objetivos, a exemplo da Comissão Científica Brasileira (Lopes: 1996).

às malhas dos contextos locais e dialogando com tradições científicas pré-existentes e ainda vigorantes no Brasil. Esboçarei, pois, uma cartografia da institucionalização da Arqueologia brasileira a partir de duas coordenadas: a local e a global.

Cartografia que terá outros instrumentos e métodos de confecção. Além de mapear os processos de mundialização da ciência, meu problema central, aqui já enunciado, refere-se às relações entre Arqueologia, nacionalismo e colonialismo. No tocante à mundialização da ciência, descrever a institucionalização da Arqueologia no Brasil em suas amarras transnacionais é algo relativamente consensual entre os historiadores da Arqueologia. Como apontam as discussões especializadas dos últimos anos, as pontes internacionais erigidas pelas instituições arqueológicas foram vitais para a formulação de teorias e hipóteses da Arqueologia Pré-histórica (Kaeser: 2000; 2001; 2002) e dos ideários políticos dos arqueólogos (Díaz-Andreu: 2007).

As discussões especializadas enfatizam ainda que a inserção da Arqueologia em museus e universidades do mundo, no correr dos séculos XIX e XX, deu-se sob o primado do nacionalismo (Díaz-Andreu: 2002, 123-127; 164; Díaz-Andreu e Champion: 1996; Atkinson et al: 1996; Kohl e Fawcett: 1995)¹⁵. A Arqueologia institucionalizou-se vocalizando identidades nacionais. Associou, tornando-os quase homônimos, os conceitos de *gens* e *regio*. Por meio da cultura material, a Arqueologia forneceu matéria-prima

¹⁵ - O nacionalismo, como força secular e amparo das unidades administrativas centradas no Estado, originou-se, segundo Perry Anderson (2002, 8), no século XVIII. Mas ramificou-se como ideologia política dos Estados de todo o mundo principalmente a partir do início do século XIX (Hobsbawm: 1990; Grosby: 2005). Deve-se considerar, contudo, a proposição anti-eurocêntrica de Benedict Andersen: o nacionalismo originou-se, na verdade, na América Colonial. Referenciado pelos casos hispânicos da América Latina, Andersen mostra a emergência de nacionalismos latino-americanos prévios aos surgidos na Europa (Andersen: 1983). Note-se, ainda, que não só a Arqueologia institucionalizou-se sob o influxo da formação de identidades nacionais e do Estado. Também a institucionalização da História se fez sob a égide do que Ranajit Guha chamou de *estatismo* (Guha: 2002, 17-33).

palpável para a elaboração de símbolos nacionais e vinculações ancestrais, naturalizando o sentimento de pertencimento a uma nação e a um território nacional.

Do mesmo modo, a bibliografia especializada ressalta que a Arqueologia é tributária do colonialismo e do imperialismo (Gidtri: 1974; Lyons e Papadopoulos: 2002; Wobst: 2005). Como diz Lynn Meskell, a origem da Arqueologia é indissociável das relações ideológicas entre exploração, mercantilismo e colonialismo (Meskell, 1998: 3)¹⁶. O colonialismo implicou não só na extração das riquezas naturais e minerais, mas também dos “tesouros” arqueológicos, que abasteceram abundantemente os museus metropolitanos. Uma colonização de artefatos por meio da qual se alicerçaram representações culturais dos colonizados como “bárbaros”, “primitivos”, sujeitos de evicção de Direito, legitimando-se, assim, o colonialismo (Patterson: 1997). A Arqueologia, em suma, sempre acompanhou as políticas colonialistas dos impérios. Um exemplo, dentre tantos outros, é-nos dado pela Arqueologia Clássica. Martin Bernal (1987; 1994) e Richard Hingley (2000) argumentam que a constituição da Arqueologia Clássica na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, foi valiosa para acicatar a segregação “racial”, a dominação colonial e a destilação de uma “natural” superioridade ocidental.

Por fim, a bibliografia especializada demonstra que, em suas relações com a Arqueologia, o nacionalismo e o colonialismo foram linhas de força que atuaram conjuntamente (Trigger: 1984, 1985; Coye: 1996; Wiell: 1999; Patterson: 1995). É que o nacionalismo, como disse Timothy Brennan, floresceu no solo da conquista. Como agenciadores e modeladores do mundo moderno, o nacionalismo e o colonialismo nunca se desassociaram. A construção da idéia de nação visou a homogeneizar as heterogêneas

¹⁶ - Neste ponto, os historiadores da Arqueologia convergem com os historiadores da Antropologia, para os quais a pesquisa antropológica esteve, em sua origem, indissolúvelmente ligada às situações e explorações do mundo colonial (Asad: 1973; Fabian: 1983; Leclerc: 1972; Stocking: 1983).

realidades sociais do século XIX; agiu como um mecanismo centrífugo a prevenir o ressurgimento das antigas divisões baseadas nas concepções de *natio*. Essa operação ancorou-se firmemente nas políticas coloniais e expansionistas, as quais concebiam o Estado e a Nação como um centro de larga formação, definidos especificamente em oposição à alteridade dos grupos colonizados (Brennan: 1990, 45-59).

O papel da Arqueologia e dos museus, neste teatro onde o colonialismo e o nacionalismo eram os protagonistas, roteirizava-se pelas narrativas que jungiam os Estados nacionais a grandes civilizações, ainda que elas não estivessem ramificadas no solo doméstico¹⁷. As coleções arqueológicas dispersavam as névoas da idéia de *natio* – elas arejavam as brumas de um passado imemorial onde a comunidade, a família e a tradição repousavam. As coleções arqueológicas materializavam um passado cuja memória era agora controlada e domesticada, tornada tangível através de datações e seriações de artefatos. E, sobretudo, as coleções arqueológicas refletiam a identidade nacional em contraposição ao mundo colonial classificado como “primitivo”. As exposições arqueológicas, no século XIX e ao longo de boa parte do século XX, sempre figuraram as “culturas primitivas” como entidades fossilizadas, e não como culturas vivas e dinâmicas; a seu modo, definiam um cânone cultural: os museus eram lugares de exibição do que se tinha como estrangeiro, exótico, “bárbaro”, ou mesmo indesejado (Simpson: 2001, 35; Harrison: 2006). Este espelho primitivo, desenhado com cores opalescentes, reforçava, aos olhos das nações imperiais, os brilhos da civilização¹⁸.

¹⁷ - As pesquisas arqueológicas na África obedeceram a esta lógica, concentrando-se, pelo menos até a imperial Partilha da África (1885), nos vestígios das “grandes culturas” em suas relações com o Mediterrâneo: Egito, Núbia, Etiópia, Cartago e África do Norte (Devisse: 1999).

¹⁸ - Faço, aqui, uma paráfrase do livro de François Hartog (1999), para quem a identidade do “eu” sempre se constrói em relação contrapontística à representação do “ele”.

Mas seria um erro metodológico pensar que os consensos são confortáveis. As articulações entre Arqueologia, nacionalismo e colonialismo, identificadas pelos historiadores da Arqueologia, obviamente não são imediatamente transponíveis para o contexto brasileiro do final do século XIX e início do XX. Pelo menos quanto ao colonialismo. Pois, certamente, quanto ao nacionalismo, ninguém duvidaria de sua presença marcante na constituição da literatura, da historiografia e das ciências brasileiras¹⁹. Literatos, historiadores e cientistas, no Brasil Imperial e da Primeira República, comprometeram-se direta ou indiretamente com a elaboração de uma identidade coletiva; e instituíram seus trabalhos como reforços para os alicerces do Estado nacional. É como se o Brasil fosse uma abstração a ser concretizada com os dados, cenários e conteúdos organizados e pensados por literatos, historiadores e cientistas.

Se se admite o nacionalismo como epistemologicamente constituinte de saberes e ciências brasileiras, o mesmo não se passa com o colonialismo²⁰. Isto porque o

¹⁹ - Os prenúncios da elaboração de uma identidade nacional se deram com a chegada da Família Real, em 1808 (Ortiz: 1985). Antonio Cândido, já em 1965, apontava que o nacionalismo, em sua entonação romântica, inspirou as temáticas da literatura brasileira (Candido: 2000 [1965]). Para um estudo de caso das relações entre romantismo e nacionalidade no Brasil, Cf. Borges (2006). Para o naturalismo e o realismo em suas imbricações com o nacionalismo, Cf. Roberto Ventura (1991). No que se refere à historiografia do Império e a formulação de uma identidade nacional, Cf. Guimarães (1988), Guimarães (1994; 1998) e Callari (2001). Carvalho (1990) mostrou a utilização da História após a proclamação da República, visando a angariar a simpatia da população brasileira ao novo regime. A Antropologia como campo de reflexão nacionalista, marcado pelo conceito de “raça” e pelo projeto de criar um povo único apagando heterogeneidades, é discutido por Mariza Peirano (1981; 1992). Em História das Ciências no Brasil, uma das linhas de pesquisa mais atuantes é a que investiga as relações entre ciência e Estado. Procura-se, nesta linha de pesquisa, entender, por um lado, como as agendas do Estado são capazes de repercutir na formulação de problemas teórico-metodológicos e na escolha de modelos institucionais para a ciência; de outro, como a ciência possui um caráter instrumental para o Estado e para a fabricação de uma identidade nacional (Vianna: 1997; Figueirôa: 1998). Entre os trabalhos que pertencem a esta linha, além da bibliografia sobre os museus brasileiros que já aponte, podem ser citados: Stepan (1981) sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz; Schwartzman (1979) sobre a formação da comunidade científica no Brasil; Schwarcz (1993) sobre a questão racial no Brasil; Carvalho sobre a Escola de Minas de Ouro Preto (2002); Figueirôa (1997) sobre os processos de institucionalização da Geologia; Hochman (1998) sobre o movimento sanitarista; Benchimol (1999) sobre a chamada revolução pausteuriana no Rio de Janeiro; Almeida (2003) sobre microbiologia e reforma sanitária em São Paulo.

²⁰ - Há, contudo, exceções. Nelson Werneck Sodré identificou a influência do colonialismo no “pensamento brasileiro” do século XIX e início do XX (Sodré: 1984). Para ele, porém, a “ideologia colonial” nas obras de José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Lima, são meros índices de “cópia” das idéias

entendimento das relações entre Estado e sociedades indígenas no Brasil sempre foi entremeadado pela categoria de política indigenista ou indigenismo²¹. Uma fonte principal foi e é utilizada pelos estudiosos da política indigenista: a Legislação, o Direito. Nesta linha, o Direito, como expressão formal do poder, definiria, por si só, as estruturas administrativas e as representações desenvolvidas pelo conquistador para controlar os povos conquistados. Um outro problema da categoria política indigenista, como já ressaltou Souza Lima (1995, 12), é o seu vetor teleológico: fala-se de um indigenismo de Pombal, da política indigenista portuguesa no Brasil Colonial, da legislação indigenista no Brasil Imperial, e assim sucessivamente. Faz-se um uso metahistórico da categoria, encaixando-o no quadro de diferentes períodos.

O maior problema dos estudos de política indigenista, a meu ver, é que, concentrando-se nos artigos da lei, eles desvalorizaram a Antropologia e a Arqueologia como promotoras, durante o Império e a Primeira República, da faina expansionista do Estado Brasileiro²². Pesquisadores da área chegaram mesmo a afirmar, em tom irônico, que, no Brasil, os estudos indígenas, como máquinas de representação sobre os nativos e

racistas difundidas pelo Imperialismo europeu. Argumento que ele reproduz em outros trabalhos, já mencionados por mim na nota “5”. De outra cepa é o trabalho clássico de Alfredo Bosi, que mostra a dialética que enlaçou as idéias de colonização, culto e cultura em distintos períodos históricos do Brasil, de Anchieta à indústria cultural contemporânea (Bosi: 1992).

²¹ - Não são muitos os estudos nesta área. Uma amostra significativa, contudo, englobaria: Cunha (1992a; 1992b); Karash (1992); Perrone-Moisés (1992); Almeida (1997); Farage (1991); Ramos (1998; 1999).

²² - Os estudos antropológicos e arqueológicos estavam efetivamente integrados aos debates em Direito. Tome-se, por exemplo, o texto inaugural do Império sobre política indigenista: o de José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838), submetido à Assembléia Constituinte de 1823. Sua idéia era montar um sistema completo de colonização, a exemplo do que os Estados Unidos fizeram com os Cheroquis (Bonifácio: 2000 [1823], 75). Procurou fundar seu projeto de lei num saber científico sobre os indígenas. Seu texto não apenas defende a noção de perfectibilidade indígena, como também lança mão de conhecimentos em Arqueologia, Linguística e em Antropologia Física. Assim, ele nota que o crânio do nativo americano difere essencialmente dos crânios mongóis e negros: possuiria uma linha facial mais inclinada que a do negro, as maçãs do rosto mais arredondadas que as do mongol, bem como protuberâncias menos sensíveis no cerebelo (Bonifácio: 2000 [1823], 66). De outro lado, argumenta que, do ponto vista arqueológico, os indígenas do “Brasil” seriam uma mescla de asiáticos e povos autóctones (Bonifácio: 2000 [1823], 64). A língua Tupi, por sua vez, singularmente rica e sonora, no seu mecanismo geral pareceria provir de uma antiga civilização (Bonifácio: 2000 [1823], 64).

legitimadores da territorialização do Estado nacional, não se prestariam às abordagens de um “*orientalismo brasileiro*” (Ramos: 1998; 1999). Os estudos em política indigenista, contudo, e este é um mérito notório destas pesquisas, mostraram que o objetivo primordial do Estado brasileiro no trato com os nativos era fundamentalmente o de expandir o processo de expropriação de terras.

Mas não atentaram para um conceito utilizado, nos anos 1960, pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira – o conceito de *colonialismo interno*. Com este conceito, Cardoso de Oliveira visou justamente a explicar historicamente e sociologicamente os significados da expropriação de terras nativas: a escravização e exploração da mão-de-obra indígena; a não assimilação ou as tentativas túbias e vacilantes do Estado nacional para integrar os povos indígenas; a face predatória dos contatos entre índios e “brancos”, que muitas vezes redundaram na pura e simples eliminação física dos nativos²³.

O conceito de colonialismo interno foi desenvolvido, inicialmente, por intelectuais colonizados²⁴. Sua primeira formulação aparece na obra de Aimé Césaire. Em seu *Discurso sobre o Colonialismo* (1977 [1955]), Césaire asseverou que o fascismo vivido pela Europa foi o efeito escorpião do colonialismo europeu. A Europa bebera do veneno das teorias raciais que destilara ativamente no ultramar; a mesma arma científica que utilizara para

²³ - Cardoso de Oliveira explica que o conceito de colonialismo interno remete à esfera dos acontecimentos diacrônicos, enquanto que o conceito de fricção étnica, também desenvolvido por ele, corresponde ao universo sincrônico, às estruturas culturais e sociais resultantes dos contatos e conflitos entre “brancos” e índios (Oliveira: 1960, 1968, 1978, 1988, 1996). É interessante notar, de outro lado, como a proposição de Cardoso de Oliveira sobre a impossibilidade real e virtual de assimilação dos grupos indígenas (ele se refere principalmente aos Terenas) pelo Estado brasileiro se assemelha a uma das proposições lançadas por Albert Memmi nos anos 1950. Memmi afirmou que, pela própria natureza das relações coloniais na Tunísia, seria impossível para os colonizados assimilarem-se ao Estado francês e integrarem-se efetivamente ao mundo do colonizador (Memmi: 1977 [1957]).

²⁴ - O conceito de colonialismo interno, desde que foi enunciado por Césaire, não possui uma única formulação. Apresentarei, aqui, uma versão a partir de obras diversas. Uma das primeiras formulações é feita pela co-fundadora dos *Subaltern Studies*: Gayatri C. Spivak (1988). Uma proposição consistente do conceito é apresentada por outra co-fundadora dos *Subaltern Studies*: Partha Chatterjee (1993). Discussões sobre o conceito aparecem em D. Brydon (2000). Para uma genealogia do conceito, Cf. Loomba (2000).

conquistar outros povos e continentes, volveu-se na forma de um colonialismo interno durante a Segunda Guerra, com todas as conseqüências expansionistas e tragédias etnocidas que acarretara inicialmente nas colônias ultramarinas. O colonialismo interno, nesta acepção, seria um totalitarismo²⁵.

Mais recentemente, contudo, Stuart Hall concluiu que, em meio aos processos de transculturação entre o global e o local promovidos pelas políticas imperialistas, o colonialismo tornou-se uma realidade disseminada, vigente mesmo nos Estados pós-coloniais (Hall: 1996)²⁶. Pode-se percebê-lo, inclusive, na América Latina do período pós-independência (Young: 2001; Loomba: 2000)²⁷. Os Estados-Nação pós-coloniais da América Latina reconfiguraram os colonialismos contra os quais construíram sua “independência”. Numa palavra, arquitetaram um colonialismo interno.

²⁵ - Esta tese foi retomada, mais recentemente, por Marc Ferro (2004), para quem o colonialismo e o colonialismo interno (o qual ele chama de “*colonialismo sem colonos*”) seriam os equivalentes políticos do totalitarismo. De algum modo, Karl Marx (1818-1883) já enunciara as premissas desta tese. Para ele, o colonialismo não apenas acelerou a acumulação primitiva do capital; revelou, ainda, o caráter espúrio do liberalismo, o paroxismo de sua verve exploratória. A burguesia fazia nas colônias o que só podia fazer no âmbito doméstico à custa da mais-valia e da cacofonia da retórica liberal: a exploração máxima do mais-trabalho por meio do escravismo (Marx: 1984; 1996).

²⁶ - A interpretação de que o Imperialismo não findou em 1914 – ao contrário do que postula a periodização para a “Era dos Impérios” (Hobsbawm: 1988; Panikkar: 1977) –, mas reconfigurou suas práticas e “globalizou” o mundo, já foi argumentada por Kwame N’Krumah (1967). O enunciado dessas interligações mundiais produzidas pelo imperialismo é articulado pelos pós-colonialistas (Grossberg: 1996), e encontra-se, ademais, em vários autores. O próprio título do livro de N’Krumah parafraseia o de Lênin (1985 [1916]), para quem a superabundância do capital levou, pela dominação e exploração das “sociedades não capitalistas”, à absorção do mundo num sistema global. Desde o século XVI, segundo Eric Wolf (1982), nenhuma sociedade é uma ilha, mas processos interligados em escala global pelo imperialismo. Para Said (1995b), embora o imperialismo tenha separado metrópoles, colônias e periferias, e desdobrado os discursos culturais em diferentes retóricas e imagens, eles estão vinculados, mesmo que não sejam totalmente simétricos e correspondentes. Estes vínculos também se concretizam no mundo material. Charles Orser (1996) enfatiza como os sítios arqueológicos da Era moderna apresentam artefatos que resultam de interações mundiais; cada sítio arqueológico é um receptáculo onde se reúnem o capitalismo, o colonialismo, a modernidade e o eurocentrismo (Orser: 1996). A tese de Orser é a contraparte arqueológica da noção de imperialismo ecológico de Crosby (1986), para quem o imperialismo impactou, uniformizou e alterou os padrões de sobrevivência e sistemas ecológicos de todo o mundo.

²⁷ - Discute-se sobre a viabilidade de se aplicar o termo pós-colonial ou o conceito de colonialismo interno na América Latina. Jorge Klor de Alva é um dos críticos mais céticos. Sua principal reserva é a do uso anacrônico que se tem feito do termo colonialismo no campo pós-colonial. Para ele, alguns estudiosos se valem da definição e das experiências do colonialismo dos séculos XIX e XX para estudar as sociedades coloniais da América Latina seiscentista e setecentista (Alva: 1995). Outros autores, porém, vêem o campo pós-colonial e o conceito de colonialismo interno como centrais para se compreender as sociedades crioulas do período pós-independência (Mignolo: 1997; Mallon: 1994).

O colonialismo interno, neste caso, aproxima-se e distancia-se da definição canônica de colonialismo. Distancia-se porque ele não deve ser entendido somente como a conquista militar, política e econômica de territórios e povos nativos por uma metrópole imperialista (Bohemer: 1995; Williams e Childs: 1997). Aproxima-se, porém, à medida que possui a mesma dimensão cultural ou científica do colonialismo: aquela que justificou as missões civilizadoras, isto é, as narrativas ou representações, arqueológicas ou não, que sotopuseram as sociedades indígenas em posição de inferioridade cultural. O colonialismo interno, portanto, é uma força política acionada a partir do interior de uma fronteira nacional; ele ocorre quando uma elite se vale da ciência (e não apenas do exército) para imaginar geografias, classificar, governar e expropriar populações. O colonialismo interno, tanto na América Latina quanto alhures, reiterou uma das características básicas da legitimação do colonialismo pelas potências imperiais: a representação e classificação científica ou literária do “outro” como “primitivo”, “degenerado”, um ser inerte frente aos desdobramentos e transformações ditadas pela evolução e pelo progresso (Goldie: 1995, 236; Bsumek, 2004, 321; Petersen e Rutherford: 1995, 185).

A institucionalização da Arqueologia nos Museus Paulista, Paraense e Botânico pode ser descrita exatamente por meio desta dimensão científica do colonialismo interno²⁸. Ao dizê-lo, não estou afirmando que a sociedade brasileira, entre o Império e a Primeira República, estruturou-se segundo a fisionomia pintada por Albert Memmi (1977 [1957], 5):

²⁸ - Na América Latina, outros historiadores da Arqueologia utilizaram o conceito de colonialismo interno, mais especificamente, para a História da Arqueologia boliviana. Cf. Angelo (2005). De outro lado, o arqueólogo colombiano Cristóbal Gnecco, ao analisar o contexto de formação da Arqueologia latino-americana no contexto pós-independência, não usou o conceito, mas afirmou: “*Paradójicamente, los proyectos nacionales de los países independizados del yugo colonial revivieron, miméticamente, el paradigma de la identidad moderna. La identidad en estos países produjo un discurso esquizoide que, por un lado, rechazó la dominación política colonial y, por el otro, aceptó la premisa moderna de la identidad nacional en la que se funda la dominación y la subordinación de otras identidades. Por ejemplo, la objetivación de la alteridad en los museos, sobre todo de la alteridad indígena, contribuyó a su sometimiento por el proyecto nacional*” (Gnecco: 2004, 120).

a situação colonial como um fenômeno social global, que totaliza o conjunto da sociedade. Nem decretarei um anátema ou selarei um passaporte cultural, como diria Sartre (1968), que licencia o sobrevôo por historicidades em nome de uma única denúncia: há argumentos colonialistas que rondam feito Kreigton, o administrador colonial e antropólogo de *Kim* (Kipling: 1954 [1901]), a institucionalização da Arqueologia brasileira²⁹. Tampouco acrescentarei outros nomes na longa fila de pensadores e cientistas enumerada por Hannah Arendt (1989 [1950]) e Ernest Cassirer (2003 [1946]): não perfilarei Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering no rol daqueles que fermentaram, desde os prenúncios do Iluminismo, a idéia de “*raça antes do racismo*” e conseqüentemente gestaram o totalitarismo. O colonialismo interno presente na institucionalização da Arqueologia brasileira não invoca necessariamente a conjunção colonialismo e totalitarismo.

Como procurarei demonstrar, o colonialismo interno, em seu vetor científico, foi emparelhado com as pesquisas arqueológicas (e antropológicas) de dois modos interligados. Em primeiro lugar, o colonialismo interno pensado por Goeldi, Barbosa Rodrigues e Ihering funde-se ao que Foucault chamou de biopoder ou biopolítica³⁰. Este pode ser definido como uma assunção de poder técnico e científico sobre a vida das populações no intuito de regenerá-las, corrigi-las, transformá-las. O biopoder traduz-se por

²⁹ - Recentemente, L’Stoile et all (2002) afirmaram que a maioria dos textos em História da Antropologia concentrou-se nas denúncias morais e políticas sobre as relações da disciplina com o colonialismo, o nacionalismo e o imperialismo, negligenciando as análises sociológicas sobre o tema. Ainda que se possa concordar com esse argumento, penso que os autores não responderam, com esta “denúncia analítica”, o ponto central sublinhado por Asad (1973), Leclerc (1972), Fabian (1983) e Stocking (1983), a saber: na origem da pesquisa antropológica, há um desnível radical de poder entre os pesquisadores e seus objetos, entre o antropólogo na situação de campo e os “povos primitivos”.

³⁰ - O conceito de biopoder ou biopolítica foi apresentado por Michel Foucault, pela primeira vez, em 1974, numa conferência realizada no Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1994d). A seguir, condensarei o conceito conforme ele aparece em textos variados de Foucault (1988, 1994a, 1994b, 1994c, 1994e, 1999, 2004). Obviamente, não sou o primeiro a notar que o conceito de biopoder é aplicável para a compreensão dos contextos coloniais e das relações entre ciências e colonialismo. Sobre esta questão, Cf. os ensaios de Ann Stoler (1995).

uma série de técnicas normativas empregadas para governar populações³¹. Para Foucault, o biopoder utiliza todos os cálculos que surgiram nas fronteiras entre a ciência matemática e a técnica de análise social. Todo um cálculo social com base na Economia Política, na Demografia e na Estatística, cujo objetivo é o de gerir a vida, adestrá-la em suas forças de conjunto, extrair a força e a energia das massas, purificá-las com planos eugênicos. Em sua modalidade mais extrema, o biopoder autoriza mesmo o Direito de declarar Guerra a determinadas populações.

Nos museus Paulista, Paraense e Botânico, não faltaram correlações entre Arqueologia, Economia Política, Demografia e Estatística. Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering, como diretores de seus respectivos museus, procuraram realizar (ou pelo menos a incentivaram) uma *cartografia etnográfica*. Se não computaram uma estrita Demografia indígena, ocuparam-se, e isto é particularmente verdadeiro no caso de Ihering e Barbosa Rodrigues, com a feitura de mapas de distribuição geográfica e com a estatística das populações indígenas. Reunidas, a carta etnográfica, a estatística e as coleções arqueológicas, para seguir um postulado de Benedict Andersen (1983, 176), embasaram projetos coloniais para governar as populações indígenas. Estas operações técnicas e científicas permitiram classificar e escalonar os grupos indígenas como mais “primitivos” ou mais “civilizados”, localizar aqueles que seriam “inimigos”, que precisariam ser “regenerados” ou administrados para integrarem-se à população brasileira. Em suma, as pesquisas arqueológicas amolgaram-se às técnicas normativas do biopoder.

O segundo modo de articulação entre pesquisas arqueológicas e o colonialismo interno deu-se no nível da representação arqueológica. Neste item, assim como no que

³¹ - Para falar como Georges Canguilhem (1979: 176), poder-se-ia dizer que o biopoder é uma intervenção do normativo sobre o patológico.

tange ao conceito de colonialismo interno, posiciono-me no campo pós-colonial³². O pós-colonialismo, na vertente aberta pelo *Orientalismo* de Edward Said (1978) e pela obra de Gayatri C. Spivak (1999), tem escavado os fundamentos colonialistas dos discursos científicos e literários. Atuando numa linha de pesquisa designada como análise dos discursos coloniais, ligada à História das Ciências e à crítica literária, pós-colonialistas argumentam como as disciplinas científicas prepararam o solo para a empresa colonial (Ashcroft et al: 2000, 41-43). Ao postularem a inferioridade cultural das “raças” colonizadas, os enunciados científicos legitimaram as missões civilizadoras e o avanço dos impérios e dos Estados-nação através dos territórios nativos.

A análise dos discursos coloniais, ou das formas culturais e científicas que favoreceram o governo imperial e colonial, tem se sofisticado desde os anos 1990³³. Mas há um antecedente nesta área de estudos que me inspirou decididamente para elaborar esta tese. Trata-se do antropólogo Bernard S. Cohn. Em sua obra, escrita desde os anos 1950, ele mostra como um conjunto de modalidades investigativas (“*investigative modalities*”) cimentou as estruturas do governo colonial britânico na Índia. Dentre essas modalidades, encontram-se a Historiografia, a Estatística, a Demografia, a Cartografia e, a que me interessa mais diretamente, a Arqueologia, nomeada por ele como modalidade museológica (“*museological modality*”) (Cohn: 1986; 1996).

³² - Não quero, obviamente, homogeneizar o heterogêneo campo pós-colonial. O pós-colonialismo é uma disciplina multiforme, com perspectivas teóricas e metodológicas variadas. Integram-na sociólogos, historiadores, antropólogos e, majoritariamente, críticos literários (Prakash: 1994; Mishra e Hodge: 1994; Moore-Gilbert: 2000; Young: 2003; Quayson: 2000; McLeod: 2000). Tomarei aqui, portanto, uma perspectiva muito específica do pós-colonialismo. Ressalto que minha referência ao campo é estritamente disciplinar, e não especificamente temporal. O pós-colonialismo, como marco temporal, tem sido criticado por ser uma expressão ambígua, confusa, fluídica, e mesmo inconscientemente empregada. Para os principais formuladores desta crítica, Cf. McClintock (1992), Shohat (1992), Dirlík (1994), Shohat e Stam (2006, 73-84). Para uma resposta a estes críticos, Cf. Stuart Hall (1996).

³³ - Como exemplos, Cf. os estudos geográficos organizados por Bell et al (1995); as relações entre o imperialismo inglês e sexualidade descritas por Hyam (1990); e as análises de Bishop (1995) sobre a matemática como ferramenta colonial.

Cohn trata a Arqueologia do século XIX – bem como as outras modalidades investigativas – como um “texto” que pode ser escandido como parte de projetos coloniais. A Arqueologia possibilitava arranjar coleções arqueológicas às quais se agregavam valores simbólicos que materializavam a classificação e a representação dos povos nativos. Possibilitava, pois, informações e registros sobre comportamentos culturais que instrumentalizavam as táticas de poder do governo colonial. A Arqueologia representava o escalonamento cultural dos nativos e mapeava sítios arqueológicos como parte de uma estratégia mais geral de cartografar e topografar o espaço geográfico. Este foi o caso do Levantamento Arqueológico da Índia (*Archaeological Survey of India*), idealizado e dirigido, a partir de 1859, pelo engenheiro militar Alexander Cunningham (1814-1893). O conhecimento arqueológico andava a par e passo com o conhecimento geográfico, ensejando a formação de coleções nacionais e dispendo para o governo colonial rotas para planificar assentamentos e demarcar regiões e fronteiras (Cohn: 1996, 76-105).

Esse nível de representação cultural descrito pelos estudiosos do discurso colonial e por Cohn esteve sempre relacionado às pesquisas arqueológicas de Ihering, Goeldi e Barbosa Rodrigues. A Arqueologia servia-lhes para narrar e representar o passado indígena, mas simultaneamente guarnecia um arcabouço de registros sobre a permanência, no Brasil, de um território primitivo que deveria ser “pacificado”. Este território primitivo, legado do passado indígena, é recoberto, assim, por projetos coloniais e pelos dispositivos do biopoder. Daí a sobreposição entre a Arqueologia e o conhecimento do espaço geográfico por meio de duas modalidades investigativas. Em primeiro lugar, revelando, ao lado da Antropologia, os povos que ainda a habitavam, caracterizando-nos em seus graus de civilização e “primitividade”, suas inclinações psicológicas e disposição para resistir aos avanços territoriais da “civilização”. Em segundo lugar, utilizando as coleções

arqueológicas e as representações do passado indígena para circunscrever fronteiras geopolíticas.

Meu argumento central, portanto, é que a institucionalização da Arqueologia brasileira, no período que abarca os anos entre 1870 e 1917, presidiu-se pelas formulações e projetos colonialistas. Para melhor embasá-lo, valer-me-ei do conceito que Edward Said (1995b), ao estudar as relações entre cultura e imperialismo, cunhou como “*estruturas de referências e atitudes*”. Como primeira estrutura referencial, destaca-se sempre, nos textos arqueológicos do período, a *autoridade do observador*; aquele que arranja as coleções arqueológicas e narra o passado fortalece um discurso cultural que confina o indígena num estatuto “racial” secundário, vendo seus territórios como elementos clamando pela missão civilizadora.

Há, em seguida, sistemas referencias que se firmam numa *topografia cultural*. Refiro-me, aqui, às estruturas de localização e referência geográfica que atribuem identidades culturais ontológicas aos povos indígenas e que, como no caso de Barbosa Rodrigues, conjuminaram as pesquisas arqueológicas ao nacionalismo. Há, ainda, estruturas de referências e atitudes que enunciam planos de colonização apelando para as *experiências do passado*: o Brasil colonial é tomado como base para se julgar a viabilidade de revitalizarem-se os aldeamentos indígenas. E isto tanto para “civilizar” os indígenas, quanto para tornar os aldeamentos postos avançados da pesquisa arqueológica e etnográfica. Por fim, estas estruturas de atitudes e referências alargam o campo de experiências. Neste momento em que a ciência se internacionaliza, “globalizam-se” também os referenciais trazidos pelos processos coloniais do mundo. Assim, os textos arqueológicos do período recorrem largamente, tanto para autenticar e rematar projetos de

colonização quanto para demarcar fronteiras geopolíticas, às experiências do mundo colonial e às estratégias da Arqueologia colonialista.

1.3 Por uma Cartografia da Arqueologia Brasileira

Por fim, apresento uma última questão metodológica e a estrutura dos capítulos desta tese. Anteriormente, disse que faria uma cartografia da institucionalização da Arqueologia no Brasil. Mas será um mapeamento incompleto. Desde que iniciei meus estudos em História da Arqueologia no Brasil, deparei-me com uma dificuldade quantitativa: a ampliação substancial do escopo de fontes a ser compulsado. A tarefa se foi avolumando como também foi crescendo minha hesitação do que deveria realmente ser o conteúdo da tese. Com efeito, outras entidades, além dos museus Paraense, Paulista e Botânico, institucionalizaram a Arqueologia. Lembremo-nos, por exemplo, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, fundado em 1868, e de seu homônimo alagoano, inaugurado em 1869, assim como os demais Institutos Históricos que surgiram, desde o século XIX, na esteira da formação do IHGB. O volume de material a ser lido, mesmo que nos limitemos às publicações destas instituições, demandaria a formação de uma linha de pesquisa com equipes e colaboradores.

Até mesmo porque, para realizar uma cartografia mais abrangente da institucionalização da Arqueologia brasileira, deve-se também considerar os documentos primários depositados nos arquivos dos institutos e museus regionais. Tais documentos são importantes porque lidam com eixos temáticos de investigação: a elaboração de catálogos, a permuta e intercâmbio de coleções, e os relatos de viagens científicas que registram a ocorrência de sítios arqueológicos, escavações e obtenções de materiais. Como disse Paula

Findlen (1996), o colecionismo, os catálogos e as viagens são fundamentais para a compreensão dos processos de institucionalização de uma ciência.

Ademais, se admitirmos, ao menos como hipótese de trabalho, que a Arqueologia brasileira concatenou-se aos processos de mundialização da ciência, seria preciso fazer um apanhado extremamente minucioso da bibliografia e dos materiais arqueológicos presentes em instituições e museus estrangeiros. Tal levantamento seria imprescindível para situar os diálogos e colaborações entre pesquisadores do Brasil e do mundo, bem como para aquilatar o número e o valor de coleções transportadas, desde o século XIX, para museus estrangeiros. Há, ainda, outras fontes a serem analisadas: os jornais e romances do período. Quanto aos primeiros, os pesquisadores divulgavam descobertas e interpretações, registravam a localização de sítios, além de solicitarem recursos para pesquisa e o envio de artefatos para os museus³⁴. Nos romances, notadamente os naturalistas, há inúmeras informações e discussões arqueológicas, e mesmo figurações metafóricas³⁵.

³⁴ - Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional, dá-nos um exemplo da presença da Arqueologia nos jornais: “*Na falta de eficazes elementos em que se achava e ainda hoje permanece este Museu, um só meio se me deparou desde então capaz de auxiliar-me em semelhantes intentos. Este foi a imprensa diária, à qual recorri, de fato, desde (...) 1867, despertando a atenção pública em favor de tão atraente e valioso assunto. Em minhas cartas aos periódicos da Corte, ao passo que indicava a importância dos artefatos pré-históricos então mais desconhecidos que hoje da quase totalidade da população do país, ia mencionando e descrevendo aqueles que em virtude das primeiras comunicações me eram remetidos de vários pontos do Império. Essas cartas foram transcritas pela imprensa das províncias e tanto bastou ao aumento rápido e progressivo do nosso cabedal arqueológico (...)*” (Neto: 1885, 257).

³⁵ - Na verdade, a Arqueologia (e a Etnografia) permearam a literatura desde o romantismo. Que se pense, por exemplo, em José Alencar (1829-1877), cujos romances *Iracema* (s/d [1865]) e *Ubirajara* (s/d [1874]) resultaram de extensas pesquisas arqueológicas e etnográficas. Do mesmo modo, Gonçalves Dias fazia carpintaria literária com suas pesquisas arqueológicas e etnográficas. Para referências e análises a este respeito, Cf. Ferreira (2003c). Para o uso da Arqueologia como metáfora literária, temos o exemplo de o *Bom Crioulo* de Adolfo Caminha (1867-1897): “*Ergueu-se trôpego, bambo, os olhos como duas tochas, uma equimose roxa na face, porque adormecera com a cabeça no joelho em posição de múmia indígena*”. (Caminha: 2001 [1895], 69-70). Em *O Ateneu*, de Raul Pompéia (1863-1895), Charles F. Hartt aparece como conferencista: “*Teve um dia de razoável orgulho: dela serviu-se no Ateneu o professor Hartt, para uma conferência de Antropologia*” (Pompéia: 1997 [1888], 75). Hartt, de fato, fazia conferências em escolas, como ele mesmo indica (Hartt: 1885, 95). Mas a Arqueologia aparece na literatura de forma menos alusiva, “protagonizando” romances do período, como no caso de *O Doutor Benignus* (1994 [1875]), de Augusto Emílio Zaluar (1825-1882), que traz um capítulo sobre Lund, além de descrever pesquisas arqueológicas em cavernas. Para uma análise deste romance, Cf. Ferreira (2002).

Nesta tese, pois, muitas instituições e documentos não foram contemplados. Nem ao menos retomei detidamente o IHGB e o Museu Nacional, se não de modo contrapontístico, nas análises que apresentarei nos capítulos desta tese. Eu poderia, nesta cartografia da Arqueologia brasileira, fazer uma abordagem latitudinal de uma instituição específica, verticalizando as leituras e “esgotando” os documentos e coleções. Optei, entretanto, por uma análise longitudinal, mais horizontal, dos museus Paraense, Botânico e Paulista. Minha escolha obedeceu ao seguinte critério: tais museus, em seu universo empírico, concentraram uma fração histórica significativa das pesquisas arqueológicas realizadas entre 1870 e 1917 no Brasil. Decerto, eles não sustentam o “Atlas” da institucionalização da Arqueologia brasileira; contudo, permitem um esboço pormenorizado da paisagem institucional em que se inseriu a disciplina. Assim, detalharei, nos três capítulos desta tese – o primeiro dedicado ao Museu Botânico, o segundo ao Museu Paraense, e, por fim, o terceiro voltado ao Museu Paulista – as discussões, hipóteses e interpretações que cercaram a institucionalização da Arqueologia brasileira.

Privilegiei duas instâncias de representação arqueológica em minhas análises. Primeiro, mostrando como estes museus organizaram uma *narrativa material* – isto é, como os diretores dos museus amalharam suas coleções, arranjaram-nas taxionomicamente e as expuseram para o público, conformando identidades culturais indígenas, regionais, territoriais e, em casos paradigmáticos, como evidência Barbosa Rodrigues, compondo, ainda, uma identidade nacional. Para mapear como se ordenaram narrativas materiais, vasculhei documentos primários, catálogos e relatórios administrativos dos museus. Em segundo lugar, detenho-me nas *narrativas textuais*. Como as narrativas materiais, as textuais, plasmadas nas diversas publicações dos museus, também são propositivas: elaboram profusamente identidades culturais. Ademais, é em torno das

narrativas textuais que giram as polêmicas e as discussões nacionais e internacionais; é nesta instância de representação que surgem os nomes e personagens (além de Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering), brasileiros e estrangeiros, que participaram da institucionalização da Arqueologia brasileira; finalmente, é nas narrativas textuais que se podem deslindar os vínculos patentes e os consistentes questionamentos às tradições de pesquisa local, notadamente àquelas que eu conceituo como Arqueologia nobiliárquica.

Nos três capítulos desta tese, portanto, descreverei o percurso destas duas instâncias de representação. Ambas serão acercadas pelos problemas e abordagens que enunciei acima: a institucionalização da Arqueologia brasileira em suas relações com os processos de mundialização da ciência, com o nacionalismo e o colonialismo. De outro lado, servirão de índices deste meu esboço geral da institucionalização da Arqueologia brasileira as atuações e produções dos diretores dos museus Paraense, Botânico e Paulista. Não porque Goeldi, Barbosa Rodrigues e Ihering sejam os “heróis” desta História. Mas porque, em primeiro lugar, eles legaram-nos inúmeros trabalhos arqueológicos e antropológicos, reunindo coleções, realizando escavações e publicando textos. Daí a periodização aqui adotada: o marco inicial será 1870, década em que Barbosa Rodrigues principiou suas pesquisas arqueológicas e antropológicas – e, é claro, também as botânicas; o limite final será 1917, ano da saída de Ihering do Museu Paulista.

Uma outra razão levou-me a escolher a trajetória dos diretores dos museus para traçar a cartografia da institucionalização da Arqueologia brasileira. É que, como diretores de museus e cientistas, eles ocupavam uma posição de relevo na sociedade brasileira. Neste ponto, é o próprio conceito de institucionalização científica que ganha sentido como categoria analítica. Institucionalização, obviamente, não se confunde com disposições e instalações, com o monumento físico, o prédio ou estabelecimento onde trabalham os

cientistas. Como disse Silvia Figueirôa (1997: 18-31), a institucionalização de uma ciência atém-se ao processo de implantação, desenvolvimento e consolidação das atividades científicas num determinado contexto histórico.

Desde que o sociólogo Robert Merton (1970) analisou a institucionalização da ciência na Inglaterra do século XVII, sabemos que a criação de instituições científicas autônomas iniciou-se com a elaboração do papel social do filósofo natural e da organização social do conhecimento. Foi neste contexto que a religião (puritanismo) e a economia, especialmente os grupos mais ligados ao comércio, mineração, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento militar, argumentaram pela utilidade da ciência: para a elevação espiritual, para incrementar a economia e reforçar a identidade nacional. A tese principal de Merton, pois, baseia-se na premissa de que não existe um ponto arquimediano de onde se possa pensar e falar neutramente. A ciência lida com exterioridades, graduando-se, em escalas variáveis, com os contextos econômico, social e político.

Evidentemente, não suponho que os diretores dos Museus eram funcionários cordatos dos imperativos da História ou reféns da ideologia. Seguindo o alerta de Dominick LaCapra (1985), não firmarei mútuas e determinantes relações entre as vidas e as intenções de Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering. A questão que me coloco, no que se refere à posição que eles ocupavam na sociedade brasileira, considera o feixe de ligações entre o titular da fala e o lugar institucional de onde ela provém (Foucault: 1986, 57-62). Não somente quem fala, mas de onde se fala. Foi esta autoridade para falar a partir de instituições de destaque e prestígio, que conferiu a Barbosa Rodrigues, a Goeldi e a Ihering, a possibilidade de propor projetos de colonização para promover o processo de expropriação de terras nativas e as investidas geopolíticas do Estado Nacional.

Afinal, no interior de suas respectivas instituições de pesquisa, eles anunciavam que o Brasil ainda possuía um território primitivo.

2. Amazônia Asiática

João Barbosa Rodrigues e o Museu Botânico do Amazonas

“Nossa história mostra que a ferocidade do índio vem com a civilização”
(João Barbosa Rodrigues: 1885, 8)

João Barbosa Rodrigues (1842-1909), nascido em Minas Gerais, formou-se em Engenharia pela Escola Central, em 1869. Dedicou-se profissionalmente, e com pertinácia, às Ciências Naturais. Seus primeiros estudos se debruçaram sobre a flora dos arredores de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Seu renome internacional como naturalista, porém, sobreveio de suas pesquisas realizadas na Amazônia. Seus biógrafos, bem como historiadores da ciência, qualificam-no, acertadamente, como um proeminente naturalista (Salgado: 1942; Silva: 1885; Lopes: 1997, 213-221; Nogueira: 2000, 34). Dentre as inúmeras obras que escreveu, destaca-se o *Sertum Palmarum Brasiliensis* (1903), publicada pelo governo brasileiro graças ao empenho de Miranda de Azevedo (1851-1907)¹.

Barbosa Rodrigues foi um autor igualmente prolífico em Arqueologia e Etnografia. O objeto de seus trabalhos é sempre o mesmo: o espaço arqueológico e etnográfico da Amazônia. Sua fala se enuncia a partir de um lugar institucional particular e de uma região muito específica. As perambulações científicas de Barbosa Rodrigues, o caráter errante de seus estudos, tiveram uma superfície de repouso. Radicaram-se num suporte material. Emergiram de um *topos*, a partir do qual se irradiaram por todo o Brasil e pelo mundo: o Museu Botânico do Amazonas, inaugurado por ele em 1884.

Barbosa Rodrigues definiu seus problemas arqueológicos e etnográficos, concretizou suas pesquisas de maior fôlego, justamente durante seus trabalhos de escavação e classificação de artefatos no Museu Botânico do Amazonas. Foi neste lugar institucional

¹ - Hermann von Ihering (1911a, 23-27) lista 52 obras em Ciências Naturais de Barbosa Rodrigues. O que o levou a colocá-lo na plêiade dos grandes naturalistas brasileiros.

que ele ancorou a legitimidade de suas pesquisas. Foi lá que ele costurou os pontos de aplicação de suas pesquisas na trama da sociedade. Como nos ensina Roger Hahn, em estudo pioneiro sobre a Academia de Ciências de Paris, as instituições científicas são bigornas onde se forjam os valores, muitas vezes conflitantes, da ciência e da sociedade (Hahn: 1971, X). No caso de Barbosa Rodrigues, os conflitos se deram, sobretudo, nos valores de sua política colonial.

Antes de demonstrá-lo, vejamos, a par e passo, três questões correlatas. A organização institucional que Barbosa Rodrigues conferiu ao Museu Botânico do Amazonas; os modos por que ele coletou artefatos arqueológicos e etnográficos, no-los sistematizou e interpretou; a polêmica entre ele e Ladislau de Souza Mello Neto (1838-1894)². Abordarei esta última questão em contraponto. Mostrarei que a polêmica entre Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto é indicativa das lutas travadas pela hegemonia científica de suas respectivas instituições, e não somente das diferenças de suas interpretações arqueológicas. Na verdade, há afinidades no pensamento arqueológico de ambos; principalmente no tocante aos liames entre Arqueologia e nacionalismo.

² - O alagoano Ladislau Neto foi diretor do Museu Nacional entre 1874 e 1893, sendo o responsável pela reforma da instituição, em 1876 (Lopes: 1997, 94 e segs; Ferreira: 2002; Gualtieri: 2000; 2003), na qual instaurou nítidos padrões evolucionistas. Estudou na Academia de Belas Artes (1857-1859) e recebeu o título de Doutor em Ciências Naturais, em 1864, na Sorbonne. Aproveitou suas estadias na Europa para estudar línguas antigas. Participou de inúmeras viagens científicas, no Brasil e no estrangeiro, dentre as quais uma para a Argélia. Foi conselheiro do Império (1888) e Deputado Federal pela Constituinte Republicana de 1891. Deixou vasta e influente obra científica. Para se ter uma idéia de sua influência científica, veja-se a descrição que Raul Pompéia faz dele em *O Ateneu*, como cientista capaz de despertar futuras vocações acadêmicas: "... os colecionadores, Ladislaus Netos um dia, fingiam museus mineralógicos, museus botânicos, onde abundavam as delicadas rendas secas de filamentos das folhas descarnadas..." (Pompéia: 1997 [1888], 46). Para maiores detalhes biográficos, Cf. Costa (1943) e Duarte (1950).

2.1 Cartografia Etnográfica

Barbosa Rodrigues iniciou suas coleções arqueológicas e etnográficas antes mesmo de ocupar-se como Diretor do Museu Botânico do Amazonas. Como ele anota em um de seus catálogos, suas primeiras pesquisas botânicas nos arredores de Minas Gerais lhe renderam uma igaçaba, desenterrada nas imediações do Rio Correnteza (Rodrigues: 1882a, 4). Ele teve recursos para amealhá-las. Seus primeiros trabalhos, nos anos 1870, caminharam na esteira dos financiamentos do Estado. Efetuaram-se sob beneplácito do Governo Imperial, que organizou, entre 1872 e 1875, por meio do Ministério da Agricultura, a Comissão do Amazonas.

Isolada no território nacional, a Amazônia sempre acarretou preocupações por parte do Governo Imperial. Demétrio Magnoli mostra-nos como, no Segundo Reinado, a Amazônia estava cercada por interesses colonialistas, concentrados, sobretudo, na questão da navegação fluvial. Um exemplo é-nos dado pelo Tenente do exército dos Estados Unidos, Matthew Maury. Em sua obra *The Amazon* (1853), pesquisas naturalistas orientaram-lhe argumentos diplomáticos para o acesso às bacias da região. Foi nesta conjuntura que, em 1850, D. Pedro II criou a província do Amazonas, e em 1866 abriu os portos amazonenses aos navios estrangeiros (Magnoli: 1997, 179 e segs.).

Não bastava, porém, regulamentar a província e abrir os portos. Era preciso também conhecer cientificamente a região. Assim como a Comissão Geológica Imperial (1875-1878), dirigida pelo geólogo canadense Charles Frederic Hartt (1840-18787), e cujo encargo era o de rastrear sistematicamente o território nacional, a Comissão do Amazonas, criada no mesmo contexto, igualmente deveria esquadrihar cientificamente a Amazônia³. Titulado pela Comissão, Barbosa Rodrigues explorou as adjacências dos vales do

³ - Sobre a Comissão Geológica Imperial, Cf. Figueirôa (1997; 2000; 2001).

Amazonas, e os rios Jamundá, Urubu, Jatapú e Tapajós. Publicou quatro relatórios sobre os resultados auferidos (Rodrigues: 1875a; 1875b; 1875c; 1875d). No percurso destas explorações, contactou diversos grupos indígenas: Mauhés, Araras, Caraíbas, Miranhas, Aruaquis, Pariquis, Cauixanas, Mundurucus, Tembés, Ticunas, Vasahys e Maupés. Fez, assim, pesquisas etnográficas e angariou coleções.

É que Barbosa Rodrigues nunca desassociou suas pesquisas em Ciências Naturais da Arqueologia e da Etnografia. Fê-las simultaneamente. O olhar que explorava a Geografia amazônica, durante a Comissão, era um amplexo que a tudo abarcava: as configurações paleontológicas da natureza; mas também aquilo que o presente lhe revelava: reentrâncias topográficas, curvas e extensões dos rios e seus tributários, a pleora de espécimes animais, minerais e botânicas, as possibilidades de exploração econômica e os recursos de navegabilidade. Do mesmo modo, seu escopo retinha o passado e o presente dos grupos indígenas amazônicos: os índios vivos e seus costumes ainda pulsantes; os índios mortos e sua cultura material adormecida sob a terra.

Como a Comissão do Amazonas, o Museu Botânico fundou-se como um tentáculo dos aparelhos de Estado. Campos Porto, secretário do Museu, frisa que a instituição nasceu por iniciativa da Princesa Isabel, em 1882. Para concretizá-la, Barbosa Rodrigues foi incumbido de elaborar um projeto administrativo-científico e tornou-se o único diretor que o Museu viria a ter (Porto: 1892, 61). Em seu projeto inicial, de 1882, Barbosa Rodrigues, segundo Campos Porto, determinou dois objetivos maiores para o Museu: classificar e estudar a distribuição geográfica da flora amazonense; por meio de um laboratório químico, deprender as possíveis aplicações industriais das plantas. Isto no que toca às Ciências Naturais. Quanto às Humanidades, o Museu Botânico deveria descrever a província em seus aspectos geográficos, históricos e etnográficos (Porto: 1892, 62-63). Esses objetivos

foram plenamente contemplados pelo regulamento do Museu, escrito, em janeiro de 1883, por Barbosa Rodrigues (Rodrigues: 1892a, XIII-XIX). Finalizado o regulamento, o Governo Imperial viabilizou o Museu pela Lei nº 629 de 18 de junho de 1883 (Rodrigues: 1892a, VI).

Integrava o regulamento de Barbosa Rodrigues a edição de uma revista em francês (que acabou sendo editada em português), para divulgar as descobertas e pesquisas do Museu. A revista, cujo nome, *Vellozia*, homenageava o naturalista franciscano Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), só teve um único número, publicado em 1888. Foi reeditada em 1892, em dois volumes. Aos estudos botânicos, paleontológicos e arqueológicos, imprimidos na primeira edição, a segunda acresceu artigos sobre plantas amazonenses, sobre uma tartaruga fóssil colossal e um jacaré igualmente fóssil e gigantesco.

A ambição de abranger num mesmo gesto científico as Ciências Naturais e as Humanidades calcou-se na organização das quatro seções do Museu. A primeira seção era de Botânica; a segunda, de Química; a terceira, de Etnografia e Arqueologia; por fim, a seção de História, Geografia e Estatística. Pode parecer estranho, aos olhos compartimentados das ciências de hoje, que as Humanidades estejam vinculadas a um Museu que se intitulava como Botânico. Contudo, tal inserção não se explica exclusivamente pelos interesses, voluntarismo ou idiosincrasias de Barbosa Rodrigues. Particularmente a Etnografia e a Arqueologia pré-histórica institucionalizaram-se, no Museu Botânico, sob o diapasão característico de sua quadra histórica. Como nos diz Alain Schnapp, em seu processo de institucionalização na Europa, a Arqueologia, particularmente a Arqueologia pré-histórica, sempre oscilou entre os modelos naturalistas e filológicos (Schapp: 1991, 21).

Os estudos arqueológicos e etnográficos, no século XIX, e mesmo até meados do século XX, gravitavam em torno à órbita das Ciências Naturais⁴. Esse processo foi comum não só ao Brasil e à Europa⁵. Tome-se, por exemplo, a institucionalização da Arqueologia em outras partes da América do Sul, como a Colômbia. Carl Langebaek Rueda (2003, 103) mostra-nos que, em 1871, fundou-se, em Bogotá, uma Academia de Ciências Exatas, Físicas e Naturais, entre cujas seções havia uma de Arqueologia e Antropologia. Os responsáveis por esta seção eram Ezequiel Uricoechea e Liborio Zerda, que propugnaram, na Colômbia, o estatuto científico e a retórica nacionalista da Arqueologia. Estes mesmos pesquisadores cuidavam, na *Sociedad de Naturalistas Neogranadinos*, das seções de Mineralogia e Geologia. Como no Brasil, os estudos arqueológicos colombianos consistiram essencialmente em debates geográficos, centrados nas ciências da terra e na idéia de “raça”.

A Arqueologia e a Etnografia não eram, assim, apêndices institucionais do Museu Botânico. Pois Barbosa Rodrigues firmou critérios científicos estritos para a terceira seção. Segundo o regulamento de 1884, a seção recolheria todos os objetos que tivessem relação com os usos e costumes indígenas, de todo o Brasil e especialmente da Província do Amazonas. A cultura material seria organizada conforme a distribuição geográfica dos

⁴ - Não faço aqui, portanto, uma separação radical entre Arqueologia e Ciências Naturais. E tampouco uma abordagem atemporal de uma ciência. Procuro entender os processos pelos quais as modernas áreas de conhecimento se construíram, buscando os contextos históricos e culturais no interior dos quais cientistas e comunidades científicas fizeram suas escolhas, tomaram decisões, negociaram conceitos. Paolo Rossi alerta sobre os “*casos exemplares*” em que as Histórias da Geologia se constituíram tradicionalmente: “*Com bastante freqüência, historiadores e filósofos da ciência têm a ilusão de que a especificidade da qual se ocupam sempre existiu; recuperam os conteúdos de uma variedade de textos que pertencem à épocas diversas e a terrenos heterogêneos e constróem as linhas de desenvolvimento de um objeto imaginário*” (Rossi: 1992, 7). Stephen Jay Gould, também em um livro sobre a História da Geologia, argumenta que o anacronismo em História da Ciência cumpre uma função específica: recontar a fábula da ciência. Para esta fábula cardinal, a ciência difere de todas as outras atividades intelectuais porque é a derradeira narrativa do progresso; seu motor de avanço são as descobertas empíricas e a indução de teorias globais que unificam e explicam o mundo natural (Gould: 1991, 17).

⁵ - A Arqueologia brasileira ligou-se epistemologicamente às Ciências Naturais desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838 (Ferreira: 2006).

grupos etnográficos. Além de conservar os crânios e esqueletos indígenas, a seção salvaguardaria fotografias ou desenhos que representassem os grupos etnográficos em posições favoráveis a futuros estudos em Antropologia Física. A seção previa, ainda, o estudo comparativo dos grupos indígenas. Por fim, as coleções arqueológicas e etnográficas seriam desenhadas e fotografadas; cada peça só seria trocada com outros Museus depois de haver uma triplicata (Rodrigues: 1892a, XVII-XVIII).

A terceira seção guardava uma ampla coleção: mais de 1.300 peças. Parte substancial delas foi colhida por Barbosa Rodrigues durante os trabalhos na Comissão do Amazonas. Isto é confirmado tanto pelo *Catálogo da Seção Etnográfica e Arqueológica* do Museu, escrito pelo próprio Barbosa Rodrigues (Rodrigues: 1892b), quanto por Campos Porto (Porto: 1892, 64). Os artefatos provenientes de suas pesquisas etnográficas e arqueológicas na Comissão do Amazonas só foram enviados a outras instituições, como o Museu Nacional, na forma de duplicatas (Rodrigues: 1882a, 3). Pelo *Catálogo da Seção Etnográfica e Arqueológica*, constata-se, ainda, que Barbosa Rodrigues avolumou as coleções por intermédio do que era, então, um meio habitual de obtenção: permuta com instituições congêneres, doação de colecionadores particulares e compra. Outras coleções preciosas obtiveram-se pelas escavações arqueológicas de Barbosa Rodrigues. Feitas não só em territórios arqueológicos situados em locais ínvios da Amazônia, mas também em núcleos urbanos, como Manaus (Rodrigues: 1892c, 30; 1892b, 116).

As coleções, no Museu Botânico, serviram a uma exposição permanente. Barbosa Rodrigues estampou-lhe todos os objetivos prescritos no regulamento para a terceira seção. O *Catálogo da Seção* descreve os arranjos compostos e o espírito científico que animava a exposição. Havia, em primeiro lugar, uma disposição comparativa dos artefatos. Eles representavam notadamente grupos indígenas amazônicos; mas havia, também, peças

arqueológicas e etnográficas de outras regiões brasileiras. Barbosa Rodrigues organizou-os em armários por ordem de funcionalidade técnica. Cada tipo de artefato, pertencente a uma determinada etnia, era exposto ao lado de um mesmo tipo de artefato de um outro grupo etnográfico. Os artefatos, portanto, eram vislumbrados paralelamente, referendados por categorias étnicas e de acordo com sua taxionomia técnica e funcional. Havia, assim, armários tipológicos com adornos usuais e festivos; outros apenas com armas; armários com instrumentos de música; outros com utensílios cerâmicos, de palha e madeira; por fim, armários tipológicos com artefatos arqueológicos (Rodrigues: 1892b, 87 e segs.).

Exibia-se, portanto, não só uma sucessão de conjuntos de artefatos próprios a um grupo etnográfico. Ao invés disso, o princípio adotado por Barbosa Rodrigues era o do *arranjo tipológico*. Comparava-se o desenvolvimento tecnológico e artístico das formas dos artefatos: dos pares classificados como tipos técnico-funcionais semelhantes, mas também dos tipos classificados como antitéticos. Uma abordagem comparativa sobre as gradações estilísticas que acompanhavam um mesmo artefato entre diferentes etnias. Princípio, pois, da continuidade tipológica. Barbosa Rodrigues baseou-se num modelo de arranjo e classificação de artefatos típico do final do século XIX. O General inglês August Pitt Rivers (1827-1900), descrito como um dos precursores das modernas técnicas de escavação, foi um dos primeiros a vulgarizá-lo no *British Museum of Natural History*. Suas coleções, que perfaziam mais de 14.000 peças arqueológicas e etnográficas, eram dispostas de maneira diacrônica, em seqüências evolutivas. Esboçavam uma narrativa material sobre a evolução tecnológica da humanidade⁶.

⁶ - Em 1884, transferiram-se as coleções de Pitt Rivers do *British Museum of Natural History* para o museu da Universidade de Oxford. A partir de então, o museu da Universidade foi batizado com o seu nome: *Pitt Rivers Museum*. Para uma análise biobibliográfica sobre Pitt Rivers, Cf. Mark Bowden (1999). Sobre o pensamento

Em segundo lugar, junto aos armários tipológicos, Barbosa Rodrigues apôs, como prometera no regulamento, fotografias de grupos indígenas. Ao lado das coleções de crânios e vestígios ósseos do Museu Botânico, as fotografias, retratando posturas físicas e ângulos pré-definidos, auxiliariam, como queria Barbosa Rodrigues, as pesquisas em Antropologia Física (Rodrigues: 1892b, 96; 104-105; 119). Mas Barbosa Rodrigues foi além do regulamento. Montou, com as fotografias, cenas etnográficas. Ilustrações para os arranjos de artefatos. Nos armários tipológicos de adornos usuais e festivos havia uma foto de um Tarianá trajando vestes rituais de pena e distintivos na cabeça; no armário tipológico destinado a utensílios domésticos, ele justapôs uma foto de uma habitação Miranha (Rodrigues: 1892b, 93 e 101). A montagem de cenas incluía, ainda, a exibição de painéis indígenas com “*pães de massa de mandioca*”, bem como uma urna funerária com um crânio de um indígena assassinado, em 1883, com um golpe no parietal (Rodrigues: 1892b, 101 e 107).

Barbosa Rodrigues, na exposição permanente, inseriu outros quesitos não previstos no regulamento. Pode-se designar o primeiro como *Arqueologia de contato*. Trata-se, neste caso, de artefatos híbridos, resultantes da mistura entre elementos culturais indígenas e do colonizador português; ou de artefatos de fabricação indígena com intrusão de matérias-primas das populações “brancas” da Amazônia. Assim, no armário tipológico de adornos usuais e festivos, Barbosa Rodrigues expôs uma tanga enfeitada com miçangas de vidro. No armário tipológico das armas de caça, ele exibiu uma lança Crichiná, cuja haste não era feita de madeira, mas de ferro. Para Barbosa Rodrigues, estes artefatos eram importantes porque revelavam sinais de transição do “*estado selvagem para o civilizado*” (Rodrigues:

etnológico e arqueológico de Pitt Rivers e o arranjo museológico de suas coleções, Cf. William Ryan Chapman (1985).

1892b, 95 e 115). O segundo quesito é o da *datação dos artefatos*. No armário de Arqueologia, Barbosa Rodrigues apresentou um remo recuperado próximo a Badajós. Baseando-se em observações geológicas, calculou que o remo fora enterrado há cem anos (Rodrigues: 1892b, 118-119).

Além de utilizá-las na exposição pública, Barbosa Rodrigues serviu-se das coleções para compor ligações entre as seções de Estatística, Geografia e História e a de Etnografia e Arqueologia. Visou, com esta tessitura, a cumprir um dos objetivos da terceira seção: o estudo da distribuição geográfica dos indígenas amazônicos. Ao final do *Catálogo*, ele listou todos os grupos indígenas da Amazônia contemplados pelas coleções do Museu Botânico, localizando-os conforme a proximidade dos rios em que eles habitavam. As coleções representavam 61 grupos indígenas (Rodrigues: 1892b, 121-122). Elas, portanto, se enfeixaram em números; quantificaram as populações indígenas; totalizaram em números e mapas, materializaram em quadros estatísticos e demográficos, os resultados das pesquisas etnográficas. Numa palavra, as coleções manifestaram um projeto de institucionalização dos estudos arqueológicos e etnográficos que fora arquitetado no IHGB, desde 1841, pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878) e pelo naturalista Francisco Freire Alemão (1797-1874): a feitura de uma *cartografia etnográfica*⁷.

Nela reside um dos aspectos centrais da política colonial empreendida por Barbosa Rodrigues. Porém, para melhor compreendê-la, é preciso, antes, determo-nos em suas interpretações arqueológicas e etnográficas.

⁷ - Em outros trabalhos discuti a base estatística da institucionalização da Arqueologia no IHGB (Ferreira: 1999; 2001a; 2006).

2.2 Duas Imigrações

Os resultados das primeiras pesquisas arqueológicas de Barbosa Rodrigues publicaram-se concomitantemente aos *Relatórios* da Comissão do Amazonas. Surgiram na Revista *Ensaio de Ciência*, publicação organizada, em 1876, por Guilherme Söch Capanema (1824-1906) e pelo próprio Barbosa Rodrigues. No primeiro e segundo números dos *Ensaio*, imprimiram-se dois artigos da lavra de Barbosa Rodrigues, cujos títulos se reproduziram em outros trabalhos: *Antigüidades do Amazonas* (Rodrigues: 1876a, 1876b). Mas não só o título repetiu-se nos anos posteriores. Os primeiros artigos de Barbosa Rodrigues sintetizam os métodos e as hipóteses de imigração com as quais ele trabalhou em todos os seus textos.

Como epígrafe de seu primeiro artigo, Barbosa Rodrigues citou a *Antiquités Céliques et antédiluviennes* (1847), de Boucher de Perthes (1788-1868). Escolheu-a como ilustração para criticar a Arqueologia brasileira: “*se há ramo da História que tenha sido descurado entre nós e que mais precise de estudo crítico é a Arqueologia*” (Rodrigues: 1876a, 94). A obra de Boucher de Perthes, segundo Barbosa Rodrigues, oferecia, já em 1847, métodos de reconstrução da Pré-História através da Arqueologia. Contudo, para ele, a Arqueologia era mais do que uma técnica auxiliar da História. Não era simplesmente uma ferramenta. Era uma oficina completa da História, capaz de interpretar os indígenas e caracterizá-los em seus graus de civilização.

Mas quais são, efetivamente, os métodos de análise arqueológica de Barbosa Rodrigues? Embora, segundo ele, a Arqueologia brasileira carecesse de estudos mais críticos, não há uma distância metodológica intransponível entre seus textos e os de seus pares; ele partilha como marca metodológica de seus trabalhos os princípios analíticos que nortearam, desde os anos 1870, a Arqueologia brasileira, e que permanecerão correntes ao

longo da Primeira República. Trata-se, sobretudo, da *geometria dos artefatos e dos sítios arqueológicos*⁸. Poder-se-ia também chamar esse princípio analítico como um *padrão euclidiano de análise* dos objetos arqueológicos. Ele deriva do movimento científico que se convencionou designar – mas que é o índice metodológico de uma regulação metodológica generalizada – como ciência humboldtiana.

Recentemente, Martin Rudwick (2000, 55), historiador da Paleontologia, parafraseando Bruno Latour e Steve Woolgar (1979), considerou que, comparadas à vida social dos laboratórios, as Ciências Naturais são terra semi-incógnita. A identificação quase unívoca do laboratório como o *loci* fundamental de construção dos fatos científicos desprivilegiou as pesquisas sobre as ciências de campo, como as Ciências Naturais (Kuclick e Kohler: 1996; Outram: 1997). Contudo, sabemos, por pesquisas modernas, como as de Michael Dettelbach (1997) e Janet Browe (1997), que a Física da Terra de Alexander von Humboldt (1769-1859) reverteu a idéia de que as Ciências Naturais consagraram-se-iam apenas à coleta de espécies e amostras. Tornaram-na uma nova topografia da terra, ancorada nos exames de precisão de medidas dos modernos instrumentos – o barômetro, o cronômetro, o quadrante, o sextante, o teodolito, o higrômetro, os compassos, as agulhas magnéticas etc. Essa ciência das medidas, entretanto, ampliou seu escopo para além das superfícies geográficas de grande proporção. As descrições e exames da Física da Terra atingiram também os pequenos objetos. Aqueles que os cientistas podem manusear e mensurar com fita métrica: por exemplo, os crânios estudados pela Antropologia Física (Bravo: 1997; Blanckaert: 2001; Gould: 1981). Essa matematização dos crânios que conduzia a uma topografia da “alma primitiva” incidiu também sobre os artefatos e sítios arqueológicos.

⁸ - Tratei mais longamente deste princípio analítico em outros trabalhos (Ferreira: 2001b; 2002).

Pretendia-se assim, ao analisar geometricamente um sítio arqueológico (como objeto de grande proporção) ou um artefato (como objeto de pequena proporção), conhecer suas propriedades, formas, modelos e funções. Tratava-se de medi-los, de descrevê-los recorrendo-se a metáforas geométricas, de deduzir o cálculo racional dos artefatos e sítios arqueológicos, sua precisão tecnológica, esmero estético e funcionalidade. O padrão euclidiano de análise permitia, numa palavra, determinar o *quantum* de civilização que um grupo etnográfico detinha – quanto mais geométrico um artefato ou um sítio arqueológico, mais racional e civilizado seria um grupo etnográfico. Desde Platão, afinal, só se entra na academia sabendo-se Geometria.

Pode-se ver a análise geométrica dos artefatos no *Catálogo da Seção* do Museu Botânico. Barbosa Rodrigues, além de arranjá-los numa taxonomia tipológica, no-los mediu e classificou segundo suas formas geométricas. Nos artigos dos *Ensaio de Ciência*, a geometria dos artefatos coaduna-se com outros métodos. Em primeiro lugar, o *exame das técnicas de confecção dos artefatos*. Assim, Barbosa Rodrigues descreveu exaustivamente os modos por que os instrumentos líticos e cerâmicos eram preparados, polidos e perfurados. Quanto aos líticos, ateve-se, principalmente, sobre os machados, demonstrando o uso de água e areia para o polimento de suas formas “*trapezóides*” e “*curvilíneas*” (Rodrigues: 1876a, 120 e segs.); quanto às cerâmicas, descreveu notadamente as da Ilha de Marajó, sem menosprezar, contudo, aquelas cujas técnicas de confecção seriam, para ele, mais simples (Rodrigues: 1876b, 19). Em segundo lugar, a geometria dos artefatos permitiu-lhe deduzir classificações e periodizações. Tomemos o exemplo das cerâmicas. Segundo ele, havia dois tipos básicos: utensílios domésticos e urnas mortuárias. Em ambas as classes descobrir-se-iam duas épocas distintas: a da gravura e a da pintura. Entre estas

épocas insinuar-se-ia um período intermediário; uma Era mais civilizada, que sobrepôs os dois modos de decoração, isto é, a gravura e a pintura (Rodrigues: 1876b, 19).

A geometria dos sítios arqueológicos, por sua vez, requeria algumas operações. Primeiro, a observação da situação geográfica do sítio arqueológico. Não se obedecia somente a uma medição exata do sítio. Atinava-se para a inserção dos sítios na paisagem. O lugar ocupado pelo sítio, sua posição no espaço, não seria aleatória. Teria um critério etnológico. Um significado mítico e religioso. A proximidade dos sítios, particularmente os que ele classificou como cemitérios, às margens de lagos e rios, era premeditada, pois os indígenas amazônicos acreditavam que os mortos tinham sede. Necessitavam de água para saciarem-se (Rodrigues: 1876a, 101). Em segundo lugar, a geometria dos sítios arqueológicos implicava escavá-los. E Barbosa Rodrigues escavou, durante os trabalhos na Comissão do Amazonas, aterros arqueológicos e sambaquis de afluentes amazônicos.

Suas escavações eram estratigráficas, à maneira peculiar do século XIX. A proposição por uma rigorosa escavação estratigráfica, dividindo-se o sítio arqueológico em quadrículas, foi introduzida somente nos anos 1950, por Sir Mortimer Wheeler, lídimo representante, na Índia e no Paquistão, da Arqueologia colonialista britânica. Wheeler enfatiza que, no começo do século XX, apenas o holandês E. A. Giffen e o arqueólogo A. V. Kidder, nos Estados Unidos, propuseram a escavação por quadrículas (Wheeler: 1961, 20-75). No final do século XIX, contudo, já se faziam escavações estratigráficas visando à cronologia. Sir William Matthew Flinders Petrie (1853-1942), por exemplo, responsável pelas primeiras escavações inglesas a partir de 1880, no Egito, dizia que a terra deveria ser retirada polegada a polegada, para se ver todos os vestígios que continham e como estavam geologicamente depositados (Drower: 1999).

Com as escavações estratigráficas procurava-se entender a História do sítio. Eram biografias de sítios arqueológicos. Realizavam-se, como afirma Noël Coye (1997, 65), por meio de analogias entre as estratificações geológica e arqueológica. Barbosa Rodrigues, em suas analogias, observando a distribuição vertical dos vestígios no interior das fatias estratigráficas, descobriu uma lógica cultural oposta àquela evidenciada pelo Conde de La Hure em Santa Catarina (La Hure: 1865). Se os sambaquis catarinenses apresentaram uma *primitividade decrescente*, os sítios arqueológicos do Amazonas mostraram uma *primitividade ascendente*. Barbosa Rodrigues, pois, verificou a degeneração indígena nos sítios arqueológicos. Segundo ele:

“(...) logo depois das armas e instrumentos de pedra, o que se apresenta, quando se revolve a terra, onde gerações extintas tinham levantado suas vivendas, são fragmentos de louça de barro.” (Rodrigues: 1876b, 5)⁹.

Os solos mais recentes de ocupação depositariam instrumentos toscos. Os primeiros solos, os mais antigos, por sua vez, guardavam cerâmicas refinadas, as quais ele comparou, em termos de decoração e perícia técnica, à olaria grega. Houve, portanto, uma civilização pré-histórica que, posteriormente, degenerou. Mas quais povos trouxeram esta civilização para a Amazônia? Barbosa Rodrigues, recuperando artefatos em suas escavações, manuseando-os, concluiu:

“É fora de dúvida para aqueles que têm tido em suas mãos as amostras dos produtos da arte desses tempos, que o contato de um povo mais artista e industrial levou

⁹ - Pesquisas arqueológicas modernas reconheceram esta seqüência cultural evidenciada por Barbosa Rodrigues (Meggers e Evans: 1957; Meggers: 1979; Roosevelt: 1991; Schaan: 2004; Neves: 2006). Tal constatação, porém, não deve ser transposta retrospectivamente para as visões políticas que Barbosa Rodrigues vislumbrou nesta seqüência cultural: aqui, as “lentes da neutralidade científica” do presente são, como sempre, incapazes de corrigir os olhares políticos do passado.

os primitivos habitantes de nossas matas a um grau de adiantamento superior ao que tem hoje” (Rodrigues: 1876a, 94).

Ele, pois, valeu-se de modelos difusionistas. O contato com um povo civilizado fez-se via uma imigração transatlântica: “*Não afirmo, mas parece-me que nossos autóctones se relacionavam com os filhos de Odín*” (Rodrigues: 1876a, 125). Esse difusionismo transcontinental não se fundou num hiato empírico. Barbosa Rodrigues partiu de uma outra operação metodológica acionada na escavação arqueológica dos aterros e sambaquis amazônicos: *a comparação entre sítios arqueológicos do continente americano*. A rota de imigração dos filhos de Odín teria deixado suas marcas pelo caminho. O ponto central de sua comparação foi com a obra *Ancient Monuments of the Mississippi Valley* (1848), do jornalista Ephraim G. Squier (1821-1888) e do médico Edwin H. Davis (1811-1888). Segundo estes autores, os *moundbuilders* norte-americanos de Mississipi e Ohio seriam obras vikings, e não indígenas (Blaskeslee: 1987; Trigger: 1990, 106-107; Patterson: 2001, 24; Stiebing: 1993, 178). Citando essa obra, Barbosa Rodrigues sugeriu que os povos nórdicos, descendo pelos Estados Unidos, chegaram à Amazônia e, depois, à Ilha de Marajó¹⁰. As cerâmicas marajoaras, assim, resultaram de misturas culturais entre técnicas nórdicas e autóctones.

O motor que propeliu o surgimento de uma civilização amazônica foi, portanto, o contato com os povos nórdicos. Barbosa Rodrigues sublinhou as sinalizações desta imigração. Uma delas seriam as pinturas rupestres. Na Ilha da Pedra, próximo ao Rio Negro, Barbosa Rodrigues localizou um desenho que, para ele, seria um *drakkar*, um barco

¹⁰ - Essa hipótese de uma imigração nórdica para a América fora antes trabalhada pela Sociedade Real dos Antiquários do Norte. A Arqueologia do IHGB e dos Estados Unidos, pelo menos até 1860, aceitou-a e tentou comprová-la (Ferreira: 2003a). Sublinhe-se que o IHGB (Ferreira: 2003a; Guimarães: 2001) e instituições antropológicas dos Estados Unidos (Horsman: 1981, 189) mantinham, desde os anos 1840, contatos regulares com a Sociedade Real dos Antiquários do Norte.

nórdico em forma de dragão (Rodrigues: 1876b, 19). Na década de 1880, já como diretor do Museu Botânico, Barbosa Rodrigues fez novas pesquisas de campo no Rio Negro. Mostrou que as pinturas rupestres estavam disseminadas por vários paredões dos afluentes do Rio Negro. Elas assinalariam os lugares de repouso de um povo que emigrava. Barbosa Rodrigues, inclusive, datou as pinturas, recorrendo, mais uma vez, à comparação entre sítios arqueológicos americanos: “*Pelos estudos que se têm feito sobre as inscrições encontradas na América, é fora de dúvida que remontam ao ano 800 mais ou menos da época cristã e que foram feitas por mãos estranhas àquela parte do globo*” (Rodrigues: 1885, 170). Os procedimentos da geometria dos artefatos e dos sítios arqueológicos, de outro lado, adensaram a hipótese de Barbosa Rodrigues: motivos decorativos da cerâmica marajoara lembravam o martelo de Thor; os sambaquis do Pará seriam estruturalmente similares aos da Dinamarca (Rodrigues: 1876a, 120).

Ainda nos anos 1870, Barbosa Rodrigues pensou uma outra hipótese sobre a origem da “civilização amazônica”. Fê-lo num curto estudo, publicado em 1875: *Ídolo Amazônico achado no Rio Amazonas* (Rodrigues: 1875e). Ele conceituou como ídolos amazônicos, sobretudo, os pequenos amuletos, zoólitos em forma de batráquios, confeccionados com minerais verdes, de jadeíte ou nefrita¹¹. Para Barbosa Rodrigues, não havia fontes de jadeíte e nefrita na América. Daí esses artefatos serem ímpares; e autenticarem, por conseguinte, a origem extra-americana da civilização pré-histórica da Amazônia. Os ídolos amazônicos seriam também eles fruto de um contato transatlântico, pois na Ásia é que abundavam as jazidas de jadeíte e nefrita. Logo, os ídolos amazônicos fabricaram-se por influência de povos asiáticos. Haveria, portanto, duas imigrações para a Amazônia: uma nórdica e outra asiática.

¹¹ - Para uma descrição mais abreviada deste artefato, Cf. João Barbosa Rodrigues (1882b).

Com estas hipóteses, Barbosa Rodrigues abriu uma polêmica com Ladislau Neto. Para o Diretor do Museu Nacional, a proposição fundamental da Arqueologia e Etnografia americana era a de Alexander von Humboldt, para quem a América fora um reduto de imigração asiática. Assim, conforme Ladislau Neto, povos asiáticos, particularmente os japoneses, teriam colonizado o México e a América Central. Originaram as grandes civilizações asteca e maia. Posteriormente, sempre segundo Ladislau Neto, os astecas assentaram uma colônia no vale e na foz amazônicas¹². Prová-lo-iam os amuletos batráquios de jadeíte, que se encontrariam, inclusive, entre os muiscas, indígenas da Colômbia que, para Ladislau Neto, influenciaram-se pelos mexicanos. Assim como Barbosa Rodrigues, Ladislau Neto não identificou fontes de jadeíte na América (Neto: 1888); logo, estes minerais foram trazidos na bagagem imigratória dos japoneses e difundidos, depois, pelos astecas. Em suma, dos vales amazônicos os astecas partiram para a Ilha de Marajó e para os Andes. Esta hipótese, que para Ladislau Neto dependeria de estudos ulteriores, verificar-se-ia, por exemplo, nas semelhanças entre a cerâmica marajoara e artefatos incaicos (Neto: 1877, 146 e segs; 1882a; 1882b; 1885).

Barbosa Rodrigues, já nos seus primeiros trabalhos dos *Ensaio de Ciência*, argumentara que Ladislau Neto estaria equivocado: “*É opinião geral que a civilização extinta do Amazonas é andina, mas pela comparação que temos feito, não só dos costumes*

¹² - Com uma roupagem metodológica parecida, esta hipótese foi trabalhada, desde os anos 1950, por Betty Meggers. Esposando os conceitos do determinismo ecológico e o difusionismo, Meggers traçou a origem das “altas civilizações americanas”. Para ela, estas nasceram por meio de contatos transoceânicos. No Equador, por exemplo, a Cultura Valdivia, com seus complexos cerâmicos requintados, não possuem uma tradição ancestral plantada em seu solo; na verdade, ela descende dos sambaquis japoneses do Pacífico, cuja seqüência cultural remontaria há 7.000 a.C., redundando, por volta do ano 3.000 a.C., na complexa Cultura Jomon. Para Meggers, a Cultura Jomon se difundiu ao longo da Costa do Pacífico, numa corrente cujos elos se prendem às praias da América Central e do México. De outro lado, muitas inovações, dentre elas a escrita, vislumbradas já entre os Olmecas, possuíam paralelos com a cultura Shang da China. Características da Cultura Jomon se notam também no Norte da Colômbia, de onde se difundiram, em 500 a.C., pela Ilha de Marajó (Meggers: 1954; 1975; 1979; 1998).

como das antigüidades, vê-se que é diferente. Além disso, as civilizações andina e mexicana estavam mais adiantadas do que a dos normandos” (Rodrigues: 1876a, 125). A “civilização amazônica” não provém, pois, dos povos mexicanos ou andinos. Essa discordância, contudo, é apenas aparente. Pois em última análise, para Ladislau Neto, as sementes das civilizações americanas foram plantadas por povos asiáticos, particularmente os japoneses. Somente num segundo momento é que floresceram e se ramificaram em Marajó e nos Andes. Outros autores se imiscuíram no debate. Domingos Soares Ferreira Pena criticou asperamente a Barbosa Rodrigues. Acusou-o de ser um cientista amador, por ter baseado suas descrições não no que ele manuseou e olhou de perto, mas unicamente em fotografias adulteradas (Pena: 1877a).

Em suas *Antigüidades do Amazonas III*, publicado, em 1880, nos *Ensaio de Ciência*, Barbosa Rodrigues respondeu a Ferreira Pena, chamando-lhe a atenção para o prestígio internacional de seus trabalhos (Rodrigues: 1880, 35 e segs.). De fato, após assumir a Direção do Museu Botânico, os trabalhos de Barbosa Rodrigues divulgaram-se pelo mundo. No início dos anos 1880, ele fez várias pesquisas de campo, e não só no Rio Negro. Delas resultaram diversos artigos, publicados majoritariamente na *Revista da Exposição Antropológica* do Rio de Janeiro, versando sobre aspectos antropológicos variados dos grupos indígenas amazônicos (Rodrigues: 1882c; 1882d; 1882e; 1882f; 1882h; 1882i; 1882j; 1882k; 1882l; 1882m; 1882n; 1882o; 1882p; 1882q)¹³. O reconhecimento internacional de suas pesquisas antropológicas e arqueológicas, contudo, ocorreu, fundamentalmente, devido ao suporte institucional e empírico proporcionado pelo Museu Botânico. Com o crescimento das coleções e seu arranjo em paralelos tipológicos,

¹³ - Cf., também, Rodrigues (1881a).

Barbosa Rodrigues dispôs de mais dados para comparar estilisticamente e geometricamente os artefatos amazônicos.

Ele, assim, após 1883, escreveu novos trabalhos, acercando-se de outros argumentos para suas hipóteses sobre o povoamento da Amazônia. Na verdade, mesmo antes de o Museu Botânico ser efetivado, Barbosa Rodrigues jactou-se do valor de peças específicas das coleções. Realçou-as principalmente na seleção que fez para a Exposição Antropológica do Rio de Janeiro. No catálogo elaborado para o certame científico, ele destacou, sobretudo, as coleções arqueológicas: cerâmicas da Ilha de Marajó e artefatos líticos advindos de aterros arqueológicos dos vales do Amazonas (Rodrigues: 1882a, 3-6).

Enfatizou notadamente, ainda, a importância dos ídolos simbólicos. Esses amuletos, segundo ele, teriam poucos exemplares no mundo. Somente museus alemães os possuíam, como os de Leipzig, Munique e Berlim, todos levados por Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) quando de seu regresso do Brasil (Rodrigues: 1882a, 3-6). Exemplares do machado cuja ascendência seria nórdica também teriam duplicatas em gesso nestes museus alemães (Rodrigues: 1892b, 119). Barbosa Rodrigues não salientou a raridade destes artefatos e sua presença em museus alemães por acaso; alardeou, na verdade, a relevância internacional de seus escritos arqueológicos. Dentre eles, *O Muirakitã e os Ídolos simbólicos: estudo da origem asiática da Civilização do Amazonas nos tempos Pré-Históricos*. Publicado originalmente em 1888, este livro, em 1899, teve uma segunda edição ampliada. O *muirakitã* seria, segundo ele, o nome tupi para os amuletos em forma de rã. Neste estudo, Barbosa Rodrigues insistiu na ausência de fontes de jadeíte na América como prova da imigração asiática na Amazônia. Além disso, um outro princípio analítico é utilizado largamente neste trabalho.

Trata-se do princípio da *analogia direta*. Nesta técnica analítica, inferem-se configurações arqueológicas a partir do presente etnográfico e da História indígena da região. A História indígena recompunha-se com base em documentos coloniais e, principalmente, pesquisas lingüísticas. As relações entre a Lingüística e a Arqueologia remontam ao século XVIII. Os estudos lingüísticos se impuseram, desde então, como um dos modos de se conhecer o passado das sociedades e suas filiações históricas, especular sobre movimentos de imigração e esboçar esquemas evolucionistas. No contexto colonial inglês, no final do século XVIII, Sir William Jones (1746-1794) descobriu uma coincidência entre a estrutura do sânscrito, do latim e do grego. Identificou alguns padrões de mudança, entre os quais o mais importante consistia na transformação constante das consoantes entre línguas aparentadas. Esta descoberta teve um grande impacto na Europa. Incrementou os estudos sobre as semelhanças estruturais entre as línguas, possibilitou a comparação de vocabulários de línguas vivas e gramáticas de línguas mortas, e de outro lado, o mapeamento das antigas imigrações que explicariam a chegada de povos falantes do indo-europeu na Europa (Poliakov: 1974; Renfrew: 1988; Funari: 1999b).

Os documentos lingüísticos, assim, passaram a ser tidos como vias de acesso à verdade do acontecido e como provas dos fluxos imigratórios de um povo (Malina e Vasicek: 1997, 33-34). Como argumenta Siân Jones (1997, 40-51), esta imbricação entre a Arqueologia e a Lingüística regulou a taxionomia das diferenças étnicas, presidiu a identificação arqueológica e lingüística entre povos e culturas, os paralelos entre cultura material, língua, população e território. Reside, nesta correlação entre Arqueologia e Lingüística, a noção de que os artefatos podem falar, narrar sobre tempos passados¹⁴. É o

¹⁴ - Esta é uma noção ainda viva. Veja-se, por exemplo, um dos mais belos títulos de livros de História da Arqueologia, de autoria de Paul MacKendrick (1966): *The Mute Stones Speak* (As Pedras Mudas Falam).

que se nota em Barbosa Rodrigues. Seu método levou-o a compulsar documentos históricos e lingüísticos e a compilar um extenso repertório de línguas indígenas amazonenses. Etribado nesta *corpora*, elaborou tabelas morfológico-comparativas, ressaltando as correspondências estruturais entre as línguas, costumes e a cultura material de povos asiáticos e amazônicos (Rodrigues: 1899, 155 e segs.). Além destes quadros comparativos, Barbosa Rodrigues demonstrou que sua hipótese não estava isolada no mundo científico; autores europeus compartilhavam de sua perspectiva.

O principal autor, citado por Barbosa Rodrigues, foi o zoólogo e mineralogista Heinrich Fisher (1817-1886), diretor do Museu de Baden. Em 1875, Fischer publicara, em Stuttgart, o seu livro *Nephrit und Jadeit*, com argumentos que se coadunavam aos de Barbosa Rodrigues. Os artefatos de jadeíte atestariam a presença da Ásia na Amazônia. No *Catálogo para a Exposição Antropológica do Rio de Janeiro*, Barbosa Rodrigues lembra um outro trabalho de Fisher: *Notice sur la Distribution Geographique des haches et autres objects en jade, nephrite et en jadeite* (1881). Para Barbosa Rodrigues, Fischer, além de estender o alcance da influência asiática para a Europa e a América Central, ressaltara o caráter monumental dos *muraquitãs*¹⁵. Segundo ele, os amuletos seriam:

“(...) um precioso monumento arqueológico, que leva a civilização muito mais para o Ocidente do que se sabia até a sua descoberta, e que dá muita luz sobre o estado de civilização pré-colombiana no norte do Império” (Rodrigues: 1882a, 4).

As escavações conduzidas por Barbosa Rodrigues à frente do Museu Botânico condensaram suas duas hipóteses de imigração transcontinental para a Amazônia. Seus

¹⁵ - Com efeito, neste período, admitia-se que o jadeíte, tanto em forma de matéria-prima bruta quanto em forma de artefatos, vinha da Ásia para a Europa. Além de Fischer, encontram-se outros antropólogos e arqueólogos europeus que endossaram essa interpretação. Para uma apresentação deste debate entre a comunidade científica européia, Cf. Westropp (1881).

resultados aparecem num texto escrito, originalmente, em 1886, e publicado na *Vellozia: Antigüidades do Amazonas: A necrópole de Mirakanguera* (Rodrigues: 1892c). A “necrópole” situava-se numa região já estudada por Barbosa Rodrigues: o vale do Amazonas (Rodrigues: 1875c). Voltando ao local, ele descobriu um sítio arqueológico, um terreno elevado de dez metros de altura, na região fronteira à Ilha Benta. Tentou resolver, inicialmente, dois problemas. O primeiro foi lingüístico: traduzir o toponímico atribuído ao local. *Mirakanguera* significaria osso de gente que existiu: *mira*, gente, *kang*; osso; *kuera*, que existiu (Rodrigues: 1892c, 2). Daí ele tê-lo rotulado como cemitério, necrópole. O segundo problema foi datar o sítio arqueológico. Para tanto, Barbosa Rodrigues empregou o *princípio geológico e geomorfológico de análise*.

Com este princípio analítico, Barbosa Rodrigues verificou o contexto geral dos achados arqueológicos e a situação geológica e geomorfológica do sítio. Fez uma análise geológica da região do sítio de modo a datá-lo. Não foi a primeira vez que Barbosa Rodrigues chegara a uma datação relativa da ocupação nativa da Amazônia. Ele já a deduzira, como vimos, pela geometria das cerâmicas, pelas escavações estratigráficas e comparação entre sítios arqueológicos do continente americano. Em *mirakanguera*, porém, ele estabeleceu a idade do sítio por meio do estudo geológico e do esboço das configurações primitivas da região. Segundo ele, a região, no passado, integrava um arquipélago nas imediações dos tributários do Amazonas; no presente, o arquipélago se unira por força de periódicas enchentes. Assim, o local:

“(...) depois de sucessivas e demoradas enchentes, alteou, e, pelo grande decréscimo das águas, tornou-se mais enxuto, de modo que não só as diversas ilhas se uniram separando o Amazonas desses rios, que ficaram comprimidos entre as ilhas e a

terra firme, como também, não chegando mais até as águas, as florestas apareceram, cresceu o húmus e totalmente se modificou a topografia.” (Rodrigues: 1892c, 3).

Segundo ele, o sítio, formado por um terreno argiloso, era composto de estratos de aluvião, trazidos pelas cheias do Rio Amazonas. Barbosa Rodrigues contrastou os estratos modernos e antigos do sítio arqueológico (Rodrigues: 1892c, 4). Constatou a antigüidade dos achados, evidenciando que todos eles estavam distribuídos por entre os depósitos mais remotos do sítio. Essa datação confirmou-se com o concurso da analogia direta. Barbosa Rodrigues, após uma extensa pesquisa histórica e lingüística, concluiu que a etnia Nu-Aruake vivera no primitivo arquipélago. Tê-lo-ia habitado até o século XVII, quando uma grande enchente o cobriu. Para ele, em suma, as Ciências Naturais e a História certificariam a longa duração do assentamento Nu-Aruake:

“As páginas traçadas pela mão da natureza no solo, e as da história pelas inscrições e seus escritos, nos afirmam que o cemitério começou em época pré-colombiana e durou até meados do século XVII.” (Rodrigues: 1892c, 5).

Em seguida, ele apresentou a distribuição geográfica dos Nu-Aruakes: viviam desde a Venezuela até o Amazonas, por todo o litoral e indo até as Antilhas e ao centro da Ilha de Marajó. Barbosa Rodrigues sabia, pela documentação histórica, que os Nu-Aruakes e os Muras foram tutelados, naquele local, por um Diretório de Índios. A necrópole localizar-se-ia, pois, sob escombros coloniais. Buscou, assim, provas materiais sobre a existência do antigo aldeamento. Evidenciou não só os vestígios dos alicerces de uma igreja, como também de casas e restos de louça (Rodrigues: 1892c, 5). Barbosa Rodrigues foi o primeiro, na Arqueologia brasileira, a buscar por estruturas históricas. A usá-las como atestado de veracidade dos documentos escritos.

Não se pode dizer, contudo, que ele praticou uma Arqueologia histórica. Seu interesse exclusivo foi o de testar, por meio das escavações do local, suas hipóteses de povoamento pré-histórico da Amazônia. Encontrou de chofre um conjunto de artefatos cerâmicos muito bem conservados. Comparou-o com as coleções já reunidas em tipologia técnico-estilística do Museu Botânico. Concluiu peremptoriamente pela raridade dos artefatos. Muitos exemplares não possuíam similares nas coleções amazonenses, e tampouco em qualquer outro Museu do Império:

“Notável torna-se a terracota da necrópole de mirakanguera pela elegância das formas de todos os seus vasos, o que a afasta inteiramente do geral dos congêneres encontrados, não só no vale amazônico, como mesmo no Império.” (Rodrigues: 1892c, 21).

Para estudá-las, adotou uma técnica analítica até então não usada na Arqueologia brasileira: *o princípio de classificação lingüística dos artefatos*. Com efeito, ele nunca deslindou a pesquisa etnográfica da lingüística. Mostram-no não só suas variadas publicações antropológicas e arqueológicas, mas também as lingüísticas. Após desocupar o cargo de Diretor do Museu Botânico, Barbosa Rodrigues publicou, no final do século XIX, o seu *Vocabulário indígena com Ortografia Correta* (1894); e ainda uma nomenclatura indígena para a Botânica amazônica (Rodrigues: 1905)¹⁶. Essa familiaridade com as línguas indígenas permitiu-lhe sistematizar uma tipologia lingüística das cerâmicas. Ao lado da análise euclidiana, de ordem geométrica, Barbosa Rodrigues dividiu as cerâmicas em nove tipos, de acordo com os nomes indígenas. A língua, para a comunidade científica de então, era um indicador das propriedades, forma e função dos artefatos. Além disso, servia como indício dos rituais de enterramento e das hierarquias e classes sociais do grupo étnico.

¹⁶ - Barbosa Rodrigues já anotava classificações etno-botânicas desde 1881 (Rodrigues: 1881b).

Assim, os *kamucis* eram urnas funerárias em forma de pequenos potes, raras vezes antropomorfos, que apresentavam pó e cinzas das ossadas; os *kamuci uaçu* eram os potes grandes onde se dissolviam as tintas para misturá-las com as cinzas; as *kanguera-çaua*, de outro lado, eram taças cinerárias, em forma de xícaras, ornadas com emblemas zoomorfos e antropomorfos; por fim, as *dauitibás* eram painéis votivos, onde se depositavam víveres para os mortos. Se estes artefatos destinavam-se a fins religiosos, se revelavam práticas funerárias, certos tipos de cerâmica conotavam, também, as hierarquias sociais. As formas, cores e emblemas das *iukaçauas* eram diferentes das *kanguera reru*; as primeiras encerravam ossadas completas, sem cremação, e suas formas representavam figuras humanas; as segundas guardavam ossadas queimadas e partidas, destituídas de relevo, pintura e formas humanas (Rodrigues: 1892c, 13-18). As *iukaçauas* seriam as urnas funerárias das classes superiores, dos líderes políticos ou religiosos (Cf. Figura 2.1). Elas integram o domínio da arte, e não o dos instintos:

“Eram, pois, pintadas de vermelho e preto. São as urnas brasileiras mais notáveis e que mais progresso e gosto artístico mostram na arte cerâmica. Nelas não se nota, como nos vasos domésticos, tentativas sugeridas pelas necessidades de conservação da vida, nota-se a inteligência do indivíduo, porque entra-se na arte, cujo domínio pertence à alma.” (Rodrigues: 1892c, 14).

Barbosa Rodrigues não vacilou em declarar a extrema beleza e o alto valor artístico, civilizado, das cerâmicas. Para medir-lhes os graus de civilização, ele recorreu a comparações com civilizações clássicas: *“Comparem-se as suas formas, com as semelhantes da indústria grega, da romana antiga, com as dos egípcios e asiáticos (...) e ver-se-á que mais graciosas e corretas não são as linhas nem mais bem acabadas as proporções”* (Rodrigues: 1892c, 18-19). Ademais, as cerâmicas de *mirakanguera* não

denotariam diferenças com as da Índia, cuja olaria remontaria a 300 a.C. e inspirara os mestres gregos (Rodrigues: 1892c, 9). Daí a semelhança entre a cerâmica de *mirakanguera* e os cântaros helênicos, ambos com pés e asas delicados (Rodrigues: 1892c, 21-22). Essa referência às civilizações clássicas e ênfase sobre a excentricidade dos artefatos não lhe era apenas um apanágio para mensurar o teor de civilização pré-histórica amazônica. Ela está no cerne de suas hipóteses de imigração pré-histórica.

Barbosa Rodrigues, fixando-as, polemizou novamente com Ladislau Neto. Retomando seus argumentos timbrados nos *Ensaio de Ciência*, afirmou que *mirakanguera* e os aterros da Ilha de Marajó não foram construídos pelos astecas ou pelos incas, “*como é de opinião do Sr Ladislau Neto*” (Rodrigues: 1892c, 31). Tanto *mirakanguera* quanto os aterros da Ilha de Marajó eram obras dos Nu-Aruakes. Aliás, para Barbosa Rodrigues, a ocupação indígena de Marajó não era pré-histórica, mas histórica (Rodrigues: 1892c, 7). Ladislau Neto, anos depois, em seu ensaio *Investigações sobre a Arqueologia Brasileira* (1885), respondeu a Barbosa Rodrigues. Insistiu na procedência asteca e parentesco incaico dos marajoaras, elegeu o vale do Amazonas como provável centro de confecção dos *muiraquitãs* e criticou Fischer por não conhecer devidamente as línguas indígenas.

Os motivos dessa polêmica, porém, não eram exclusivamente arqueológicos. Entre os dois cientistas havia um conflito pessoal. Ladislau Neto acusara Barbosa Rodrigues de tomar livros emprestados ao Museu Nacional, e nunca tê-los devolvido. Isso não impediu que Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues travassem, porém, uma “convivência civilizada”: durante o ano de 1882, eles integraram a Comissão de Arqueologia e Etnografia do IHGB¹⁷. A razão do conflito, aparentemente banal, prende-se a outro motivo. Como bem pondera Margaret Lopes (1997, 197), neste contexto em que a ciência local já estava

¹⁷ - Cf. Comissão de Arqueologia e Etnografia. **RIHGB**, (44): 1881, pp. 545.

bastante consolidada, a luta entre esses cientistas visava o prestígio de seus respectivos museus. No que se refere à faceta arqueológica da polêmica, é ainda Margaret Lopes quem nos oferece uma informação importante. O geólogo Orville A. Derby aconselhou o secretário da *Smithsonian Institution* a aproveitar-se das rugas entre Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto para adquirir peças arqueológicas amazonenses. Para conseguir-las, bastaria acenar com um apoio institucional ao Museu Botânico (Lopes: 1997, 198).

Hermann von Ihering, por sua vez, em seu necrológico a Barbosa Rodrigues, posicionou-se na polêmica. Afirmou que Ladislau Neto não só perseguira a Barbosa Rodrigues, como também minorou suas descobertas arqueológicas e adulterou a proveniência dos machados que ele enviara ao Museu Nacional. Exatamente aqueles encontrados durante a Comissão do Amazonas:

“Não faltaram a Barbosa Rodrigues desgostos e polêmicas com os colegas da Capital Federal, e a mais veemente entre elas foi a que teve lugar com Ladislau Neto e que versava sobre objetos arqueológicos da Amazônia e particularmente sobre uma preciosíssima pedra trabalhada, denominada o ídolo amazônico. O que é certo é que Ladislau Neto procurou diminuir os méritos de Barbosa Rodrigues com referência às suas descobertas arqueológicas. (...) Barbosa Rodrigues me deu informações minuciosas sobre esta questão e afirmou que, tendo mandado objetos arqueológicos da Amazônia ao Museu Nacional, estes foram indicados como provenientes do Rio Grande do Sul. Em discursos sobre o assunto, porém, ele provou a exatidão de suas afirmações, mostrando que a proveniência se achava indicada a lápis nos respectivos machados polidos” (von Ihering: 1911a, 31).

Se a proveniência dos machados foi ou não falsificada, o que estava em jogo era a disputa pela hegemonia de espaços institucionais. Tanto Ladislau Neto, diretor do Museu

Nacional, quanto Barbosa Rodrigues, diretor do Museu Botânico, sabiam que a Arqueologia amazônica era objeto de atenção mundial. Neste contexto, não só Fischer dedicou-se à Arqueologia amazônica. Uma importante obra americanista, *L’Amerique Préhistorique* (1883), escrita pelo Marquês de Nadaillac, endossou a origem asiática das civilizações americanas e especialmente dos *muiraquitãs* amazônicos. Escrever sobre Arqueologia amazônica era uma maneira de tornar-se conhecido num debate internacional. Mais do que isso, realizar grandes descobertas arqueológicas, mesmo fora dos temas amazônicos, alçaria qualquer cientista e instituição ao pináculo da ciência mundial. É o que explica o desejo do IHGB por um François Champollion (1790-1832) brasileiro (Ferreira: 2002; 2003a)¹⁸; e também as controversas cartas de Ladislau Netto a Ernest Renan (1823-1892), divulgando uma inscrição fenícia na então Paraíba do Sul, a qual, afinal, era apócrifa (Joffily: 1973; Langer: 2000; Ferreira: 2002).

Barbosa Rodrigues, portanto, procurava, através da Arqueologia amazônica, inserir os seus trabalhos e o Museu Botânico no panorama científico internacional. As cerâmicas de *mirakanguera*, por sua raridade e refinamento, atraíam a atenção do mundo. Contudo, haveria que explicar sua origem. Por certo, se os Nu-Aruakes as produziram, não foi por pura inspiração artística. Barbosa Rodrigues sabia que o prenúncio de uma civilização indígena amazônica tornara-se o agouro da degeneração. E isto ele verificou não só nos estratos dos sítios arqueológicos. Observou-o também no presente etnográfico. Os Nu-

¹⁸ Expressou-se literalmente esse desejo em duas ocasiões. Primeiro, a propósito da viagem do Cônego Benigno, que procurava uma “cidade abandonada” no sertão da Bahia na década de 1840: “*O Instituto não desespera do feliz resultado das tentativas do Sr Cônego Benigno de descobrir monumentos antigos nessa parte do novo mundo, nem lhe morre a esperança de possuir em seu seio um Champollion brasileiro, que com o facho de seu gênio indagador ilumine esta parte tão obscura da história primeva do nosso Brasil...*” (Lagos: 1844, 538). A segunda vez, quando da expedição à Pedra da Gávea para averiguar a existência de uma pretensa inscrição fenícia. Integraram a expedição Porto Alegre e Januário da Cunha Barbosa, os quais concluíram que a inscrição fenícia era “*produto da natureza*”. (Alegre e Barbosa: 1839, 98). A referência ao “*Champollion brasileiro*” está na pp. 99. Para o debate sobre a expedição, Cf.: 8ª Sessão em 23 de março de 1839. **RIHGB**, (1): 51-52.

Aruakes, no passado, indubitavelmente caminhavam para a civilização; contudo, no presente, eles desencaminharam-se, regrediram:

“Que a civilização que possuía o povo da Mirakanguera estava já em grau de grande aperfeiçoamento, o prova a maneira pela qual a argila era escolhida, preparada e cozida; a boa preparação das tintas que empregavam na pintura de seus vasos, as formas corretas e elegantes que davam aos mesmos; as gravuras e baixos relevos que neles se empregavam e a harmonia e inteligente disposição das linhas de seus desenhos (...). Embrutecidos e esquecidos da antiga indústria, que mal arremedam, atestando dia a dia a decadência do oleiro de hoje, que, preparando o mesmo vaso pelo primitivo modelo, tem as mãos tão inábeis que não chega a imitá-lo no aperfeiçoamento” (Rodrigues: 1892c. 9-10).

Mas quem foram, afinal, os mestres oleiros dos Nu-Aruakes? Há, aqui, um processo de iteração das hipóteses de Barbosa Rodrigues. Duas imigrações, chinesa e normanda, povoaram a Amazônia. A chinesa Barbosa Rodrigues não a datou; a segunda, como lhe indicaram as inscrições rupestres, se dera por volta do século VII. Como Barbosa Rodrigues materializou esses resultados? A geometria e classificação lingüística dos artefatos declinaram uma abordagem comparativa. Barbosa Rodrigues cotejou as cerâmicas de *mirakanguera* com catálogos e obras arqueológicas internacionais. Assim, um vaso quadrangular (*kanguera-çaua*) e as taças em forma de xícara, ele as classificou como espécies únicas na Amazônia (Cf. *Figura 2.2*). Somente o Japão e a China, no mundo antigo, elaboraram-nas:

“Quanto à forma, o vaso em questão afasta-se de todos os congêneres e de todos que conheço da região amazônica; é quadrangular. Essa forma é muito notável, porque em geral a circular é a constante de todos os vasos, de qualquer natureza que seja, e em todas as partes do mundo, desde a antigüidade. Como seja esta forma a mais fácil de fazer-se,

em geral da regra se não afastaram, excetuando somente o Japão e China, que desde a mais remota antigüidade, de preferência, deram aos seus vasos um contorno quadrangular, hexagonal ou octogonal (...). Esta, portanto, vem confirmar a opinião que formo da inteligência do povo de então, do seu grau de adiantamento na cerâmica e que isso não é devido à feitura autóctone e sim devida à indústria imigrada, e essa asiática” (Rodrigues: 1892c, 31-32).

Houve, contudo, uma coalescência entre as imigrações chinesa e normanda. Barbosa Rodrigues testemunhou-a com um artefato votivo: as *baetylas*. As *baetylas* eram pequenos machados polidos, feitos de diorito, utilizados como adornos funerários em *mirakanguera*. Estavam dispostos entre as cinzas e ossadas. Esse costume, segundo Barbosa Rodrigues, era comum na Ásia e na Europa. Para prová-lo, Barbosa Rodrigues citou um arqueólogo de renome internacional, Daniel Wilson (1816-1892), autor do livro *The Prehistoric Annals of Scotland* (1863):

“Wilson, nos Anais Pré-Históricos da Escócia, diz que existia aí a crença de que os machados de pedra sepultados com o cadáver serviam para o morto bater com eles às portas do purgatório que lhes eram abertas imediatamente. Se essa crença nas baetylas é geral na Europa e em toda a Ásia, por que não aceitaremos também que os Aruakes acreditavam no poder da pedra, quando eles indubitavelmente tinham reminiscências do berço asiático?” (Rodrigues: 1892c, 38-39).

A herança normanda na civilização amazônica, por seu turno, Barbosa Rodrigues verificou-a nas *dauitibás*, as panelas votivas (Cf. *Figura 2.3*). Sua confecção era esmerada, geometricamente trabalhada (Rodrigues: 1892c, 25). Concluiu que elas eram semelhantes àquelas em que os normandos guardavam cinzas mortuárias. Isso se lhe clarificou ao

confrontar as *dauitibás* com as fotografias exibidas numa das obras de Gustaf Oscar A. Montelius (1843-1921):

*“Esta panela é muito semelhante nas formas às em que os normandos guardavam as cinzas de seus mortos e é quase igual à que foi achada sob uma pedra (...), perto de Abekar, na Suécia, e que figura no Museu Nacional de Estocolmo, com o N° 4.792, como se vê nas **Antiguidades Suecas**, publicadas por Montelius em 1873”* (Rodrigues: 1892c, 25).

Para Barbosa Rodrigues, a Amazônia era uma esponja da miscigenação. A floresta absorveu e misturou essas duas imigrações. Mostravam-lhe isso diversas provas materiais e similitudes na cultura material, nos costumes e nas edificações dos aterros amazônicos e sambaquis dinamarqueses (*kokkenmoddingers*): *“Que a população do Amazonas descende de duas imigrações, uma asiática e outra normanda, cruzada, é para mim fora de dúvida, porque provas materiais o confirmam. O muiraquitã, os aterros sepulcrais e os kokkenmoddingers o atestam, além de diferentes usos idênticos, que isso corroboram. O uso de cremar os corpos e enterrar os ossos queimados foi dos normandos em sua época do ferro (...)”* (Rodrigues: 1892c, 9). Em outra passagem, ele arregimenta outro conjunto de provas, e aproveita para acender mais uma vez as achas da polêmica com Ladislau Netto:

“Aqueles que querem que a pré-colombiana civilização do vale amazônico fosse trazida por imigração peruana (que se deu muitos anos depois, sem deixar vestígio algum), aqui agora acham motivos... Mas, se semelhanças se encontraram no Peru, bem semelhantes são também os que se encontram nos moundbuilders, do Missouri, e vestígios normandos, casados a asiáticos não são em pequeno número no Amazonas, os quais diariamente nos convencem que uma imigração teve muita influência sobre outra no seu encontro e talvez mesmo fusão, predominando o tipo asiático, porque este no fim de muitas gerações, e poucas, absorve e faz desaparecer o outro” (Rodrigues: 1892c, 23).

Em suma, em *A Necrópole de Mirakanguera*, Barbosa Rodrigues reativa suas proposições enunciadas desde os escritos na *Ensaio de Ciência*. Contudo, neste ensaio, formulado no amparo institucional do Museu Botânico, Barbosa Rodrigues dispunha de maiores elementos materiais, de uma coleção bem arranjada e dos resultados de suas escavações. Barbosa Rodrigues finalizou-o com a promessa de fazer uma nova escavação no local. Objetivava coletar novos subsídios para suas interpretações sobre a ocupação humana no Vale do Amazonas (Rodrigues: 1892c, 40). Para ele, o tema, em sua complexidade, deveria ser objeto de várias disciplinas e técnicas analíticas. Congregadas, elas dariam razão a Alexander von Humboldt. Ao autor que inspirou Barbosa Rodrigues acerca de uma primeva imigração asiática no Vale amazônico:

“Esse estudo veio mais me convencer pela análise dos fatos, que razão tinha Humboldt, quando pela primeira vez, ante as antigüidades mexicanas, atribuiu a sua origem ao elemento asiático. Se não temos no Amazonas monumentos arquitetônicos ou esculturais, por lhes ter faltado material, que indiquem uma origem que se filie aos sectários de Buda, temos outros elementos, além do monumento Mirakanguera que nos provam uma civilização que se filia ao mesmo povo, ao menos aos seus descendentes ou a uma população que sofreu o seu contato e a influência por muito tempo (...). O estudo etnológico e craniométrico, que faço entre os índios das tribos ainda hoje semi-bárbaras, nas suas ossadas, talvez não me desmintam e antes venham confirmar mais o que a arqueologia, a tradição e as lendas me têm revelado” (Rodrigues: 1892c, 39).

2.3. Um Debate Sul-Americano

Não obstante a polêmica e disputa institucional, Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto formularam hipóteses e interpretações comuns. Para eles, Humboldt era a autoridade

americanista, o principal proponente da hipótese asiática de imigração para a América que eles trataram de verificar. Há, pois, uma concordância de fundo entre eles: povos asiáticos, japoneses ou chineses, trouxeram os rudimentos da civilização para a América. E o molde fundamental de análise dos dados, em ambos, é o mesmo: o difusionismo.

Formalmente, credita-se o aparecimento do difusionismo, na teoria antropológica e arqueológica, no primeiro terço do século XX. Tanto Friedrich Ratzel (1844-1904), quanto Franz Boas (1858-1942), ter-lhe-iam fundado os preceitos científicos fundamentais (Laplantine: 1993, 75-86; Trigger: 1990, 150-155). Porém, seu conceito básico, segundo o qual não existem invenções culturais independentes, que elas se fazem pelos contatos transcontinentais e intercontinentais, pela diáspora dos povos civilizados, pelos mestres peritos a ensinar populações imperitas, já imperava, tanto na América quanto na Europa, desde o século XVIII (Frost: 1993).

O modelo difusionista, no americanismo, atrelou-se umbilicalmente ao conceito de degeneração. Tal conceito esteve, desde os escritos de Georges Louis Leclerc, o Conde de Buffon (1709-1788), acolchetado à visão da América como um continente jovem, para onde humanos e animais, ao imigrarem da Ásia, sucumbiram às asperezas do clima tropical. Ele foi suficientemente influente para comparecer obrigatoriamente não só na agenda dos debates em Ciências Naturais e Antropologia dos séculos XVIII e XIX (Blanckaert: 1993), mas também na Psicologia e Biologia¹⁹. Foi adotado, até meados do século XX, por vários autores, cabendo a Freud o mérito de tê-lo solapado (Gould: 1981; Foucault: 1994f).

¹⁹ - Pode-se dizer que também na Filosofia. Assim, Nietzsche, em *Além do Bem e do Mal*, declarou: “Segundo parece, os moralistas sentem um ódio poderoso contra as florestas virgens e contra os trópicos! E sustentam como exato que o homem dos trópicos deva ser desacreditado a qualquer custo, apresentando-o como forma degenerada e mórbida do homem, ou como se fosse seu próprio inferno e seu próprio tormento”. (Nietzsche: 1992 [1886], 125).

Do ponto de vista político, o conceito de degeneração legitimava a colonização do continente americano (Gerbi: 1996). O que gerou uma série de respostas dos cientistas da América do Sul. As elites crioulas sul-americanas viam na ciência uma forma de ascensão social, de intervenção e engajamento políticos (Pastrana: 1987). Nas palavras de Luis Carlos Arboleda (2000), o erudito conspirador tornou-se, paulatinamente, um sábio republicano. Se as ciências se desenvolveram em concomitância com a expansão imperial européia (Petitjean: 1992), elas geraram nas colônias, como diz Roy MacLeod (1987), uma intensa criatividade intelectual; uma dialética entre propagação metropolitana e re-elaboração colonial²⁰. Foi o que ocorreu, nas Ciências Naturais, com o conceito de degeneração. Maria Raquel da Fonseca (1996) mostra-nos que, tanto no Brasil como no México, o conceito, que implicava subordinação política e tutela colonial, reverteu-se como caminho de viabilidade para as nações americanas. Contestando os cientistas europeus que forjaram a idéia de degeneração da América, os cientistas locais apontavam, por meio de estudos práticos sobre a natureza, as potencialidades e fertilidade das terras americanas.

Isto quanto às Ciências Naturais. Já com a Arqueologia, que lidava com as populações humanas nativas, o problema se revestiu em outros contornos. O difusionismo atribuiu, quase sempre, uma origem extra-americana para as populações indígenas. Mas Humboldt, Fisher, Nadaillac, Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto não foram os únicos a postulá-la. Na América do Sul, essa hipótese era mais ou menos consensual. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, cientistas da América Latina, ocupados com o passado pré-hispânico, corroboraram-na (Sánchez: 2004, 115-207). Esta herança asiática explicaria o surgimento de civilizações nos Andes e nos planaltos americanos. Na região amazônica, em meio às

²⁰ - A este respeito, Cf. também Juan José Saldaña (1986).

fragosidades da floresta, os índios degeneraram. A região não seria propícia para a formação de Estados centralizados e de civilizações. Os poucos grupos que se civilizaram, lograram-no graças aos contatos com as populações andinas, do México e da América Central. Buscava-se assim, na cultura material, contigüidades simbólicas e estruturais que provassem a existência de contatos intercontinentais e inter-regionais.

Carl Henrik Langebaek Rueda (2003, 209-213) argumenta que a Arqueologia sul-americana, notadamente a da Colômbia, centrada no difusionismo, no determinismo ambiental, na idéia de degeneração e na de “raça”, serviu à hegemonia e à exclusão social. As elites políticas e científicas do século XVIII utilizaram a Arqueologia em conluio com projetos de higienização e eugenia das populações; como uma estratégia de exclusão, que se poderia conceituar de dois modos. No século XVIII, ela era uma geoexclusão, à medida que teve como referência as relações entre imigração, meio-ambiente e desenvolvimento cultural. Desde meados do século XIX, no período pós-independência, poder-se-ia falar numa bioexclusão, pois as estratégias focaram-se em aspectos biológicos e “raciais”.

2.4 Nacionalismo, Higiene e Pacificação

Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto pisaram no solo central deste debate americanista. Caminharam na contramão do enunciado de que a civilização não medrou no ambiente inóspito da Amazônia. Ambos rastrearam um passado civilizado que teria abarcado uma porção territorial mais ampla da América do Sul. Localizaram, com suas escavações, uma Pré-História monumental na Amazônia. Identificaram na Amazônia, fincadas em suas raízes pré-históricas, áreas de civilização. Pequenas áreas geográficas onde grupos civilizados vicejaram. Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto inventaram (inventar, na dupla acepção de descoberta e construção) uma Amazônia que não seria

completamente corrosiva e inóspita; para eles, através dos contatos intercontinentais e inter-regionais, na Amazônia fundiram-se diferenças étnicas, criou-se algo novo, palpável na cultura material e na simbologia de suas inscrições culturais.

Ao inventarem uma Amazônia indígena civilizada, Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto jungiram-se a uma tradição de pesquisas arqueológicas do Império. Uma tradição que conceituo como *Arqueologia nobiliárquica*²¹. Sua inserção institucional deu-se, inicialmente, no IHGB, emanando de textos variados e de autores vários; dentre eles, para limitarmo-nos aos nomes mais conhecidos, encontram-se Gonçalves Dias (1823-1864), Francisco Adolfo Varnhagen, Domingos José Gonçalves Magalhães (1811-1882) e Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879).

Sem querer simplificá-la em suas diferenças conceituais e políticas internas, pode dizer-se que a Arqueologia nobiliárquica articulava-se ao projeto político centralizador da Monarquia. Fê-lo ao modo nacionalista e colonialista. Procurava validar uma hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil. Buscava, nos vestígios arqueológicos, na arte rupestre e, sobretudo, nas línguas e mitos indígenas, uma origem que remontasse aos povos da Antigüidade: gregos, fenícios, egípcios. Essa civilização primordial poderia, também, advir de navegadores europeus modernos, que possivelmente teriam aportado no Brasil antes da chegada de Cabral. A busca por uma origem civilizada entre os índios correspondia à constituição de uma identidade nacional. Tratava-se de prescrever uma determinada ordem, um lugar social a ser ocupado pelos indígenas na hierarquia e na representação histórico-coletiva da Nação.

²¹ - Apresentei mais longamente a Arqueologia nobiliárquica em outros trabalhos (Ferreira: 1999; 2002; 2003a; 2003c; 2005a; 2005d).

Numa sociedade que distribuía títulos de nobreza, os indígenas que a rodeavam deveriam ser também “nobres”. Ainda que sua nobreza estivesse entre artefatos despedaçados, restos petrificados e em pleno mutismo. Com os instrumentos da Arqueologia, procurava-se remodelar aqueles pedaços, dar-lhes voz. Fazê-los falar um relato histórico de origem, um *Epos* onde as elites do país pudessem se reconhecer. Alicerçada numa sociedade em que a imagem do indígena figurava nos brasões imperiais, em que os nomes indígenas batizavam a proveniência de uma família, do sangue e da tradição aristocrática, a Arqueologia confundiu-se com a heráldica. Lia os artefatos como depositários de signos de civilização.

Movendo-se num transporte numismático, ela trazia consigo uma moeda de reversos ambivalentes. De um lado, devia-se poli-la para que seu metal lampejasse um brilho civilizado. Mas esse brilho vinha do passado. De um lugar onde os conflitos podem ser conjurados pelos poderes de uma narrativa epopéica, por uma *Odisséia* ambientada na floresta, com um majestoso Ulisses a disseminar, no passado, a civilização entre os nativos. O outro lado da moeda era o índio vivo. O índio do presente. E o presente é um lugar onde os conflitos se resolvem pelo combate e pelas táticas políticas. Os solos de manobra destas táticas repousavam, para a Arqueologia nobiliárquica, na proposição americanista de que o indígena cisandino era degenerado.

Reconhecia-se no indígena alguém que teve um passado civilizado, mas que, contudo, degenerou pela ação impiedosa dos trópicos, pelos desejos frenéticos da miscigenação e da antropofagia. Civilizado no passado, o índio seria agora um grego nu. Alguém que se despojou dos trajes civilizados do passado, cobrindo-se com vestes de pena. Se os artefatos do passado podem guardar emblemas civilizados, os do presente, embora sejam objetos etnográficos, são ameaçadores. O arco e a flecha impedem a interiorização da

civilização e o avanço geopolítico do Estado Nacional. Assim, as reflexões sobre a possibilidade de se estabelecer um pacto social com os indígenas bambearam entre a solução do extermínio, como o propuseram Varnhagen e o laureado poeta das poesias americanas, Gonçalves Dias; a receita eugênica da miscigenação entre índios e imigrantes europeus²²; por fim, a guerra declarada aos degenerados e mistura racial entre índios mais civilizados. Qualquer possibilidade de contrato social implicava na diluição do indígena no corpo da Nação.

Os cientistas e literatos que escreviam sobre Arqueologia viam-se, por assim dizer, como rapsodos. Concebiam a Arqueologia como matéria-prima para a composição de uma grandiosa rapsódia, um poema em prosa documental capaz de brindar o Império com um épico nacionalista. Mas, o épico da Arqueologia nobiliárquica, como quase todos os épicos, versificou seus cenários com os painéis da guerra e da conquista. É que a Arqueologia nobiliárquica pode ser definida como uma modalidade de conquista do território nacional e das populações indígenas. Dulcificar as populações indígenas por meio de projetos coloniais e assegurar o povoamento do território nacional: estas duas metas presidiram as determinações políticas da Arqueologia nobiliárquica. Ao classificar as populações indígenas como o Outro antitético da Nação, definindo-as como bárbaras e degeneradas, a Arqueologia nobiliárquica açulava anseios colonialistas, fabricando a imagem de um Império que seria uma nova Roma ou nova Grécia a alastrar, feito um Alexandre altivo e augusto, a expansão colonial do Estado Nacional.

O debate americanista, com seu modelo difusionista e o conceito de degeneração, marcou indelevelmente, pois, a institucionalização da Arqueologia durante o Império. Se o

²² - A rigor, o termo eugenia (*eu*: boa; *genus*: geração) é inventado somente em 1883, pelo geógrafo e naturalista Francis Galton (1822-1911). Contudo, propostas científicas de mistura das “raças” para o aperfeiçoamento das populações surgiram desde o começo do século XIX (Carol: 1995).

difusionismo foi admitido como explicação de um passado pré-histórico civilizado, a degeneração americana plasmou a visão de um território brasileiro primitivo; um território cuja degeneração criou nativos com população diminuta e irregularmente distribuída, cujo vazio demográfico conclamava a civilização a colonizá-lo. O nativo só chegaria à civilização pela colonização. Desse modo, o motivo da degeneração indígena e o modelo difusionista acionaram uma noção que, nas palavras de Martin Wobst (2005, 21-22), sempre esteve no coração da Arqueologia colonialista: a noção de *terra nullius* (terras que não pertencem a ninguém). Tal noção, juntamente com o conceito de degeneração, tornou-se um apanágio para incorporar as terras indígenas. Despontam-se, nesse caso, paralelos entre as práticas arqueológicas do Brasil Imperial e os contextos coloniais da Austrália e dos Estados Unidos (Colley: 2002; Russel e MaCniven: 1998; MacGuirre: 1992a): a noção de *terra nullius*, de vazio demográfico, acrescida ao modelo difusionista de imigração de povos mais avançados que colonizaram povos “primitivos”, legitimou a tomada das terras indígenas e a nuclearização dos nativos em aldeamentos.

A Arqueologia nobiliárquica definiu, portanto, políticas de identidade que declinaram os verbos e desinências do nacionalismo e do colonialismo. Assim, deve-se notar que a mundialização das ciências, ao menos no que se refere à institucionalização da Arqueologia brasileira, trouxe em sua esteira processos políticos de ordem efetivamente globais. Não por acaso, a Arqueologia nobiliárquica foi oficialmente institucionalizada no IHGB em 1850 (a partir de um projeto original de 1847). Durante, portanto, um contexto de fervor e culto nacionalista. Nestes anos caracterizados pela política de conciliação encabeçada pelo Ministério (1853-1857) do Marquês do Paraná (Honório Carneiro Leão), o IHGB materializou sua seção de Arqueologia e Etnografia na redação de novos estatutos e na mudança de suas instalações, em 1850, para o paço da cidade, no Rio de Janeiro. E foi

justamente a geração nacionalista do romantismo brasileiro que projetou e instalou a nova seção. Foram os idealizadores e colaboradores das revistas *Niterói* (1836) e *Guanabara* (1850) – Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820-1891), Manoel de Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias e Domingos José Gonçalves de Magalhães – que ocuparam os postos de direção da seção e escreveram artigos arqueológicos e etnográficos²³.

Ora, no plano mundial, o ano de 1850 é tido como marco do auge das relações entre nacionalismo e Arqueologia (Díaz-Andreu: 1999; 2001; Díaz-Andreu e Champion: 1996; Atkinson et all: 1996)²⁴. Institucionalizando oficialmente a Arqueologia em 1850, o IHGB compassou-se por preceitos mundiais, compondo as pesquisas arqueológicas com roupagens nacionalistas. Mas essa congruência por processos mundiais e pela mundialização das ciências é, num certo sentido, inseparável dos propósitos coloniais. Como diz Edward Said, a idéia de tradição nacional inventada, na acepção de Hobsbawm ([1983] 1994), serviu sempre a projetos de hegemonia e centralização política com aspirações coloniais (Said: 1983). O nacionalismo como *habitus* fortaleceu-se com a exploração colonial (Brennan: 1989). As narrativas histórico-nacionalistas formaram-se a partir de uma atitude expansionista, acicatadas pelo avanço em territórios e pela negação da alteridade do Outro (Andersen: 1983; Hardt e Negri: 2004).

²³ Sobre Gonçalves Dias, Joaquim Norberto de Souza e Silva e Porto Alegre como diretores e membros da seção de Arqueologia e Etnografia, Cf: 177ª Sessão em 2 de setembro de 1847. **RIHGB**, (9): 422, 1847 (essa é a mesma sessão em que se propôs a criação da seção de Arqueologia e Etnografia); 198ª Sessão em 31 de agosto de 1848. **RIHGB**, (10): 404, 1848; 208ª Sessão em 15 de julho de 1849. **RIHGB**, (11), 414, 1849; 227ª Sessão da Assembléia Geral em 23 de maio de 1851. **RIHGB**, (14): 421-425, 1851; Sessão da Assembléia Geral celebrada no dia 21 de dezembro de 1853. **RIHGB**, (17): 563-567, 1854.

²⁴ - Como toda periodização, esta é também um artifício para a compreensão de processos históricos. Afinal, um eloqüente exemplo das relações entre nacionalismo e Arqueologia se deu já em 1822, após a independência da Grécia, quando as elites gregas custearam instituições e museus dedicados às pesquisas arqueológicas objetivando a criação de símbolos nacionais (Stiebing: 1993, 123). Isto não impediu, contudo, que equipes estrangeiras continuassem a realizar escavações sistemáticas no país, o que deu azo à montagem, no final do século XIX e início do XX, das chamadas Escolas de Arqueologia Clássica européias e dos Estados Unidos (Davis: 2003).

Mas como Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto ajudaram a formular as políticas de identidade do Império? Parafraseando Homi K. Bhabha, eles conceberam a disseminação de culturas extra-americanas como *DissemiNação* (Bhabha: 1990)²⁵. O passado pré-histórico da Amazônia, com suas disseminações intercontinentais, se propagaria, agora, numa representação histórico-coletiva da Nação. Ambos modularam o passado como fôrma de uma identidade nacional inclusiva e primordial. Tratava-se de constituir uma alegoria nacional, compondo-a com os motivos de um passado civilizado; de irromper um passado glorioso através do presente, mostrando que, no Brasil, assim como nos Andes, no México e na América Central, houve uma grande civilização.

A confecção desta alegoria é exemplificada na participação de Ladislau Neto na Exposição Universal de Paris, em 1889. Ladislau Neto montou um expositor intitulado “*Palais de l’Amazonie*”, destinado, principalmente, à cultura material da Ilha Marajó; de permeio, havia retratos dos Botocudos, de índios do Rio Negro e de mestiços da Amazônia. A exposição, segundo Lilia M. Schwarcz (1998, 405), foi concorridíssima, e os jornais parisienses derramaram elogios à “arte indígena” e a Ladislau Neto. Heloisa Barbuy (1996), porém, adverte-nos que o expositor estava nas dependências da exposição chamada de Casa Inca. Muito próximo, aliás, de um pavilhão também caro às interpretações arqueológicas de Ladislau Neto: o pavilhão mexicano, que fora construído em estilo neo-asteca e exibia artefatos arqueológicos astecas (Branding: 2001). Para Ladislau Neto, esta exposição foi um corolário de seus esforços: exibir materialmente a vinculação arqueológica, explanada reiteradamente em seus textos, entre os incas, astecas e os marajoaras; expor artefatos que provavam a presença insinuante, porém indireta, das civilizações asiáticas no Brasil.

²⁵ - De fato, o conceito de Homi K. Bhabha se refere mais ao tempo presente, da globalização, do que ao passado. Contudo, Bhabha faz, com este conceito, uma crítica às “narrativas pedagógicas” do nacionalismo, que coroam os Estados nacionais com identidades essencialistas.

Não estou sugerindo, contudo, que houve, na institucionalização da Arqueologia brasileira, e particularmente em Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto, uma determinação unilateral entre a disciplina e a elaboração de uma identidade nacional. Como diz Lynn Meskell (2001, 192-194), as relações entre Arqueologia e nacionalismo, ou, dito de outro modo, entre ela e os projetos políticos de dominação das elites, são complexas, nuançadas. A Arqueologia não impõe somente modelos hegemônicos e duradouros; não é o agente de um plano maquiavélico, sobre o qual existiria um acordo consensual por parte das elites; nos processos de fabricação de identidades nacionais, a Arqueologia não se reduz a uma voz unívoca e altissonante. Tanto é assim que, em certos momentos, houve resistências diversas, por parte das elites crioulas, em admitir o passado indígena como integrante de suas representações histórico-nacionalistas, mesmo nos países cujos vestígios arqueológicos eram “civilizados” (Rueda: 2003, 78). Um exemplo destas ambigüidades é apresentado pelo Museu Nacional do México, onde, por longos anos, considerou-se inapropriado exibir publicamente, ao lado de réplicas de esculturas gregas e romanas, esculturas em terracota de deusas astecas (Morales-Moreno: 1996).

Ademais, frise-se que qualquer representação histórico-coletiva sobre uma Nação seleciona e hierarquiza os grupos sociais que podem figurá-la. Daí a dicotomia estampada por Ladislau Neto na Exposição Universal de Paris: de um lado, a civilizada Pré-História marajoara e sua cultura material; de outro, retratos com tipos primitivos e mestiços. Esse processo de escolha de grupos, a articulação entre as interpretações arqueológicas de Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues e o nacionalismo, é ainda mais visível nos filtros e vieses de leitura de ambos, isto é, no modo seletivo como eles usaram os autores citados²⁶.

²⁶ - O que estou chamando de filtro ou viés de leitura é inspirado na noção de contexto de recepção de Dominick LaCapra (1985; 1986): tento traduzir a especificidade das leituras de Barbosa Rodrigues e Ladislau

Ladislau Neto, embora concebesse Humboldt como autoridade americanista, desconsiderou algumas de suas proposições. Afinal, Humboldt, em sua obra *Sites des Cordilleres et Monuments des Peuples indigines de l’Amerique* ([1810] 1989), reproduziu o enunciado corrente entre as elites crioulas: na Amazônia nunca houve vida civilizada; na América, a civilização se erigiu apenas nas planuras andinas. Além disso, Humboldt foi um crítico agudo dos cientistas europeus e crioulos que propugnaram a degeneração indígena. Para ele, o estado lamentável dos indígenas americanos decretara-se, primeiro, pela exploração das dinastias inca e asteca às classes subalternas; depois, pela brutalidade impingida pelo sistema colonial espanhol. Diante deste fado nefasto, Humboldt declarou que a paz política na América dependeria de acordos políticos entre crioulos e indígenas; requereria tirá-los do estado de “barbárie, abjeção e miséria” (Miranda: 1991).

Do mesmo modo, o diretor do Museu Nacional não atentou para certas proposições daquele para quem ele comunicou seu “achado fenício”. Ernest Renan, como o demonstra Edward Said (1978), contribuiu para a formulação de uma identidade ontológica para o Oriente. Contudo, em sua conferência pronunciada na Sorbonne, *O que é uma Nação?* (1990 [1882]), ele questionou os determinismos naturalistas que presidiam as fronteiras das Nações. Estas não seriam ditadas pela língua, raça, geografia ou religião. Para Ernest Renan, uma Nação é produto de um erro histórico. Ela exige o apagamento da memória coletiva, a elisão de que a violência originou as formações políticas modernas. Uma Nação, para Renan, é uma alma, um princípio espiritual que exigiria duas coisas: um rico legado de memórias comuns e o desejo dos grupos sociais de viverem comunitariamente. Ela pressupõe, portanto, um passado e um presente. Um conjunto de heranças, um patrimônio

Neto; o que envolve o mapeamento dos diálogos que eles estabeleceram com os autores citados, atentando, inclusive, para o modo como silenciaram certas proposições destes autores.

cultural herdado pelos grupos do presente, os quais, unidos por uma consciência moral, sacrificariam o indivíduo em nome da coletividade. Por isso, a existência de uma Nação implicaria um plebiscito diário. Uma deliberação popular cotidiana acerca do sentimento histórico de pertencimento a uma fronteira nacional.

É até possível que Ladislau Neto não tenha lido a conferência de Renan. Do autor, interessava-lhe fundamentalmente a obra filológica e histórica, o estudioso das antigas civilizações. De todo modo, reteve-lhe a verve mais essencialista, mais promotora de identidades culturais ontológicas. Há um uso filtrado também de Humboldt. Se por um lado Ladislau Neto inspirou-se em Humboldt para lastrar a hipótese de povoamento asiático da América, de outro contradisse o enunciado, endossado pelo naturalista, acerca da inexistência de civilizações na Amazônia. E, assim como Humboldt, Ladislau Neto partilhou a noção de que os indígenas não eram degenerados. Contudo, para Ladislau Neto, a “miséria atual dos indígenas” devia-se a uma imanência biológica; não resultara da colonização luso-espanhola ou do sistema de classes das dinastias inca e asteca.

A postura de Ladislau Neto quanto à condição biológico-cultural do indígena era a de um evolucionista. Os indígenas não eram degenerados simplesmente porque eram “primitivos”. Residiam no primeiro degrau da escala de evolução da humanidade. Daí a visão (muito comum à época), estampada em seus *Apontamentos sobre os Tembetás* (1877), da América e especialmente do Brasil como paraíso da investigação antropológica:

“E que mais extenso campo ou que melhor e mais farta messe há aqui, para semelhantes investigações, que se compare com esta análise da humanidade na sua infância, no seu balbuciar entre monossílabos guturais de brutos e vozes de homens; humanidade em cujo horizonte antropológico vemos tão à justa adaptarem-se tantos aborígenes desta parte da América?” (Neto: 1877, 106).

Os povos “primitivos” do Brasil apresentariam os mesmos costumes e caracteres físicos de alguns dos povos “primitivos” do Velho Mundo – por exemplo, os polinésios e neozelandeses (Neto: 1877, 113-118). Assim, os Botocudos não são degenerados; eles simplesmente nunca se ergueram a “*um nível de cultura intelectual muito superior àquele em que os surpreendeu a civilização européia*” (Neto: 1877, 128). Como evolucionista, o enfoque de Ladislau Neto sobre os grupos “primitivos” volveu-se para os debates sobre a origem do homem americano. Daí suas escavações, feitas no final dos anos 1860, em sambaquis do Rio Grande do Sul. Isto não significou, entretanto, que ele tenha reservado um lugar para os índios “primitivos” na representação histórica da Nação. Em termos de política de identidades, ele separou radicalmente o joio do trigo, o índio “primitivo” do índio “civilizado”. O índio “primitivo” incomodava, não estava sepultado, como o índio “civilizado”, sob camadas arqueológicas. Estava vivo e se misturava com a população brasileira. Era, portanto, um problema político. Ladislau Neto, porém, olvidou o apelo liberal de Humboldt: selar um pacto social com os povos indígenas para retirá-los do limbo, da barbárie e da miséria. Certamente, nos horizontes intelectuais de Ladislau Neto não habitava a metáfora de Renan: o plebiscito diário como outorga de uma política de identidade nacional.

Sua proposta política para os povos indígenas aparenta-se mais aos projetos higienistas, da mesma cepa daqueles que Carl Rueda identificou na Arqueologia colombiana. Ladislau Neto propôs, com efeito, uma *Arqueologia médica*. Não no sentido de uma paleopatologia ou de uma História da saúde e das doenças e epidemias indígenas. Mas como um instrumento para melhor conhecer os costumes e reformá-los, melhor conhecer as “raças” brasileiras e aperfeiçoá-las. Em *Apontamentos sobre os Tembetás* (1877), ele esclarece a motivação médica de seu estudo arqueológico: estudar os tembetás,

adorno típico dos Botocudos, permitiria o combate dos atavismos, a cura dos costumes doentios legados à população brasileira. Para ele, os costumes indígenas, e também os das populações de origem africana, cristalizaram-se, principalmente, no Norte do Brasil (Neto: 1877, 115).

Em 1877, ano de publicação dos *Apontamentos sobre os Tembetás*, Ladislau Neto estivera pesquisando no curso inferior do Rio São Francisco. Testemunhou os retirantes da grande seca que, naquele momento, abrasava o sertão nordestino. Chocou-o não só a penúria dos migrantes; mas, sobretudo, o fato de que todos os indivíduos acima dos quinze anos tinham os dentes limados, com cortes nos incisivos. Segundo ele, esse costume, herdado dos africanos e indígenas, era inútil e nocivo (Neto: 1877, 116). Entre os Botocudos haveria, também, um mal dentário a sanar:

“O uso constante do botoque de madeira, dos cilindros de pedra e resina, e de tantos outros adornos que trazem os nossos aborígenes pendentes dos lábios, acaba por destruir as paredes externas dos alvéolos incisivos, destruindo também por fim a estes próprios” (Neto: 1877, 117).

A referência à seca de 1877 toca numa questão política candente. A região acometida pela seca possuía uma tradição de movimentos sediciosos, desde o Primeiro Reinado, antes da consolidação, em 1850, do sistema monárquico de dominação. O problema da seca, além disso, era recorrente na região. Daí que um dos objetivos da Comissão Científica Brasileira (1859-1861), organizada pelo IHGB, era a resolução da seca no Ceará (Kury: 2001a; Lopes: 1996; Villa: 2000; Ferreira: 2006). A década de 1870, ironicamente, traria um novo ciclo de revoltas e secas, desestabilizando o Governo Monárquico. Em 1874, em Pernambuco e na Paraíba, explodiu um novo movimento de sedição, apelidado de Quebra-Quilos. Três anos depois, a seca, que afetou, mais uma vez,

principalmente o Ceará, não poupou o Governo e D. Pedro II de críticas: os republicanos, sobretudo pela imprensa, acusaram-no de excursionar pelo exterior, enquanto as populações das “províncias do Norte” morriam à míngua²⁷.

Neste contexto, nas dependências do Museu Nacional, João Batista Lacerda (1846-1915) ministrou um curso de Antropologia²⁸. O curso foi adjetivado como *popular*; e classificado como essencialmente fisiológico e anatômico. Posicionou-se a Antropologia, portanto, no campo médico²⁹. O resumo do curso informa-nos que Batista Lacerda, numa perspectiva ditada pela fisiologia humana, explicou à audiência o que se passava no Norte do Brasil:

“Entrando em seguida em diversas considerações sobre o sentimento da fome e da sede, encarados sob o ponto de vista fisiológico, e acidentalmente capazes de levar à desordem e à ruína o físico e o moral do indivíduo. Fatos tirados à história dessas grandes calamidades (...), vieram mostrar quão imperiosas são as exigências da natureza humana, lutando com a falta absoluta de meios de subsistência. Falam então mais alto os instintos da animalidade do que os conselhos da razão, e inteiramente dominado por aqueles o homem não respeita outros direitos que não sejam os da força e da violência: multiplicam-se os crimes e levantam-se as sedições, fazendo retroceder a sociedade aos tempos da barbárie. Abrindo uma larga margem a estas considerações de ordem social, que tão de perto se prendem à questão fisiológica, o professor quis apenas fazer uma referência ao que se estava passando no Brasil”³⁰.

²⁷ - D. Pedro II acabara de voltar de uma viagem à Europa, Estados Unidos e Oriente. Para as conseqüências da seca de 1877 e seu impacto no mundo político e intelectual, Cf. Albuquerque Júnior (1988).

²⁸ - Esses cursos públicos, que foram bastante populares, estavam previstos nos estatutos do Museu Nacional. Cf. Decreto n. 6.116 de 9 de fevereiro de 1876. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 1876. Para uma análise e descrição dos cursos ministrados no Museu Nacional, Cf. Sá e Domingues (1996).

²⁹ Cf. *Resumo do Curso de Antropologia*. **Arquivos do Museu Nacional**, (2): 165-169, 1877.

³⁰ - Cf. *Resumo do Curso de Antropologia*, *ibid*, 1877, pp. 166.

Batista Lacerda forneceu, assim, uma explicação fisiológica para as sedições provinciais e a violência gerada pela seca. Diante desta Antropologia médica vigente no Museu Nacional, que diagnostica as razões fisiológicas das revoltas populares e movimentos políticos, não surpreende que um estudo arqueológico sobre tembetás visasse a uma higiene dos costumes e profilaxia das hereditariedades. Para Ladislau Neto, seria preciso escrever um “*livro transcendente*” sobre as manifestações “*anatômico-fisiológicas*” que acometem os mestiços do Brasil. Pois a mistura entre raças traz, se não planejada cientificamente, uma série de conseqüências biológicas e morais, manifestadas a partir da puberdade:

“Neste caso toda a constituição do indivíduo sofre uma notável alteração; além da pigmentação pronunciada (...) e que se estende aos mamelões e aos órgãos reprodutores de ambos os sexos, nota-se o desenvolvimento dos lábios e das narinas, de par com o retraimento do mento, o aparecimento do cheiro acre e nauseabundo da transpiração axilar, denominado caatinga, o encrespamento do cabelo, o colorido mais vigoroso de toda a pele e quase sempre uma tal ou qual diminuição do próprio ângulo facial. A todas essas modificações acresce a pronunciada indolência, apatia excessiva e profunda abstração, ou antes, inação intelectual que lembra muito particularmente a estúpida inaptidão dos negros. A este abatimento, entretanto, antepõe-se um quer que seja de lúbrico, e um como desabrochar pujante de bruta sensualidade (...)” (Neto: 1877, 114)³¹.

Ladislau Neto conceituou esse fenômeno como estado mórbido. E propôs-lhe um remédio duplamente pedagógico: educação moral e científica. A moral para refrear a lubricidade dos mestiços; a científica para ensinar à população brasileira os benefícios

³¹ - Ladislau Neto retomou essa questão em um artigo da *Revista da Exposição Antropológica Brasileira* (Neto: 1882c).

morais e biológicos de certos cruzamentos entre “raças”. A matriz da miscigenação deveria ser sempre “branca”. Entre índios e brancos, ter-se-ia a vantagem da perfectibilidade do caráter moral, que gera homens honestos e laboriosos. O proveito da mistura entre negros e brancos seria que o primeiro filho do casal, e unicamente ele, nasceria inatamente inteligente, com aptidão artística e imaginação ardente. Para Ladislau Neto, essa educação científica, de caráter popular, resolveria vários problemas cotidianos:

“Quantas suspeitas de infidelidade conjugal, quantas desgraças não evitaria a Ciência, se houvesse transmitido ao povo conhecimentos relativos a estes assuntos, a tantos respeitos curiosos!” (Neto: 1877, 115).

Theo Goldberg ajuda-nos, com seu conceito de governo racial (*racial rule*), a pensar a Arqueologia médica de Ladislau Neto. Para Goldberg, os governos raciais fundam-se nos aparatos da ciência a fim de manter as “raças inferiores” sotopostas num regime político. Esse fenômeno ocorreu em contextos coloniais e pós-coloniais. Goldberg, usando como exemplo, dentre outros, os Estados Unidos, assinala como se instituíram sistemas de classificação “racial” para naturalizar culturalmente as exclusões e divisões sociais, bem como as técnicas de controle social (Goldberg: 1999). Seguindo-se este conceito, pode-se dizer que a Arqueologia médica de Ladislau Neto exprime um colonialismo interno. Sua higiene das raças não era só uma exclusão social, uma rejeição de negros e nativos. Pode-se chamá-la de colonialismo interno porque ela planejou cientificamente, baseando-se na escala das raças e na pureza ou vileza dos costumes que lhes eram imanes, uma hierarquia social rígida e escalonada. A ciência, na Arqueologia médica de Ladislau Neto, conquistaria as raças administrando-as em seus atavismos. Ladislau Neto defende, para dizê-lo de outro modo, um biopoder, ou o que poderíamos chamar de governo científico das “raças” – isto é, a utilização da ciência para administrar hereditariedades, para manipular,

controlar e aperfeiçoar a população nacional. Porém, acresceu-lhe uma nova função: a higiene dos costumes da população brasileira, a cura dos hábitos negros e índios que infestavam principalmente o Norte do Brasil.

A arquitetura da política de identidades de Barbosa Rodrigues se estrutura sob alicerces parecidos aos de Ladislau Netto. Mas não totalmente coincidentes. A política colonial articulada por Barbosa Rodrigues não é cimentada, como em Ladislau Netto, por uma Arqueologia médica e seus planos de higienização. Contudo, no pensamento do Diretor do Museu Botânico, há a mesma cissiparidade entre índios “civilizados” e índios “primitivos”. Ambos, porém, atados às amarras do presente. Os índios “civilizados” já estão pacificados. Mortos, eles não resistem mais. Seus artefatos podem ser metaforizados em adereços de uma alegoria nacional. Os índios “primitivos”, isto é, na acepção de Barbosa Rodrigues, melhor dizê-los “degenerados”, são, por sua vez, objetos de inquietação política. Na Amazônia, eles impedem o povoamento dos sertões e a circunscrição das fronteiras geopolíticas.

O modo como Barbosa Rodrigues leu os autores que cita, seus filtros de leitura, indicam bem as relações que ele entabulou entre a Arqueologia e a fabricação de uma identidade nacional. É preciso reconhecer, neste ponto, que Barbosa Rodrigues estava – assim como os demais cientistas que escreveram sobre Arqueologia brasileira neste período – bem inteirado do debate arqueológico internacional. Além dos pesquisadores dos *moundbuilders*, ele cita, como já vimos, Bourcher de Perthes e arqueólogos diretamente associados à Arqueologia escandinava: Daniel Wilson e Oscar Gustaf A. Montelius. Ora, todo campo científico se constitui a partir de um cânone; da eleição de um conjunto de autores que lhe abrem as regras para a formação de outros textos e possibilidades de aplicação e transformação de enunciados (Foucault: 1992, 57).

Barbosa Rodrigues integrou-se efetivamente aos processos de mundialização da ciência que construíram os fundamentos científicos da Arqueologia. É ponto pacífico, na bibliografia especializada, que, ao lado das obras de Charles Lyell (1797-1875) – *Principles of Geology* (1990 [1833]) – e Charles Darwin (1809-1882) – *The Origin of Species* (1859) e *The Descent of Man* (s/d [1871]) –, as pesquisas de Boucher de Perthes e da Arqueologia escandinava são os pilares do estatuto científico da Arqueologia pré-histórica (Daniel: 1950; Groenen: 1994, 37-94; Stiebing: 1993, 29-54; Trigger: 1990, 87). Para se ter uma idéia de como Barbosa Rodrigues pautou-se pelo debate arqueológico internacional, basta-nos olhar para a institucionalização da Arqueologia nos Estados Unidos.

Brian Fagan (1984 [1977]) mostra que, nos Estados Unidos, foi permanente o interesse em analisar e compreender as sociedades indígenas desde o começo da colonização, paralelamente à exploração das suas terras, mão-de-obra e cultura material (sobretudo aquela com valor pecuniário). Enfatiza, ainda, como esse interesse passou, gradativamente durante o século XIX, a ser moldado pela perspectiva científica, acompanhando as balizas que se firmavam na Europa. A aceleração desse processo ocorreu com a publicação da obra magna de Charles Darwin em 1859, cujos princípios evolucionistas “*despertaram um intenso interesse nas possibilidades de encontrar evidências de ocupação pré-histórica realmente primitiva no Novo Mundo*” (Fagan: 1984, 291). Essa fundamentação teórica veio acompanhada dos aportes geológicos de Charles Lyell, grande influenciador de Darwin³², que ampliaram o escopo das pesquisas em relação à paisagem e a exploração dos recursos naturais.

³² - A teoria da seleção natural de Darwin, pelo menos do ponto de vista geológico, foi formulada, em grande medida, pela leitura dos *Principles* de Lyell. Assim o diz Darwin: “... *Quem ler a grande obra Sir Charles Lyell sobre os princípios da geologia, à qual os futuros historiadores atribuirão, com justo título, uma*

Vê-se, pois, que Barbosa Rodrigues institucionalizou a Arqueologia no Brasil em consonância à institucionalização da disciplina em outros países. Serviu-se de autores que constituíram a Arqueologia como campo científico. O mesmo se pode dizer no que se refere ao enquadramento político de suas pesquisas arqueológicas. Pois a Arqueologia escandinava evidencia uma cerrada articulação com o nacionalismo³³. Isto é evidente na Dinamarca, com os trabalhos de Christian Jürgensen Thomsen (1788-1865). Como Diretor do Museu Nacional da Dinamarca, Thomsen, versado em História Natural e Numismática, estipulou datações relativas com base na seriação de artefatos: Idades da Pedra, do Bronze e do Ferro. A Dinamarca ganhou, com a Teoria das Três Idades de Thomsen, uma verticalidade temporal, personificada em metáfora psicobiológica: a infância da Idade da Pedra, a juventude do Bronze e a maturidade do Ferro. Os testemunhos, nesta abordagem serial, contavam a maturidade de um Estado evoluído; recompunham o passado e se uniam na robustez do presente civilizado da Dinamarca. Estes liames com o nacionalismo explicam os financiamentos estatais das pesquisas de Jens J. Worsae (1821-1885), que começou sua carreira como auxiliar de Thomsen e tornou-se, em 1855, o primeiro professor de Arqueologia na Universidade de Copenhague.

A Arqueologia escandinava forneceu um modelo científico para outras latitudes e autores. Exatamente aqueles citados por Barbosa Rodrigues. O escocês Daniel Wilson, após seus contatos com Thomsen e Worsae, usou a Teoria das Três Idades para organizar a larga coleção arqueológica do Museu da Sociedade dos Antiquários da Escócia. Anotou, em

revolução nas ciências naturais, sem reconhecer a prodigiosa duração dos períodos decorridos, pode aqui fechar este volume..." (Darwin: s/d [1859], 236).

³³ - Considero, para as análises que se seguem sobre a Arqueologia escandinava como momento inaugural da Arqueologia pré-histórica científica, suas relações com o nacionalismo e influências sobre outros arqueólogos europeus, os seguintes autores: Trigger (1990: 80-86), Kristiansen (1981), Schnapp e Kristiansen (1999), Sorensen (1996). Sobre Daniel Wilson e Gustaf A. Montelius, Cf., respectivamente, Trigger (1981, 141-142; 1999) e Gräslund (1999).

1851, uma série de variações estilísticas entre os artefatos de ferro da Escócia e os da Escandinávia. Neste mesmo ano cunhou, com base em Hegel, o conceito de Pré-História, como o período que antecede o nascimento do Estado e da escrita. Gustaf A. Montelius, por seu turno, ampliou a abordagem serial de Thomsen em escala regional. A Teoria das Três Idades, de fato, singrou oceanos. Foi levada, pela Arqueologia colonialista, à África, onde a Pré-História foi dividida em Idade da Pedra e do Ferro (Deacon: 1990).

Na Arqueologia, obviamente, não imperam somente os modelos hegemônicos, e tampouco ela se reduz a uma voz monocórdia. Contudo, o arranjo das coleções arqueológicas como metáfora da evolução dos Estados nacionais, como prosas do nacionalismo, encontrava-se em vários museus europeus. Motivou a sistemática de toda uma geração de arqueólogos alemães (Arnold: 2000), bem como as de Gabriel de Mortillet (1821-1898) na França (Richard: 1999; Coye: 1997, 136-146; Schnapp: 1996), e as do já mencionado General Pitt Rivers, no *British Museum*. Os museus, como veículos do nacionalismo, salvaguardaram as representações da nacionalidade (Dubin: 1999, 53); as exposições arqueológicas (e antropológicas) coesionaram identidades com narrativas materiais que definiram o cânone cultural de uma Nação (Jones: 1993).

Barbosa Rodrigues tinha familiaridade com a abordagem serial e tipológica inaugurada pela Arqueologia escandinava. Vemo-la nas citações de Daniel Wilson e Gustaf A. Montelius, cujo propósito era o de comparar artefatos amazônicos e europeus e sustentar, assim, sua hipótese de ocupação nórdica e normanda da Amazônia; nos armários tipológico-funcionais feitos no Museu Botânico, à maneira de Pitt Rivers; e, por fim, na tentativa de estabelecer cronologias através da seriação estilística das cerâmicas. Não lhe era estranha também, assim como não o era para Ladislau Netto, a consubstanciação entre Arqueologia, museus e nacionalismo. Contudo, Barbosa Rodrigues não utilizou somente a

Arqueologia como móvel de uma identidade nacional. Houve, no Museu Botânico, outra alegoria nacional. Mais precisamente, uma fusão da região à Nação.

Estas se mesclaram numa exposição pública montada, em 1886, por meio da quarta seção do Museu, a de História, Geografia e Estatística. O objeto da exposição foi a História da Amazônia. O primeiro secretário do Museu, Campos Porto, em sua crônica histórica sobre o estabelecimento, afirma que esta foi a primeira exposição deste gênero na região. Dentre os itens que a compunham, havia documentos, mapas, manuscritos, livros, moedas, quadros, jornais e objetos indígenas. Campos Porto cita trechos da imprensa onde se esboçam as imagens evocadas pela exposição, uma série de figuras liminares que transitam entre as fronteiras regional e nacional. Num dos trechos, retirado de *O País*, comenta-se:

“A exposição de nosso Museu Botânico, podemos assegurar, é um acontecimento eloqüente e importantíssimo para a província do Amazonas porque ela vem patentear ao mundo inteiro e especialmente ao Brasil, nossa querida pátria, que os habitantes desta parte integrante de seu imenso território procuram caminhar na senda do progresso e da civilização (...)” (Porto: 1892, 78).

A exposição sobrepôs, portanto, os espaços regional e nacional. Amalgamou-os numa mesma representação cartográfica e histórica da Nação, incorporando a História regional à nacional, a fronteira local aos limites geopolíticos nacionais. Remete-nos, assim, à noção, ressaltada por Philip Corrigan e Derek Sayer (1985), bem como por Ilmar Mattos (1987), do Estado como um artefato cultural. O Estado, além de deter o monopólio da violência, como propugnou Max Weber (1993), produz instrumentos culturais. Desenvolve uma cosmologia, atitudes e noções através das quais sua hegemonia é legitimada como certa e consentida. Tal hegemonia, a naturalização de um *habitus* nacional, a sensação de pertencimento a uma identidade sócio-cartográfica, sempre se ampara na *démarche* de uma

regio (Bourdieu: 1998). O margear uma região, seja com letras jurídicas, seja com a aplicabilidade da técnica ou autenticada com o selo da autoridade científica, funda a idade de um lugar (Santos: 2004, 57) e as memórias coletivas (Burke: 2000, 71). Impõe a circunscrição legítima de uma região, de uma Nação. Um princípio de divisão de mundos sócio-geopolíticos.

O historiador Richard Graham (2001), numa análise que se aparenta a de José Murilo de Carvalho (1980), enfatiza que o grande temor das elites provinciais era a ameaça da desordem social. Líderes locais compactuaram com a centralização do Governo Monárquico porque, até mesmo quando a ordem social não era abertamente desafiada pelas fileiras de pobres que aderiam às rebeliões regionais, eles precisavam reforçar a legitimidade de seu governo frente às classes sociais mais baixas. A legitimação do Império e a efetivação da autoridade do monarca serviam aos líderes locais melhor do que poderiam fazê-lo repúblicas desfragmentadas, esfaceladas em pequenas regiões. Portanto, representações culturais que adequavam as regiões à Nação, como as da exposição de Barbosa Rodrigues, cosiam a unidade política, alinhavavam o tecido de um sistema de dominação constituído pela mediação entre o Imperador e os líderes locais.

Barbosa Rodrigues envolveu-se em outras exposições. Em 1886, organizou uma com retratos da Princesa Isabel, cuja intenção era homenagear a patrona do Museu Botânico (Porto: 1892, 70). No mesmo ano, ele, como coadjuvante, participou da Exposição sul-americana de Berlim. Solicitou-se a Barbosa Rodrigues que enviasse, para o certame alemão, espécimes e produtos botânicos da Amazônia, o que ele fez prontamente, descrevendo-os num catálogo pormenorizado (Rodrigues: 1886). Na verdade, Barbosa Rodrigues acalentava expectativas para a primeira seção do Museu Botânico, que iam além da participação em exposições internacionais. Ele estava imbuído de uma idéia de ciência

que, segundo John Gascoigne (1998: 16-34), desenvolveu-se, no mundo moderno, a partir da Revolução Industrial: a ciência como saber útil (na acepção de Francis Bacon), como instrumento de construção e prosperidade do Estado. Nas palavras de Barbosa Rodrigues:

“A força moral de uma nação não se determina só pelo número de seus soldados ou de seus vasos de guerra, pelo incremento de seu comércio ou de sua indústria, mas principalmente pelo grau a que têm atingido as ciências, as letras e as artes. São estas que inventam o canhão, encorajam as esquadras, impelem as locomotivas, fazem moverem-se as correntes elétricas, desvendam os mistérios das florestas e dos solos e, tornando-os em realidades, transformam-nos em produtos que se derramam pelas fábricas e pelos mercados” (Rodrigues: 1892a, V).

Mas, se a primeira seção afluiria pelas fábricas e mercados, quais seriam, por sua vez, as intervenções políticas possíveis da seção de Etnografia e Arqueologia? Para responder a esta questão, devemos reter os resíduos dos filtros de leitura de Barbosa Rodrigues. Aqueles que ele utilizou para ler Humboldt. Sua leitura de Humboldt é ambígua em dois pontos. Em primeiro lugar porque, não obstante tê-lo usado como referência para a hipótese asiática de ocupação da América, suas pesquisas contestaram-no duplamente: evidenciaram uma civilização onde ela, para Humboldt, não poderia ter havido, a floresta amazônica; e, na contracorrente das críticas de Humboldt, identificaram a “degeneração indígena”. Barbosa Rodrigues detectou-a no presente etnográfico e nas camadas superiores dos sítios arqueológicos amazônicos. Entretanto, acolheu a explicação de Humboldt: a “degeneração indígena” não era um ditame biológico, uma imposição constrictiva da “raça”; o florescimento da civilização amazônica fora cortado na raiz pela foice da colonização portuguesa; as correntes e a pólvora trazidas pelos portugueses, a escravidão e o extermínio, levaram os indígenas à involução (Rodrigues: 1876a, 94-95).

Em segundo lugar, ao contrário de Ladislau Neto, Barbosa Rodrigues se dispôs a ouvir a proposta liberal de Humboldt: selar um pacto social com os indígenas. Contudo, fê-lo com ouvidos moucos. Barbosa Rodrigues, de fato, reservou para os “índios degenerados” uma política colonial. Daí a cartografia etnográfica conduzida por ele à frente do Museu Botânico, e o uso da quarta seção, mais especificamente da estatística, para computar demograficamente os grupos indígenas. Para se ter uma idéia da precisão da demografia e cartografia etnográficas feita por Barbosa Rodrigues, uma comparação nos será útil. Clements Markham, em 1895, publicou, no *Journal of the Royal Anthropological Institute* da Grã-Bretanha, uma lista dos grupos indígenas do vale do Amazonas (Markham: 1895), cujo número final pouco dista daquele a que chegou Barbosa Rodrigues em seu *Catálogo da Seção Etnográfica e Arqueológica do Museu Botânico*: sessenta e um grupos indígenas. Em 1910, Markham revisou sua lista, acrescentando-lhe umas poucas etnias (Markham: 1910). Se levarmos em conta que o *Catálogo*, originalmente, foi preparado entre 1885 e 1888, veremos que a carta etnográfico-estatística de Barbosa Rodrigues era bastante completa.

Localizar os grupos humanos primitivos no espaço geográfico, fazer a demografia e estatística do Outro, ambas essas atividades correspondem diretamente ao exercício do biopoder (1994c; 1994e; 1999). O biopoder, emparelhando-se com a estatística e a cartografia das “raças”, ajudou a definir as políticas coloniais (Kapalgam: 2000). Como diz Talal Asad (1994), a estatística e a cartografia foram potentes formas de representação que capacitaram os governos coloniais para intervir nos mundos físico e social dos nativos. Dupla apreensão do Outro: enquanto a Etnografia apresentava-o em sua singularidade irreduzível, o conhecimento estatístico propiciava a transformação de suas diferenças em algo comparável e comensurável. Patrick Wolfe argumenta que essa dupla apreensão do

Outro pode ser encontrada em Estados nacionais não ligados formalmente a um regime colonial metropolitano, tais como o Brasil e os Estados Unidos.

Isso explicaria a similitude das categorias raciais a que foram subsumidos os aborígenes da Austrália, colônia inglesa, e os indígenas dos Estados e do Brasil. Patrick Wolfe, obviamente, sublinha também a heterogeneidade das classificações estipuladas nestes três locais; contudo, sugere, igualmente, que o conceito de “raça” pautava-se em, pelo menos, dois princípios gerais: a gradação qualitativa entre as “raças”, a promulgação de uma verticalidade entre elas; e, como desdobramento deste primeiro princípio, o fato de que a “raça” era um destino inscrito na pele, e não, necessariamente e a priori, uma condição politicamente negociável. Patrick Wolfe conclui que esses princípios gerais, tanto na Austrália, quanto no Brasil e Estados Unidos, estruturaram a feição das relações políticas com os povos indígenas; elas se deram, essencialmente, por meio do território, da anexação das fronteiras geográficas, da expropriação das terras nativas (Wolfe: 2002).

Barbosa Rodrigues legitimou sua política colonial no motivo da “degeneração indígena”. Ele, em alguns momentos, suaviza a força de sua pena; se a Amazônia, grande celeiro de civilização no passado, foi uma esponja da miscigenação, deve-se reconhecer, segundo ele, que as etnias, no Brasil, continuam a ser absorvidas e misturadas. Muitos brasileiros teriam no sangue a herança indígena. Contudo, os descendentes da civilização amazônica iam-se sumindo, levados pela violência da ocupação de terras no Brasil. Assim, as pesquisas arqueológicas e etnográficas acertariam contas com o futuro:

“Costumes, línguas, tudo se confunde e se adultera, e, se os filhos de hoje desprezarem estes estudos, porque para muitos é coisa sem importância o se ocuparem de uma raça que se tem por miserável, apesar de muitos dela descenderem, os pósteros nos chamarão a contas e seu anátema será certo e justo. É por isso que desenterro essas

antiquilhas; é por isso que não me canso de codificar o que encontro, sempre conscientemente com estudo e discernimento” (Rodrigues: 1982c, 29-30).

Entretanto, o que subjaz neste testemunho para o futuro é, na verdade, a atenção para com o presente, marcado pela presença de “índios degenerados” na Amazônia. O difusionismo quase sempre redundou na imputação da incapacidade das populações indígenas para o desenvolvimento cultural se aliadas dos contatos inter-regionais e transcontinentais, dos ensinamentos de grupos civilizados. A premissa de Barbosa Rodrigues era a mesma. Para ele, a condição para se alcançar a civilização era o contato com grupos culturalmente evoluídos. Recordemo-nos, a este respeito, do armário tipológico reservado à Arqueologia de contato: a intrusão de matérias-primas “brancas” em artefatos indígenas mostrava, afinal, a transição do estado “selvagem para o civilizado”. Fora dos contatos, os indígenas estagnam culturalmente; e, se oprimidos, pior ainda, degeneram.

Pode-se pensar que meu raciocínio é aporético: na verdade, Barbosa Rodrigues foi um crítico da colonização portuguesa, responsabilizou-a pela degeneração indígena, portanto, não poderia ter pensado e, menos ainda, exercido uma política colonial. Contudo, essa concepção de que os nativos são degenerados, de que são incapazes de elaborações culturais autônomas é própria da Arqueologia colonialista. Vejamos um exemplo: as pesquisas arqueológicas de Richard Hall (1853-1914) na África, onde as escavações sistemáticas só se iniciaram após 1890, isto é, depois da divisão do continente pelas potências colonialistas da Europa (Holl: 1990: 297). Richard Hall trabalhou em Zimbábue, antiga Rodésia, região que já fora objeto, em 1891, das expedições arqueológicas do colonizador e “rei dos diamantes” Cecil Rhodes (1853-1902). No Zimbábue, havia um grande complexo de acrópoles e cidades em ruínas, classificadas por Rhodes como sendo de ascendência fenícia.

Richard Hall, escavando os sítios da região, confirmou a interpretação de Rhodes, numa lógica de escavação que se assemelhou àquela revelada por Barbosa Rodrigues: o registro de uma primitividade ascendente nos sítios arqueológicos de Zimbábue. O que lhe serviu de premissa para classificar níveis de ocupação e estilos arquitetônicos: o primeiro nível e estilo eram fenícios; o Grande Zimbábue era, como afirmara Rhodes, uma colônia fenícia perdida; os outros níveis atestavam a decadência e degeneração da ocupação Kafir, ou seja, nativa, da cidade³⁴. Aqui, portanto, como em Barbosa Rodrigues, a idéia de degeneração espousa o modelo difusionista. Richard Hall, após publicar o resultado de suas pesquisas, foi nomeado pela Companhia da África do Sul (*British South Africa Company*) como curador do Grande Zimbábue. E, enquanto ele escavava as ruínas de Zimbábue, a *Rodhesia Ruins Limited* esburacava o solo à procura de ouro (Trigger: 1990, 113; Orser: 1996, 70).

Barbosa Rodrigues, contudo, não trabalhava em prol de companhias mineradoras e coloniais privadas, mas a favor do Estado. Ele sabia, através de sua cartografia etnográfica, onde residiam os índios degenerados; onde se localizavam os focos de perigo social, os obstáculos para a paz e a formação de núcleos de povoamento na Amazônia. Assim, um dos primeiros trabalhos que ele conduziu no Museu Botânico foi uma missão para “civilizar” os Crichinás. Quando assumiu a direção da instituição, elaborou um projeto de pacificação, que foi aprovado pelo então presidente da Província do Amazonas, Teodoro

³⁴ - Um outro exemplo seria a Arqueologia inglesa na Índia. Após revelar a existência de uma grande civilização no passado, arqueólogos mostraram que um grande influxo de outras etnias, identificadas como sendo de pele negra e de casta mais baixa, havia degenerado os ilustres antepassados indianos. O que está implícito nesta tese é que apenas uma nova leva de conquistadores ingleses poderia retirar do limbo da degeneração a população indiana (Díaz-Andreu: 2003; Chakrabarty: 1997, 119-128). Essa tese é encontrável mesmo em Karl Marx, crítico radical do capitalismo. Marx defendeu o imperialismo inglês na Índia, pois a burguesia, classe revolucionária, aceleraria a revolução, assentando as bases materiais do Ocidente na Ásia e regenerando essa região que, segundo ele, estava infestada por “*raças semi-bárbaras e semi-civilizadas*” e era, ademais, “*berço de nossos idiomas e nossas religiões*” (Marx: S/D [1853], 269 e 290).

Souto. A este respeito, ele nos deixou um livro: *A Pacificação dos Crichinás*, publicado em 1885. Barbosa Rodrigues contactou os Crichinás, pela primeira vez, em 1873, quando voltava de uma expedição ao Rio Jatapu. Assistiu ao que ele chamou, dramaticamente, de “*hecatombe*”, a “*tomada da freguesia de Moura pelos índios jauaperis*”, grupo etnográfico ligado, para ele, ao tronco Crichiná. Os jauaperis, em sua definição, eram “*maus, matavam os brancos*” (Rodrigues: 1885, 89).

Aprovado o projeto, Barbosa Rodrigues aparelhou aquela que foi a primeira viagem científica que ele realizou como diretor do Museu Botânico³⁵. O mote da viagem tem na entonação francesa seu referencial e estrutura: as *missions civilisatrices*. A viagem de Barbosa Rodrigues, além dos objetivos científicos, arqueológicos e etnográficos, teria dois propósitos: “*o plano que apresentei a S. Ex^a. o Sr. Dr. Teodoro Souto, quando presidente da Província do Amazonas, plano sobre o qual me foram dadas instruções verbais e escritas, tem um duplo fim: pacificar e civilizar*” (Rodrigues: 1885, 91). Parece-me, pois, que no processo de implantação das atividades científicas no Brasil, os intercâmbios com a França não apenas embasaram a organização das instituições e da pedagogia³⁶; incidiram também no modelo fornecido pelas *missions civilisatrices*.

Patrick Petitjean argumenta que a expedição napoleônica no Egito (1798) marcou uma inflexão na história das viagens científicas. Desde então, o termo expedição, de origem militar, começa a ser empregado nas ciências de campo. Além da necessidade de estudar os objetos científicos em seu contexto, elas tinham o fito de preparar o terreno e legitimar o empreendimento colonizador. As expedições enlaçaram, assim, uma forte aliança entre

³⁵ - No século XIX, já se haviam definido, no mundo, os procedimentos para as viagens como atividades constituintes dos objetos científicos. Dentre esses procedimentos, pautava-se a escolha dos objetos a serem estudados, bem como selecionar, coletar, transportar, inventariar, classificar, expor e utilizar materiais (Kury: 2001b). Como se verá a seguir, Barbosa Rodrigues estava em sintonia com esses procedimentos.

³⁶ - A este respeito, Cf. Maria Amélia M. Dantes, Amélia Império Hamburger, Michel Paty e Patrick Petitjean (1996).

Estado e Ciência, tanto por sua organização como pela estratégia colonialista subjacente (Petitjean: 1996, 29). No caso de Barbosa Rodrigues, a ambientação das *missions civilisatrices* se fez efetivamente como técnica de governo e estudo científico³⁷. A segunda parte de *A Pacificação dos Crichinás* é toda dedicada à Etnografia, Arqueologia e Geografia (Rodrigues: 1885, 133-171).

Barbosa Rodrigues confeccionou um mapa da expedição. Um plano geográfico de um rio até então inexplorado, o Iauaperi, em cujas margens se assentavam os Crichinás (Cf. *Figura 2.4*). Estudou, além dos produtos naturais da região, todos os grupos indígenas encontrados durante a expedição (Iupurucotós, Macachys e Crichinás), em ângulos antropológicos diversos; pautou cantos tradicionais e levantou um vocabulário Crichiná. No que se refere à Arqueologia, desceu toda a embocadura do Rio Negro, para estudar inscrições rupestres que, como vimos, fundamentaram sua hipótese sobre a rota da imigração nórdica para a Amazônia. Com as coleções etnográficas e arqueológicas dos Crichinás, obtidas durante a expedição, Barbosa Rodrigues organizou uma exposição pública, no Palácio de Governo de Manaus (Rodrigues: 1885, 71).

Como técnica de governo, a expedição teve no discurso histórico e no presente político sua justificação. Barbosa Rodrigues ilustra, com uma lista de mortos e feridos, os sucessivos ataques que os Crichinás, em finais da década de 1870 e começo de 1880, cometiam nos pequenos povoados à margem do Rio Negro (Rodrigues: 1885, 12-26). Não havia dúvida, portanto, que os Crichinás impediam o povoamento da Amazônia. Seria preciso pacificá-los para, então, fundarem-se núcleos de colonização. Barbosa Rodrigues,

³⁷ - Sobre as missões civilizadoras como justificativa e método de governo do colonialismo francês, em oposição ao governo indireto dos ingleses (*indirect rule*), Cf. Robert Young (2001, 30-35). Devemos observar, porém, que esta divisão é mais formal do que real. Os ingleses também recorreram à noção de missão civilizadora (Bravo: 1997).

contudo, mostra-nos que, antes da conquista portuguesa, os Crichinás eram pacíficos (Rodrigues: 1885, 8 e segs.). A natureza dos contatos culturais são reflexos no espelho, lançam de volta a imagem que projetam. A difusão de chineses e normandos civilizou a Amazônia; a tirania dos portugueses metamorfoseou os índios em tiranos. A História, pois, alicerçou as ações do presente. Era uma questão de justiça, para Barbosa Rodrigues, corrigir os erros do passado colonial; corrigi-los com uma nova colonização, embora, para ela, se use um eufemismo: pacificação.

A História da colonização portuguesa, para Barbosa Rodrigues, estaria ainda viva e manifesta no presente monárquico. Afinal, seu legado apresentava-se na degeneração e, para mencionar um adjetivo corrente da *Pacificação dos Crichinás*, na *ferocidade indígena*. Diante dos erros do passado que chegaram ao presente, marcando-no com brasas, Barbosa Rodrigues via como legítima a secular resistência dos Crichinás. Segundo ele: “*A liberdade se conquista a ferro e fogo, se o é preciso. A opressão, a perseguição, os brios ofendidos, fazem o homem, que tem consciência de si, erguer-se à altura de quem é digno. Maneja o punhal, empunha o látigo, fere ou vergasta quem o oprime ou empunha o arco e despede a flecha que o vinga*” (Rodrigues: 1885, 7-8). Não há como discordar de Barbosa Rodrigues neste tópico da resistência indígena. Em situações coloniais, para parafrasear Barbosa Rodrigues com as metáforas de Frantz Fanon, a contra-violência é um ato muscular, uma ação que, tesa como a corda de um arco, fica à espreita, pronta para disparar a flecha. Num contexto colonial, segundo Fanon, o povo:

“*Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono relaxe sua vigilância para lhe saltar em cima. Em seus músculos o colonizado está sempre à espera. Não se pode dizer que esteja inquieto, que esteja aterrorizado. Na realidade está sempre pronto a abandonar o*

papel de caça para tomar o de caçador. O colonizado é um perseguido que sonha permanentemente em se tornar perseguidor” (Fanon: 1961, 46).

Mas essa defesa da resistência Crichiná, feita por Barbosa Rodrigues, esse discurso com laivos humanistas, a la Montaigne e Rousseau, não nos deve iludir. Ele, na verdade, queria corrigir o passado erigindo diques para conter a contra-violência dos Crichinás. O primeiro dique foi o da segregação. Barbosa Rodrigues não sugeriu, como Ladislau Neto, uma miscigenação saudável, uma administração das hereditariedades. Ele entendeu que, para pacificar os Crichinás, a primeira tarefa seria a de separá-los radicalmente de qualquer contato com os “civilizados” (Rodrigues: 1885, 91). O segundo dique era a contenção do estado primitivo, apregoando a confiança, inculcando a obediência: *“Entre a deposição das armas, isto é, a pacificação e o ensino, há um grande estádio, justamente o mais difícil de vencer: é o de impor a obediência e a confiança (...). O índio, principalmente o Crichiná, que viveu perseguido e massacrado, com a maior facilidade voltará ao estado primitivo, havendo quem lhe inspire desconfiança”* (Rodrigues: 1885, 94). Tais diques, segundo Barbosa Rodrigues, ergueram-se com êxito. No parágrafo final da primeira parte da *Pacificação dos Crichinás*, ele argumentou que a ferocidade indígena, na região, fora domada. Os Crichinás estavam prontos para tornarem-se cidadãos úteis:

“Aqui ponho ponto à descrição do que ocorreu durante o tempo empregado por mim em tornar de um gentio feroz e sanguinário um índio manso e apto para entrar no caminho do ensino, que o levará a ser um cidadão útil à pátria, ou um ente embrutecido e inútil, conforme as lições que daqui por diante receber” (Rodrigues: 1885, 123).

O ensino, assim, seria o próximo dique a ser erguido por Barbosa Rodrigues. A educação indígena lançaria a civilização em terras amazônicas. Este seria o seu trabalho patriótico do futuro: *“Lançar, pois, as bases para começar a civilização, isto é, o ensino*

que os torna [os índios] cidadãos onde se firmam os deveres de honra, brio, do justo e do honesto, para que sejam úteis à pátria, será daqui por diante todo o meu trabalho” (Rodrigues: 1885, 125). Barbosa Rodrigues, contudo, não pôde realizar seu trabalho do futuro. Não basta ser patriótico para agradar as elites. Campos Porto, em sua já citada crônica histórica, narra as perseguições políticas a Barbosa Rodrigues durante sua gestão do Museu Botânico, todas elas decorrentes da “pacificação” dos Crichinás. A missão civilizadora tornou-se motivo de conflitos entre Barbosa Rodrigues, a população e as elites da província do Amazonas.

Segundo Campos Porto, que organiza quase toda sua crônica em torno dos conflitos entre Barbosa Rodrigues e os políticos locais, os Crichinás, sim, atemorizavam os núcleos de povoamento do Rio Negro. Mas eram também fontes de renda. A cada investida indígena, a cada contra-violência, os habitantes da região recebiam grossas somas em dinheiro para compra de brindes e “*deslocamentos de campo*”, eufemismo que designa, na verdade, as expedições de extermínio. Se o terceiro dique fosse construído, as verbas cessariam; e com elas:

“(...) uns oito votos seguros de governistas inconscientes (...). Fazer mal neste terreno era perigoso e, portanto, a política indígena, célebre em ardis, entendia ferir o pacificador verdadeiro, atacando a instituição de que ele era diretor. Daí a guerra incessante, sem tréguas, que repercutia na assembléia (...)” (Porto: 1892, 70-71).

Barbosa Rodrigues falava e atuava a partir de um lugar de autoridade científica, o Museu Botânico do Amazonas. Isto não impediu, contudo, que sua missão civilizadora se chocasse com os valores políticos locais. A política colonial de Barbosa Rodrigues, sua tentativa de aplicar a terceira seção, de torná-la um modo de intervenção na realidade, esbateu-se com o compadrio dos políticos da província do Amazonas; com a barganha por

votos, com manobras e artimanhas eleitoreiras. A missão colonizadora de Barbosa Rodrigues investiu-se, contudo, de um caráter oficial. Ela partiu, em primeiro lugar, de um Museu Estadual, com verbas do Estado; em segundo lugar, Barbosa Rodrigues teve o apoio do Governo Imperial, que patrocinou a publicação de *A Pacificação dos Crichinás* (Porto: 1892, 63).

Esse repúdio à política colonial de Barbosa Rodrigues por setores das elites políticas da Amazônia indica as complexas tramas que se teciam, no Brasil, entre o Estado e os cientistas. Barbosa Rodrigues, até 1890, já com a entrada do regime republicano em cena, continuou atuando no palco dos conflitos, fervendo no caldeirão de Macbeth da política amazonense. Em 1889, tentando revitalizar a instituição que criara – um espaço de trabalho fora do lugar que era, então, o centro cultural do Brasil, o Rio de Janeiro, onde Ladislau Neto lhe tolhia as oportunidades – ele reorganizou todas as seções do Museu e inaugurou um laboratório químico. As verbas para o Museu Botânico, contudo, se escassearam. Em 25 de março de 1890, com a carreira já avançada, Barbosa Rodrigues deixou o Museu Botânico; favorecido pelas mudanças políticas na capital federal, foi nomeado para um cargo de prestígio, a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1901 (Sá: 2001). Depois de sua saída do Museu Botânico, Barbosa Rodrigues pouco atuou na Arqueologia. Apenas reeditou o *Muiraquitã e os Ídolos Simbólicos* (1899) e participou, durante quatro anos, da Comissão de Arqueologia e Etnografia do IHGB³⁸.

No final dos anos 1880, ironicamente, as hipóteses e interpretações partilhadas por Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto ajudaram a instigar um debate internacional no *Congrés International des Américanistes*. Ambos seriam, além disso, os alvos diletos de

³⁸ - Cf. Comissão de Arqueologia e Etnografia. **RIHGB**, (59): 1896, 531; Comissão de Arqueologia e Etnografia. **RIHGB**, (60), 1897, 455; Comissão de Arqueologia e Etnografia. **RIHGB**, (61): 1898, 451; Comissão de Arqueologia e Etnografia. **RIHGB**, (69): 1908, 447.

uma polêmica nacional. Seus trabalhos, ainda ligados à Arqueologia nobiliárquica, foram duramente criticados. Um dos primeiros a fazê-lo consistentemente foi o diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Emilio Goeldi.

Figura 2.1: *Iukaçauas*.

In: João Barbosa Rodrigues. *Antigüidades do Amazonas: A Necrópole de Mirakanguera*. Vellozia, 1892.

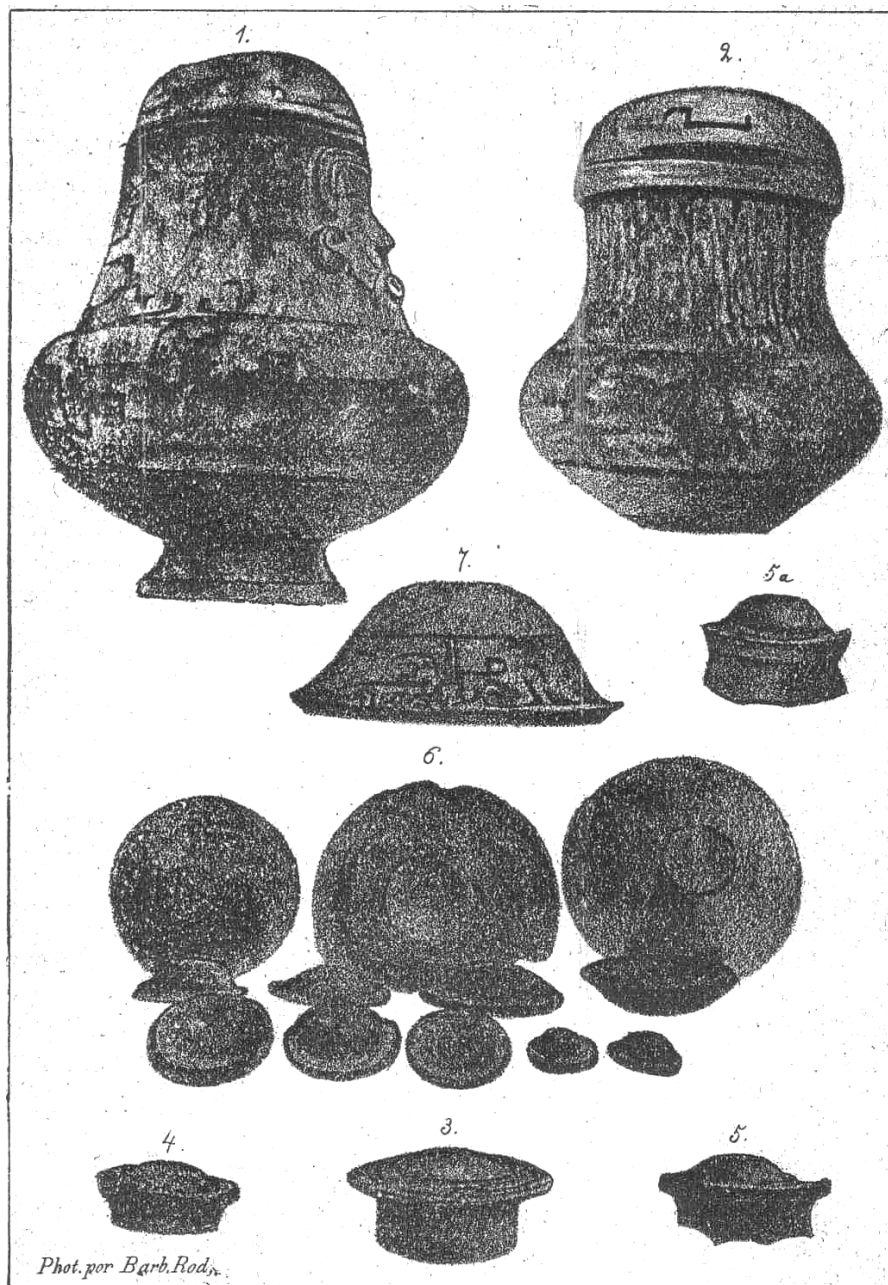


Figura 2.2: *Kanguera-çaua*

In: João Barbosa Rodrigues. *Antigüidades do Amazonas: A Necrópole de Mirakanguera*. Velloso, 1892.

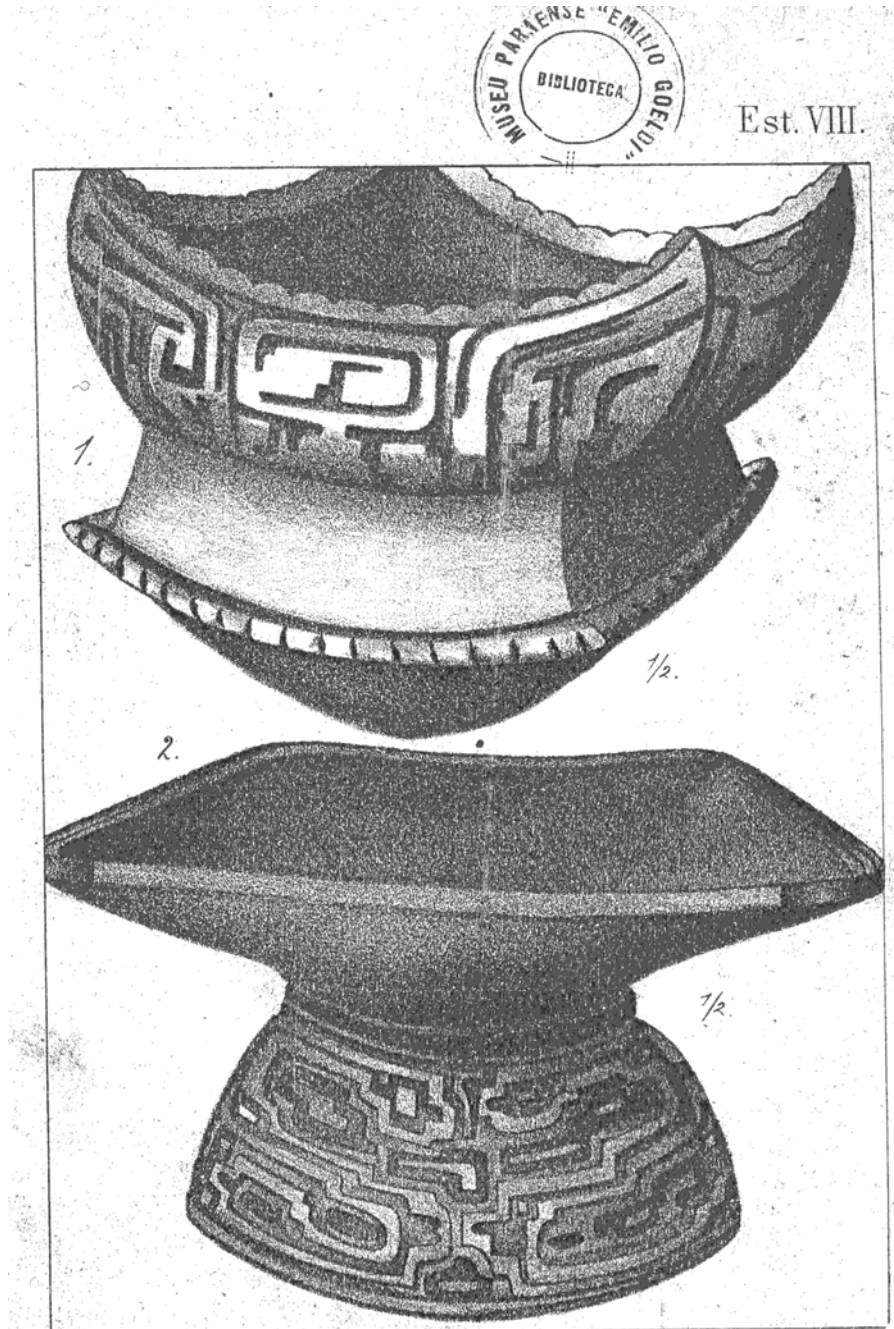


Figura 2.3: *Dauitibás*

In: João Barbosa Rodrigues. *Antigüidades do Amazonas: A Necrópole de Mirakanguera*. Velloso, 1892.

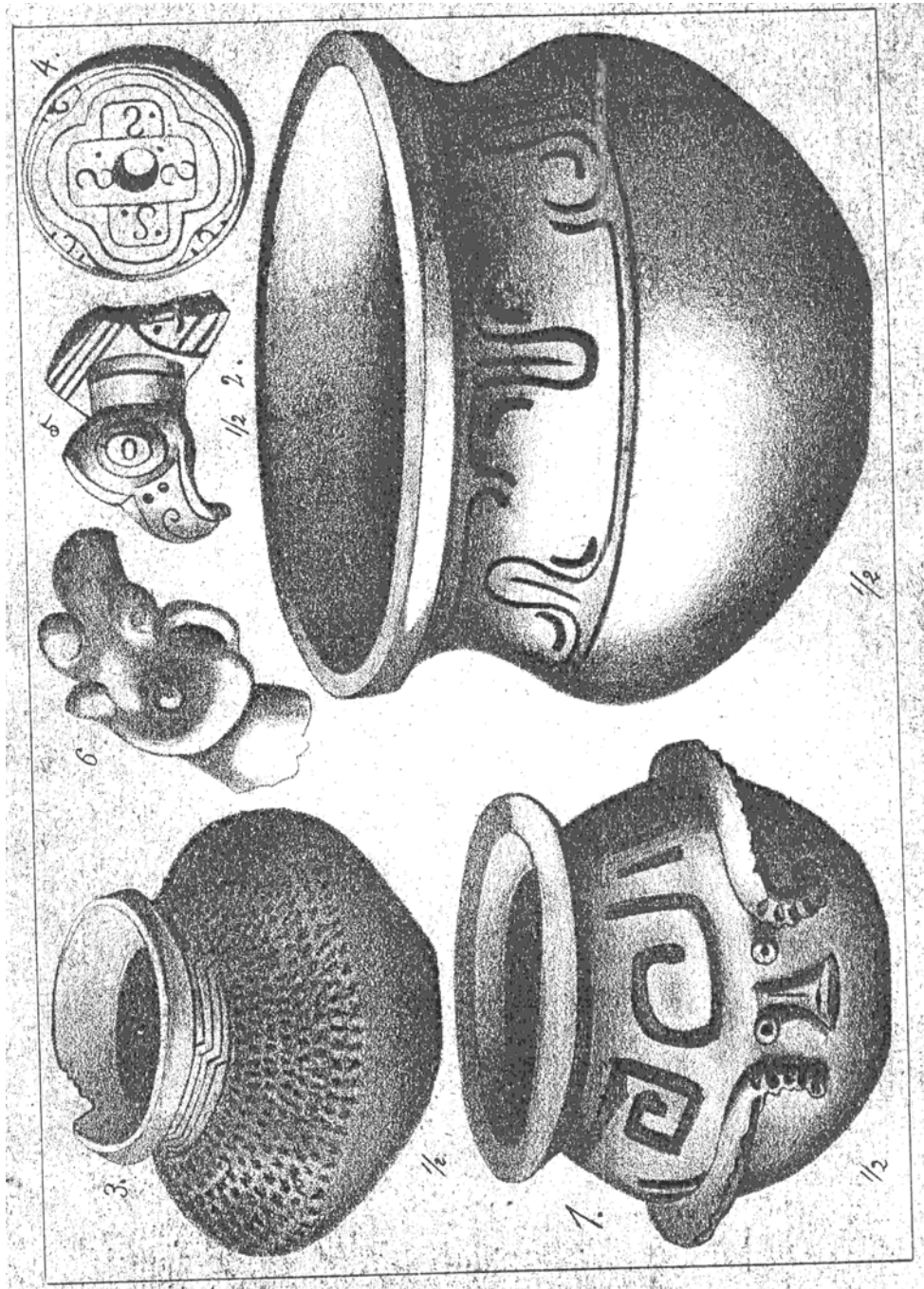
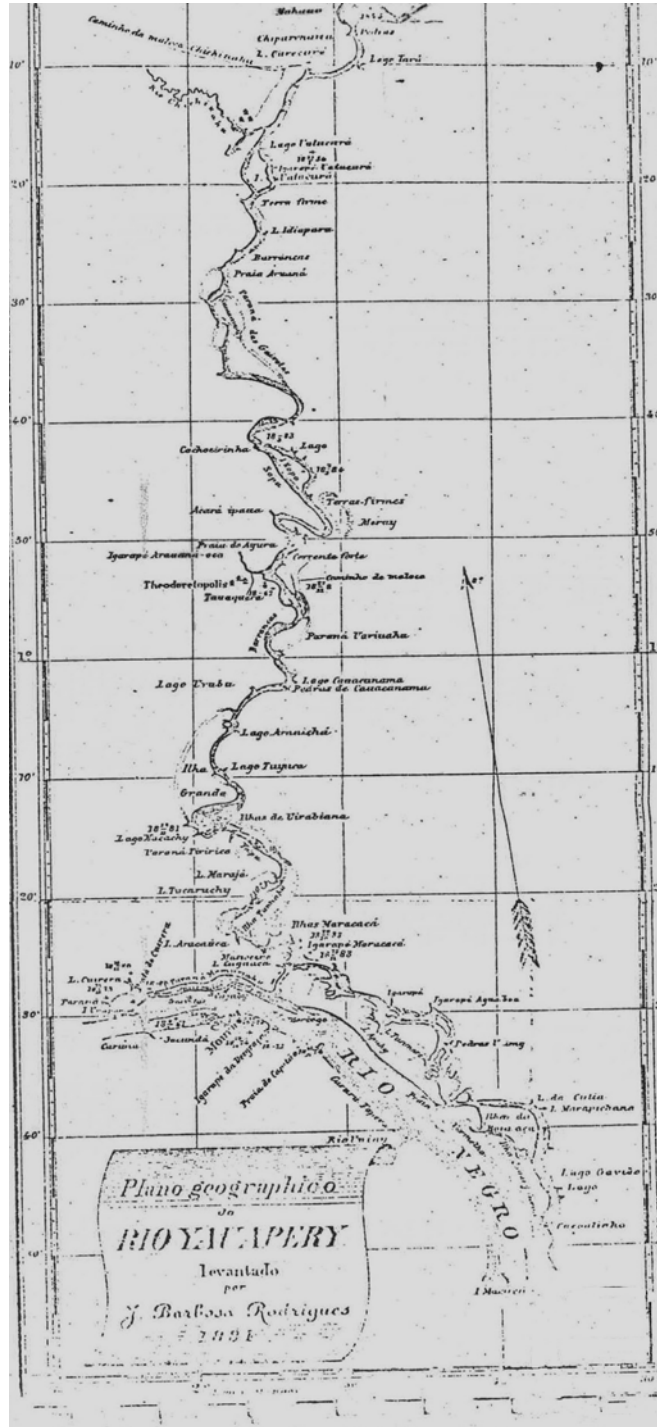


Figura 2.4: Mapa da Expedição da Pacificação dos Crichinás

In: João Barbosa Rodrigues. **A Pacificação dos Crichinás**, 1885.



3. Guiana Brasileira: Emílio Goeldi, o Museu Paraense e a Arqueologia Amazônica

“Queremos fazer menos que no tempo do Império? Certamente que não. E direi que não basta fazer mais, é preciso fazer melhor. Não esqueçamos que teremos por juízes as gerações futuras, cuja literatura não perdoará o descuido, o desleixo, e a desatenção para com a Etnografia pátria (...)”.
(Emílio Goeldi, 1894a, 223)

O suíço Emílio August Goeldi (1859-1917), filho de um professor de História Natural, aprofundou seus estudos zoológicos na Universidade de Nápoles, em 1880, freqüentando o Instituto Dorhn de pesquisas marinhas. Concluiu seu doutorado em 1883, em Jena, Alemanha, onde se tornou amigo e, depois, assistente de Ernst Haeckel (1834-1919). Em 1884, ainda trabalhava em Jena, especializando-se em ictiologia da América do Sul, quando lhe apareceram três oportunidades de trabalho: uma para o Chile, outra para Austrália e, por fim, aquela pela qual ele optou, o Museu Nacional do Rio de Janeiro (Cunha: 1989; Vaz: 1934).

Goeldi chegou ao Brasil em fins de 1884. Entre 1885 e 1890, foi subdiretor da seção de Zoologia do Museu Nacional. Sua saída da instituição carioca deveu-se a conflitos com Ladislau Neto. O motivo oficial foi o novo Regulamento do Museu Nacional, de 1890, que obrigava os naturalistas estrangeiros a assinar diariamente o livro de ponto (Lopes: 1997, 194-195). A exoneração de Goeldi do Museu Nacional, a qual, aliás, coincidiu com as de Fritz Müller (1822-1897) e Hermann von Ihering, culminou com o convite para que ele dirigisse e reorganizasse, a partir de 1891, o Museu Paraense. Goeldi soube aproveitar-se dos beneplácitos do Estado do Pará: no auge da economia extrativista de exportação da borracha, o Estado, sob a administração de Lauro Sodré (1825-1891), não lhe negou verbas para a contratação de cientistas, edificação de novas instalações, incremento das coleções e edição de obras.

Goeldi conduziu importantes pesquisas arqueológicas e etnológicas no Museu Paraense. Como Barbosa Rodrigues, seus trabalhos em Arqueologia e Etnologia privilegiaram a Amazônia. Como diz Steven Shapin (1995), as ciências são feitas em lugares geográficos e institucionais específicos e carregam de modo discernível as marcas desses locais de produção. Goeldi valeu-se de toda uma fortuna crítica já existente na Amazônia, toda uma série de pesquisas arqueológicas realizadas antes que ele se entronizasse no Museu Paraense. Pôde, assim, trilhar a senda de uma problemática regional de pesquisa, cujos contornos ele esboçou a partir de um debate nacional e internacional. Seus passos no terreno arqueológico amazônico calçaram-se num plano sistemático de escavações e na coleta e organização de coleções arqueológicas e etnográficas. Além disso, personificando o traço indelével da institucionalização da Arqueologia brasileira, as pesquisas de Goeldi também se articulam a uma política colonial.

Para entendermos estas questões, volvamos, inicialmente, ao processo de institucionalização da Arqueologia e da Etnografia no Museu Paraense, do qual participaram ativamente José Veríssimo e Domingos Soares Ferreira Pena.

O que nos reporta à origem do Museu Paraense.

3.1 Textos de Batismo

Em 1866, uma congregação de intelectuais inaugurou a Sociedade Filomática do Pará. Reuniram esforços e, em abril de 1867, instalaram o Museu. O protagonista mais conhecido da criação da instituição e seu primeiro diretor foi Domingos Soares Ferreira Pena (1818-1888). Como Barbosa Rodrigues, Ferreira Pena era mineiro. Coursou o Seminário de Mariana e tornou-se, em 1848, Oficial Maior da Secretaria da Assembléia Provincial, cargo que ocupou até 1850. Por meio da imprensa, defendeu idéias

republicanas, tendo, para tanto, editado um jornal, *O Apóstolo*. Transferiu-se para o Pará em 1858, onde sua carreira de funcionário público deslanchou: foi secretário de Governo, bibliotecário, professor de Geografia no Liceu Paraense e de História na Escola Normal.

Ferreira Pena esteve na direção do Museu Paraense até 1872, abdicando-a por razões políticas. Dirigiu-o, mais uma vez, entre 1882 e 1884, enquanto permanecia, simultaneamente, no cargo de Naturalista viajante do Museu Nacional, ocupado desde 1872. Uma série de conflitos políticos locais redundaram, em 1888, na anexação do Museu à Biblioteca Pública. Porém, como assevera Carlos Estevão de Oliveira (1938), o Museu Paraense, malgrado as dificuldades financeiras, desde 1867, jamais deixou de funcionar. Após ser reformulado por Goeldi, passou a chamar-se, em 1894, Museu Paraense de História Natural e Etnografia.

Aqui, interessa-nos mais diretamente a segunda nomenclatura da instituição: Museu Paraense de História Natural e *Etnografia*. As primeiras crônicas históricas sobre o Museu ressaltam acentuadamente que a disciplina, nos anos iniciais da instituição, não se postou marginalmente. Trata-se de dois textos, publicados no primeiro volume do *Boletim do Museu Paraense*: uma biografia de Ferreira Pena, escrita pelo crítico literário José Veríssimo (1857-1916), que, durante a reorganização do Museu, era Diretor Geral da Instrução Pública do Pará (Veríssimo: 1894a); e um trabalho inédito de Ferreira Pena, intitulado *Arqueologia e Etnografia do Brasil* (1894), parte do espólio bibliográfico do autor que ficara sob a guarda de José Veríssimo. Na biografia, Veríssimo destacou dois pontos principais nos trabalhos de Ferreira Pena. Primeiro, suas explorações geográficas, que, segundo ele, corrigiram os limites da Amazônia. Na obra *Região Ocidental da Província do Pará* (1867), Ferreira Pena, “tratando de nossos limites com o Amazonas faz ver como são falsos, em virtude do imperfeito conhecimento de geografia da região, os

limites pelo Jamundá e propõe outros” (Veríssimo: 1894a, 64). José Veríssimo aponta outros textos de Ferreira Pena que contribuíram para a demarcação de fronteiras: *Confirmações antigas entre Mato Grosso e Pará, Explorações dos Rios Amazonas e Rio Branco, Cenas da Cabanagem no Tocantins*. Todos esses estudos foram publicados entre 1882 e 1883, na *Revista Amazônica*, editada pelo próprio José Veríssimo (Veríssimo: 1894a, 65).

Em segundo lugar, Veríssimo considerou Ferreira Pena como pioneiro nos estudos arqueológicos e etnográficos do Pará. Tê-los-ia feito desde 1868, antes que Charles F. Hartt encetasse os seus (Veríssimo: 1894a, 64-65). A publicação do texto inédito de Ferreira Pena objetivou respaldar esse pioneirismo. Neste “texto póstumo”, infelizmente inacabado, Ferreira Pena rememora seus intercâmbios com Charles F. Hartt, iniciados na década de 1860, quando o cientista canadense integrava a Expedição Thayer (1865-1866), chefiada por Louiz Agassiz (1807-1873)¹. Segundo Ferreira Pena, foi por indicação dele que Hartt escavou os aterros da Ilha de Marajó e do Pacoval de Arari (Pena: 1894, 30-31). Os artefatos provenientes destas escavações compuseram, sempre segundo Ferreira Pena, as primeiras coleções do Museu Paraense. Ele registra ainda que, quando organizou o Museu, em 1867, recebera coleções arqueológicas e etnográficas de diversos locais do Pará. A estas, acresceram-se outras, vindas, em 1869, de Manaus e da Venezuela. Ao mencionar estas coleções, Ferreira Pena esclarece o estatuto científico que procurou conferir ao Museu Paraense: “*Era, por outras palavras, um museu arqueológico e etnográfico que se tratava de fundar (...)*” (Pena: 1894, 28-29).

¹ - Além de Hartt, Agassiz e sua esposa Elisabeth, integraram a expedição Thayer os zoólogos John Anthony e Joel Asaph Allen, o geólogo Orestes Saint John e vários assistentes e dilettantes. Sobre a expedição Thayer, Cf. Kury (2001c) e Freitas (2001; 2002). Freitas fornece também diversas indicações sobre as pesquisas arqueológicas e etnológicas de Hartt.

Para compreender a institucionalização da Arqueologia no Museu Paraense, devemos, contudo, colocar esses escritos em seu devido contexto. E atentar, sobretudo, para as ressonâncias que eles, ainda hoje, ecoam nas interpretações sobre a origem da instituição. Nelson Sanjad afirma que estes textos, como atestados de nascimento, inauguraram o que ele chama de “*marcha demiúrgica*” do Museu Paraense: “*retardada por momentos de crise, mas necessariamente direcionada para o esplendor*” (Sanjad: 2001, 114).

De acordo com Sanjad, há uma tradição memorialista que coloca Ferreira Pena como precursor iluminado da fundação do Museu Paraense e Goeldi como o consolidador esclarecido. Esse quadro é pintado com as devidas luzes de ruptura política e evolução institucional. Se o republicano Ferreira Pena ocupou intermitentemente a direção do Museu e não pôde encaminhá-lo para o progresso institucional e científico, foi devido aos conflitos políticos perpetrados pelos monarquistas. Com o novo governo republicano, o Estado do Pará, agora ingresso numa federação e liberto do obscurantismo da Monarquia, direcionou, com Goeldi, o Museu para o caminho do “esplendor”.

Esta abordagem se sedimentou após a assinatura, em 1954, do convênio entre o recém criado Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e o Governo do Pará, pelo qual o Museu Goeldi passou à alçada administrativa do Governo Federal. Escrever sobre o Museu Goeldi, desde então, significou instaurar uma continuidade com os trabalhos de Ferreira Pena e Goeldi, conjurar as crises episódicas da instituição, ressuscitar um passado de glória e projetá-lo no presente. Escritos, em sua maioria, por diretores da instituição após o convênio de 1954, estes textos pretendem manter os laços com o passado e organizar um saber científico sobre a Amazônia. Sanjad constata também que pesquisas recentes em História da Ciência depositaram novas camadas de sedimento nesta tradição memorialista.

Guiam suas análises no mesmo trajeto de evolução institucional forjada por José Veríssimo e pelos primeiros republicanos; seguem a heurística de uma cronologia evolutiva, classificando as “etapas” científicas do Museu Paraense: fase “pré-científica” com Ferreira Pena e o Governo Monárquico; “consolidação” com Goeldi e o Governo Republicano; “ciência pura” na década de 1950 (Sanjad: 2001, 120 e segs.).

3.2 Transculturações

Cabe-nos, pois, perguntar por que José Veríssimo destacou tão enfaticamente a obra geográfica e arqueológica de Ferreira Pena. Interrogarmo-nos também acerca das expectativas que ele, como representante de uma elite política e intelectual, nutria a respeito do Museu Paraense. Veríssimo foi o responsável pelas negociações que contrataram Goeldi para a direção da instituição. Em seu discurso de re-batismo, pronunciado em 13 de maio de 1891, ele declarou que Goeldi continuaria o projeto científico iniciado por Ferreira Pena. Contudo, dividiu, solenemente, duas Eras políticas. O antigo Museu de Ferreira Pena, sob a bandeira republicana, incrementaria a Educação do Estado do Pará e honraria a pátria:

“Como um outro estabelecimento de instrução, a Biblioteca Pública, o Museu Paraense deveu arrastar essa vida mesquinha e sem utilidade até quase extinguir-se, não só a mal avisada economia, antes ridícula parcimônia das administrações que não lhes concederam os meios indispensáveis a uma prestadia existência e, também ao erro de confiarem-nos a indivíduos por via de regra escassamente habilitados para dirigirem-nos. Esperamos que o restaurado Museu, como a restaurada Biblioteca, escaparão agora a esses males e que, providos de meios suficientes e capazmente dirigidos, justifiquem a sua restauração e honrem a idéia patriótica (...)” (Veríssimo: 1894b, 5).

Esperava-se, pois, que o Museu cumprisse um papel educacional e se contrapusesse à tacanha administração monárquica. Esse pronunciamento da nova Era trazia consigo, ainda, uma preocupação científica central, de natureza arqueológica. Todo discurso pedagógico, como diria Foucault (1996, 17), reforça e reconduz o modo como uma ciência é valorizada e aplicada numa sociedade. Para Veríssimo, o Museu Paraense, nos anos vindouros, teria uma tarefa científica principal:

“Nesta região, raças cuja origem se ignora, cuja filiação se desconhece, cuja história se não sabe, existiram, viveram, lutaram, deixando vestígios que lançam a cada passo a dúvida, a hesitação, a contradição, no campo das investigações científicas, criando e destruindo na Antropologia e na Etnografia, hipóteses e generalizações. Quem sabe, senhores, se aqui não está a chave de um dos enigmas mais excitantes da curiosidade científica destes tempos: a origem do homem americano? Quem sabe se os mounds de Maracá e de Marajó (...), quem nos diz que os muiiraquitãs, os restos da maravilhosa cerâmica dessa gente apenas sabida, não nos dará um dia um elemento importante à solução deste problema?” (Veríssimo: 1894b, 6).

Essa preocupação de José Veríssimo com a origem do homem americano ajuda-nos a explicar a escolha de Ferreira Pena como prócer do Museu Paraense e a primazia que lhe concedeu nas pesquisas arqueológicas da Amazônia. Mas devemos situá-la em sua historicidade.

Uma pesquisa recente, de Ângela Bertho, procurando entender a institucionalização das “Ciências Humanas” no Museu Paraense, reproduziu as premissas da escolha de José Veríssimo; e, sem contrabalançá-las com outras fontes, acatou como plenamente verazes as informações expressas por Ferreira Pena em seu “texto póstumo”. Bertho argumentou que a gênese da pesquisa antropológica *sobre e na* Amazônia deve-se à obra de Ferreira Pena no

Museu Paraense. Ferreira Pena teria realizado trabalhos de campo, em certo sentido muito atuais e, seguramente, urgentes: eles se aproximariam do “eco-desenvolvimento”, das reflexões sobre as inter-relações entre a sociedade e a natureza amazônica. Assim, originalmente, graças a Ferreira Pena, o Museu Paraense teve um grande número de pesquisas antropológicas. Em seguida, na “fase de consolidação”, com a reforma de Goeldi, dada a inclinação do novo Diretor pela Zoologia e Ciências Naturais, houve uma estagnação no desenvolvimento da Antropologia. Goeldi, embora não tenha sofrido os constrangimentos persecutórios que a política monarquista assestou contra o republicano Ferreira Pena, não cumpriu suas promessas. Não contratou um chefe para a seção de Antropologia e Arqueologia do Museu, e tampouco promoveu demoradas estadias em campo para a produção de monografias sistemáticas sobre os grupos indígenas. O problema científico primordial para Goeldi seria o mesmo anunciado por José Veríssimo: desvendar a origem do homem americano; retirar o véu desta intrincada questão, a fim de saber se o indígena amazônico era ou não autóctone. Daí seu envolvimento em debates difusionistas e darwinistas sociais. Assim, os prenúncios de desenvolvimento da Antropologia, anunciados por Ferreira Pena na fase de “formação” do Museu Paraense, interromperam-se na fase seguinte, de “consolidação”, encabeçada por Goeldi. A retomada desta vocação antropológica ancestral do Museu Paraense só se daria com a obra de Curt Nimuendaju (1883-1945) (Bertho: 1994a; 1994b; 2001).

Nelson Sanjad, acertadamente, criticou² as pesquisas de Bertho por caírem na lógica das periodizações da tradição memorialista do Museu Paraense: as propaladas fases “pré-científica” e de “consolidação”. E chamou-nos a atenção, em mais de um trabalho, para um

² - Esta interpretação de Bertho se encontra também nas histórias da Arqueologia oficiais do Museu Paraense (Cf: Simões: 1971; 1973; 1981).

detalhe crucial: as pesquisas de Ferreira Pena *sobre e na* Amazônia não se produziram no Museu Paraense; foram encomendadas pelo Governo Imperial e pelo Museu Nacional. Tal constatação nos levaria, obviamente, a questionar que o Museu Paraense iniciou, com Ferreira Pena, uma tradição de pesquisas antropológicas (Sanjad: 2001; 2005). Os textos arqueológicos mais importantes do primeiro diretor do Museu Paraense, sem dúvida, publicaram-se nos *Arquivos do Museu Nacional*.

Ferreira Pena não foi precursor das pesquisas antropológicas e arqueológicas amazônicas, como apregoou Veríssimo. E isto, pelo menos, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque, na verdade, ele participou de um debate que ocorria, neste contexto, entre *vários* pesquisadores. Quando Ferreira Pena publicou seu primeiro texto no Museu Nacional, em 1876, Barbosa Rodrigues, neste mesmo ano, como já discutimos, publicou também o primeiro artigo de suas *Antigüidades do Amazonas*. Um ano depois, nos *Arquivos do Museu Nacional*, sairia o primeiro texto arqueológico de Ladislau Neto (1877), que abarcou largas porções da Amazônia. Não se pode, de outro lado, desatar os vínculos institucionais e arrefecer os conflitos. Ferreira Pena era naturalista viajante do Museu Nacional. Suas pesquisas foram solicitadas por Ladislau Neto. Não por acaso os trabalhos de ambos, em termos de hipóteses de ocupação pré-histórica da Amazônia, se afinavam, embora, como veremos mais adiante, não coincidissem totalmente. Por fim, como já discutimos, Ferreira Pena se opôs frontalmente às interpretações e hipóteses de Barbosa Rodrigues, acusando-o de cientista amador. Suas críticas integraram uma disputa, que se intensificaria anos depois, pela hegemonia das instituições dirigidas por Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues, o Museu Nacional e o Museu Botânico.

Os anos de 1876 e 1877 trouxeram, também, as publicações de Antonio Manoel Gonçalves Tocantins (1836-1905). Engenheiro formado pela Universidade de Gand, na

Bélgica, Gonçalves Tocantins atuou, sobretudo, em seu estado natal, o Pará. Foi secretário da Repartição de Obras Públicas e, em 1880, executou uma longa exploração do Rio Trombetas e seus afluentes. Estudioso do Tupi, ele travou inúmeros contatos com grupos indígenas do Pará. Os resultados de suas pesquisas, marcadamente influenciadas pelos modelos evolucionistas, surgiram em dois artigos na Revista do IHGB, instituição onde ele era sócio. No primeiro, *Relíquias de uma Grande Tribo Extinta*, ele descreveu as cerâmicas da Ilha do Pacoval. Analisando-as, concluiu que era um povo “*bastante adiantado na indústria cerâmica*” (Tocantins: 1876, 60). Para ele, a “raça” que confeccionou essas cerâmicas civilizadas descendia dos Incas. O autor que lhe serviu de base para esta conclusão, segundo ele um verdadeiro “juiz” nesta questão, foi Ladislau Neto. Ele, por fim, informa que doou as coleções cerâmicas de Pacoval a José Vieira Couto de Magalhães, que, por seu turno, as remeteu ao Museu Nacional (Tocantins: 1876, 62-64).

Em seu segundo artigo, Gonçalves Tocantins efetuou uma ampla análise lingüística e antropológica sobre os Mundurucus (Tocantins: 1877). Descreveu ainda as pinturas rupestres dos ancestrais da “tribo”, as quais ele comparou com as “*tradições ainda vivas*” do grupo. Investigou também os primeiros contatos culturais efetuados entre os Mundurucus e os colonizadores quinhentistas. Gonçalves Tocantins segue de perto as orientações ditadas, em 1856, por Manoel de Araújo Porto Alegre nas *Instruções para a Seção de Etnografia e Narrativa de Viagens* (Alegre: 1856) da Comissão Científica Brasileira: o estudo destes contatos com os “brancos” permitiria extraírem-se dados para a formulação de uma correta política colonial destinada às regiões de Belém e adjacências. Outra preocupação de Gonçalves Tocantins, como no artigo anterior, foi a de determinar o teor de civilização dos Mundurucus, os quais, segundo ele, eram essencialmente primitivos, sem quaisquer signos de civilização.

Outro pesquisador importante escreveu sobre Arqueologia Amazônica nos anos 1870. Trata-se do cientista e político a quem Gonçalves Tocantins enviou as coleções da Ilha do Pacoval: José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898)³. O General Couto de Magalhães, Barão de Corumbá, presidiu, entre 1863 e 1868, as fronteiriças províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso, o que lhe facultou a oportunidade de conviver com grupos indígenas, escavar sítios arqueológicos e fazer pesquisas antropológicas e lingüísticas. Sócio do IHGB, nesta instituição ele publicou o seu *Ensaio de Antropologia* (Couto de Magalhães: 1873), o qual, a pedido do Imperador D. Pedro II, foi reescrito, para figurar na Exposição Internacional da Filadélfia, em 1876. Surgiu, então, *O Selvagem* (Couto de Magalhães: 1935 [1876]).

Neste livro, Couto de Magalhães, cujas escavações arqueológicas na Amazônia fizeram-se com ferramentas evolucionistas, argumentou que o indígena não era degenerado. Para ele, os indígenas eram semi-civilizados, pois eles imigraram para a América depois de transporem, na Ásia, o período Paleolítico. Conforme seu cálculo geológico, os povos asiáticos chegaram à América, através do Estreito de Bering, há cem mil anos, quando já dominavam as tecnologias neolíticas. Daí conhecerem a agricultura e possuírem perícias artísticas e industriais. Couto de Magalhães, assim, utilizou um aparato conceitual que, naquele contexto, fora recentemente inventado pelo inglês John Lubbock (1843-1913): a divisão da Pré-História nos períodos Paleolítico e Neolítico⁴. A hipótese sobre a imigração asiática para a América durante o Neolítico, inclusive, figurou posteriormente na agenda de discussões do Congresso dos Americanistas (Wilson: 1892, 1897).

³ - Para análises mais detalhadas do pensamento científico e político de Couto de Magalhães, Cf. Ferreira (2003b; 2005b), Machado (1997) e Monteiro (1996).

⁴ - Sobre John Lubbock, Cf. Harris (1968, 151-153) e Trigger (1990, 114-119).

Couto de Magalhães afinava-se pelo diapasão internacional não apenas do debate científico, mas também no do político. Assim, ele não via problema em equacionar Arqueologia, Antropologia, exército e colonialismo⁵. Ele o diz claramente em sua formulação sobre o agenciamento do exército para efeitos de colonização: “*para os que ponderam que não se coloniza com os exércitos, basta olhar para as experiências inglesas na Índia, as dos russos na Ásia e as dos franceses na Argélia*” (Couto de Magalhães: 1875, 12). *O Selvagem*, nesta equação, pode ser visto como um manual pedagógico sobre a alteridade indígena; ele capacitaria os agentes da colonização, soldados e padres, a lidar com o universo cultural dos colonizados. Aqui, mais uma vez, é possível traçar um paralelo com contextos coloniais mais canônicos: a decifração do sânscrito por William Jones, nos anos 1789, só teve azo de ocorrer, na Sociedade Asiática de Bengala, como um esforço burocrático para habilitar os oficiais britânicos na Índia a lidarem com a população nativa (Ballantyne: 2002, 26-27).

O projeto colonial de Couto de Magalhães, explanado pormenorizadamente em *O Selvagem* e em sua *Memória sobre as Colônias Militares, Nacionais e Indígenas* (1875), era o de reabilitar as colônias militares⁶. Estas teriam funções precisas: conquistar duas terças partes do território brasileiro, o qual, segundo ele, não podia ainda ser pacificamente povoado devido à presença dos indígenas; assegurar-se-iam, desse modo, as fronteiras com as bacias dos Rios Prata, Amazonas, Negro e Branco; concentrados nas Colônias Militares, os indígenas ajudariam a povoar o território nacional; posteriormente, as colônias militares promoveriam casamentos eugênicos entre índias e seletos colonos europeus, com o fito de

⁵ - A visão de Couto de Magalhães sobre o índio como ser perfectível apto a ser colonizado é perceptível já nos anos 1850, em seu romance *Os Guayanás* (1859), escrito quando ele era estudante na Faculdade de Direito de São Paulo.

⁶ - Para um excelente estudo sobre as colônias militares, Cf. Mota (2000).

melhorar a composição “racial” da população brasileira; por fim, graças aos núcleos de povoamento das colônias militares, o Brasil ligar-se-ia por estradas de ferro, desde o Amazonas ao Rio de Janeiro, formando-se, nas palavras de Couto de Magalhães, um “*T colossal*”, um T vincado por vias férreas: a linha horizontal cortaria o sentido longitudinal Nordeste-Norte, e a linha vertical o sentido Norte-Sul.

A segunda razão por que Ferreira Pena não foi o precursor da Arqueologia amazônica é explicitada por ele mesmo. Ferreira Pena informa-nos que *não* foi ele quem coletou as primeiras coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Paraense. Ferreira Pena, quando colhia peças arqueológicas e etnográficas, não as deixava no Museu Paraense, mas as remetia, habitualmente, para o Museu Nacional (Ferreira: 2005; Sanjad: 2005, 85 e segs). O Museu Paraense, ao ser fundado, obteve-as majoritariamente pela doação de particulares. Outras coleções, por sua vez, foram amealhadas não por Ferreira Pena, mas por outros membros do Museu Paraense. Ele mesmo o confirma:

“Um dos membros da Mesa da Sociedade [do Museu Paraense], tendo-se demorado algum tempo em Manaus, foi bastante feliz (...) e trazendo para o Museu em 1869 uma estimada porção de artefatos arqueológicos de nossos índios Uaupés e dos índios venezuelanos” (Pena: 1894, 29).

O “membro da mesa da sociedade” que coletou essas coleções foi Francisco da Silva Castro (1815-1899). Desde os anos 1860, Silva Castro reuniu cerâmicas da Ilha de Marajó e do Rio Maracá. Manteve, entre 1864 e 1865, intensa correspondência com a Academia de Ciências de Estocolmo, na Suécia, e com o Museu da Universidade de Oslo, na Noruega. Foi para estas instituições européias que Francisco Castro enviou, inicialmente, as cerâmicas de Marajó e de Maracá. Após a fundação da Sociedade

Filomática, Francisco Castro tornou-se um colaborador ativo da recém-fundada instituição, doando-lhe peças arqueológicas e etnográficas (Cunha: 1989, 48-53).

Outros personagens, portanto, nos anos iniciais do Museu Paraense, estavam envolvidos com a Arqueologia e a Antropologia da Amazônia. Afirmá-lo não significa negar a vocação de Ferreira Pena para os estudos arqueológicos e antropológicos. A obra de Ferreira Pena, como já notou Anna Roosevelt (1991, 100-103), é de grande relevância para a Arqueologia e Antropologia amazônicas. Contudo, deve-se notar que Ferreira Pena registrou a existência de outras coleções, numismáticas e de ciências naturais, no núcleo inicial do Museu Paraense (Pena: 1894, 28). A instituição organizou-se, a princípio, como um Museu de História Natural, conforme indica-nos, referendando-se em diversas fontes primárias, Nelson Sanjad (2001: 41 e segs.). Esse dado aguça-nos o foco das lentes para as desinências verbais empregadas por Ferreira Pena. O que ele afirmou foi que se *tratava* de fundar, em 1867, um museu etnográfico e arqueológico, e não que a instituição *era* exclusivamente etnográfica e arqueológica. Por outra, Ferreira Pena tinha um projeto científico para o Museu; deseja dar-lhe um estatuto científico específico. Foi José Veríssimo quem se encarregou de plantar, com a semente deste plano científico original, um Museu etnográfico e arqueológico devotado à investigação do “homem americano”.

Deve-se, pois, ler o texto inacabado de Ferreira Pena em contraponto, comparando-o com outras fontes. Ferreira Pena, com efeito, indicou a Hartt ocorrências de sítios arqueológicos e sugeriu, por conseguinte, que ele os escavasse⁷. Tais indicações se deram durante a primeira expedição Morgan⁸ (a partir de julho de 1870), e resultaram em artigos

⁷ - Nelson Sanjad (2005, 54-56) tratou das colaborações entre Hartt e Ferreira Pena.

⁸ - Expedições financiadas pelo Coronel Edwin P. Morgan. A segunda Expedição Morgan foi realizada em 1871 (Pena: 1877, 52; Hartt: 1876, 21; 1885, 3); para maiores detalhes sobre as Expedições Morgan, Cf. Freitas: 2002).

publicados na *American Naturalist* e nos *Arquivos do Museu Nacional* (Hartt: 1871a; 1871c; 1876; 1885, 2; Pena: 1877, 52). O geólogo canadense, portanto, quando organizou seu projeto para a Comissão Geológica Imperial, cujas expedições se iniciaram em 1875, já conhecia a localização de alguns sítios arqueológicos. Seu projeto de pesquisa para a Comissão Geológica, assim, não incluiu apenas o estudo das estruturas geológicas e veios fossilíferos amazônicos. Silvia Figueirôa, com base em documentação primária da Comissão, mostra que Hartt planejara pesquisar, dentre outros, o seguinte tópico: “*estudo da arqueologia do país e da etnologia das tribos existentes*” (Figueirôa: 2001, 121).

As relações entre o cientista brasileiro e o canadense estreitaram-se durante os trabalhos da Comissão Geológica. Ferreira Pena foi contratado pela Comissão para fazer um levantamento cartográfico dos sítios arqueológicos da Ilha de Marajó. Contudo, ele só os escavaria em 1873, depois que William S. Barnard (1849-1887) e Orville A. Derby (1851-1915), alunos de Hartt, o fizessem⁹. Os resultados das escavações de Derby, realizadas, no ano de 1871, em sambaquis paraenses e nos aterros da Ilha de Marajó, publicaram-se na *American Naturalist* em 1879 (Derby: 1879)¹⁰. Assim, se Ferreira Pena iniciou seus estudos arqueológicos e antropológicos em 1868, isso não lhe dá nenhuma precedência científica na Amazônia. Seus trabalhos foram tão importantes para a institucionalização da Arqueologia amazônica (ou, para situá-los de uma forma mais geral, para a institucionalização da Arqueologia brasileira) quanto foram os de Barbosa

⁹ - Eles foram à Marajó em 1870 (Barnard, apenas fez uma vistoria no teso do Pacoval) e novembro de 1871 (Derby). Contudo, foram precedidos em alguns meses por Joseph Beal Steere, da Universidade de Michigan, que foi o primeiro a escavar arqueologicamente um teso de Marajó, entre janeiro e maio de 1871 (Hartt: 1876, 21; 1885, 17-18; Pena: 1877, 51-52).

¹⁰ - Cf. também o seu texto *A Ilha de Marajó*, onde ele diz: “*Em 1871 visitei a parte central da Ilha de Marajó subindo o rio Arary até sua nascente no lago do mesmo nome com o fim de examinar o antigo monte artificial dos Índios, conhecido por Ilha de Pacoval, situado na margem desse lago. Tornei a visitar a região em 1876 e estendi os meus estudos (...) até a cachoeira de Arrajás e no tributário, o Camutins*” (Derby: 1897, 163).

Rodrigues, Ladislau Neto, Gonçalves Tocantins, Hartt e Derby. Ademais, deve-se convir que Hartt escreveu vários textos arqueológicos e etnológicos, com detalhadas descrições geométricas de artefatos amazônicos (Hartt: 1872; 1876a; 1876b; 1879), registros de ocorrência de arte rupestre (Hartt: 1871b; 1891; 1897), além de análises sobre cemitérios indígenas em grutas de Minas Gerais (Hartt: 1875).

Não se trata de inverter sinais, afirmando que Hartt, e não Ferreira Pena, foi o precursor da Arqueologia amazônica. O intercâmbio entre Hartt e Ferreira Pena sinaliza-nos uma questão mais interessante do que a eleição de pioneiros. As relações entre os dois cientistas podem ser compreendidas por meio do conceito de transculturação. Mary Louise Pratt, analisando as narrativas de viagem de Alexander Humboldt, atentando particularmente para a função da História Natural nestas narrativas, mostrou-nos que elas forneceram, tanto à Europa quanto às “sociedades crioulas”, ferramentas para “re-imaginar” a América e a própria Europa. Nos percursos da transculturação, isto é, das trocas culturais entre cientistas locais e europeus, as ciências foram um meio para reconstruir, no mesmo passo, o Velho e o Novo Mundo (Pratt: 1997, 121).

Obviamente, há um grande desnível contextual entre os processos que estou descrevendo e aqueles que Pratt descreveu. Ela fala de um cientista europeu que, no final do século XVIII, assomou à América e intercambiou com os cientistas crioulos; eu de cientistas de nacionalidades diferentes, mas que habitavam, nos anos 1870, o mesmo continente. Em sua infinita variedade, contudo, os contextos sempre são comparáveis. Alexander Humboldt, quando chegou à América, não encontrou um continente vazio de conhecimentos, pronto a ser preenchido com novos dados e interpretações. Havia uma longa tradição de pesquisas na América. Humboldt, inclusive, e este é um fato que Pratt relega, foi profundamente influenciado por cientistas crioulos. Embora Simon Bolívar tenha

dito que o Humboldt a América da ignorância, os trabalhos do naturalista sobre o passado pré-hispânico foram escritos *depois* que os crioulos, nos séculos XVIII e início do XIX, publicaram os seus livros. Humboldt não apenas visitou cientistas locais e museus que mantinham coleções arqueológicas; antes de escrever e publicar seus trabalhos, ele compulsou os escritos e materiais deixados por Antonio de Ulloa, José Domingo Duquesne e José Celestino Mutis (Rueda: 2003, 40-46).

De modo semelhante, quando Hartt chegou ao Brasil, não havia um hiato de conhecimentos arqueológicos e etnológicos sobre a Amazônia. Além das crônicas coloniais e das narrativas de viagens de outros naturalistas, o IHGB, desde os anos 1840, já vasculhava o solo arqueológico e etnográfico das populações indígenas amazônicas. Hartt, portanto, não encontrou a Amazônia desprovida de pesquisas arqueológicas e antropológicas. Baseando-se nestas pesquisas pregressas e, é claro, em seus próprios estudos, Hartt produziu uma notável síntese sobre a Arqueologia e Etnologia amazonenses, publicada postumamente nos *Arquivos do Museu Nacional* (Hartt: 1885). Neste copioso trabalho, Hartt descreveu minuciosamente os sambaquis do Amazonas e do litoral paraense, as grutas e aterros arqueológicos de Maracá, diversos itens da cultura material, além de compilar um exaustivo conjunto de mitos indígenas.

Quanto às relações entre Hartt e Ferreira Pena, claro está que o brasileiro, profundo conhecedor da Geografia amazônica, sabia e indicou ao canadense a localização de vários sítios arqueológicos. Sua cartografia de sítios foi fundamental para as pesquisas de Hartt. No sentido inverso, os trabalhos de Hartt, e podemos acrescentar também os de Derby, também auxiliaram a Ferreira Pena. Vemo-lo em seus textos arqueológicos publicados nos *Arquivos do Museu Nacional*: tanto em *Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará* (1876), quanto em *Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará* (1877b).

O que havia entre estes cientistas era, pois, intercâmbio de informações, relações sociais, culturais e institucionais, transculturações entre a ciência local e a internacional. Eles, assim, trocando idéias, informações e referências, re-imaginavam juntos o passado arqueológico da Amazônia. Aliás, o próprio Ferreira Pena, no texto em que criticou acidamente a Barbosa Rodrigues, defendeu essas relações entre a ciência local e a internacional. Neste ponto, havia discordâncias entre os cientistas brasileiros. A revista *Ensaio de Ciência*, onde saíram os primeiros textos arqueológicos de Barbosa Rodrigues, trouxe uma introdução editorial bastante nacionalista. Assinada por Barbosa Rodrigues e Guilherme Such Capanema (1824-1906), a introdução foi ironicamente intitulada “*Aos que Lerem*”. Depois de uma dedicatória a Pedro II, o “*cultor das artes e letras*” do “*vasto império sul-americano*”, eles justificam uma publicação científica em português da seguinte maneira: “(...) *poucos são aqueles que procuram enraizar a ciência no Brasil (...). Sacrificamos a oportunidade de adquirir alguma nomeada fora, ao desejo de localizar a ciência no torrão natal, de nacionalizá-la (...)*”¹¹.

Ferreira Pena, por sua vez, entendia que, para o próprio “*brio de nossa nacionalidade*”, deveríamos ser cuidadosos com as descrições e interpretações arqueológicas. Elas favoreceriam aos cientistas brasileiros e estrangeiros, abrindo margens para vantajosos e úteis contatos internacionais:

“(...) *para ser coerente há de sem dúvida concordar o Sr. Barbosa Rodrigues por isso mesmo que, por motivos que não conheço, repele como humilhante para nós o concurso dos sábios estrangeiros nas investigações da natureza do Brasil – o estrangeirismo como ele qualifica este concurso, aliás tão valioso, tão fecundo e tão útil para nós (...)*” (Pena: 1877a, 76).

¹¹ - Cf. *Aos que Lerem. Ensaio de Ciência*. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, (1): 1876, pp. 1.

3.3 Lei Psicológica

Voltemos a José Veríssimo. Por que, afinal, a Arqueologia, a Antropologia e os debates sobre a origem do homem americano lhe eram importantes? Em 1886, José Veríssimo publicou suas *Cenas da Vida Amazônica, com um estudo sobre as populações da Amazônia* (1957 [1886]). Dono de um estilo envolvente, José Veríssimo escreve um texto cujo gênero e objetos são de difícil classificação: misto de narrativa de viagens, pesquisa documental e registro etnográfico sobre as populações indígenas e ribeirinhas. Um ano depois, ele publicou, na *Revista do IHGB*, um estudo sobre as populações indígenas e mestiças da Amazônia (Veríssimo: 1887).

Comentarei mais detidamente este segundo trabalho, pois ele condensa muitas proposições estampadas nas *Cenas da Vida Amazônica*. No estudo publicado no IHGB, Veríssimo mostra que, efetivamente, conhecia o debate arqueológico e antropológico sobre a Amazônia. Ele critica, por exemplo, Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues; ambos traduziram equivocadamente, “*sem o menor fundamento*”, a palavra *muiraquitã*, amuletos que, observou-o Veríssimo, ainda eram “*fetiches*” nas crenças amazônicas, inclusive entre as populações “*civilizadas*” (Veríssimo: 1887, 358-359). Veríssimo repisa ainda um outro tema da Arqueologia e Antropologia amazônicas. Segundo ele, não havia dúvida de que a Amazônia possuiu, no passado, uma civilização indígena. Esta, contudo, teria degenerado, como evidenciaram as escavações arqueológicas:

“Quem há visto os restos das louças dos nossos selvagens, desentranhados da terra pelas investigações dos naturalistas, e admirado as formas bizarras, mas elegantes por vezes, das içaabas, estudando-lhes as gregas caprichosas e o desenho correto, e comparando-os com a louça grosseira, pesada e disforme que o tapuio e o mameluco fazem hoje, não pode deixar de notar essa decadência que principiou sem dúvida logo após

a conquista, porque nas escavações encontra-se sempre a louça mais perfeita nas camadas inferiores e a mais grosseira nas superiores” (Veríssimo: 1887, 302).

Os naturalistas a que Veríssimo se refere são Barbosa Rodrigues e, para valer-me dos adjetivos que ele empregou, o “*sábio e modesto*” Ferreira Pena. Contudo, Veríssimo fez um uso pendular de Ferreira Pena e Barbosa Rodrigues. Seu eixo lógico acerca das escavações na Amazônia balançou para o lado de Ferreira Pena; mas, de outro lado, encampou a explicação do diretor do Museu Botânico quanto à degeneração indígena. Para Veríssimo, a degeneração nasceu, sobretudo, da opressão colonial:

“O abatimento a que chegou entre os seus descendentes a arte cerâmica, tão florescente outrora, é uma prova eloqüente que as perseguições, a falsa catequese, todos os crimes que a cobiça baixa engendrava, fizeram de uma raça selvagem, mas talvez aperfeiçoável, uma gente abastardada, dissimulada, odiando a civilização ou amando unicamente os vícios que fatalmente ela acarreta consigo, a bebedice, a rapina e a hipocrisia” (Veríssimo: 1887, 303).

Veríssimo, como Barbosa Rodrigues, entendeu que os colonizadores portugueses, e dentre eles os jesuítas, não foram capazes de trazer os indígenas para a civilização. Pelo contrário, levaram-nos à degeneração. O motor da “degeneração indígena”, portanto, fora histórico, e não biológico. Contudo, a Biologia aliou-se, de alguma forma, à História. A degeneração indígena se perpetuou nas miscigenações que se efetuaram na Amazônia. O caboclo, o mameluco, o cafuzo, todos eles tinham no sangue os glóbulos da degeneração. Para Veríssimo, isto era um problema político. Pois, segundo ele, a população amazônica era majoritariamente mestiça. Citando dados estatísticos, Veríssimo demonstrou que, na Amazônia, brancos e negros eram minorias. O principal tipo seria o caboclo; os negros,

mesmo nos costumes e na língua, enraizaram-se pouco na Amazônia. Foram expurgados pela força da cultura indígena.

Veríssimo concluiu seu estudo sobre as populações mestiças da Amazônia com quatro proposições: as “*raças cruzadas*” da Amazônia estão profundamente degradadas; ao meio e às condições sociais, políticas e religiosas, em que se deram os cruzamentos, se deve atribuir “*o lastimável estado a que chegaram*”; predominou nestes cruzamentos o elemento tupi mais do que o português; as populações que escaparam desta mistura, sofreram, mesmo assim, sua influência (Veríssimo: 1887, 387). Veríssimo, contudo, ao contrário do que estas “*cenas amazônicas*” podem sugerir, não antevia um futuro trágico para a Amazônia. Na verdade, ao lado dos Estados Unidos, o Brasil, e notadamente a Amazônia, tinham uma missão histórica: gerir a unidade étnica da América.

Para Veríssimo, a América seria “*o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo*” (Veríssimo: 1887, 295). Segundo ele, os Estados Unidos e o Brasil eram protótipos da lei de Darwin: no encontro entre “*raças*” ocorrido nestes dois países, na luta pela vida e pelo território, a “*raça*” mais forte sobreviveu e assimilou a mais fraca. No Brasil, a “*raça*” mais forte, a portuguesa, venceu, incorporando a seiva da “*raça selvagem*” e conquistada. A originalidade do Brasil, sua vantagem em relação aos Estados Unidos, residiria justamente nesta miscigenação entre o “*amoroso português*” e as mulheres indígenas:

“É justamente esse fenômeno que faz a nossa originalidade, se a temos, livrando-nos de ser uma simples colônia européia, apenas politicamente emancipada, para formarmos com os elementos de lá recebidos e de cá aceitos, um povo que não é nem português nem brasílico-guarani, nem tampouco africano (...). Demais, essa fusão aqui de todas as raças deu-nos, ou antes dar-nos-á no seu resultado total, uma homogeneidade que

falta sem dúvida à grande república norte-americana, o que nos assegura um movimento social mais lento é verdade, porém mais firme” (Veríssimo: 1887, 315-316).

A regularidade deste movimento social dependeria, para Veríssimo, de um projeto político. Mas, ao contrário de Barbosa Rodrigues, Veríssimo, neste texto, não defendeu a educação como forma de combate dos atavismos. Paradoxalmente, o intelectual que, em 1890, proporia uma reforma educacional (na qual não faltaram discussões sobre as “raças” brasileiras) para a jovem República (Veríssimo: 1985 [1890]), afirmou que a educação não pacificaria os indígenas, nem impediria a degradação da população amazônica. Tampouco adiantaria, como queria Ladislau Neto, normalizar fórmulas para uma miscigenação vigente; nem fazer a estatística dos contatos entre índios e portugueses, como sugeriu Gonçalves Tocantins. Veríssimo assevera que seria repetir os erros do passado colonial querer civilizar os indígenas e mestiços. Eles não são afeitos à civilização. Assim, ele criticou o projeto colonial de José Vieira Couto de Magalhães, conquanto reconhecesse seus méritos: o General seria o “*apóstolo mais devoto*” da idéia de catequese conjugada às colônias militares. Porém, para ele, esta solução seria completamente inútil:

“Conquanto a perfectibilidade humana seja um dogma que aceitamos e proclamamos, não cremos que a barbárie de séculos, a barbárie tradicional possa ser substituída pela civilização, em um dia, em um ano, em anos mesmo e longos até, nem pelo missionário, nem pelo intérprete, nem pela colônia militar” (Veríssimo: 1887, 387).

A educação e as colônias militares não anulariam no mestiço a ociosidade, a preguiça, a desconfiança visceral, a base familiar aniquilada pelo despudor, o conformismo doentio às péssimas condições sanitárias e ao desconforto das habitações (Veríssimo: 1887, 368 e segs.). Nem mesmo promover a eugenia das “raças”, a miscigenação entre europeus e indígenas, mudaria esse quadro de degradação. As condições mesológicas da Amazônia

eram óbices a qualquer aclimatação de “*raças enérgicas e boas*”. Para Veríssimo, haveria uma solução única:

“(…) *estou convencido que o problema político consiste em utilizar no maior proveito das sociedades a força natural que lhes é própria. Aqui a força natural são evidentemente as populações indígenas, puras ou cruzadas com os conquistadores e colonizadores. Se me fora permitido dar um aviso, era que as aproveitássemos em bem da vastíssima e riquíssima região amazônica.*” (Veríssimo: 1887, 388-389).

Tirar proveito das forças naturais significava, para ele, aplicar a “*lei psicológica*” da divisão do trabalho no organismo social (Veríssimo: 1887, 389). Conquanto tenha criticado os fundamentos eugênicos das colônias militares de Couto de Magalhães, Veríssimo também promove uma política colonial. A tática política de Veríssimo se assemelha àquela que Robert Miles (1989, 20-30) identificou nos contextos coloniais da África e Austrália: a incorporação política dos nativos por meio da divisão racial do trabalho. Para Veríssimo, não seria preciso administrar a miscigenação das “*raças*”, mas sim *organizar racialmente* o trabalho. Há em Veríssimo, portanto, um vínculo entre evolucionismo e Economia Política. A hierarquia das raças sobre a árvore comum da evolução, a luta pela vida que seleciona os mais fortes, eliminando ou absorvendo os mais fracos, fundamentou-lhe um projeto de organização do trabalho, de extração das forças produtivas, de maximização das capacidades laborais inerentes aos mestiços. Neste aspecto, sua crítica às colônias militares de Couto de Magalhães se dilui: também o General pretendia preparar uma futura mão-de-obra de acordo com a hierarquia das “*raças*” (Ferreira: 2003b; 2005b).

Isto nos remete novamente às escolhas de Veríssimo, aos textos de batismo do Museu Paraense. O projeto de um Museu arqueológico e antropológico ligava-se, exatamente, à potencialidade destas disciplinas para o estudo das populações amazônicas.

Para Veríssimo, como também para outros autores do período, o território primitivo da Amazônia permanecia vivo no presente. Sobreviveu nos artefatos arqueológicos dos oleiros civilizados; e como herança maculada pela degeneração. Veríssimo encontrou essa discussão justamente na obra de Ferreira Pena.

3.4 Germens da “Raça” e das Fronteiras

A obra de Ferreira Pena, como já disse, não foi escrita *no e para* o Museu Paraense; o conjunto de suas pesquisas, na verdade, extravasou os limites da Amazônia. Tiveram proeminência nacional. Mas ele não escreveu muito sobre Arqueologia e Antropologia. Nesta área, seus textos mais importantes, publicados nos primeiros volumes dos *Arquivos do Museu Nacional*, foram os dois que já citei: *Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará* (1876) e *Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará* (1877b). No primeiro, Ferreira Pena apresentou os resultados de suas visitas aos sambaquis marinhos e ribeirinhos da costa oriental do Pará, situados desde Salinas até o Rio Juapiraca; locais, naquele momento, pouco conhecidos e esparsamente pontuados por pequenos povoados. O primeiro objetivo de Ferreira Pena foi o de indicar as coordenadas geográficas para os futuros pesquisadores da região. Segundo ele, tratava-se de:

“(...) *mostrar o caminho aos futuros exploradores e de poupar-lhes muitos dos embaraços e decepções por que tive de passar e por que passam todos os que exploram pela primeira vez esses lugares, quase desconhecidos.*” (Pena: 1876, 86).

Ferreira Pena aplicou, nas escavações dos sambaquis, os princípios metodológicos atinentes à Arqueologia do período. Fez uma geometria dos sambaquis, isto é, mediu-os e mapeou-os. Suas mensurações geométricas retomaram também uma preocupação já aventada por Carl Rath (1871): o estado de conservação dos sambaquis. Diante disso,

Ferreira Pena procurou, mais uma vez, aplainar o terreno para o futuro da pesquisa arqueológica. De cada sambaqui escavado, ele anotou os que, segundo ele, estavam “*extintos*”, isto é, completamente esgotados devido à extração de cal ou que serviram de terreno para a construção de pequenos povoados. As análises geométricas, assim, cuidaram principalmente da cartografia dos sambaquis e da descrição de seus conteúdos arqueológicos – ossos humanos, artefatos líticos e cerâmicos –, os quais ele localizou em suas camadas estratigráficas.

O discurso para o futuro é dito, como sempre, no presente. Ferreira Pena não apenas mapeou os sambaquis, mas também os interpretou. Para tanto, entabulou um diálogo crítico com Charles Wiener (1851-1919), cujo relatório das escavações em Santa Catarina também foi publicado no primeiro volume dos *Arquivos do Museu Nacional* (Wiener: 1876)¹². Ferreira Pena concordou com Wiener acerca dos fatores geológicos e antrópicos que produziram os sambaquis; no Sul e Norte do Brasil, eles seriam os mesmos. Do mesmo modo, a ação do clima nos dois extremos do país derruiu os sambaquis, o que impediria a apreensão de suas formas primitivas (Pena: 1876, 93-94). Contudo, Wiener dissera que inexistiam leis sociais entre os sambaquiteiros. A premissa do argumento de Wiener foi a ausência de esqueletos humanos completos nos sambaquis de Santa Catarina; eles estariam incompletos exatamente porque serviram de alimentação antropofágica; e, logo, onde há antropofagia, não há leis sociais. Ferreira Pena, contudo, encontrara, na Mina da Coroa Nova, dois esqueletos humanos inteiros. Além disso, para ele, a antropofagia era, sim, presidida por leis sociais. No Pará e no Amazônia, a antropofagia tinha regras precisas:

¹² - O austríaco Charles Wiener é mais conhecido por ter trabalhado no corpo diplomático francês. Enviado para a América Latina, ele realizou diversas expedições arqueológicas no Peru, Bolívia e Equador. Para uma análise das pesquisas de Wiener na América Latina, Cf. Riviale (2003). As escavações de Wiener em Santa Catarina foram solicitadas por Ladislau Neto: Cf. Neto (1876). Fiz uma análise comparativa entre Wiener e Ferreira Pena em outro trabalho (Ferreira: 2005a).

“(...) creio estar bem averiguado que os Índios (ao menos no Pará e no Amazonas), ainda os mais antropófagos, não comiam carne humana como quem come mariscos e peixes, nem mesmo para satisfazerem a fome, e seguramente nenhum deles jamais viu no seu semelhante um simples objeto de alimentação! Os mais ferozes comiam, sim, a carne humana, mas só a de seus inimigos e não a comiam senão para satisfazerem ao seu excessivo ódio e extraordinário espírito de vingança” (Pena: 1876, 95).

Quanto à idade dos sambaquis, eles não teriam dois ou, no máximo, três séculos, como dissera Wiener. O cálculo de Wiener fundara-se em observações geológicas; já Ferreira Pena examinou fontes históricas, reativando a hipótese de ocupação da Amazônia imaginada por Gonçalves Dias na década de 1860: os índios que ocuparam os sambaquis eram selvagens expulsos das imediações dos Andes pelos Incas. Gonçalves Dias estabelecera o século XI como data possível da imigração dos selvagens andinos para a Amazônia (Ferreira: 2003c). Para Ferreira Pena, entretanto, não se poderia ainda calcular a idade exata da imigração que originou os sambaquis. Mas haveria uma estimativa:

“Assim, se bem que na ausência quase completa de dados indispensáveis, seja presentemente impossível determinar com alguma certeza a idade destes sambaquis, creio que se poderá admitir que eles começaram a formar-se numa época correspondente ao estabelecimento e consolidação da Monarquia dos Incas no Peru” (Pena: 1876, 97).

Ferreira Pena estabeleceu o grau de civilização e a etnogênese dos grupos que fugiram do domínio incaico e habitaram os sambaquis. A documentação histórica mostrou-lhe que, entre os povos imigrados do Peru, estavam os Muras, os Mundurucus e os Tapajós. Estes grupos, segundo Ferreira Pena, eram *“malocas de rebeldes”*, vencidos e perseguidos pelos Incas (Pena: 1876, 96). A interpretação de Ferreira Pena sobre o nível cultural dos sambaquieiros se concilia com as que fizeram, no Museu Nacional, Ladislau Neto (1876) e

João Batista Lacerda (1876) – os “selvagens” dos sambaquis seriam nômades, em perpétuo deslocamento, a seguir o curso sazonal das ofertas das estações:

“Quanto ao povo que deu origem aos sambaquis, é força convir que deviam ser selvagens sem noção de agricultura, vivendo da caça, habitando parte do ano as terras enxutas ou altas, onde abundavam animais de cuja carne se nutriam; que as suas malocas no começo do verão, acompanhando o movimento decrescente das águas e da imigração dos animais, desciam para o litoral ou para as planícies onde cada uma levantava sua tenda sobre uma colina, coroa de areia ou praia abandonada pelas águas, e aí passavam a estação vernal, nutrindo-se principalmente de moluscos, cujas conchas vazias eram atiradas a esmo em torno das tendas, do mesmo modo que os ossos de animais e todos os restos de cozinha” (Pena: 1876, 96).

Ferreira Pena descreve cenas de um território primitivo. Quadros de nomadismo. Seres revanchistas e governados pelos excessos do ódio. Mas mesmo um território primitivo obedece a normas culturais. Por isso, Ferreira Pena discordou de Wiener num outro ponto. Segundo Wiener, o enterro dos mortos entre despojos e o lixo revelava a inexistência de leis sociais; a suspensão da metafísica ou do culto religioso. Para Ferreira Pena, os malacófagos, como ele os chamou, de fato enterravam seus os mortos sob a cabana que dormiam. Mas, segundo ele:

“Isto é repugnante, como observa o Sr. Wiener, mas era um costume geral que ainda hoje subsiste e que constituía uma demonstração de veneração e amizade ao falecido de quem os parentes não se queriam separar” (Pena: 1876, 96).

Defronte aos costumes dos malacófagos, Ferreira Pena (e também Wiener) teve um sentimento, como diria Norbert Elias (1994, 133), típico da civilização: a repugnância. Mas Ferreira Pena sabia que outros grupos indígenas, no passado da Amazônia, elaboraram uma

indústria oleira para cultuar seus mortos. As cenas do território primitivo amazônico, como no cinema, apresentaram-lhe campos e contra-campos, seqüências de imagens onde a selvageria coabitava com a civilização. Este é o tema do segundo texto de Ferreira Pena: ele saiu das regiões “repugnantes”; encaminhou-se para a Ilha de Marajó e ao aterro do Pacoval, aqueles lugares que, na década de 1860, ele recomendou às escavações de Hartt e que mapeara a serviço da Comissão Geológica. Como no trabalho anterior, a atenção primeira de Ferreira Pena foi preservacionista: o registro do estado de conservação dos aterros arqueológicos e sambaquis de ambas as ilhas, a cuidadosa geometria destes sítios (Pena: 1877b, 49-54).

Ferreira Pena estipulou um conceito para os sítios desta região. Designou-os como *cerâmios*. Com este conceito, ele comparou os aterros arqueológicos amazônicos, os *moundbuilders* e as olarias gregas. Para ele, todos estes sítios eram aldeias onde havia, simultaneamente, unidades de produção de artefatos cerâmicos de fino acabamento – toda a sorte de utensílios, ídolos, amuletos e urnas funerárias –, e jazigos onde se enterravam os mortos. Ferreira Pena ocupou-se, ainda, com a geometria destes artefatos. Mediu-os (altura, diâmetro, espessura das paredes e “bocas” de cada artefato), localizou-os em suas camadas estratigráficas e analisou-os em seus processos de confecção (escolha de matéria-prima, formas e funções) (Pena: 1877b, 54-61).

A geometria dos artefatos não era apenas um afã por medidas classificatórias. Ela permitia analisar os significados simbólicos dos artefatos. Ferreira Pena, deste modo, mostrou que as urnas de Marajó conotavam distintivos sexuais femininos e masculinos; rostos com cores emblemáticas, o vermelho da realeza e o amarelo do sol; apresentavam, ainda, fileiras regulares, dúplices e tríplexes, as quais, antes de serem meros ornatos, contariam a idade do falecido (Pena: 1877b, 56-57). Essa análise simbólica é acompanhada

de analogias e paralelos etnográficos. Para Ferreira Pena, os rostos figurados nas urnas representariam olhos horizontais e narizes longos, próprios do “*tipo mexicano*” (Pena: 1877b, 55). Outras urnas estampariam vestidos; recordavam o costume grego de cobrir com ricas vestes os corpos dos mortos pertencentes às altas classes sociais (Pena: 1877b, 57).

Ferreira Pena conjuminou o conceito de cerâmio e a análise geométrica dos artefatos para inferir normas e estruturas sociais. Se os malacófagos, mesmo em sua selvageria antropofágica, governavam-se por regras culturais, os grupos civilizados da Ilha de Marajó, por seu turno, possuíam formas políticas de organização da sociedade. Nos cerâmios, havia uma topografia social, uma funcionalidade dos espaços. O cemitério, por exemplo, tinha jazigos onde se enterravam unicamente os “*homens distintos*” da “*tribo*”, os líderes políticos e seus parentes (Pena: 1877b, 47-49). Os povos de marajó configuravam, para Ferreira Pena, uma república, onde a “*classe superior jamais se confundia com a inferior, nem mesmo depois da morte, ou no silêncio dos sepulcros*” (Pena: 1877b, 61).

Por fim, Ferreira Pena disserta sobre a etnogênese dos construtores dos cerâmios. Neste ponto, ele apresenta sua hipótese em clara discordância com as que foram formuladas por Barbosa Rodrigues; alinham-se aqui, pois, alguns dos enunciados que ajudaram a incendiar a polêmica entre Ladislau Neto e o diretor do Museu Botânico. Ainda que se valendo de alguns dos paralelos etnográficos e comparações também usadas por Barbosa Rodrigues – os gregos, os *moundbuilders* –, Ferreira Pena chegou a uma interpretação diferenciada. Os construtores dos cerâmicos não eram uma “*raça*” imigrada; não eram, por outra, “*filhos de Odim*”.

Os filtros de leitura peneiram, sem dúvida, tudo o que se lê. Ferreira Pena cita um autor caro para os argumentos de Barbosa Rodrigues: Ephraim G. Squier. Contudo, a obra citada não foi a *Ancient Monuments of Mississippi Valley* (1848), escrita em parceria com

Edwin H. Davis, mas um artigo publicado na *American Naturalist*, em 1870. De fato, Ferreira Pena cita Squier com propriedade e correção. No artigo da *American Naturalist*, Squier enuncia que, ao contrário do que ocorrera nos *moundbuilders*, os incas erigiram seus monumentos sob o ritmo de desenvolvimentos culturais progressivos, sem qualquer colaboração de povos do Velho Mundo (Squier: 1870, 8). Para Ferreira Pena, essa “evidência” provaria sua hipótese central sobre a origem étnica dos construtores dos cerâmios: a “raça” que os habitou não era “*extra-americana*” (Pena: 1877b, 62).

Ferreira Pena inclinou-se, portanto, pelo autoctonismo americano. Para concluí-lo, acercou-se de uma série de dados e autores. Um dos autores utilizados foi J. W. Foster, naturalista norte-americano que, em 1873, publicou o seu *Prehistoric Races of the United States of America*. Amparando-se em Foster, Ferreira Pena argumentou que os indígenas dos *moundbuilders* não tiveram qualquer relação com povos da Europa ou da Ásia. Para ele, a raça americana descendia, na verdade, dos planaltos de Minas Gerais, das cavernas da Lapa do Sumidouro, onde Peter Wilhelm Lund (1801-1880) descobrira crânios humanos em associação com fósseis de megafauna. Ferreira Pena, assim, considerou Lund como o “*patriarca da antropologia brasileira*” (Pena: 1877b, 62)¹³. O ponto principal das proposições de Lund, para Ferreira Pena, era a definição, feita pelo naturalista dinamarquês a partir dos crânios de Lagoa Santa e das esculturas astecas, de um tipo físico próprio dos

¹³ - Análises modernas também conferem essa homenagem “edipiana” a Lund (Leinz: 1956; Mendes: 1981). Os mais de 30 esqueletos humanos achados por ele em Lagoa Santa exercem ainda hoje fascínio sobre a comunidade bioantropológica e arqueológica nacional e internacional, marcando indelevelmente os debates sobre a presença dos humanos na América e a História dos estudos evolutivos humanos. A região de Lagoa Santa, na década de 1970, foi revisitada, revelando o esqueleto humano mais antigo até o momento conhecido na América. Para uma revisão do interesse nacional e internacional até fins da década de 1970, Cf.: Mello e Alvim (1977), Mendes (1970), Soto-Heim (1994) e Laming-Emperaire (1979). As pesquisas de Walter Neves, que recentemente “refez” a expedição de Lund à Lapa do Sumidouro (Neves e Pilo: 2002), mostram que a população paleoíndia de Lagoa Santa possui afinidades morfológicas com povos africanos e australianos, sem alijar a origem asiática dos ameríndios (Neves e Atui: 2004; Neves et al: 2003). Lund, de fato, em suas cartas ao IHGB e memórias enviadas à Sociedade Real dos Antiquários do Norte, asseverou que grupos humanos foram coetâneos de espécies animais extintas. Para interpretações sobre essa asserção de Lund e os seus significados para a Arqueologia brasileira e internacional, Cf. Ferreira (2002, 45-54; 2003a, 15-18).

indígenas americanos, desvinculado de qualquer ascendência mongólica. Tal tipo, segundo Ferreira Pena, reapareceria nas descrições de Hartt, nos estudos antropológicos de Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto, feitos no Museu Nacional (Lacerda e Peixoto: 1876), e confirmar-se-ia nas análises geométricas feitas por ele mesmo nas urnas de Marajó e nos crânios dos sambaquis marinhos da costa oriental do Pará (Pena: 1877b, 62-63).

Para Ferreira Pena, o território primitivo da Amazônia foi o centro geográfico de uma dupla relação regional com as “civilizações americanas”. Primeiro, o percurso de fora para dentro. De fora, veio o rebotalho expulso pela Monarquia Inca, as “malocas rebeldes” e antropófagas integradas pelos Mundurucus, Tapajós e Muras. Em sentido contrário, do interior do Brasil, houve uma imigração para os Andes, México e América Central. Segundo Ferreira Pena, para entender o deslocamento deste povo autóctone, dever-se-ia considerar que grande parte da “raça primitiva” do Brasil falava uma língua, o tupi, cujos vestígios se achavam em todo o continente americano. Ferreira Pena, citando Couto de Magalhães, afirmou que o tupi foi a língua da diáspora *par excellence*. Cobriu uma ampla extensão geográfica, muito maior do que a desencadeada pelo sânscrito (Pena: 1877b, 63).

Baseando-se em documentação histórica e em escritores estrangeiros (Washington Irving, Brasseur de Bourbourg), ele concluiu que os Caraíbas eram falantes do tupi. Os Caraíbas, os Tupis e Guaranis, afirmou-o Ferreira Pena, nasceram “*do mesmo tronco ou raça autóctone que teve o seu berço no planalto central de Minas Gerais*” (Pena: 1877b, 64). Segundo ele, os Caraíbas, posteriormente, estabeleceram-se no Sul do Brasil, onde se desenvolveram lenta e continuamente. Evoluíram gradualmente. A partir de então, seguiram um longo percurso imigratório. Ferreira Pena adverte que rastrear as rotas palmilhadas por essa etnia autóctone e “brasileira” equivalia a pisar em “*terreno quase desconhecido*” (Pena: 1877b, 64); no entanto, arriscou uma hipótese.

Após alcançarem as praias do Atlântico, os Caraíbas dominaram a foz e todo o curso do Amazonas; construíram uma civilização em Marajó, e povoaram, posteriormente, as Guianas e as Antilhas. Em seguida, colonizaram a Flórida e todo o vale do Mississipi; lá, ergueram os *moundbuilders*, e, mais tarde, chegaram à América Central, ao México e aos Andes. Portanto, o grande núcleo de civilização da América Central, do México e dos Andes nasceu no Brasil, a partir de uma lenta maturação endógena iniciada em Minas Gerais. A Amazônia fora simplesmente um lugar de passagem dos Caraíbas; um local onde nasceu um gérmen de civilização que se espalhou por toda a América e originou grandes civilizações. Porém, a Amazônia, território primitivo, não sustentou sua civilização por muito tempo; na floresta, os indígenas degeneraram. Os Aruans, herdeiros dos Caraíbas, restos humanos destes mestres primevos, não mantiveram a sofisticação da república marajoara¹⁴. Os estratos arqueológicos dos aterros, segundo Ferreira Pena, demonstraram:

“(...) três camadas de urnas muito diferentes em ornatos e estilo, indicando uma civilização retrocedente (...). Assim (...), as gerações que se sucediam, mas degenerando gradualmente de seus antepassados, imprimiam as feições características de sua civilização” (Pena: 1877b, 66).

Ferreira Pena, assim, interpretou o passado arqueológico amazônico numa verve já enunciada pela Arqueologia nobiliárquica e pelo americanismo. Ele ressignifica a hipótese formulada, desde 1839, pelo IHGB: a possível filiação entre os indígenas “brasileiros” e as civilizações sul-americanas (Ferreira: 1999). Por outro lado, Ferreira Pena, assim como Barbosa Rodrigues, reativou o conceito de degeneração, tornou-o mais palpável, constatando-o em escavações arqueológicas; não o respaldou, como o fizera a Arqueologia nobiliárquica e o americanismo, nos desejos da antropofagia, anelos da miscigenação e

¹⁴ - Essa conclusão é aventada também em outro estudo de Ferreira Pena (Pena: 1879, 17).

impiedade da natureza tropical. A “*civilização retrocedente*” era, agora, uma evidência dos estratos arqueológicos.

Nos anos 1870, como já enunciei, Ferreira Pena participava de um debate arqueológico. Os vínculos entre os Andes e Marajó foram descritos tanto por ele, quanto por Gonçalves Tocantins e Ladislau Neto. Não por acaso, estes autores mantinham, por sua vez, seus próprios vínculos, parcerias institucionais e sistemas de referências: Gonçalves Tocantins ampara sua hipótese citando Ladislau Neto; as coleções cerâmicas que ele adquiriu não ficaram no Pará, mas no Museu Nacional; Ferreira Pena, do mesmo modo, também enviou parte significativa das coleções que coletou para o Museu Nacional; e, se as interpretações arqueológicas de Ferreira Pena e Ladislau Neto destoam, tocam na mesma escala tônica. A diferença entre ambas, e sem dúvida ela é considerável, assenta-se nas coordenadas geográficas que pontuaram suas hipóteses de imigração: para Ladislau Neto, originários de uma colônia asteca, os povos de Marajó acorreram, depois, aos Andes; para Ferreira Pena, as civilizações andina e mexicana, em primeira instância, germinaram-se no Sul do Brasil e na Amazônia, e não na Ásia, como dissera Ladislau Neto.

A pesquisa arqueológica de Ferreira Pena, portanto, dá voz a vestígios amazônicos que falam sobre o Brasil. Feita *na* Amazônia, ela disserta *sobre* o Brasil. Emerge do mesmo mecanismo de poder que engendrou a Arqueologia nobiliárquica: uma manifesta relação com o nacionalismo. Ferreira Pena estabeleceu uma ontologia da Nação. O Brasil seria não só o mais antigo continente do planeta e o berço da “raça americana”, como asseverou Lund, o “*patriarca da antropologia brasileira*”, mas também o berço das “civilizações americanas”, ele mesmo tendo em suas matas, fincada em suas raízes pré-históricas, ilhas de civilização. De outro lado, deve-se considerar que Ferreira Pena, a exemplo de Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues, contra-argumenta, em parte, as interpretações vigentes na

América do Sul, aqui já discutidas: ele demonstra que a Amazônia é, sim, um território primitivo, com a degeneração inscrita nas camadas superiores dos sítios arqueológicos; mas ela é também o lugar de nascimento de uma civilização nativa. O embrião do desenvolvimento indígena.

Além do Museu Nacional, Ferreira Pena associou sua obra a instituição: o IHGB. Em 1876, ele tornou-se membro correspondente do IHGB, onde publicou os relatórios de suas pesquisas geográficas e um artigo sobre uma inscrição rupestre do Xingu (Pena: 1887)¹⁵. Suas explorações geográficas tiveram largo apelo geopolítico; foram discursos margeadores do corpo geográfico da Nação. Daí a ênfase de José Veríssimo à obra geográfica de Ferreira Pena, equiparando-a a missões diplomáticas que redesenharam as fronteiras da Amazônia. Veríssimo, porém, não explicitou que as explorações geográficas de Ferreira Pena foram encomendadas e financiadas pelo Governo Imperial. Lembrá-lo, para Veríssimo, implicaria rever o seu esquema evolutivo das Eras políticas que dividiam o Museu Paraense: o republicano Ferreira Pena obstruído pela mesquinhez da administração monárquica; o novo governo reatando esse nó republicano original da instituição.

Na verdade, Ferreira Pena iniciou suas explorações geográficas como secretário de Governo do Pará, em 1864, quando a Província era presidida por José Vieira Couto de Magalhães. Dentre as atribuições de governo, constavam as viagens científicas por regiões desconhecidas. Assim, Ferreira Pena, como secretário de governo, explorou o Rio Tocantins até a cachoeira dos Guaribas (Couto de Magalhães: 1864). Ferreira Pena faria ainda outras explorações para governos posteriores. Dentre outras, encontram-se aquelas citadas por José Veríssimo, publicadas na *Revista Amazônica*. Elas se inserem, com efeito,

¹⁵ - Esses relatórios, hoje, se encontram organizados em livro (Pena: 1973). As referências que farei sobre as expedições geográficas de Ferreira Pena foram retiradas desta obra.

no âmbito das preocupações do Governo Imperial em relação à região, as mesmas que o motivaram a custear parte da comitiva da Expedição Thayer, e a criar, anos mais tarde, a Comissão Geológica e a Comissão do Amazonas.

A Amazônia, neste contexto, era um território disputado internacionalmente. As potências coloniais da Europa (e também dos Estados Unidos, como já mencionei) buscavam abocanhar quinhões da região amazônica. As explorações geográficas e as Ciências Naturais se acolchetavam a estas pretensões coloniais. Álvaro Lins, em sua biografia apologética sobre o Barão do Rio Branco (1845-1912), diplomata a quem ele parecia sinceramente admirar, mostra como a França e a Inglaterra, financiando expedições geográficas e viagens científicas, visavam a anexar áreas amazônicas para aumentar a extensão territorial das Guianas. Isto desde a década de 1840 (Lins: 1945, 324-326).

Assim, Ferreira Pena, com suas explorações geográficas, servia aos interesses do Governo Monárquico. Elas integraram o conjunto de medidas que combatiam as pretensões colonialistas estrangeiras que cercavam a Amazônia. Tinham o duplo objetivo de corrigir limites geopolíticos e conhecer cientificamente a Amazônia; procuravam mapear novas rotas, palmilhar territórios, revelando-os, por meio da ciência, em seus recursos e riquezas. Intentavam, numa palavra, assegurar as fronteiras amazônicas e inventariar suas riquezas. Neste passo desbravador, suas explorações eram também um exercício de Economia Política; calculavam as relações entre densidade populacional e extensão dos territórios; avaliavam as instituições provinciais e sua ordem administrativa, as forças produtivas e os meios de produção da Amazônia.

Um dos relatórios de Ferreira Pena que fornece um exemplo da conjugação entre exploração geográfica e Economia Política é o que se intitula *O Tocantins e o Anapú*, escrito em 1864. Neste relatório, Ferreira Pena criticou, num momento que antecedeu o

boom da borracha, o que ele entendeu serem os efeitos sociais perversos ligados a esta atividade. Embora considerasse importante esta indústria extrativista, advertiu que ela acarretava no abandono de outros setores agrícolas (como o café e o cacau), na desorganização de vilas e cidades, na migração em massa para os centros de fabricação da borracha. As populações, rumando aos seringais, tendiam ao empobrecimento. Para Ferreira Pena, a indústria da borracha deveria aperfeiçoar-se “*pelas ciências e pelas artes*”; segundo ele, “*a nossa civilização devia essa homenagem à barbárie*”, isto é, às populações indígenas e mestiças da Amazônia (Pena: 1973, 144).

A obra de Ferreira Pena, portanto, teve alcance nacional. Escrita no Pará, versando sobre a Amazônia, ela possui, em suas pautas arqueológicas e geográficas, uma linha nacionalista e outra econômica e geopolítica. José Veríssimo, pois, não escolheu qualquer herói para glorificar o Museu Paraense; Ferreira Pena, além de estar associado à fundação do Museu, era um cientista nacionalmente reconhecido, um nome ideal, portanto, para os anseios de continuidade de uma instituição que renascia. Ademais, a obra de Ferreira Pena condizia com o pensamento político e científico que José Veríssimo esposava nesta quadra histórica. Em primeiro lugar, se Veríssimo destacou as demarcações de fronteiras realizadas pelas explorações geográficas de Ferreira Pena, foi porque esta lhe era uma preocupação científica premente. Em 1899, fundamentando suas análises em Ferreira Pena e, é claro, também em outros autores, ele publicou um estudo sobre a questão de limites entre o Pará e o Amazonas (Veríssimo: 1899).

Em segundo lugar, Ferreira Pena substanciou o projeto político de Veríssimo, sua proposta de organizar “racionalmente” o trabalho na Amazônia. A obra do naturalista contempla exatamente o conhecimento do passado arqueológico e do presente antropológico das populações indígenas da Amazônia. Ferreira Pena mostrou-lhe a

sucessão temporal de uma involução. O passado civilizado da Amazônia cedendo lugar à “degeneração” das populações indígenas. Ao mesmo tempo, Ferreira Pena constatou que o “rebotinho” incaico ainda perambulava pela Amazônia; os herdeiros dos antepassados dos sambaquis paraenses (Mundurucus, Muras e Tapajós) ainda viviam; prosseguiram transmitindo sua herança genética e cultural primitivas. Veríssimo, assim, pôde comprovar que a degeneração era um legado inescapável das populações indígenas e mestiças da Amazônia. Seria um erro querer civilizá-las; mas de grande proveito adequá-las àqueles trabalhos para os quais nasceram: os manuais.

Ao exaltar Ferreira Pena como herói fundador da Antropologia e Arqueologia amazônicas, Veríssimo quis cobrir de glória a instituição que ele estava ajudando a reorganizar, o Museu Paraense. Para engrandecer Ferreira Pena e o Museu Paraense, ele, nos textos de batismo, silenciou convenientemente sobre o debate arqueológico e antropológico amazônico que, de fato, ele conhecia; “apagou” o nome de outros cientistas que pesquisaram e escreveram *sobre e na* Amazônia: Francisco da Silva Castro, Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto. A lembrança de Hartt, por seu turno, serviu-lhe unicamente para realçar o heroísmo de Ferreira Pena, para pintá-lo em contraste com os brilhos de um renomado estrangeiro.

A glorificação de Ferreira Pena erigiu-se na paisagem institucional e na cultura material do Museu Paraense. José Veríssimo envidou esforços para construir um monumento a Ferreira Pena (Cunha: 1989, 46-47). Em 1907, o escultor brasileiro Rodolfo Bernadelli (1852-1931) materializou o sonho de Veríssimo: esculpiu um busto de bronze sobre um pedestal de granito, que fora encomendado diretamente pelo Governo do Pará. O busto foi inaugurado em 1908, no centro de uma praça situada no Horto Botânico do Museu Paraense. A inauguração, assim, ocorreu após a saída de Goeldi do Museu, que em 1907

voltou para a Europa; mais especificamente, ocorreu durante o período administrativo do botânico Jacques Huber (1867-1914), que dirigiu o Museu Paraense entre 1907 e 1914. O relatório administrativo de Huber, relativo ao ano de 1908, descreve as inscrições presentes no busto de Ferreira Pena, as quais buscaram dar perenidade à imagem do herói fundador e à vocação científica que ele teria legado ao Museu Paraense:

“Sobre as quatro faces do pedestal lêem-se as seguintes inscrições: D. S. Ferreira Pena (1818-1888), Iniciador da Idéia do Museu Paraense; na face direita: Geógrafo e Etnógrafo; nas costas: filho da terra mineira, conhecedor profundo da natureza amazônica, onde viveu e morreu; na face esquerda: mandado erigir pelo Governador Montenegro” (Huber: 1909, 38).

Emílio Goeldi, sem dúvida, teve de lidar com esta imagem. Contudo, ele não só questionou as interpretações arqueológicas de Ferreira Pena, mas também as colocou em seu devido lugar: no interior de um debate arqueológico sobre a Amazônia. Ao mesmo tempo, ele articulou os dois núcleos da obra de Ferreira Pena: o arqueológico e o geográfico; fez da Arqueologia um instrumento de demarcação de fronteiras. De algum modo, Goeldi mostrou que, às vezes, bustos de bronze têm pés de barro. Para ele, quem esboçou os problemas etnológicos fundamentais da Amazônia foi Karl Friedrich Philipp von Martius, e não Ferreira Pena. O busto de Ferreira Pena foi inaugurado, no mesmo dia, ao lado de mais dois bustos: os de von Martius e Spix. A idéia de encomendá-los à Academia de Ciências de Munique foi de Emílio Goeldi (Huber: 1909, 38).

3.5 Ordenar o Caos

Goeldi, tão logo assumiu a direção do Museu Paraense, anuiu com o discurso da Nova Era agraciado pelos republicanos. Numa *Carta Circular*, publicada no primeiro

volume do *Boletim*, ele afirmou que o Museu Paraense só renasceu devido à autonomia estadual advinda com a República. Tais iniciativas culturais, segundo Goeldi, não seriam possíveis no Império, onde vigorava uma “*situação lamentável*”: o Sul e o Norte do país, para vingarem quaisquer iniciativas culturais, tinham de pedir autorização para o Rio de Janeiro. O Museu Paraense, atuando sem os monárquicos entraves institucionais, colocaria-se em pé de igualdade com os estabelecimentos congêneres do mundo. Para Goeldi, a única instituição brasileira equiparável às estrangeiras seria o Museu Paulista, cujo Diretor, Hermann von Ihering, ele tratava como “*amigo e colega*” (Goeldi: 1894b, 8)¹⁶.

Em um de seus primeiros relatórios administrativos, após qualificar o estado da instituição como “*pouco edificante*”, concluiu que se deveria erigir um “*marco separativo*” entre o passado e o futuro do Museu (Goeldi: 1894c, 11). Este marco significou a reestruturação científica da instituição. Goeldi justificou-a como um modo de estabelecer paridade entre o Museu Paraense e os Museus da Europa e dos Estados Unidos. E tomou algumas providências, já de saída, para trazer novas coleções para o Museu: veiculou duas instruções sobre os modos corretos de se coligir materiais botânicos, mineralógicos e zoológicos a serem enviados para a instituição (Goeldi: 1894d; 1894e). O novo programa científico foi exposto no regulamento do Museu, aprovado em 1894, segundo o qual a instituição se propunha “*ao estudo, ao desenvolvimento e à vulgarização da História Natural e Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da*

¹⁶ - Goeldi fez também uma resenha apologética do primeiro volume da Revista do Museu Paulista (Goeldi 1897a, 108). Essas declarações de amizade, porém, não significam que entre Goeldi e Ihering não havia conflitos políticos e teóricos. Regina Gualtieri (2000: 161-162; 186-187) cita alguns deles. Nelson Sanjad avança na análise destes conflitos entre ambos, ressaltando que eles se ligam (como no caso de Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues) às disputas pela hegemonia científica dos Museus Paulista e Paraense, bem como pela autoridade científica e projeção internacional de seus respectivos diretores (Sanjad: 2005, 268-269).

*América do Sul e do continente americano em geral*¹⁷. Dividiu-se o Museu em quatro seções: a primeira incluía a Zoologia, Anatomia e Embriologia comparadas; a segunda, a Botânica; depois, a Geologia, a Paleontologia e a Mineralogia; por fim, a quarta seção, de Etnologia, Arqueologia e Antropologia¹⁸. Criaram-se também dois anexos: um Horto Botânico e um Jardim Zoológico. Conferiu-se, pois, primazia às Ciências Naturais, instituindo-a em três seções e dois anexos. Primado que se reflete no número superior de publicações e pesquisas das três primeiras seções.

Poder-se-ia concluir que esta organização burocrática dos saberes resultou da formação de Goeldi: nada mais natural para alguém cujas “*ciências prediletas*” eram a Zoologia e a Botânica (Goeldi: 1894b, 9), encastelar a Arqueologia e a Etnologia numa seção única, brindando o Museu com três seções de Ciências Naturais. Goeldi, porém, não soterrou a quarta seção sob os estratos das três primeiras. Pelo contrário. De modo semelhante ao Museu Botânico, ao Museu Nacional e aos vários Museus da Europa, Estados Unidos e América Latina, a Arqueologia e a Etnologia, no Museu Paraense, institucionalizaram-se sob a égide do modelo das Ciências Naturais.

Goeldi, entre 1891 e 1907, isto é, durante os dezesseis anos em que dirigiu o Museu, nunca relegou as coleções e problemas arqueológicos e etnológicos. Em seus primeiros relatórios administrativos, ele esclareceu seu projeto arqueológico e etnográfico. Num deles, alertou o quão seria difícil responder à transcendente questão colocada por Veríssimo: a origem do homem americano. Pois, para Goeldi, respondê-la pressupunha

¹⁷ - Cf. Regulamento do Museu Paraense: Decreto de 02/07/1894, Lei nº 199 de 26/06/1894. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 22-27, 1894 – citação da página 22. Para o programa do Museu, Cf. também Emílio Goeldi (1894f, I-II).

¹⁸ - Cf. Regulamento do Museu Paraense: Decreto de 02/07/1894, Lei nº 199 de 26/06/1894, *ibid*, pp. 23. Em 1902, um outro decreto reformulou o Museu, o qual em nada alterou o funcionamento das seções. Cf. Regulamento do Museu Paraense: Decreto nº 1.114 de 27 de janeiro de 1902. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (3): 21-24, 1900/1902.

dispor-se de coleções bem estruturadas. Segundo ele, não era o que havia no Museu. Ao chegar ao Museu Paraense, Goeldi qualificou como caótico o estado das coleções da quarta seção: “*o que positivamente me surpreendeu, quando assumi a direção deste museu, foi o caos existente nesta seção*” (Goeldi: 1894c, 15). Assinalou que elas eram um aglomerado fragmentário. Não possuíam indicações de proveniência. Estavam destituídas de qualquer valor. Nem mereciam receber o nome de coleções:

“Uns cacos de igaçaba aqui, uns fragmentos de crânios acolá, por assim dizer nada de inteiro, completo, nenhuma série de objetos da mesma natureza, que desse o direito de empregar o termo de coleção” (Goeldi: 1894c, 15).

Para Goeldi, no que tangia às coleções arqueológicas e etnográficas, o Museu Paraense corria o risco de tornar-se motivo de vergonha pública; ele se via obrigado, “*em prol da probidade científica*”, a abandonar estes materiais, ou a usá-los como meros ornamentos (Goeldi: 1894c, 15). Além disso, ele fez uma denúncia crítica. O estado caótico das coleções fora gerado por cientistas locais e pela pilhagem de instituições brasileiras e estrangeiras:

“Ora, é público e notório quantas coleções belas e ricas têm sido desenterradas de certas localidades do solo paraense – muitas vezes com o auxílio oficial – material que se espalhou sobre a terra inteira, formando preciosos ornamentos até em Museus longínquos. Não menos sabido é o modo pelo qual o Museu Nacional, do Rio de Janeiro, enriqueceu ainda não há muitos anos (...), com avultado número de objetos preciosos oriundos de Marajó e de outros pontos da Amazônia, levando a diretoria, a título de empréstimo e com pretexto de dar maiores dimensões a uma tal ‘Exposição Antropológica’ a realizar-se na Capital Brasileira, o quinhão maior do que de bom havia no Pará, coleções representando o suor do rosto e o trabalho indefeso de homens da estatura de um Ferreira Pena! Nada

voltou, nada foi dado em troca e natural é que no Rio de Janeiro a recordação daquela dívida de honra contraída já é tão pálida, que amanhã talvez seja completamente extinta. Ficaremos decididamente só com aquele ‘recibo’ na mão com o valor de uma ‘ação à fond perdu’?” (Goeldi: 1894c, 16).

Possivelmente, ao falar em apoio oficial, Goeldi se reportou aos contatos de Francisco da Silva Castro com a Academia de Ciências de Estolcomo e com o Museu da Universidade de Oslo; é provável, também, que aludiu às coleções que Gonçalves de Tocantins, por intermédio de Couto de Magalhães, remeteu ao Museu Nacional. Não há dúvida, porém, que Goeldi responsabilizou o próprio Ferreira Pena pelo caos das coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Paraense. Como um dos diretores do Museu Paraense, Ferreira Pena – a quem, como veremos mais adiante, Goeldi considerava como bom etnógrafo –, teria se ocupado mais conscienciosamente com o crescimento das coleções do Museu Nacional. Esta foi a primeira crítica de Goeldi a Ferreira Pena.

Mas ela é uma crítica indireta; o alvo principal de Goeldi é Ladislau Neto e o Museu Nacional. Ladislau Neto não só se aproveitara do “indefeso” Ferreira Pena para abrilhantar com belas coleções a Exposição Antropológica; retivera, também, uma série de “objetos preciosos”. Há nesta crítica, que é quase uma diatribe, um óbvio alvitre dos conflitos que Goeldi tivera com Ladislau Neto no Museu Nacional. Porém, há mais do que ressentimento. Trata-se de uma crítica institucional, pois o Museu Nacional, para ele, não se enfileiraria, como o Museu Paulista, no rol dos estabelecimentos propriamente científicos do mundo. Ela é, também, uma crítica mais geral, dirigida à totalidade das atividades arqueológicas e etnográficas do Brasil. Goeldi queria que a quarta seção procedesse a uma ruptura com o *modus operandi* da Arqueologia e Etnografia brasileiras.

Para ele, essas ciências, no Brasil, estavam em fase embrionária; ciências infantis, que reuniam coleções ao acaso e com autenticidade duvidosa:

“Não basta obter-se uma flecha de Tembé (...), um arco de Urubu (...) e juntar-lhe mais uma buzina de Parintintins e um colar de Mundurucus, etc., tudo com autenticidade problemática (...), para pensar-se que é assim que se faz etnografia e isso constitui a essência dela (...). Essa idéia corrente não passa de uma ilusão quase infantil, de um diletantismo mais digno de compaixão (...) a Etnografia no Brasil ainda não se elevou à altura de uma ciência. É preciso sairmos desta fase embrionária!” (Goeldi: 1894a, 222).

Para elevar a quarta seção à altura científica e organizar o caos das coleções, Goeldi arrolou três medidas. Primeiro, a seção não poderia ficar acéfala. Um chefe de seção seria necessário. Ao longo dos anos, Goeldi tentou contratar um etnógrafo estrangeiro para trabalhar no Museu Paraense (Goeldi: 1897b, 4; 1897c, 269); a única vez em que obteve um candidato à vaga, este desistiu em razão do pouco salário. Diante disso, Goeldi prometeu ao Governador do Estado estudar um plano de vencimentos, que, segundo ele, salvaria *“tão delicados e experimentados profissionais de uma posição social humilhante, inversa àquela que os representantes da ciência encontram nos países adiantados da Europa, América do Norte e colônias ultramarinas dependentes de povos civilizados”* (Goeldi: 1900a, 35). As sucessivas tentativas de Goeldi para preencher a vaga de Etnógrafo, contudo, se frustraram. Por isso, enquanto esteve no Museu, ele ocupou simultaneamente os cargos de Diretor e chefe da quarta seção.

Esta concentração de cargos e poderes, de certa forma, estava prevista no regulamento do Museu. Dentre as atribuições do Diretor, constava a *“coordenação do*

objeto, duração e extensão das viagens e escavações”¹⁹. Goeldi, portanto, ainda que o Museu tivesse um chefe na quarta seção, planejaria as escavações arqueológicas; o que, de fato, ele fez enquanto esteve no Museu. Porém, acumulando os cargos, Goeldi não pôde executar plenamente seu projeto arqueológico e etnográfico. Pois a tarefa principal do chefe da quarta seção seria, segundo Goeldi, a de demorar-se entre os índios, aparelhar viagens científicas para obter coleções completas, fazer levantamentos lingüísticos, medir corpos, fotografar cenas cotidianas e, por fim, escrever monografias sobre grupos etnográficos (Goeldi: 1894a, 223). Goeldi, não obstante, sempre notificou ao Governo do Pará o crescimento das coleções arqueológicas e etnográficas; ressentiu, contudo, da falta de espaço para organizá-las; e, também, “*da ausência daquele cunho de carinho e desvelo no seu arranjo exterior, que um chefe próprio de seção certamente lhe imprimirá*” (Goeldi: 1900a, 50).

A segunda medida anunciada por Goeldi girou em torno de uma legislação de proteção ao patrimônio arqueológico do Pará, mais especialmente, da Ilha de Marajó. Por outra, Goeldi não queria reproduzir as atitudes dos cientistas paraenses que ajudaram a levar, para o exterior, as peças arqueológicas do solo do Pará. Goeldi solicitou ao Barão de Marajó, proprietário de terras na Ilha homônima, um projeto de preservação e um “*programa racional de pesquisas*”:

“Sem querer limitar-vos o campo de ação, aponto, todavia, particularmente para a grandiosa tarefa de resolver naquela ilha, com a qual sois filiado por gloriosas tradições e nome. Ajudai para que este Museu possa usar dignamente da designação que ora pretende, obtendo-lhe coleções metodicamente feitas, estudando um programa racional para proceder-se neste assunto e indicando os meios e as providências a adotar para a salvação

¹⁹ - Cf. Regulamento do Museu Paraense: Decreto de 02/07/1894, Lei nº 199 de 26/06/1894, *ibid*, 1894, p. 24.

dos tesouros que, segundo me consta de fontes fidedignas, tão graves perigos lá correm de uns anos para cá” (Goeldi: 1894g, 85).

O patrimônio arqueológico do Pará era uma das preocupações de Ferreira Pena; como já notamos, seus textos aspiravam a ser um roteiro para o futuro das pesquisas na Amazônia. Contudo, não houve, da parte dele, nenhuma proposta formal de proteção ao patrimônio. O Barão de Marajó, por sua vez, embasando-se, segundo ele, na moderna legislação italiana, propôs cinco disposições “*para evitar os estragos que têm sido feitos nas necrópoles dos nossos aborígenes*” (Barão de Marajó: 1894, 87). A primeira disposição proibiu as escavações no Pará, desde que estivessem em terras pertencentes ao Estado ou à União; as escavações só seriam feitas mediante acordos entre o Estado e os pesquisadores; terceira disposição, o Estado deveria reservar uma verba anual para escavações dos sítios; finalmente, a quarta e quintas disposições previam severas multas àqueles que “*transportassem*” para fora do Brasil os objetos arqueológicos do Pará (Barão de Marajó: 1894, 87).

Embora tenha escrito esse esboço de legislação, o Barão de Marajó advertiu que era um dileitante, e não um etnógrafo ou arqueólogo profissional. O plano resultara, segundo ele, de sua experiência como chefe da Seção de Arqueologia e Etnografia na Exposição de Chicago (1893), cargo que lhe coubera unicamente porque Ladislau Neto adoeceu e não pudera comparecer ao evento (Barão de Marajó: 1894, 86). Ao final de seu ofício, o Barão de Marajó listou os principais pontos onde havia sítios arqueológicos na Ilha, encaminhando para o Museu, como provas de tais ocorrências, alguns artefatos (Barão de

Marajó: 1894, 87-88). Contudo, não obstante a declaração de humildade do Barão de Marajó, seu projeto de preservação foi um dos primeiros a ser escrito na América Latina²⁰.

A terceira medida de Goeldi era o planejamento de uma “*campanha metódica de escavações*” (Goeldi: 1894a, 222). Mas, qual seria, para Goeldi, o modelo institucional que regularia a quarta seção e a campanha metódica de escavações? Para ele, se não se inaugurasse: “(...) *uma campanha metódica e sistemática no estudo de nossos índios, à maneira do que se fez na América do Norte por parte de uma comissão permanente e composta de membros especialmente habilitados para este fim, comissão que trabalha debaixo da guia e direção da Smithsonian Institution, não é tão cedo que se fará por aqui coisa capaz e que se preste aos olhos da ciência internacional*” (Goeldi: 1894a, 223). Temos, aqui, uma estrutura de referências que remete às experiências coloniais; mais especificamente, temos o primeiro ponto de atrelagem, no Museu Paraense, entre pesquisa arqueológica e etnológica e uma política colonial. Goeldi não escolheu um modelo aleatoriamente. Referiu-se especificamente ao *Bureau of Ethnological Research*, da *Smithsonian Institution*, cujo suporte institucional era o *National Museum* dos Estados Unidos.

Essa instituição obedecia a projetos manifestamente colonialistas. Suas coleções eram metáforas da ambição imperial dos Estados Unidos. Corporificavam a imagem de um mostruário do mundo. É o que demonstram os relatórios dos departamentos de Etnologia e Antropologia pré-histórica da *Smithsonian Institution*. As exposições públicas sacramentavam a materialização simbólica da supremacia histórica e imperial dos Estados Unidos, com coleções que abrangiam todo o continente americano e grandes frações do

²⁰ - No Peru, a primeira legislação é de 1892; no México, de 1894; na Argentina, de 1913. A este respeito, Cf., respectivamente: Patterson (1989, 38); Bernal (1980, 140); Podgorny (2002, 35).

mundo: Tibet, Ceilão, Japão, Coréia, Finlândia, etc²¹. Mas não só artefatos se colonizavam. A *Smithsonian Institution*, desde que foi criada em 1846 pelo Governo dos Estados Unidos (Willey e Sabloff: 1980, 41 e segs.), legitimou a tomada das terras indígenas. Articulava-se claramente à política do Destino Manifesto (*Manifest Destiny*): a de que uma raça eleita, o povo anglo-saxão, alastraria a civilização do Atlântico ao Pacífico (Horsman: 1981). Mais tarde, em 1879, o *Bureau of Ethnological Research* foi organizado, na *Smithsonian*, para desenvolver estudos cuja qualidade científica não escapou a Lévi-Strauss (1993). Mas qualidade, em ciência, é força. O *Bureau*, conforme Curtis Hinsley, hierarquicamente centralizado na burocracia da *Smithsonian*, era uma ciência de governo (“*government science*”) (Hinsley: 1981, 81-190). As pesquisas arqueológicas e antropológicas, imbricadas ao aparelho de Estado, asseguravam a legislação das reservas indígenas, o esfacelamento das terras para sua posterior apropriação e colonização (MacGuire: 1992a; Trigger: 1980).

Goeldi não copiou, *ipsis verbis*, o modelo fornecido pelo *Bureau*. A cópia é a mais difícil das artes. O *Bureau* lhe foi uma centelha de inspiração. Açoulu sua imaginação para pensar um artifício político enraizado numa experiência local. Para organizar o caos das coleções do Museu Paraense, a pesquisa arqueológica e etnológica, como no *Bureau*, não se dissociaria de uma política colonial. Não ao modo do Destino Manifesto, mas dos *Diretórios de Índios*. A idéia não era nova. Goeldi bem sabia que os *Diretórios de Índios* sofreram reformulação durante o período Monárquico. Daí seu argumento central: o novo *Diretório de Índios do Estado do Pará* não poderia ser a mimese dos *Diretórios da Monarquia brasileira*, onde reinavam a corrupção e a desonestidade.

²¹ - Cf. *Department of Ethnology and Prehistoric Anthropology: Descriptions of collections and curator plans. Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution*, 1894, pp. 78-82.

Para ele, o cargo de Diretor de índios deveria pertencer, efetivamente, a um etnógrafo versado nos problemas arqueológicos e etnológicos da Amazônia, a alguém da probidade e estatura de Ferreira Pena (Goeldi: 1894a, 224). O etnógrafo, além de administrar o Diretório de Índios, acumularia o posto de chefe da quarta seção. Exatamente aquele que angariaria as coleções completas para o Museu e escreveria monografias especializadas. E, assim como o *Bureau* era um departamento dirigido e controlado pela *Smithsonian*, a quarta seção submeter-se-ia à centralização do Museu Paraense; como previa o regulamento do Museu, o chefe da quarta seção se subordinaria diretamente às orientações de pesquisa de Goeldi. Para ele, a quarta seção, a exemplo do *Bureau*, tornar-se-ia uma ciência de governo. Faria, para tanto, cálculos administrativos: a Demografia e a Estatística dos grupos indígenas amazônicos (Goeldi, 1894a, 225).

Goeldi teve uma outra inspiração. Acesa, agora, não pelo *Bureau*, mas sim pela experiência colonial francesa. Segundo ele: “*se a ocupação com os índios não fosse um desiderato diretamente originado agora pela nova organização do Museu Estadual e a seção de etnografia nela contemplada, eu chamá-lo-ia um postulado de civilização, da filantropia e do progresso, que ostentamos na bandeira da nova Era. Queremos fazer menos que no tempo do Império? Certamente que não. E direi que não basta fazer mais, é preciso fazer melhor*” (Goeldi: 1894a, 225). Postulado de civilização, imperativo filantrópico. Eufemismos que permearam a noção colonialista francesa de *mission civilisatrice*.

3.6 O Plano Metódico

São poucos os textos de Goeldi sobre Arqueologia e Etnologia. Dentre os principais, há um artigo apresentado no Congresso dos Americanistas de 1904; uma descrição de

coleções de machados da Amazônia (Goeldi: 1904a; 1906, 766). Proferiu no Museu Paraense, em 1896, uma *Conferência* sobre os Índios da foz do Amazonas (1897d); por fim, publicou, em 1900, uma *Memória* sobre as escavações arqueológicas realizadas, em 1895, na então Guiana Brasileira (Goeldi: 1905)²². Goeldi planejou editar mais duas memórias arqueológicas e etnológicas, para as quais já tinha pranchas fotográficas de coleções. Mas elas não foram publicadas²³.

Embora poucos, seus trabalhos brotaram de sua campanha metódica de escavações, da definição de um problema regional de pesquisa. Vejamo-las mais de perto. Em 1894, no ofício dirigido ao Barão de Marajó, Goeldi declarara que, especialmente em relação à Amazônia, a Arqueologia e a Etnografia precisavam:

“(...) de dedicados e pacientes cultivadores, de enérgicos braços e esclarecidos espíritos para emergir finalmente do roda-moinho de teorias mais ou menos absurdas que vogam até hoje neste terreno e da fase embrionária em que – digam embora o contrário –, se acham ainda os nossos conhecimentos” (Goeldi: 1894g, 85).

Mas para onde iriam os pesquisadores? Goeldi planeou algumas rotas antropológicas para pesquisadores estrangeiros (Goeldi: 1906, 763). Os locais foram escolhidos em função das lacunas etnográficas da Amazônia e da rarefação de pesquisas em determinadas regiões. Em 1900, por exemplo, Goeldi traçou um plano de viagem para o Rio Purus, a ser novamente percorrido em 1901 pelo naturalista Joseph Beal Steere (1842-

²² - Essa foi a primeira das quatro memórias editadas pelo Museu Paraense. As outras versaram sobre Geologia, Botânica e Zoologia (Lopes: 1997, pp. 262-263).

²³ - Em 1900, segundo Nelson Sanjad (2005, 316), Goeldi publicou ainda, na revista *Die Schweiz*, um excerto da Memória sobre as escavações arqueológicas de 1895. Sobre as memórias arqueológicas a serem publicadas, Goeldi afirmou: *“(...) já estão prontas as estampas para a Memória IV e em adiantada fase se acha igualmente a impressão das estampas para a Memória V. Ambas são de teor arqueológico e etnográfico”* (Goeldi: 1907, 9). Para outras menções às Memórias, Cf. Goeldi (1900, II; 1904b, 489; 1906). Mais adiante, reproduzirei as pranchas que ilustrariam estas Memórias e serviram às análises de Goeldi.

1940)²⁴, contratado pela *Smithsonian Institution* para “*obter coleções de história natural e antropologia*” para a Exposição Panamericana de Buffalo. Steere já conhecia a região, pois realizou pesquisas entre outubro de 1870 e novembro de 1871, bem como em 1879 e em 1890, ao redor de São Luis, Belém, Marajó, Santarém e outras localidades, navegando o Amazonas e tributários e coletando exemplares zoológicos, botânicos, antropológicos e arqueológicos (Barnard: 1898, 70; Steere, 1879; Bentley Historical Library).

Para voltarmos à questão dos contatos internacionais e transculturações na arqueologia amazônica: a primeira viagem de Steere deveu parte do seu sucesso a Ferreira Pena. Desde que aportou em Belém no mês de novembro de 1870 e logo a seguir, entre janeiro e maio de 1871, quando explorou, coletou artefatos, animais, plantas e escavou diversos sítios na ilha de Marajó, foi eventualmente acompanhado por Pena²⁵ (Hartt: 1876, 21; Pena: 1877, 52). O início da década de 1870 foi marcante para o reconhecimento da Arqueologia do baixo Amazonas. Até então era comum o desenterramento e o colecionismo. Tanto Steere²⁶, quanto Barnard, Derby e Hartt, apesar de não serem arqueólogos, introduziram a abordagem arqueológica, que logo teria reflexos positivos e incentivariam os cientistas locais a publicar na imprensa e, a partir de 1876, nos Arquivos

²⁴ - Steere queria visitar os Mundurucus, mas Goeldi dissuadiu-o alegando que os indígenas “*já não se prestavam ao estudo etnológico em virtude do contato com missionários e civilização, tendo perdido muito de suas antigas artes, costumes e língua*” (Steere: [1903] 1949, 64). A situação resumida por Goeldi retratou o longo processo de impacto colonial e biológico sobre os Mundurucus, incluindo a ação de representantes de instituições européias que adquiriram artefatos. Dorta (1992) mostra que ocorreram pelo menos 19 aquisições formais desde Alexandre Rodrigues Ferreira, na década de 1780, até 1909. Nos anos que antecederam Steere, entre 1852 e 1891, 13 instituições da Europa adquiriram cultura material Mundurucu.

²⁵ - Ferreira Pena (1877, 48) atribui o seu conhecimento dos tesos de Marajó ao livro *O selvagem*, de José Vieira Couto de Magalhães, originalmente publicado em 1873 no IHGB. Provavelmente, devia ter essa informação antes da edição, pois, como já vimos, Pena foi secretário de Estado quando Magalhães presidiu a Província a partir de 1863. Por sua vez, Magalhães (1935 [1873], 72-73, 78), menciona as escavações de Pena.

²⁶ - Steere colecionou cerca de 5 mil peças cerâmicas, inteiras e fragmentadas, tanto no Amazonas, entre outubro de 1870 e dezembro de 1871, quanto nas outras regiões por onde viajou (Barnard: 1878, 71). Suas coleções, principalmente a Marajoara e a Tapajônica, depositadas na Universidade de Michigan e na Smithsonian Institution, foram amplamente estudadas, servindo de referência para vários pesquisadores norte-americanos. O mesmo ocorreu com o material reunido por Hartt, Derby e Barnard (Cf., por ex.: Meggers: 1945; Palmatary, 1950, 1960; Roosevelt, 1991).

do Museu Nacional e no IHGB. As pesquisas não resultaram apenas em dados, análises e publicações, mas em importantes coleções depositadas em museus brasileiros e estrangeiros (especialmente o *Smithsonian* e os das Universidades de Michigan, Cornell e Harvard), e que também foram utilizadas por outros pesquisadores.

Outras rotas que para Goeldi tinham especial interesse etnográfico eram os Rios Uaupés e os tributários do Rio Negro. Para estes rios ele sugeriu que Theodor Koch-Grünberg (1872-1924), do Museu Real de Etnografia de Berlim, se encaminhasse em 1900, depois que ele concluiu suas atividades na Expedição de Hermann Meyer ao Xingu entre 1898 e 1900 (Schaden: 1953). As observações etnográficas da expedição de Koch-Grünberg foram publicadas, em forma de cartas, no Boletim do Museu Paraense (Goeldi: 1904c). E Goeldi mostrou que, efetivamente, o auxílio a pesquisadores estrangeiros não caotizaria e pilharia, como no passado, as coleções do Museu; ao final de sua expedição, Koch enviou uma série de artefatos para o Museu Paraense (Huber: 1907, 32).

Contudo, para Goeldi, havia uma rota ainda mais fundamental para as pesquisas da quarta seção. Esta, ele reservou para os trabalhos que dirigiu. Em sua *Conferência*, Goeldi (1897d) afirmou que o núcleo arqueológico e etnológico fundamental da Amazônia seria as imediações do Rio Xingu. Goeldi retoma, neste ponto, a obra de Karl F. P. von Martius, para quem as adjacências do Rio Xingu (mas também o Tocantins e o Araguaia) depositariam elementos para a resolução do problema etnológico do Brasil²⁷. Porém,

²⁷ - A copiosa obra arqueológica e etnográfica de Martius resultou de sua viagem pelo Brasil ao lado do naturalista Johann Baptist von Spix (1781-1826). Ambos integraram a comitiva que trouxe a Arquiduquesa Maria Leopoldina para casar-se com D. Pedro I. Percorrendo o Brasil entre 1817 e 1820, Martius pesquisou principalmente Botânica, coletando mais de 6.500 espécies. Contudo, compilou também inúmeras línguas indígenas e descobriu vários sítios arqueológicos em Marajó, Trombetas e Manaus. Reuniu, ainda, uma coleção de mais de 700 peças arqueológicas e etnográficas, a qual, em sua viagem de regresso, ele levou inteiramente para Munique. Karl F. P. von Martius foi um dos pesquisadores que mais influenciou a Arqueologia nobiliárquica. Para ele, os indígenas eram restos degenerados de uma grande civilização que abarcara todo o continente americano. Martius pensava haver um vasto conjunto de evidências de uma antiga

embora reconhecesse as proposições de Martius como precursoras, criticou-as por incorrerem no que ele considerava o “obstáculo epistemológico” (para falar como Bachelard: 1996) da pesquisa arqueológica e etnológica do Brasil: a tupi-mania.

Segundo Goeldi, à maneira dos outros pesquisadores que se debruçaram sobre a questão, Martius condensou elementos etnográficos heterogêneos numa célula homogênea: imprimiu extensão geográfica e lingüística exagerada à ocupação Tupi. Temos, aqui, a segunda crítica de Goeldi a Ferreira Pena. Afinal, o primeiro diretor do Museu Paraense, citando a obra de Couto de Magalhães, falara da homérica diáspora lingüística e cultural dos Tupis. Goeldi questionou, ainda, o parentesco etnológico entre os Caraíbas e os Tupis, asseverado por Ferreira Pena; e argumentou acertadamente que o primeiro formulador deste vínculo fora, na verdade, Martius:

“Em primeira linha, ressent-se também ainda em von Martius daquilo que chamamos tupi-mania, atribuindo àquele tronco extensão e importância evidentemente exageradas. Depois, admitiu um hipotético parentesco próximo entre os Tupis e os Caraíbas (...)” (Goeldi: 1897d, 403).

Goeldi queria alguém da “estatura” de Ferreira Pena como chefe do Diretório de Índios do Pará. Porém, concluiu que Ferreira Pena distorceu as fontes históricas; vendo Tupis e Caraíbas em geografias dispersas e descontínuas, ele não as teria lido criticamente: *“O próprio Ferreira Pena, que salvou o que pôde de vestígios e lembranças dos Aruans em*

civilização americana. Em primeiro lugar, a diáspora lingüística dos Tupis. Os Tupis teriam imigrado, segundo ele, do Sul para o Norte da América, das regiões do Rio da Prata para a Amazônia. Foram os povos predominantes entre os indígenas do Brasil, com relativo grau de desenvolvimento. A segunda evidência seriam as colossais edificações espreiadas pela América Central e México. Esta arquitetura majestática, comparável à do Egito, jamais seria edificada, conforme Martius, por povos degenerados. Em terceiro lugar, o livro da História Natural americana apresentaria um capítulo especial: uma série de plantas e animais úteis domesticados pelas mãos laboriosas de um povo outrora civilizado. Para uma interpretação da obra de Martius, que inclui seus trabalhos arqueológicos e etnográficos e sua correspondência com o IHGB, Cf. Ferreira (2002, 55-62; 2003a, 18-21; Noelli e Ferreira, no prelo).

Marajó, lavrou toda a vida no erro de tomá-los como tribo pertencente aos Caraíbas” (Goeldi: 1897d, 412). Para Goeldi, portanto, a “tupi-mania” enredara ainda mais o nó górdio das classificações lingüísticas dos grupos indígenas do Brasil. Entretanto, a Etnologia brasileira começara a sair do embrião, entrara numa nova fase, segundo Goeldi, graças às viagens científicas ao Rio Xingu, feitas por Karl von den Steinen (1855-1929), Lucien Adam (1833-1918) e Paul Ehrenreich (1855-1914). Para Goeldi, a obra destes pesquisadores revisara a classificação lingüística de Martius e propusera uma nova síntese etnológica atinente ao Pará e à Amazônia:

“(...) pelo menos quanto à parte setentrional-oriental da Sul América, a discriminação etnográfica está se tornando mais clara e mais simples. Sabemos que, em relação ao atual Estado do Pará, temos principalmente de ocupar-nos com os quatro troncos do Tupi, dos Jês, dos Caraíbas e dos Nu-Aruakes” (Goeldi: 1897d, 406).

Se o Rio Xingu já estava bem pesquisado, não era o caso de outras regiões amazônicas. Olhando para elas é que Goeldi formulou seu “plano metódico de trabalho”. Partindo do fato empírico de que nas vizinhanças de Belém havia muitos sítios arqueológicos, ele estendeu as investigações para outros pontos do Estado, mais carentes de pesquisa. Resolveu principiar com a exploração da foz do Amazonas e do litoral da Guiana. Estudar estas regiões significava, para Goeldi, combater a infantilidade da pesquisa arqueológica e etnológica do Brasil:

“Não se tratava de juntar, sem crítica, meramente objetos para preencher armários e salas; pelo contrário, nossa divisa era coligir fatos, documentos e argumentos positivos e seguros, que possam servir de pedra de toque para as diversas doutrinas etnológicas em voga” (Goeldi: 1897d, 409).

Para ele, as pesquisas arqueológicas na Ilha de Marajó estariam “*estereotipadas*”; devia-se abandoná-las, e escavar as localidades situadas no Rio Xingu, na foz do Amazonas e no litoral da Guiana. Estas regiões teriam um hiato arqueológico, uma sombra a ser clareada por doutrinas etnológicas contemporâneas. Goeldi assim definiu seu plano:

“O Museu, por sua iniciativa própria, seus próprios meios intelectuais, aspirava a resolver pontos de interrogação, juntar material novo, original, deseja ganhar provas, que permitam uma opinião, um julgamento pessoal e independente pró ou contra e não quer um reboque passivo e inglório (...). Pondo em plano secundário a continuação das escavações, já um tanto estereotipadas em certas localidades, na Ilha de Marajó, estendeu seu campo de ação para as ilhas adjacentes e o litoral ao norte” (Goeldi: 1897d, 409).

Nos contornos desta problemática regional, Goeldi calçou itinerários para duas expedições à Guiana brasileira. Entre outubro e novembro de 1895, Goeldi, o botânico Jacques Huber, o preparador Mas Tänner (que faleceu de Malária na viagem de regresso), serventes e o Tenente-Coronel Aureliano Pinto de Lima Guedes (1848-1912) percorreram todo o litoral da Guiana, os rios Cunani, Amapá Grande e seus afluentes; entre julho e setembro de 1896, compuseram a expedição Aureliano Pinto de Lima Guedes e seu filho, Manoel Pinto de Lima Guedes, preparador de botânica do Museu. Às ciências naturais reservou-se parte substancial das pesquisas na região. Na primeira expedição, Goeldi e sua comitiva percorreram os reinos da Zoologia, Botânica e Geologia. Contudo, o Estado do Pará designou o Tenente-Coronel Aureliano Pinto de Lima Guedes (1848-1912) para conduzir, principalmente, pesquisas arqueológicas.

Em seu relatório de pesquisa, Lima Guedes afirma textualmente que seu objetivo era cumprir o plano de exploração arqueológica esboçado por Goeldi (Guedes: 1897, 42-43). O Tenente-Coronel esquadrinhou toda a circunferência dos tributários, ilhas e lagos

dos Rios Maracá e Anauerá-Pucu (Cf. *Figura 3.1*). Realizou escavações e localizou sítios arqueológicos. No Rio Maracá, ele identificou sítios arqueológicos com urnas tubulares. O clímax de sua exploração foi o encontro de dois “*necrotérios*”, situados à margem esquerda do Rio Cunani, ao cimo de uma colina chamada Monte Curu. A pista que o levou à descoberta foi um marco de granito, um disco que, uma vez removido, deixara entrever cavernas. Lima Guedes classificou-as como artificiais. Mais especificamente, chamou-as de mausoléus, empregando, inclusive, o conceito de Ferreira Pena: as cavernas artificiais seriam cerâmios. Numa delas, ele colheu dezoito igaçabas (Guedes: 1897, 49-59).

Lima Guedes realizou, em 1901, sob a orientação de Goeldi, uma outra exploração arqueológica, desta vez à Ilha Mexiana, cujo propósito era o de estudar depósitos de cerâmica. Todas as coleções reunidas por Lima Guedes foram remetidas ao Museu Paraense: as da Ilha Mexiana, as dezoito igaçabas do Rio Cunani e quarenta e seis urnas tubulares, antropomorfas e zoomorfas, do Rio Maracá (Goeldi: 1904d, 18). Sobre estas coleções, Goeldi disse, já em 1896, que eram capazes de despertar a inveja de estabelecimentos congêneres, dentro e fora do Brasil (Goeldi: 1897c, 280). Além das coleções obtidas pelas explorações arqueológicas, outras foram adquiridas por compra e permuta. Em 1900, as coleções perfaziam mais de 1.300 artefatos (Goeldi: 1900b, 263-264).

Para Goeldi, o caos fora ordenado. Em 1898, segundo ele, já havia, no Museu Paraense, uma sala de exposição permanente dedicada à Arqueologia e Etnografia da região amazônica (Goeldi: 1897b, 4). Pode-se supor que a exposição era bem visitada, pela população local e por cientistas estrangeiros. Segundo as estatísticas das visitas, calculadas por Goeldi anualmente, o número de visitantes sempre aumentou. No último relatório administrativo que escreveu antes de sua saída do Museu, em 1907, Goeldi registrou o total

de 80.189 visitantes. E afirmou: “*Foi sempre muito satisfatória, podendo galhardamente suportar um confronto com a freqüência de estabelecimentos congêneres, mesmo não excetuando o Rio de Janeiro*” (Goeldi: 1907, 12).

De fato, as explorações arqueológicas que coordenou, bem como suas ações na esfera das compras e permutas, trouxeram para o Museu Paraense importantes coleções. A antropóloga Adélia Engrácia de Oliveira, escrevendo sobre a História da Antropologia na Amazônia, não obstante o breve levantamento de fontes que realizou, também sublinhou este mérito de Goeldi: a constituição de valiosas coleções no Museu Paraense (Oliveira: 1983; Oliveira e Furtado: 1995). Porém, se Goeldi reuniu coleções, não foi somente para ornar o Museu Paraense, mas para interpretá-las, dar-lhes aplicação prática, atrelá-las a projetos políticos. Assim, é preciso criticar certos postulados da historiografia sobre as Ciências no Brasil, argumentados, pelo menos, desde as abordagens de Arthur Neiva e Fernando de Azevedo. Para estes autores, as instituições científicas do Brasil, no século XIX e começo do XX, eram frágeis e pouco aplicáveis (Neiva: 1988 [1922]; Azevedo: 1955).

Simon Schwartzman acatou esses enunciados, acrescentando que os Museus do período não só dependiam de um “*líder pessoal carismático*”, mas também praticavam a “*ciência pela ciência*”, sem “*simbiose com a ciência aplicada*” e tampouco fazendo “*uso intensivo de conhecimentos técnicos*” (Schwartzmann: 1979, 84 e 139). Schwartzman influenciou estudos recentes, como o de Rose Alyce Leite e Lilia Moritz Schwarcz. A primeira, também fortemente embasada no modelo de George Basalla – que preconiza uma abordagem de fluxos unilaterais nas relações científicas entre a Europa e a América Latina (Basalla: 1996 [1987]) –, analisa a institucionalização da Ciência moderna na Amazônia por meio da História da produção científica do Museu Paraense. Seguindo Schwartzman,

Leite desloca Goeldi de seu contexto e dos debates científicos de que participou, reafirmando a fragilidade institucional do Museu Paraense (Leite: 1993).

O mesmo pode ser dito com relação a Schwarcz. Para ela, o Museu Paraense, bem como os demais museus brasileiros desta quadra histórica, era um repositório para a obtenção de material etnográfico amazônico, uma instituição cuja produção era “*tacanha*” e cujas pesquisas tinham caráter “*pouco pragmático e aplicado*” (Schwarcz: 1993, 90-94). Além disso, Schwarcz põe na boca de Goeldi palavras que ele nunca disse. Ela atribui-lhe, por exemplo, o discurso inaugural feito por José Veríssimo, exatamente aquele em que ele pontifica a missão científica futura do Museu: a pesquisa sobre a origem do homem americano (Schwarcz: 1993, 86-87). Schwarcz estabelece um esvaziamento noético: Goeldi, para ela, seria “*um evolucionista convicto*”, “*seduzido pelas conclusões poligenistas*”, um “*defensor da idéia da perfectibilidade humana*”; não encontrando material para suas convicções poligenistas, Goeldi dedicou-se apenas “*a pesquisas ligadas à sua especialidade profissional*” (Schwarcz: 1993, 87-88).

Como bem ponderou Nelson Sanjad (2001), Schwarcz encontra modelos que simplesmente *inexistem* nos textos de Goeldi. Para ela, assim como para Ângela Bertho, Goeldi estava imerso no darwinismo social; afinado com as proposições de Edward Burnett Tylor (1832-1917), Lewis Henry Morgan (1818-1881), James Frazer (1854-1941) e Paul Broca (1824-1880). Mas Goeldi não citou estes autores. A base de seu pensamento etnológico, como já apontei, alicerçava-se em Martius, Paul Ehrenreich, von den Steinen e Lucien Adam. Goeldi não era um darwinista social; suas análises fundaram-se mais propriamente no ideário de seu mestre Ernst Haeckel; e suas interpretações arqueológicas e etnológicas se amoldaram a um debate de proporções internacionais e nacionais. No que se refere ao debate doméstico, Goeldi, em seus textos arqueológicos e etnológicos, sempre

referendou a fortuna crítica *local* que o antecedeu; na *Memória* sobre as escavações arqueológicas na Guiana Brasileira, ele argumentou que o ineditismo e a originalidade de seu trabalho se postavam em relação direta com a obra de outros estudiosos:

“Em relação aos aborígenes da foz do Amazonas, vem o nosso despretenso trabalho colocar-se ao lado dos trabalhos anteriores de Hartt, Ferreira Pena, Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues; em relação, porém, aos Índios do litoral guianês, entre Amazonas e Oiapoque, vem a ser o primeiro e único na matéria” (Goeldi: 1905, 43).

3.7 Arquivos de Barro

Passemos, então, às interpretações de Goeldi. De saída, coloquemo-nos a seguinte questão: por que Goeldi afirmou que as pesquisas sobre a Ilha de Marajó estariam estereotipadas? Por que a Arqueologia e a Etnologia amazônicas engolfavam-se no rodado de teorias absurdas? O absurdo, aqui, não é uma figura alegórica. Goeldi se refere propriamente às hipóteses e interpretações da Arqueologia nobiliárquica. Para ele, além de fantasiosa, absurda, ilógica, a Arqueologia nobiliárquica incorria em comicidade. Numa de suas resenhas, ele comentou sarcasticamente:

“Houve, é verdade, alguns ensaios de provar esta ou aquela misteriosa concatenação, mas, a uma séria auscultação não resistem de serem cedo reconhecidos como balões de ensaio, frutos precipitados originados de certos preconceitos, para não dizer manias de uma fácil linhagem dos mais antigos povos de cultura conhecidos como Hindus, os Assírios e Babilônios, os Egípcios e os Fenícios. Especialmente estes últimos forneceram farto cabedal para aquecer a fantasia de umas tantas cabeças facilmente inflamadas. Grassando aqui, no Brasil, já nos últimos tempos do Império, dando origem a quiproquós tão engraçados que exigem um forte diafragma – vejo medrar este querido

pensamento fenício ainda hoje, tendo surgido recentemente pela literatura do Norte do Brasil (...) algumas destas tentativas – desesperadamente doudas” (Goeldi: 1906, 764-765).

Nesta passagem, Goeldi aludiu, sem dúvida, à Arqueologia nobiliárquica e, notadamente, às hipóteses de povoamento de Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues. Ele, assim, foi um dos primeiros críticos incisivos da Arqueologia nobiliárquica e das pesquisas arqueológicas dos diretores dos museus Botânico e Nacional. Em meados dos anos 1880, outro autor já criticara a obra de Ladislau Neto: Silvio Romero (1851-1914). A propósito das *Investigações sobre a Arqueologia brasileira* (Neto: 1885), Romero comentou acidamente²⁸:

“(...) O Diretor do Museu Nacional, em suas longas e masudíssimas Investigações sobre a Arqueologia brasileira, deixando de lado o trilho do bom senso, perdeu-se em divagações nocivas e caiu na verbagem fácil de certo cientificismo ao alcance hoje dos caixeiros de confeitarias... Neste andar de beduinismo antropológico, ele nem formulou hipótese nova sobre a origem do homem americano, nem fortaleceu nenhuma das doutrinas conhecidas (...). Em vez de limitar-se a descrever o material arqueológico sujeito a sua análise, fornecendo assim aos sábios europeus subsídios para comparações futuras, Ladislau, acoroçoado por não sei que maligno demônio, entrou a hipnotizar-nos em chinês e egípcio, como já dantes nos embasbacara em fenício (...)” (Romero: 1886, 5).

Não podemos, contudo, acatar de chofre os toques demoníacos e o ilogismo que Romero e Goeldi imputaram à Arqueologia nobiliárquica. Os leitores de Kafka sabem que a dominação se assenta no absurdo. Há lógica no disparate. Se há algo de devaneio ou loucura na Arqueologia nobiliárquica, é como em Hamlet: há método nesta loucura. Há na

²⁸ - Silvio Romero mirou sua carga crítica contra Ladislau Neto, bem como contra Couto de Magalhães, Teófilo Braga e Barbosa Rodrigues, em seu livro **Etnografia brasileira** (Romero: 1888).

Arqueologia nobiliárquica não só princípios analíticos, como também duas grandes determinações políticas em sua epistemologia: o nacionalismo e o colonialismo. E, como Goeldi bem o sabia, as interpretações da Arqueologia nobiliárquica eram discutidas pelos cientistas reunidos no Congresso dos Americanistas, do qual ele mesmo participara, em 1904, apresentando suas descrições sobre machados amazônicos.

Organizado, pela primeira vez, em Nancy, no ano de 1875, o Congresso dos Americanistas foi um dos principais centros de discussão dos americanistas (Bernal: 1980, 156). A Arqueologia brasileira, desde cedo, atuou no Congresso; representada pelo IHGB, esteve presente na terceira reunião, ocorrida em 1877, cabendo-lhe versar sobre a antigüidade do homem americano²⁹. Em 1888, Ladislau Neto participou do Congresso em Berlim (Neto: 1888). Suas interpretações sobre os artefatos de jadeíte foram criticadas pelo renomado antropólogo físico Rudolf Carl Ludwig Virchow (1821-1902), famoso, também, por envolver-se com Henrich Schliemann (1822-1890) nas pesquisas sobre Tróia. Virchow argumentou que os artefatos de jadeíte eram comuns no Neolítico europeu e asiático. Ademais, segundo ele, as análises químicas do mineral evidenciavam diferentes composições, sendo impossível, portanto, determinar precisamente qual população o levou para a América (Virchow: 1888a). Thomas Wilson, curador da seção de Pré-Historia da *Smithsonian Institution*, anos depois, evidenciou que havia fontes de jadeíte na América, na Europa e na Ásia. Os artefatos feitos com este mineral, pois, seriam provas insuficientes para validar qualquer imigração transcontinental (Wilson: 1902).

Não obstante estas críticas, as pesquisas arqueológicas de Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues ajudaram a modular problemas de pesquisa propostos ao comitê dos americanistas. Em 1890, perguntava-se se as cerâmicas refinadas descobertas na Amazônia

²⁹ - Cf. 9º Sessão em 20 de agosto de 1876. **RIHGB**, (39): 403, 1876.

provinham de uma “raça” civilizada. Pedia-se aos congressistas, e chegou-se a satisfazer tal pedido (Allen: 1883), para assinalar as correspondências entre as civilizações asiáticas e americanas³⁰. Outro tema benquisto ao Congresso, e que é uma das hipóteses centrais de Barbosa Rodrigues, era a colonização escandinava da América. Vários autores no Congresso abordaram-no, com base em documentação material e escrita (Loffler: 1883; Bamps: 1883; Clarke: 1892; Shipley: 1892; Fabricius: 1894; Shipley, 1902). Estas hipóteses foram aceitas por Lévi-Strauss, que descreveu, nos *Tristes Trópicos*, as similitudes estruturais entre os povos das fronteiras meridionais da China, dos escandinavos e dos índios pré-colombianos (Lévi-Strauss: 1996, 238-244).

Mas como Goeldi se contrapôs à Arqueologia nobiliárquica? Há uma hermenêutica específica nos textos de Goeldi. Em primeiro lugar, há, como em outros autores do período, uma análise espacial e uma geometria dos sítios arqueológicos. Os discos de granito das cavernas do Monte Curu, na Guiana brasileira, foram contextualizados espacialmente. Para Goeldi, tais artefatos não estavam ali fortuitamente. Possuíam uma situação topográfica. Eram sinais a serem lidos. Sua significação os revelou como marcos simbólicos do mausoléu. Incrições da artificialidade da paisagem. Mas com uma funcionalidade precisa: eram tampas protetoras que recobriam as cavernas. Goeldi, porém, ilustra sua análise euclidiana. O sítio arqueológico, e neste aspecto Goeldi segue uma tendência mundial, passa a ser também objeto de uma *representação gráfica* (Cf. *Figura 3.2*). Deve-se, pois, mostrar os sítios arqueológicos em cortes longitudinais e cortes ideais; representá-los na disposição em que foram encontrados; apresentá-los em sua configuração interior,

³⁰ - “6° *Les dernières découvertes faites dans les grandes nécropoles de l'estuaire de l'Amazone et du Rio Tocantins (île de Marajó, etc.) permettent-elles de conclure à l'existence d'une race antérieure distincte de l'Indiens actuel, e parvenue à un degré de civilisation relativement avance?*”. In: **Congrés International des Américanistes**. Compte-Rendu de la Huitième Session, tenue a Paris em 1890. Paris: Ernst Leroux, 1892, pp. 4. “3° *Signaler les analogies qui existent entre les civilisations précolombiennes et les civilisations asiatiques (Chine, Japon, Cambodja, Malaise, Chaldée et Assyrie)*” – *ibid*, p. 5.

demonstrando a distribuição espacial dos vestígios (Goeldi: 1905, 5-6) (Cf. *Figura 3.3*). Essa análise geométrica e sua representação gráfica servem à caracterização do grau de civilização dos grupos que construíram o sítio arqueológico. Para Goeldi, as cavernas eram realmente artificiais: poços cilíndricos, alargados na parte inferior como um cone. O objetivo do alargamento, para ele, era o de evitar o desmoronamento da caverna e conseqüentemente a ruína das urnas. Goeldi, assim, concluiu:

“Pode-se dizer sem exagero, que estes recursos técnicos tão habilmente aproveitados aqui na confecção destes poços, constituem significativo critério para julgarmos da altura intelectual dos arquitetos” (Goeldi: 1905, 22-23).

Em segundo lugar, não se escava e analisa geometricamente qualquer sítio arqueológico. Para Goeldi, há um *princípio estético* que preside a escavação. Goeldi imbuíu-se de uma concepção de Arqueologia comum em sua quadra histórica: a Arqueologia como tributária da História da Arte (Funari: 1998a, 8; Bandinelli: 1994; Malina e Vasicek: 1997, 33-34). Assim, ele reconheceu que o povoado do Amapá assentava-se sobre um sítio arqueológico. Era um aterro arqueológico, como os da Ilha de Marajó. As primeiras escavações no povoado ensinaram-lhe, contudo, que as urnas eram de feitio tosco. Aparentavam simplesoringas. Sem arte, sem decorações. Não valiam o suor da escavação: *“Um tanto mal acostumados já, por assim dizer, pela estranha beleza da cerâmica encontrada mais ao norte no Cunani, as urnas lisas e mal feitas do Amapá não nos pareciam mais apresentar equivalente justo para o suor, que nos ia custar a continuação de rude fadiga”* (Goeldi: 1905, 7-8). Essa visão da Arqueologia como coletora de objetos artísticos, subsumida à interpretação estética, reflete-se na escolha das estampas que ilustraram a *Memória*. Goeldi selecionou as que lhe pareceram mais belas (Cf. *Figuras*

3.4; 3.5; 3.6). O valor das estampas, segundo ele, deveria sobrepujar e tornar secundário o texto descritivo (Goeldi: 1905, III).

Em terceiro lugar, Goeldi também efetuou uma *geometria dos artefatos*. Há toda uma seção da *Memória* dedicada à medição (largura, altura, profundidade e diâmetros) e descrição geométrica das cerâmicas da Guiana brasileira (Goeldi: 1905, 9-22). As mensurações trouxeram-lhe um dado insólito: uma bandeja quadrangular semelhante àquela da necrópole de *Mirakanguera*, descoberta por Barbosa Rodrigues (*Cf. Figura 5.6*). Goeldi, assim, polemizou mais uma vez com as hipóteses da Arqueologia nobiliárquica. Cerâmicas em forma quadrangular não mais seriam raras na Amazônia. Não haveria base empírica para filiá-las à China; e tampouco haveria dados suficientes para se decidir sobre a origem do homem americano. Assim, Goeldi ironizou:

“Francamente dito, falha-nos completamente a mínima vontade de quebrar uma lança pró ou contra em relação àquela mal disfarçada tendência de ver por toda a parte provas de filiação etnológica do homem sul-americano como o ‘homo-mongolicus’, embora que in nuce esta teoria não me é antipática em si, mas simplesmente pelos meios e argumentos empregados até agora por parte de certos autores, que tiveram a coragem de adiantar-se neste escabroso terreno. Confesso não possuir a mais leve competência em assuntos da China” (Goeldi: 1905, 28).

À geometria dos artefatos, Goeldi justapunha sua experiência como naturalista. Estudos recentes (Gualtieri: 2000, 228-231; 2005; Sanjad: 2005, 270) elucidam-nos sobre a origem do método que Goeldi empregava em seus estudos botânicos e zoológicos: a abordagem filogenética de Haeckel. Afeito à filogenética, às lides classificatórias e à sistemática, Goeldi sabia que se vai do gênero às suas espécies por diferenças específicas. Sabia, portanto, que as coleções do Museu Paraense, se descritas em suas características

essenciais, se isoladas em suas particularidades morfológicas, permitiriam estabelecer uma taxionomia arqueológica e etnográfica. Em sua *Conferência*, Goeldi resumiu sua técnica analítica como um *jogo comparativo de procedimentos indutivos e dedutivos*, próprio das Ciências Naturais:

“O método analítico de investigação aplicado ao princípio comparativo do material, da técnica fabril, das formas, dos ornamentos quer pintados simplesmente, quer gravados em relevo, e finalmente o arranjo e a disposição dos necrotérios e da cerâmica neles contido, este método dedutivo aponta nitidamente para o resultado indutivo (...). Consegue-se, assim, o que em linguagem das ciências naturais se chamaria uma determinação genérica” (Goeldi: 1897d, 411).

Goeldi enunciou, ainda na *Conferência*, que o serviço arqueológico do Museu Paraense, metodicamente organizado, formou um *“arquivo escrito em barro, tanto mais precioso quanto constituirá o único meio seguro (...) para reconstruirmos a verdade histórica sobre as gerações que aqui viviam em tempos passados”* (Goeldi: 1897d, 410). Goeldi levanta um problema clássico do ponto de vista hermenêutico. A reconstituição da verdade histórica implicava determinar a autoria dos arquivos de barro³¹. Tratava-se, para ele, de fazer a hermenêutica dos sinais grafados nos artefatos, uma leitura das marcas e emblemas timbrados nas cerâmicas. Por meio de procedimentos comparativos, Goeldi buscou regularidades culturais, motivos semelhantes e correspondências temáticas na coleção de cerâmicas do Museu.

³¹ - Desde sua origem na mitologia grega (o deus Hermes) até seu refinamento na erudição bíblica do século XIX, o objetivo primordial da hermenêutica tem permanecido constante: compreender a relação formal entre a antecipação do todo e a construção das partes e recuperar as intenções manifestas ou latentes de um autor. Cf. Hans-Georg Gadamer (1998); Skinner (1975).

Goeldi, na *Conferência*, valeu-se de três coleções: as da Guiana brasileira, as da Ilha de Marajó e as urnas tubulares, antropomorfas e zoomorfas, do Rio Maracá, descobertas por Lima Guedes. Estas últimas possivelmente seriam objetos das duas já aludidas Memórias arqueológicas e etnológicas que Goeldi nunca publicou, mas para as quais já tinha estampas prontas (*Cf. Figuras 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11*). Goeldi, ao proceder à hermenêutica destas coleções, ressaltou suas afinidades estruturais. Inclusive, as cerâmicas de *Mirakanguera*, achadas por Barbosa Rodrigues, comungariam elementos comuns com as de Maracá, Marajó e Cunani:

“Não quero passar em silêncio que cada um dos três tipos mostra certos pontos de contato e parentesco com as igaçabas de Mirakanguera, no Amazonas, poder-se-ia dizer que estas têm a forma das de Marajó, às vezes fisionomias em relevo das de Cunani e tampas das de Maracá” (Goeldi: 1897d, 416).

Essas afinidades estruturais levaram-no a postular a etnogênese dos artefatos. A determinação genérica, como método indutivo, revelaria, para ele, a autoria das cerâmicas. A premissa da indução é a seguinte: se as coleções têm motivos semelhantes, se compartilham traços simbólicos e geométricos, é porque possuem uma única filiação etnológica. Chega-se a esta generalização ativando-se o princípio da analogia direta. Goeldi compulsou documentos históricos e lingüísticos, bem como as obras de Paul Ehrenreich, Karl von den Steinen e Lucien Adam, justamente os autores que, segundo ele, forneceram a nova síntese etnológica da Amazônia, para rastrear os povos que viveram na região. Concluiu, e nisto ele concordou com Barbosa Rodrigues, que os Nu-Aruakes eram os autores da cerâmica (Goeldi: 1897d, 408-413; 1905, 42-43). Isto porque, dentre as populações que viviam na Amazônia, os Nu-Aruakes seriam os mais civilizados. Para ele, um povo por demais primitivo não fabricaria cerâmicas tão primorosas.

Goeldi comparou as cerâmicas amazônicas, por seu requinte e beleza, com as incaicas, sem, contudo, estabelecer entre elas qualquer filiação etnológica. Para ele, as realizações culturais dos Nu-Aruakes representariam a suprema produção artística da América cisandina (Goeldi: 1897d, 411; 1905, 409). Contudo, não as classificou como pré-históricas. Para ele, a cerâmica Cunani era pós-colombiana, coetânea da conquista ibérica. Dois foram os argumentos para esta datação das cerâmicas: as urnas das cavernas artificiais estavam conservadas; se fossem antigas, suas cores e desenhos se apresentariam esmaecidas; numa urna de Maracá, encontrou-se um esqueleto em cujo pulso havia uma pulseira de contas de vidro, pérolas venezianas trazidas pelos ibéricos durante a conquista (Goeldi: 1897d, 416-417; 1905, 32).

Goeldi, pois, refutou frontalmente as hipóteses da Arqueologia nobiliárquica. Primeiro, enfatizando que as cerâmicas Nu-Aruakes possuíam motivos simbólicos, linhas geométricas e técnicas fabris comuns na Amazônia. Espargiram-se numa grande área, desde a foz do Amazonas ao Oiapoque. Não eram raridades provindas de influências chinesas ou nórdicas. Tampouco esta civilização cisandina era pré-histórica. De outro lado, a interpretação até então aceita sobre as pérolas de vidro era a de Karl von Koseritz (1830-1890). Achando-as em igaçabas de sambaquis do Rio Grande do Sul, atribuiu-lhes ascendência fenícia (Koseritz: 1884). Goeldi evidenciara que, ao contrário, as pérolas, tendo origem veneziana, estabeleciam uma cronologia recente para a arqueologia amazônica.

Contudo, Goeldi rompeu apenas parcialmente com a Arqueologia nobiliárquica. Ele não poliu, por assim dizer, o lado “nobre” das cerâmicas. Mostrou que os artefatos indígenas, por mais que se o quisesse, não emitiriam lampejos pré-históricos de uma prístina civilização mediterrânica. O reverso dos artefatos, sua efígie colonialista, porém,

foi lustrado por ele. Na *Conferência*, ele reafirmou seu ideal de pesquisa arqueológica e etnológica: elas deveriam se alicerçar em suportes institucionais específicos, os Diretórios de Índios (Goeldi: 1897d, 401). O ideal de Goeldi era o de subdividir o Museu Paraense, transformá-lo em diferentes institutos de pesquisa: um Instituto Botânico, outro Mineralógico-Geológico e, por fim, um Etnográfico (Lopes: 1997, 263).

Essa repartição de especialidades, porém, pelo menos no que se refere à Etnografia, invoca uma estrutura referencial ligada a experiências coloniais. Isso não significa dizer que Goeldi (ou os demais autores do período) era um colonialista inveterado, alguém, por exemplo, como Cecil Rhodes, disposto a colonizar até mesmo as estrelas distantes³². Mas que ele, ao imaginar um Instituto Etnográfico, vinculou-o aos propósitos de missão civilizadora, como já o fizera Barbosa Rodrigues. Recorreu, pois, a uma das estratégias da experiência colonial: a associação das pesquisas etnográficas e arqueológicas a objetivos filantrópicos (Beer: 1997; Bravo: 1997).

A proposta de recriação dos Diretórios de Índios é um projeto de reestruturação de poderes colonialistas, de reforma de uma instituição de aprisionamento dos indígenas. “Fazer melhor do que o Império” é acrescentar aos Diretórios de Índios o que, segundo Goeldi, lhes faltava: o profissional em Etnografia, o especialista, estrangeiro ou não, responsável pelas pesquisas de campo, pela formação de coleções e escrita de monografias. Daí o modelo para os Diretórios de Índios – o *Bureau of Ethnological Research*, uma espécie de entreposto etnográfico avançado que, ao lado das pesquisas científicas, garantiria o avanço através das fronteiras, a desterritorialização das terras nativas e sua reterritorialização pelo Estado nacional.

³² - Veja-se a famosa frase de Cecil Rhodes: “*Se eu pudesse, anexaria os planetas*”. In: Arendt (1989, 145).

Esse avanço territorial na Amazônia, desde os anos 1850, era uma tentativa de delimitar duas modalidades de fronteiras: a econômica, fazendo-se da Amazônia mercado fornecedor de matéria-prima, principalmente a borracha (Weinstein: 1983); e a científica, formulando-se a região como território a ser incorporado pelo Estado nacional por meio da ciência (Faulhaber: 2005). É nesse aspecto de delimitação de fronteiras que se situa o segundo ponto, uma segunda coordenada, da atrelagem da pesquisa arqueológica do Museu Paraense a uma política colonial. Ele se posiciona exatamente na definição da problemática regional de pesquisa. Não se tratava somente refutar as hipóteses risíveis da Arqueologia nobiliárquica. A escolha da Guiana brasileira não era somente um ditame científico. Tinha também uma ordenação geoestratégica.

O envolvimento de Goeldi neste problema geopolítico, por si só, contradiz interpretações correntes: aquelas que caracterizam o Museu Paraense como instituição voltada à ciência universal (Aragón: 2001; Costa: 1998), ou praticante de uma ciência pura, pastiche da ciência europeia (Schwartzmann: 1979). Ora, entre os anos de 1897 e 1900, Goeldi foi à Europa, mais especificamente à Suíça, sua terra natal, para ajudar o Barão do Rio Branco a solucionar a demarcação geopolítica entre a Guiana Francesa e a Brasileira (Amapá). O êxito das negociações rendeu a Goeldi uma homenagem. O Governo do Pará, num decreto de 1900, mudou o nome do Museu Paraense para Museu Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia³³. Sobre a participação de Goeldi no chamado Contestado do Amapá, há referências pontuais (Lins: 1945, 343; Cunha: 1983, 1968-1969; Lopes: 1997, 263-264; Queiroz: 1999, 333-334, 342-344) e análises mais detalhadas (Reis: 1960; Viana Filho: 1959; Moreira: 1989). Alguns autores, inclusive, conquanto rastreiem os debates

³³ - Cf. Decreto n. 933 de 12 de dezembro de 1900. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (4): 1904, pp. 1.

geográficos da época em torno à formação geopolítica da Amazônia (Oliveira: 1998) e mapeiem os fluxos imigratórios e a Etno-história da região (Romani: 2003), minoram a atuação de Goeldi na disputa entre o Brasil e a França.

Nelson Sanjad (2005, 290-326), por sua vez, detalhou minuciosamente a questão. Compulsou a bibliografia atinente ao contestado do Amapá, a correspondência entre Goeldi e o Barão do Rio Branco, bem como os relatórios reservados que o cientista preparou para o diplomata. Fez, assim, um rastreamento analítico das atividades de Goeldi nesta negociação de fronteiras entre o Brasil e a França, examinando a interação entre as demandas políticas do Estado brasileiro e a agenda de pesquisa do Museu Paraense. Enfatizou como as pesquisas feitas na Guiana brasileira auxiliaram diretamente na circunscrição das fronteiras do Amapá. A foz do Amazonas, Amapá e Marajó foram as regiões mais pesquisadas pelos cientistas do Museu Paraense. Segundo Sanjad, entre 1896 e 1900, a produção científica do Museu Paraense fez doze trabalhos inéditos: relatos de viagens, estudos ecológicos, botânicos, zoológicos, geológicos, arqueológicos, etnográficos, além da produção cartográfica e fotográfica. O próprio Goeldi, em um de seus relatórios administrativos, afirmou explicitamente que as pesquisas na Guiana brasileira auxiliaram na regularização do “*secular litígio*” com a Guiana Francesa:

“Pela publicação dos resultados das expedições científicas do estabelecimento realizadas no litoral da Guiana, o Museu Paraense tornou-se um dos principais elementos de defesa do Brasil. É fato histórico” (Goeldi: 1900b, 274).

Devo concentrar-me mais detidamente no significado das pesquisas arqueológicas para a delimitação das fronteiras do Amapá, pois as Ciências Naturais já receberam extenso tratamento na obra de Nelson Sanjad (2005: 303-312). De saída, lembremo-nos de que a Arqueologia foi institucionalizada, no Museu Paraense, em meio às Ciências Naturais. É

salutar, a este respeito, o relatório de Aureliano Pinto Lima Guedes. O Tenente não disserta apenas sobre Arqueologia. Há toda uma parte do relatório consagrada à Botânica, Zoologia e Geologia da região (Guedes: 1897, 59-63). As observações do mundo natural, de outro lado, rapidamente se transformam numa descrição das riquezas, em Economia Política, em receituário econômico para o Estado. Escutemos o Tenente:

“Cada um destes rios que tem um curso de mais de 1.900 milhas navegáveis e grande número de afluentes também navegáveis em grande extensão, não chega a contar 200 habitantes (...). É pena que zona tão fértil para lavoura, produzindo além do que o braço do homem possa cultivar, muita borracha, cacau, castanha, cravo e salsa, nos terrenos baixos e marginais, tendo nos terrenos altos campos magníficos próprios para a criação de gado e onde ainda encontra-se a preciosa erva de chumbo, não esteja todo dividido em propriedades rurais que constituiriam a verdadeira riqueza do Estado” (Guedes, 1897, 62).

Além de exercer-se na atividade cotidiana de descrição e organização de coleções, no sedentarismo do laboratório, a Arqueologia, assim como as Ciências Naturais, era também, no Museu Paraense, uma ciência nômade, se fazia como pesquisa de campo, na dinâmica das viagens científicas. Desde o final do século XVIII, as viagens científicas, desbravando territórios desconhecidos pelos Estados colonialistas, inventaram geografias, descortinaram, por meio da ciência, paisagens, monumentos e populações “exóticas” (Macleod: 2001). Como diz Edward Said (1995a; 1978: 49-73), o olhar colonial recobria a imaginação geográfica. Ele circunscrevia fronteiras geopolíticas, marcando-as artificialmente. O escopo geográfico é a própria metodologia do colonialismo. É o esteio de muitas formas de saber: as Ciências Naturais, mas também a Etnologia e a Arqueologia. Um exemplo disso é-nos dado pelo oponente mesmo da disputa geopolítica pela Guiana

Brasileira. Afinal, a França, desde a invasão napoleônica ao Egito, tornou as Ciências Naturais e a Arqueologia um móvel do colonialismo. A *Descrição do Egito* (1823) (*Description de l’Egypte*), com seus nove volumes de texto e quatorze de pranchas (Gran-Aymerich: 1998, 98), apresenta não propriamente descrições, mas atribuições de identidade (Said: 1995b, 154-178). As pranchas ilustrativas, suas pinturas de monumentos decrepitos e empoeirados, são representações que funcionam como uma conquista simbólica da geografia.

O estado colonial francês, de outro lado, não partiu somente para a conquista simbólica da África, criando em 1878, em Paris, um *Musée d’Ethnographie* para receber as coleções que chegavam, é claro, do Egito, mas também do Saara e da chamada África Ocidental (Barros: 1990, pp. 157). O mesmo se passou na América, através da colonização dos artefatos Incas, Maias e Astecas. O Louvre, em 1850, já dispunha de uma galeria com coleções arqueológicas da América Central. Em 1857, o Governo francês financiou a expedição do explorador e fotógrafo Desiré Charnay (1828-1915), da qual resultou a obra *Cités e Ruines Américaines* (1863). Dez anos depois, a França já participava da Exposição Internacional, organizada em Paris, com uma seção toda dedicada à Arqueologia da América Central e do México (Bernal: 1980, 132 e segs.). Ainda hoje, a França preserva os testemunhos de sua conquista simbólica da América, mantendo mais de cento e cinquenta instituições com coleções nativas do Novo Mundo (Taladoire: 1992; Huerta: 2001).

A expedição à Guiana brasileira usou as mesmas armas da França. Partiu para a colonização científica de uma porção da América do Sul. A Arqueologia revelou explicitamente, para o Estado do Pará, e mais amplamente, para o Brasil, um passado pouco conhecido ou completamente desconhecido. As coleções arqueológicas puderam ser removidas de seu contexto local e transportadas para o Museu Paraense, onde foram usadas

em exposições públicas e transformadas em textos científicos. Uma vez decifradas, as coleções integraram o patrimônio do Estado do Pará, representando, assim, uma colonização simbólica do território. Como nos diz Moira Simpson, os museus, como catedrais das ciências do século XIX, faziam das coleções provas do controle científico de um território (Simpson: 2001, 25). A exposição arqueológica e etnográfica do Museu Paraense homogeneizava, para nos valermos do conceito de semióforo de Pomian (1984, 77), artefatos aparentemente heteróclitos. Uniam o mundo invisível ao visível. Os espaços geográficos da Amazônia, com todo o seu universo indígena ignorado pela maioria da população, tornaram-se visíveis. Construía-se, assim, uma representação geoarqueológica do espaço estudado.

As pranchas fotográficas das cerâmicas Cunani são representativas deste domínio científico da região. Se elas sobrepujam, como queria Goeldi, o texto descritivo, é porque elas atribuem, com seu enlevo estético, uma identidade representativa de uma ampla porção do Estado do Pará. Elas têm elementos estruturais, motivos decorativos e perícia técnica que se estendem até a foz do Amazonas. São provas científicas de um desenvolvido grupo indígena cisandino, assentado numa ampla porção do território paraense. Preparadas como objetos artísticos, as fotografias das coleções arqueológicas mostravam à França, à apreciação do olhar europeu, e também das elites brasileiras, coleções dignas de figurar na galeria americana do Louvre. Agora, porém, pertenciam ao Estado do Pará. Podiam ser utilizadas para benefícios geopolíticos, para desenhar contornos cartográficos.

O colonialismo opera geograficamente, fixando fronteiras (Fanon: 1961, 48; Prakash: 1995, 3). Domesticar fronteiras foi o que fizeram as pesquisas arqueológicas de Goeldi na Guiana. Se, por um lado, Goeldi questionou a obra arqueológica de Ferreira Pena, por outro deu azo a uma das prerrogativas das explorações geográficas do primeiro

Diretor do Museu Paraense: a circunscrição geopolítica da Amazônia. Com arquivos de barro, material friável e quebradiço, inventou-se, por meio do passado, uma geografia do presente.

No Museu Paulista, como veremos a seguir, as pesquisas arqueológicas de Hermann von Ihering também recortaram geografias, fundaram uma política colonial e criticaram ironicamente a Arqueologia nobiliárquica.

Figura 3.1: Mapa da Expedição Arqueológica de Lima Guedes

In: Aureliano Pinto de Lima Guedes. Relatório sobre uma Missão Etnográfica e Arqueológica aos Rios Maracá e Anauerá-Pucu (Guiana Brasileira). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, (2): 1897.

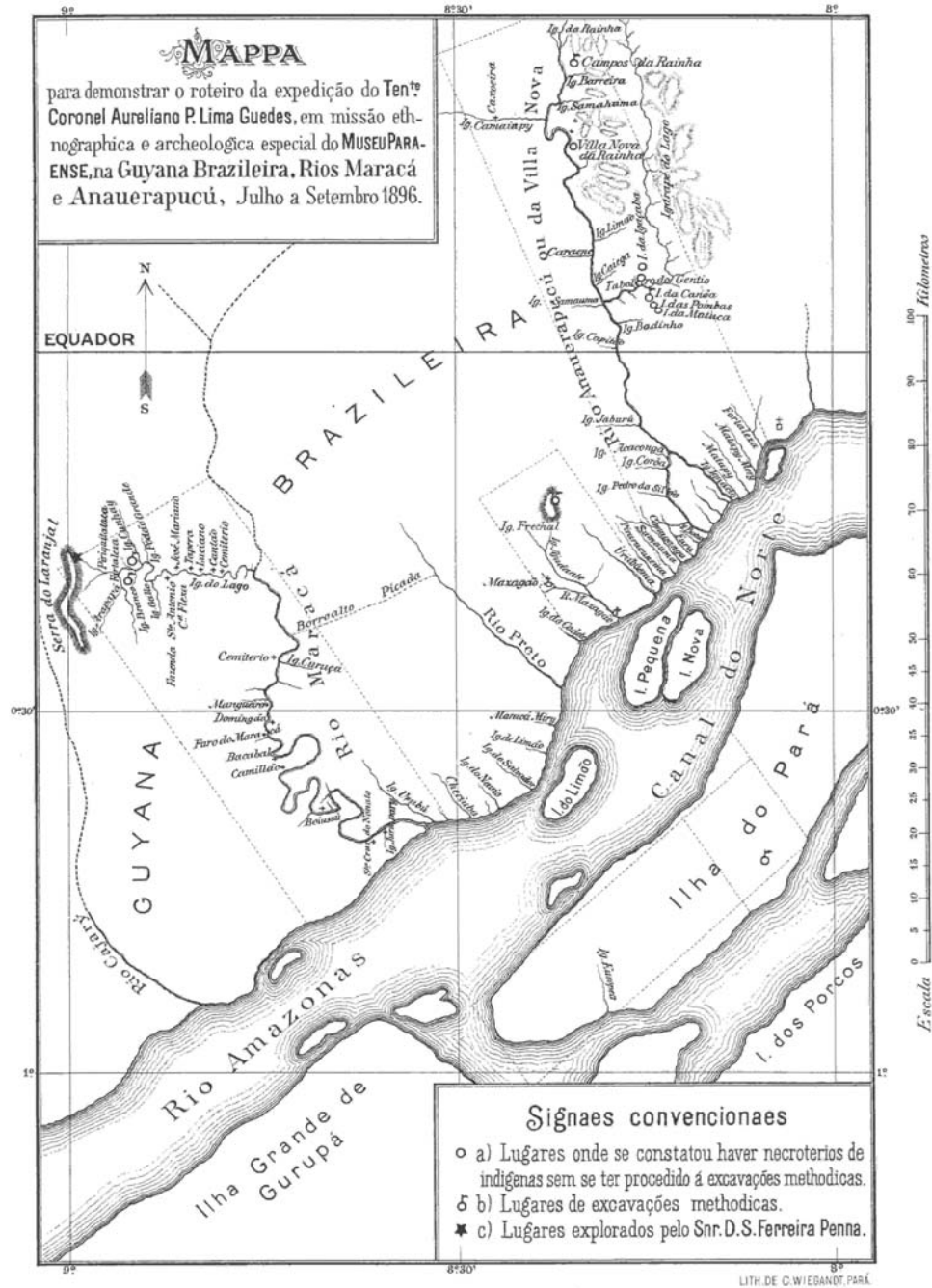


Figura 3.2: Representação Gráfica das Cavernas Artificiais

In: Emílio Goeldi. Memória sobre as Escavações Arqueológicas em 1895. **Memórias do Museu Paraense**, 1905.

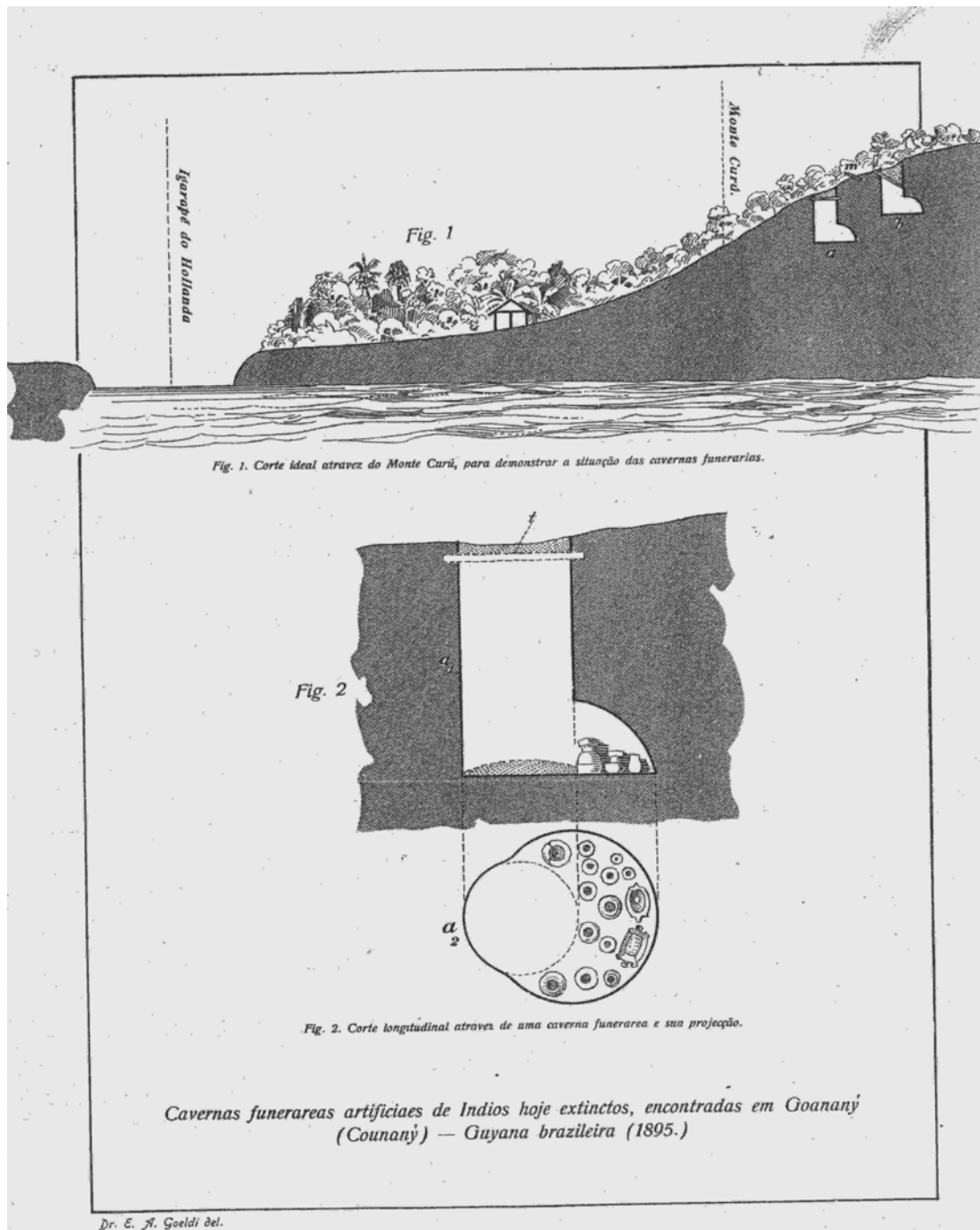


Figura 3.3: *Representação Gráfica das Cavernas Artificiais*

In: Emílio Goeldi. Memória sobre as Escavações Arqueológicas em 1895. **Memórias do Museu Paraense**, 1905.

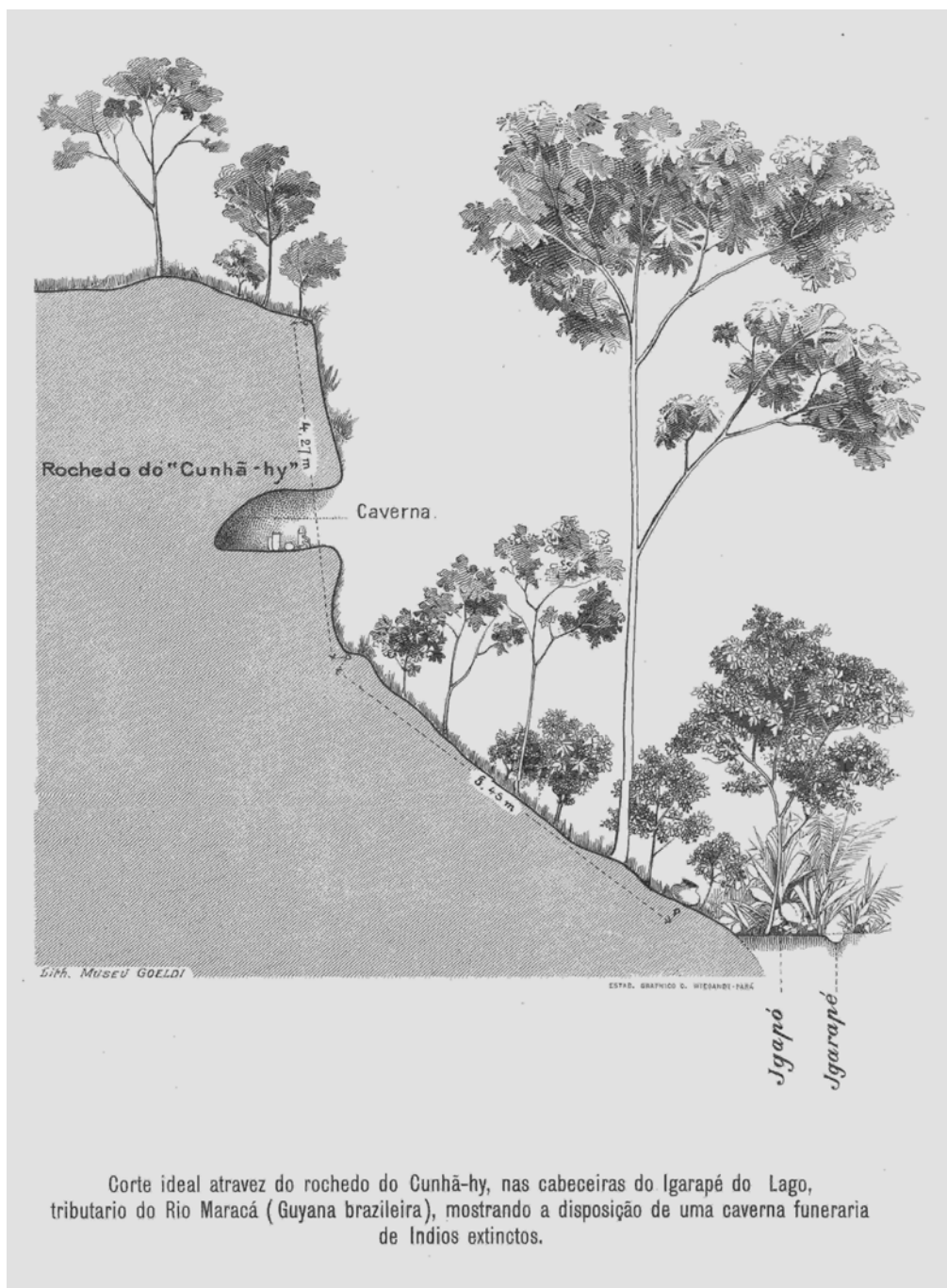


Figura 3.4: Cerâmica Cunani

In: Emílio Goeldi. Memória sobre as Escavações Arqueológicas em 1895. **Memórias do Museu Paraense**, 1905.

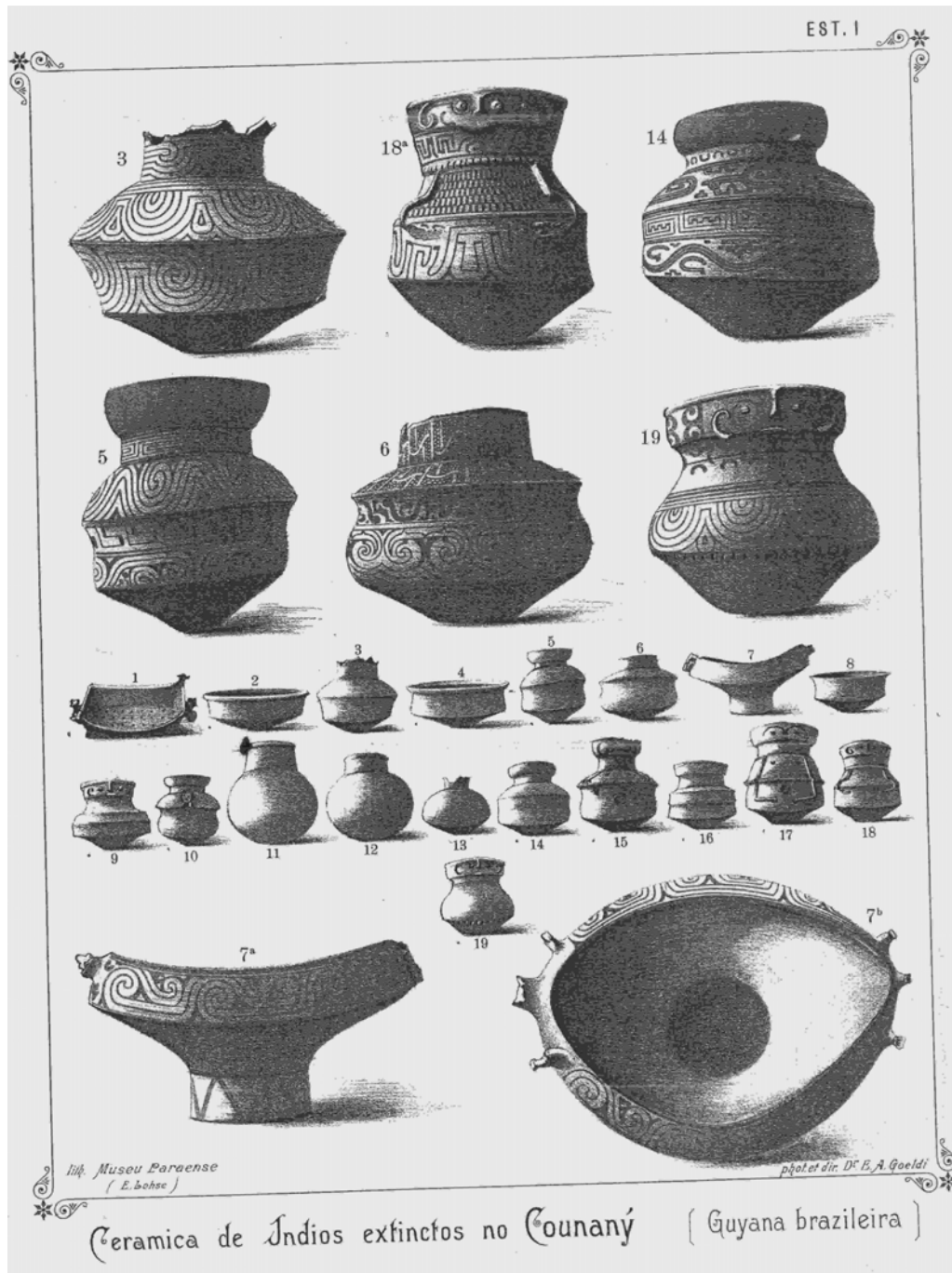


Figura 3.5: Cerâmica Cunani

In: Emílio Goeldi. Memória sobre as Escavações Arqueológicas em 1895. **Memórias do Museu Paraense**, 1905.

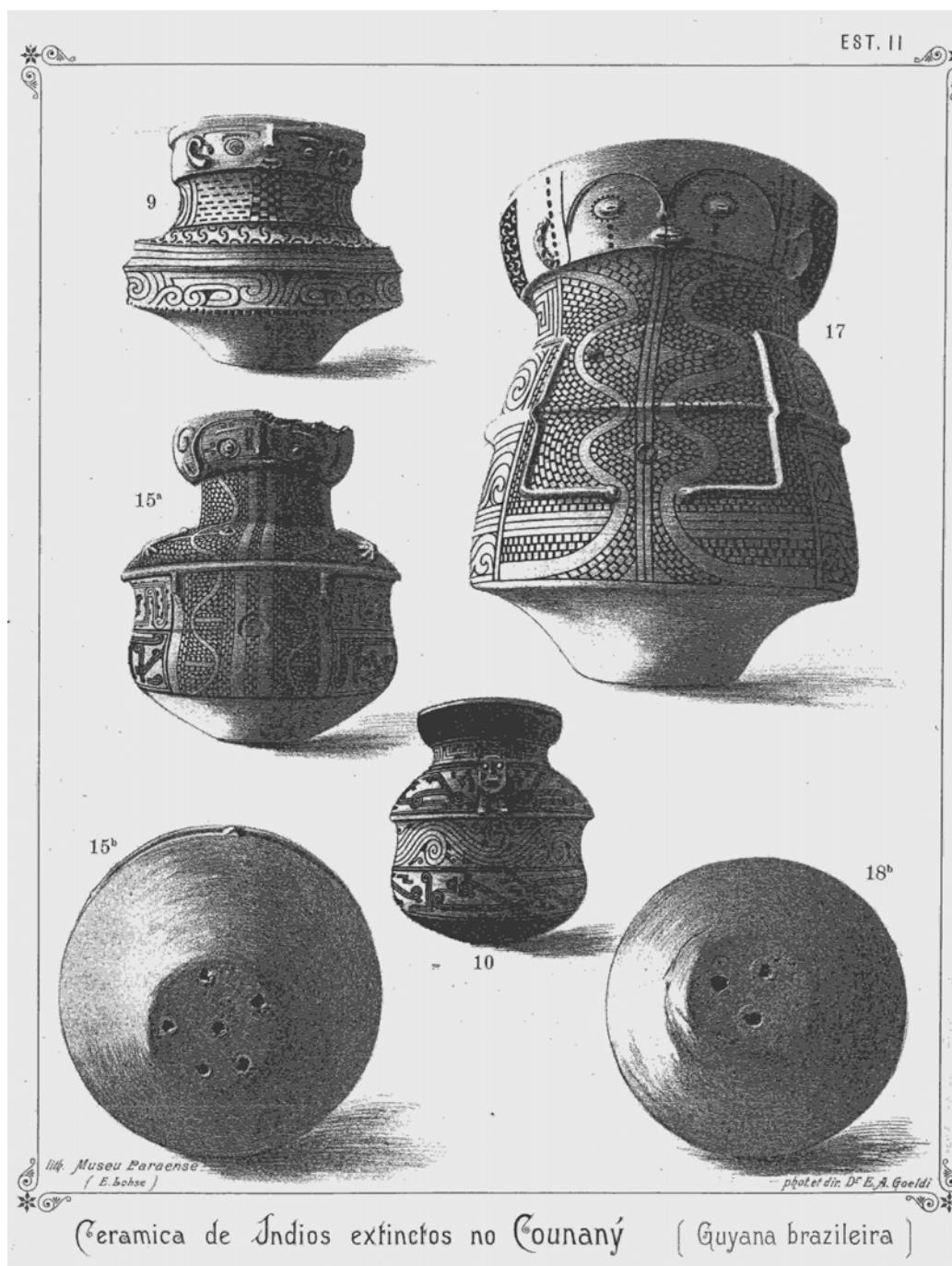
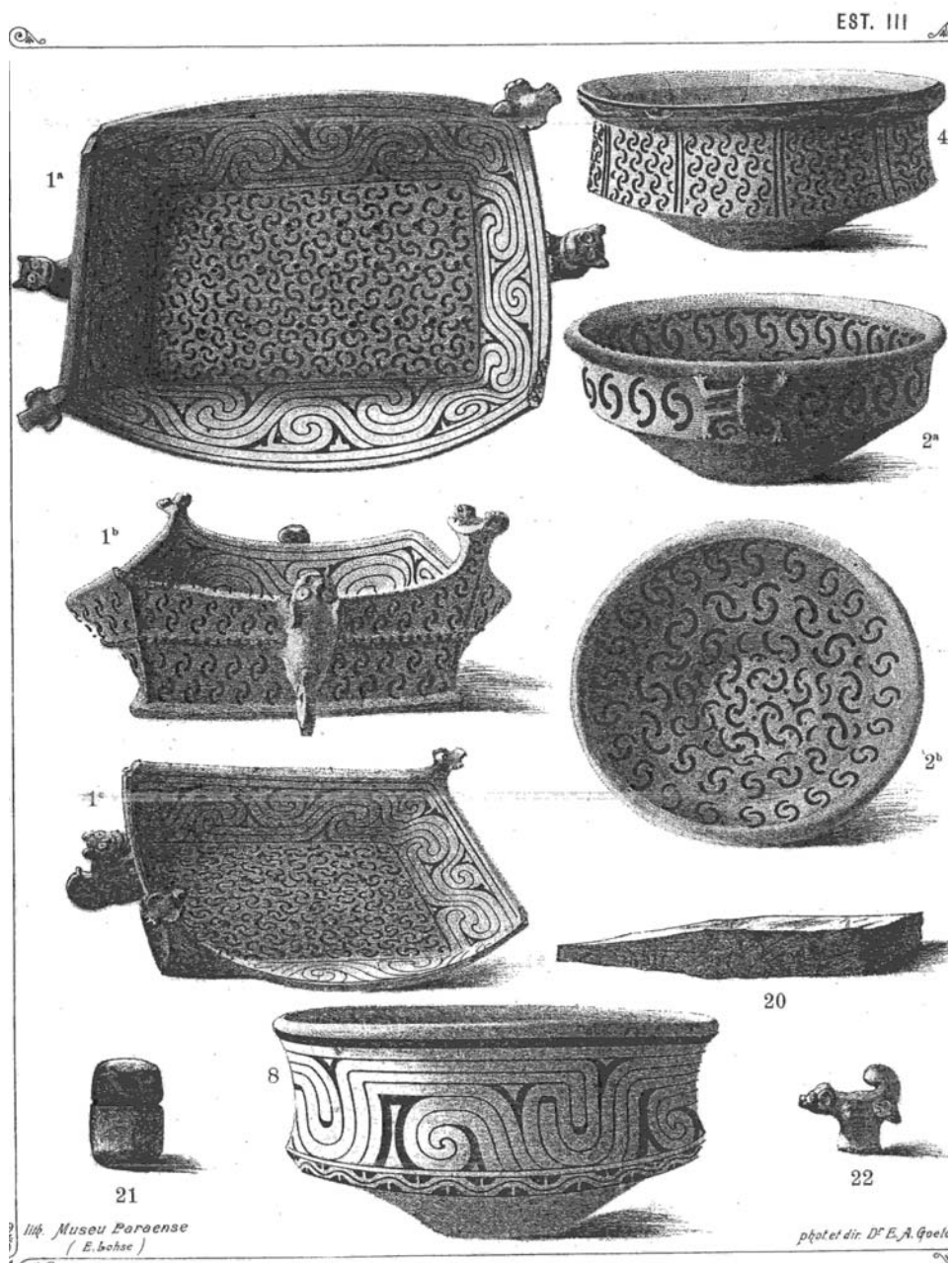


Figura 3.6: Vasos Quadrangulares

In: Emílio Goeldi. Memória sobre as Escavações Arqueológicas em 1895. Memórias do Museu Paraense, 1905.



Cerâmica de Índios extintos no Couaný (Guyana brasileira)

Figura 3.7: Cerâmica Maracá

In: Arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi

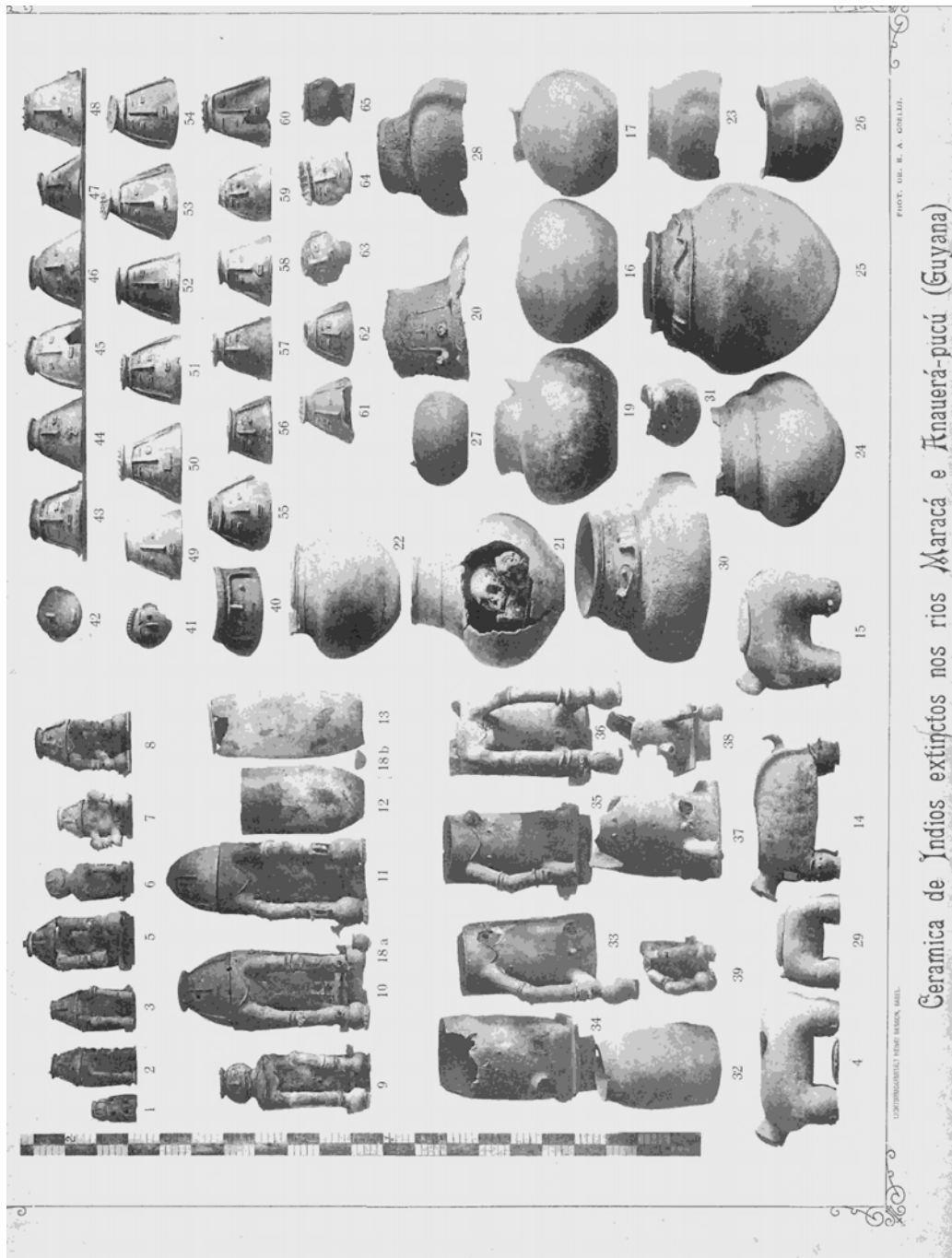


Figura 3.8: *Cerâmica Maracá*

In: Arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi

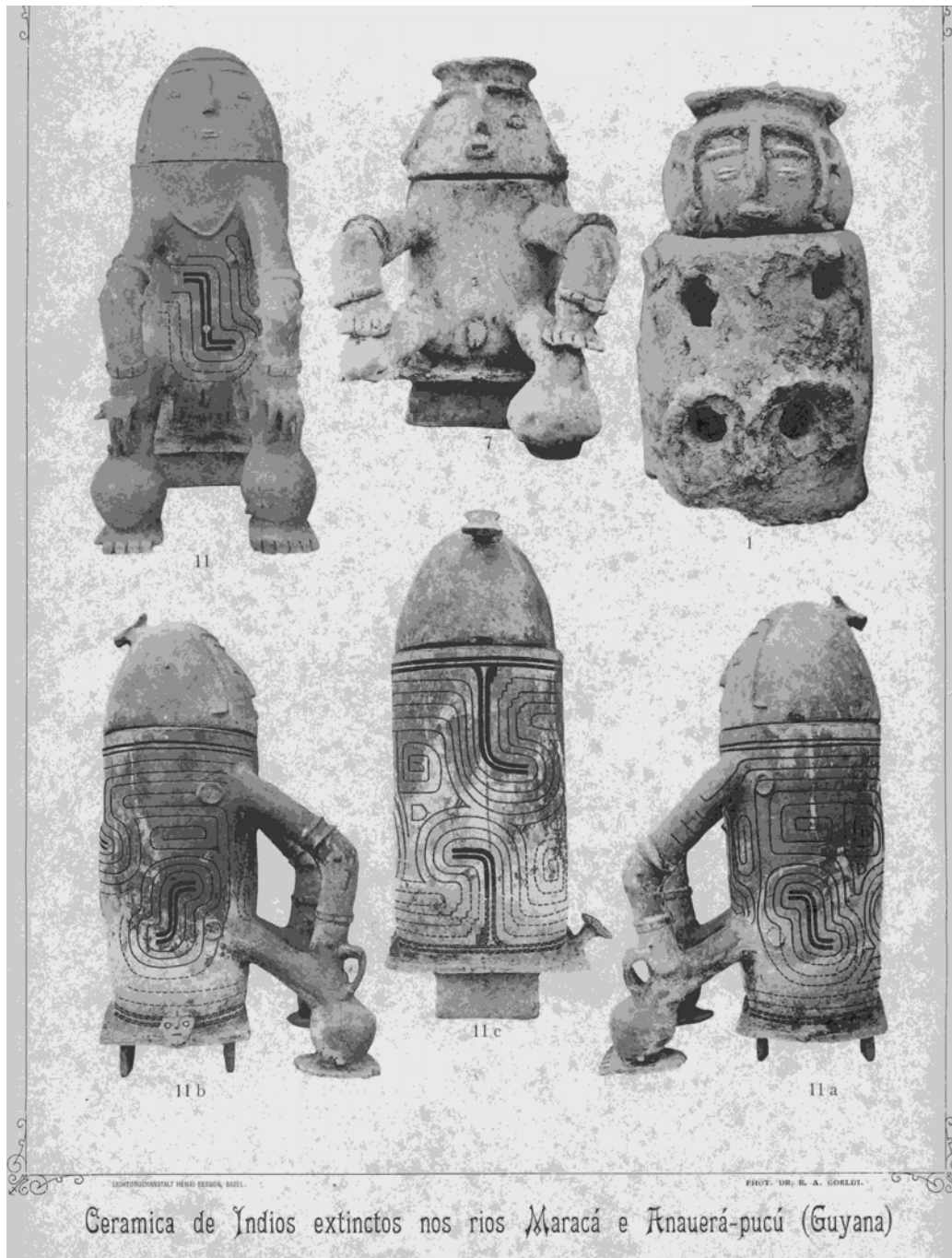


Figura 3. 9: Cerâmica Maracá

In: Arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi



Figura 3.10: Cerâmica Maracá

In: Arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi

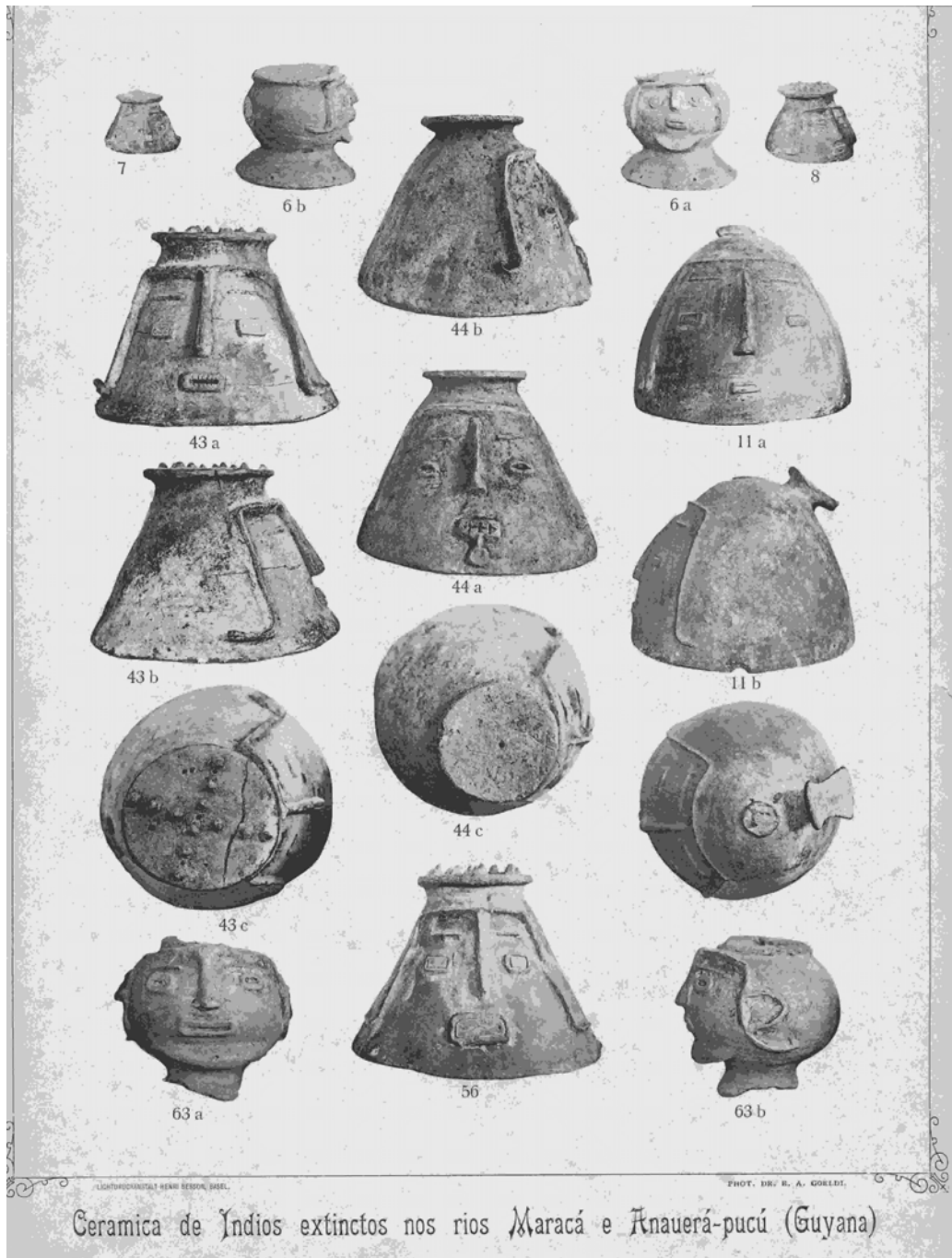
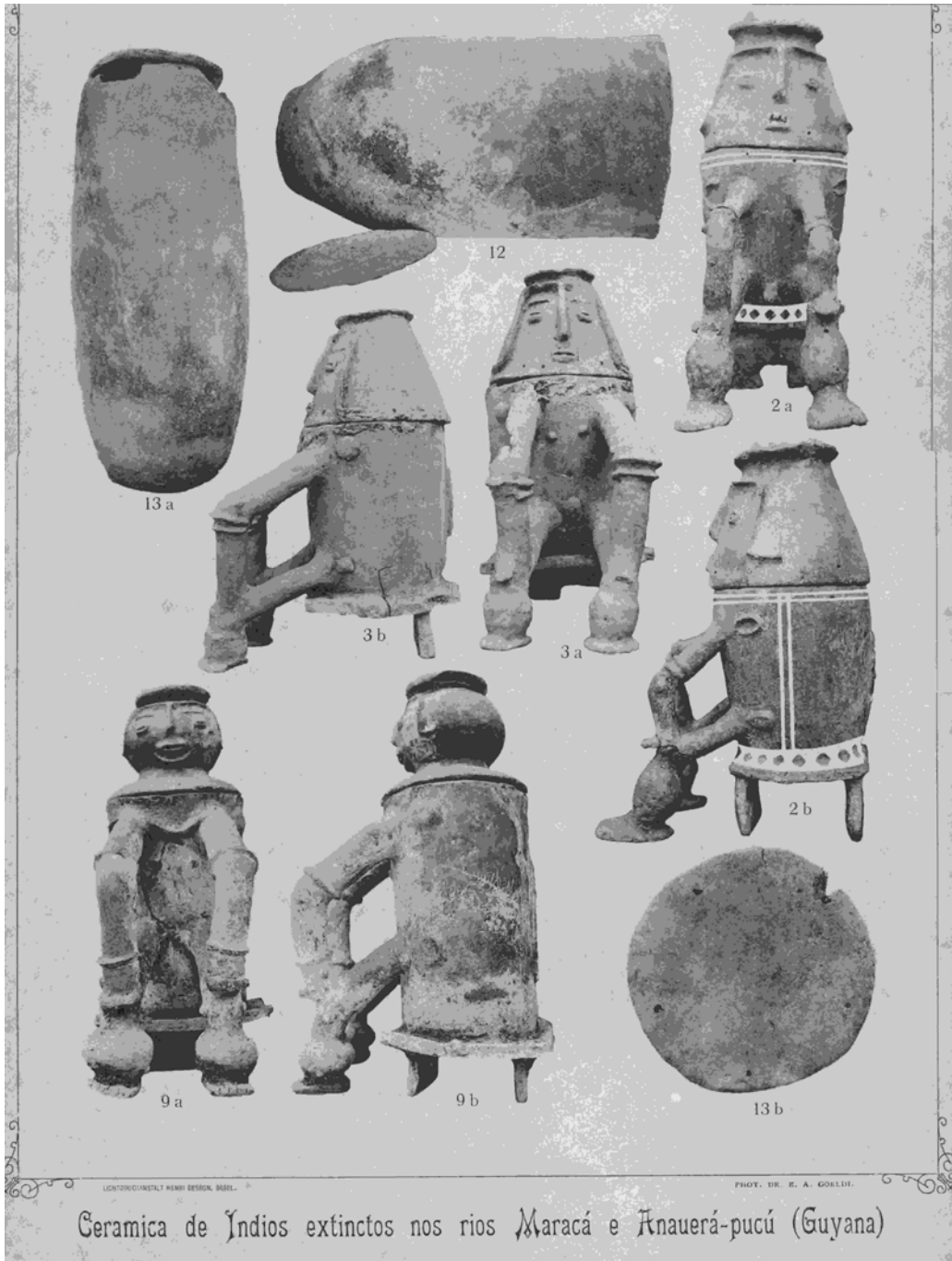


Figura 3.11: Cerâmica Maracá

In: Arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi



4. Diáspora Sul-Americana

Hermann von Ihering e a Arqueologia no Museu Paulista

“Para que serve o fato de dar-se hoje nestes territórios o apito da locomotiva, de anunciar-nos das terras mais remotas o fio do telégrafo os acontecimentos mais recentes, enquanto que a população indolente e analfabeta vai-se perdendo na ignorância e na barbárie?”
(Hermann von Ihering: 1895a, 44)

“A marcha ascendente de nossa cultura está em perigo; é preciso pôr cobro a esta anormalidade que a ameaça. Protejam-se os índios pacíficos, mas garantam-se ao mesmo tempo aos colonos a vida e a propriedade contra assaltos de índios bravios.”
(Hermann von Ihering: 1911b, 113).

A formação acadêmica de Hermann von Ihering (1850-1930) deu-se em Göttingen, onde ele obteve doutorado em Medicina, em 1873, e em Filosofia, em 1876. Tornou-se, em 1878, *Privatdozent* em Zoologia da Universidade de Leipzig. Partiu para os trópicos, em 1880, para trabalhar como naturalista viajante do Museu Nacional, adquirindo, em 1882, cidadania brasileira. Seus estudos correram sobre diversas áreas da História Natural; porém, detiveram-se principalmente, desde a sua tese de doutorado, à Zoologia e Paleontologia dos Moluscos.

Suas pesquisas sempre tiveram dimensão continental. Ao entronizar-se como Diretor do Museu Paulista, cargo que ocupou por vinte e dois anos (1894-1915), realizou uma série de trabalhos comparativos em Ciências Naturais. Como enfatiza Margaret Lopes (1997: 265-291), Ihering sempre acalentou o sonho de fundar um Museu sul-americano. Daí seus trabalhos comparativos, marcadamente de caráter biogeográfico e zoogeográfico, paleontológicos e geológicos, se acercarem das regiões limítrofes ao Rio da Prata. Em suas pesquisas arqueológicas, vê-se essa mesma ambição científica de produzir sínteses comparativas de alcance regional.

Seu escopo arqueológico fundamental foi o Sul do Brasil. Contudo, ele circunscreveu os perímetros arqueológicos da região contextualizando-os na paisagem mais ampla da Arqueologia sul-americana. Escreveu, ainda, sobre a Arqueologia de outras regiões brasileiras, sempre referendando suas discussões pelos debates antropológicos, lingüísticos e arqueológicos que lhe foram coetâneos. Tal abrangência trouxe-lhe reconhecimento internacional. Seus trabalhos em Arqueologia foram freqüentemente citados em periódicos estrangeiros, como, por exemplo, na prestigiosa *American Anthropologist* (Chamberlain: 1912; Haseman: 1912; Saville: 1913). Além disso, Ihering, ao escrever sobre Arqueologia e Etnografia, debateu e polemizou com vários pesquisadores, notadamente os brasileiros e argentinos. Uma polêmica de sabor mais ácido, no entanto, foi temperada com os condimentos de sua política colonial, a qual envolveu uma proposta de extermínio dos indígenas (Funari: 1998, 40; Schwarcz: 1989, 59; França: 2005)¹.

O pleno entendimento das interpretações arqueológicas de Ihering, e da política colonial que delas ele derivou, só é possível, porém, se nos ativermos, inicialmente, a duas questões basilares: suas idéias acerca da organização dos museus modernos; e os modos pelos quais ele enriqueceu as coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Paulista.

4.1 Ideais em Funcionamento

Os primeiros materiais que viriam a formar o Museu Paulista integravam uma coleção existente na cidade de São Paulo de fins do século XIX, pertencente ao Coronel Joaquim Sertório, o qual mantinha uma sala de exposição, aberta à visitação pública, no

¹ - Para uma síntese das relações entre o pensamento arqueológico de Ihering e sua política colonial, Cf. Ferreira (2005c).

Largo Municipal. Comprada pelo Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, a coleção Sertório, acrescida de uma outra, de um colecionador conhecido como Peçanha, foi oferecida ao Governo do Estado em 23 de novembro de 1890. Em abril de 1891, o Governo Estadual designou o engenheiro suíço, membro da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, Alberto Löefgren (1854-1918), para organizar as coleções do Museu Sertório.

Em março de 1893, as coleções, que estavam no Largo do Palácio (hoje Pátio do Colégio), foram removidas para a sede da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, dirigida por Orville A. Derby. Neste ínterim, Derby propôs, ao Governo do Estado, a criação de uma seção zoológica na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Indicou Ihering para chefiá-la. Sem emprego, recém desempossado do cargo de naturalista viajante do Museu Nacional, Ihering aceitou o trabalho. Depois de uma série de desentendimentos com Derby, Ihering foi convidado, em 1894, para dirigir o Museu Paulista, quando, durante o Governo de Bernardino de Campos (1841-1915), transferiram-se todas as coleções Sertório e Peçanha para a sede do Monumento do Ipiranga (Lopes: 1997, 265-293).

O monumento – um projeto arquitetônico do italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi (1844-1915), cuja construção viabilizara-se ainda durante a Monarquia (Oliveira: 2004) – desencadeou, nas páginas da imprensa, um tórrido debate por parte dos republicanos. Projetado em pomposo estilo clássico, figurado como alegoria da emancipação política de 1822, o Monumento deveria tornar-se, para os republicanos paulistas mais radicais, uma escola pública, um lugar de instrução, que retirasse do limbo do analfabetismo e da imperícia técnica a população paulista; numa palavra, o Monumento teria melhor destinação como escola para formar cidadãos (Alves: 1998; 2001). Findou tornando-se o Museu Paulista, onde o ideal de instrução e serviço público, sob a direção de Ihering, esteve sempre presente.

O Diretor do Museu Paulista congregou com este ideal em seu discurso de posse, proferido, no ato de inauguração da instituição, para as elites intelectuais e políticas de São Paulo. Afirmou que, instalado num país sem universidades, o Museu Paulista implementaria as Ciências Naturais no Brasil. Retomando os termos de seu “amigo e colega” Goeldi, disse que tornaria o Museu Paulista análogo aos melhores museus dos Estados Unidos e da Europa. E retribuiu os elogios ao colega, pontificando que, no Brasil, o único estabelecimento científico digno do nome era o Museu Paraense (Ihering: 1895b, 23 e segs). Para firmar suas promessas, já no primeiro volume da *Revista*, publicou um artigo de Taubert, zoólogo do Museu de Berlim, sobre as formas adequadas de extroversão de espécimes botânicas (Taubert: 1895); e organizou o Museu Paulista segundo um modelo que era, então, uma novidade no final do século XIX: a separação das coleções de estudo daquelas a serem expostas ao público.

Apoiou-se nos critérios dos Museus de Berlim e Londres e, sobretudo, nos princípios formulados por George Brown Goode, diretor do Museu Nacional dos Estados Unidos, a *Smithsonian Institution* (Ihering: 1895b, 21; 1897a, 3). Em seu *The Principles of Museum Administration*, Goode sugeriu que se separassem as coleções de estudo das coleções de exposição, inclusive as arqueológicas e etnográficas (Goode: 1901 [1894]). O Diretor do Museu Paulista manteve-se fiel a esse princípio. Após uma viagem de estudos pela Europa, Ihering reafirmou-o num artigo intitulado *A Organização Atual e Futura dos Museus de História Natural* (Ihering: 1907a).

Não se separarem as coleções, para Ihering, acarretaria em três inconvenientes: expõe-se o público a um grande número de duplicatas, reclamando sua atenção a objetos que não o merecem; priva-se o especialista de estudar coleções mais completas; e, por fim, deixa-se o material à mercê de fácil deterioração, correndo-se o risco de perder coleções

valiosas. Separando-as, as duplicatas seriam levadas para os gabinetes de estudos. As exposições tornar-se-iam mais instrutivas e interessantes ao público; recorrer-se-ia, inclusive, à montagem de cenários. Para Ihering, tal procedimento deveria nortear, também, Museus de Arqueologia, Etnografia e Artes:

“Parece-me que este esforço deveria ser estendido igualmente aos Museus de Arqueologia, Etnografia e Artes, aos quais a idéia de separação de coleções expostas e científicas, em grande parte é ainda estranha, de modo que expõem, um ao lado do outro, tantas duplicatas quanto possuem” (Ihering: 1907a, 435).

4.2 Artefatos em Movimento

Desde que assumiu a direção do Museu Paulista, Ihering aplicou esse princípio de separação das coleções. O recém criado Museu já dispunha, nas coleções Sertório e Peçanha, uma série de artefatos arqueológicos e etnográficos, conforme o demonstram as descrições de Karl von Koseritz (1980 [1882]) e as do secretário do IHGB, Henrique Raffard (1851-1906) (Raffard: 1892). Ao longo dos anos, Ihering avolumou as coleções. A incorporação do universo de artefatos arqueológicos e etnográficos, seu movimento de circulação no interior do Museu Paulista, tende a promover, como disse Walter Benjamin (1987b) sobre as obras de arte, o obscurecimento e a esgarçada das condições particulares nas quais foi produzido. A separação das coleções de estudo das expostas ao público encobre um modo de produção, um conjunto de estratégias para armazená-las e aumentá-las, revelador, como observaremos mais adiante, das teses arqueológicas e antropológicas de Ihering e do sentido pedagógico das exposições do Museu Paulista.

Um dos modos por que o Museu Paulista angariou coleções arqueológicas e etnográficas, assim como as históricas e de Ciências Naturais, foi através de doações

individuais, geralmente de “doutores”. Na verdade, estas doações, pelo menos no que se refere à Arqueologia e à Etnografia, abrangiam, quase sempre, artefatos isolados, que simplesmente complementavam as coleções já existentes. As coleções mais completas adquiriam-se por meio de viagens de exploração científica e por compra. Os Relatórios anuais do Museu Paulista – cuja redação cabia ao próprio diretor e, algumas vezes, também a seu filho, o naturalista Rodolfo von Ihering (1883-1839) – registram detidamente as coleções angariadas.

O movimento do acervo arqueológico e etnográfico pode também ser observado em outras fontes. Dentre elas, o catálogo das coleções etnográficas, arqueológicas e históricas, que nunca foi publicado, como o fora o catálogo zoológico de Rodolfo von Ihering, o *Guia das Coleções do Museu Paulista* (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 2). O catálogo, que Ihering redigiu entre 1894 e 1917, permite-nos ver o esmero com que ele estudava as coleções: listou todos os artefatos existentes no Museu Paulista, no-los quantificando e classificando segundo sua procedência e tipologia etnográfica².

Aproximemo-nos de cada um dos movimentos de circulação dos artefatos arqueológicos e etnográficos. Uma das estratégias de Ihering para reunir coleções arqueológicas e etnográficas era o uso do aparelho burocrático do Estado, recorrendo à troca de ofícios entre as repartições públicas. Para firmar suas hipóteses e teses sobre a origem do homem americano, ele procurou amearhar uma coleção mais rica em Antropologia Física. Assim, para tê-las em seu gabinete de estudo, ele, em 23 de janeiro de

² - Cf. Hermann von Ihering. Inventário e Descrição do Acervo Arqueológico, Etnográfico e Histórico. **Fundo do Museu Paulista**, L211 e L212. Aqui, cabe uma observação técnica: no fundo do Museu Paulista, este catálogo está classificado como sendo da lavra de Afonso d' Escragnolle Taunay (1876-1958), que viria a substituir Ihering no cargo de Diretor a partir de 1917. Contudo, a redação do Catálogo começa em 1894 e prossegue até depois dos anos 1930. Como Taunay não trabalhava no Museu entre 1894 e 1917, é óbvio que foi Ihering quem iniciou a composição do Catálogo. Até mesmo porque é possível reconhecer sua caligrafia, ao comparar o Catálogo com os ofícios e cartas que escreveu. Pode concluir-se, assim, que Taunay deu seguimento ao Catálogo iniciado por Ihering.

1904, expediu um ofício para Antônio Borba, Chefe da Repartição da Polícia do Estado de São Paulo, solicitando:

“Sendo de grande importância para a Antropologia do Brasil, rogo a V. Exa. que se digne a dar ordens no sentido de serem todos os índios que passarem por esta repartição fotografados no gabinete antropométrico, cujas medidas e fotografias peço a V. Exa. que sejam-me (sic) enviadas para estudos antropológicos. Outrossim, rogo a V. Exa. que se digne dar ordens afim de que o encarregado desse serviço se entenda comigo sobre as fotografias e medidas que desejo sejam tomadas, segundo as minhas indicações. Atendendo a V. Exa. este meu pedido, peço que sejam examinados (...) os índios Xavantes” (Ihering: 1904a).

Em resposta ao ofício, afirmou Antônio da Borba:

“Respondendo a vosso ofício de 29 do mês findo, cabe-me declarar-vos que o serviço de identificação é unicamente destinado aos criminosos e suspeitos e tem caráter reservado, sendo usado tão somente para o serviço policial. Por esse motivo não é possível satisfazer o vosso pedido, no sentido de sujeitar os índios, que não são criminosos, a identificação antropométrica” (Borba: 1904).

A resposta do Chefe de Polícia revela o pensamento que Ihering nutria sobre os indígenas. Para ele, alguns grupos indígenas eram, sim, criminosos; e só seriam cidadãos brasileiros se submetidos a uma política colonial. Antes de apresentá-la, é importante que vejamos que os artefatos circulavam, no acervo do Museu Paulista, impulsionados por outros tipos de ação policial. Para ser mais preciso, algumas expedições científicas tinham a nítida feição de uma milícia em guerra colonial. Uma delas é a expedição da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, realizada entre 1905 e 1906, para explorar as áreas banhadas pelos rios Feio, Aguapeí, Peixe e Paranapanema, onde viviam os Kaingangs.

Hermann von Ihering e Rodolfo von Ihering referem-se a esta expedição aludindo a um “*material raro que o museu deve à Comissão Geográfica e Geológica do Estado, que o coligiu em suas explorações do Sertão desconhecido, no Oeste do Estado de São Paulo*” (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 3-4).

A Comissão Geográfica e Geológica recolhera cerca de 200 peças dos Kaingangs. As dificuldades para obterem-nas são mencionadas no relatório dos anos de 1903 a 1905. Rodolfo von Ihering conta que Francisco Günther, um funcionário do Museu Paulista que acompanhou a expedição da Comissão, não conseguiu muitas coleções zoológicas devido ao embaraço “*que os índios bravos opunham às livres caçadas*” (Rodolfo von Ihering: 1907, 4). A coleção Kaingang, contudo, uma vez reunida, fundamentou um dos ensaios de Ihering, *A Antropologia do Estado de São Paulo*, escrito, originalmente em inglês, para figurar na Exposição de Saint Louis de 1904 (Ihering: 1907b).

Neste texto, reescrito em 1907, podemos ler a narrativa da coleta dos artefatos. Os Kaingangs, segundo Ihering, seriam praticamente desconhecidos do ponto de vista antropológico, pois eram refratários “*a qualquer relação amistosa com a população brasileira*” (Ihering: 1907b, 211). Nos últimos anos, haviam assassinado cidadãos da população local, e cometeram “*assaltos*” contra a Comissão Geográfica e Geológica. A Comissão, contudo, reagiu. Em 24 de setembro de 1906, lançou-se “*imediatamente em perseguição dos selvagens, batendo matas e descobriu-se por esta ocasião a maloca dos mesmos Kaingangs*” (Ihering: 1907b, 212). Com esta contra-ofensiva, a Comissão trouxe ao Museu Paulista, além dos quase 200 artefatos colhidos, uma série de informações que, para Ihering, “*modificaram a situação precária quanto ao conhecimento dos Kaingangs de São Paulo, de modo que em seguida podemos dar algumas informações exatas*” (Ihering: 1907b, 213).

Os relatórios da Comissão Geográfica e Geológica não deixam dúvidas de que a expedição ao Oeste de São Paulo era simultaneamente militar e científica. Eles partiram para a região com modernas armas de repetição, dispostos a furar o cerco dos Kaingangs. A predisposição da Comissão era rechaçar os ataques indígenas, conforme se vê na seguinte passagem:

“A 27 viajamos desde as 7 horas sem maior novidade, quando às 9 horas e 40, por um dos práticos, fomos avisados da proximidade dos índios; e, de fato, encontramos pouco adiante, em uma curva do rio, um numeroso grupo de índios, o qual foi por nós desbaratado, tendo eles na fuga deixado 34 flechas, 2 arcos, 1 vara de pescar e outros pequenos objetos. É possível que tenha havido perda por parte deles, atenta à grande quantidade de sangue que encontramos no local” (Lima Júnior: 1906, 11-12)³.

No Relatório dos anos 1906 a 1909, registrou-se a compra de um armário novo, para abrigar o *“material raro”* dos Kaingangs (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 6). O armário novo não mascararia, contudo, o modo como se logrou a coleção Kaingang: artefatos granjeados por meio de uma típica situação colonial, a cultura material nativa recolhida pela pilhagem e pelo saque; a guerra como gabarito para a montagem de acervos etnográficos e arqueológicos. O Museu Paulista, contudo, não foi o único a aplicar este gabarito. No continente americano – assim como em outros lugares do mundo (Paczensky: 1985) –, a pesquisa arqueológica, e conseqüentemente o armazenamento de coleções para os museus, não se dissociou dos avanços da guerra e da colonização.

Tomemos dois exemplos. Nos Estados Unidos, como afirma Randall McGuire, a Arqueologia foi o estudo da História dos nativos por seus conquistadores, seguindo os ditames de uma empresa colonial: no final do século XIX, enquanto o exército dos Estados

³ - Para mais relatos de guerra e obtenção de artefatos Kaingangs, Cf: Gentil de Moura (1907).

Unidos repelia os indígenas para o oeste e para as reservas, antropólogos e arqueólogos tomavam as sepulturas recentes dos nativos à procura de corpos e faziam coletas no campo de batalha (MacGuire: 1992b, 53-59). O mesmo ocorreu na Argentina. Entre 1879 e 1881, o governo argentino enviou expedições militares para os Pampas e a Patagônia, áreas, até então, habitadas pelos Mapuches e Tehuelches. À expedição, apelidada como Conquista do Deserto (quase um homônimo da Conquista do Oeste dos Estados Unidos), juntaram-se antropólogos e arqueólogos, os quais coletaram artefatos e crânios para estudos antropológicos. Um museu foi especialmente construído para armazenar e exibir estes materiais: o Museu de La Plata (Politis: 1995, 999; Podgorny e Politis: 1992; Podgorny: 2000).

Ihering ansiava por suprir lacunas nas coleções antropológicas e arqueológicas do Museu Paulista. Não lhe foi possível, junto à Repartição de Polícia do Estado, orientar as medições antropométricas dos indígenas. Porém, ao saber que alguns índios passaram pelo gabinete do Chefe de Polícia, enviou-lhe, em abril de 1904, um outro ofício:

“Venho a rogar a V. Exa. que providencie no sentido de serem fornecidas a este Museu além das fotografias dos índios que ontem aí foram antropometrizados, as chapas respectivas, que se tornam necessárias para o estudo que estamos procedendo. Não sendo de interesse para esta Repartição as referidas chapas, espero que V. Exa. se dignará atender-me” (Ihering: 1904b).

Havia, nas coleções do Museu Paulista, um hiato não só no que se referia aos crânios e números antropométricos, mas também no que tangia às coleções arqueológicas de alguns grupos indígenas. Dentre eles, os Xavantes. Daí os apelos ao Chefe de Polícia invocarem, sobretudo, as medidas dos Xavantes. O Museu Paulista possuía, como se pode

observar no *Inventário*, uma pequena coleção atribuída aos Xavantes⁴; procurando aumentá-las, Ihering, em 1909, remeteu vários ofícios para a Secretaria do Interior de São Paulo, órgão a que estava subordinado o Museu Paulista, pedindo a liberação de recursos para uma viagem de Curt Unkel a São José dos Campos Novos, nas imediações do Paranapanema. O Diretor do Museu Paulista, assim, convidou um importante personagem da História da Antropologia brasileira para chefiar uma expedição: o alemão Curt Unkel, que posteriormente adotaria o apelido de Nimuendaju e trabalharia, a partir de 1911, no Serviço de Proteção ao Índio⁵.

A viagem científica foi financiada pelo Governo, e Unkel trouxe, para o Museu Paulista, coleções arqueológicas e etnográficas, medidas antropométricas e registros fotográficos. Não dos Xavantes, mas dos Kaingangs, Guaranis, Guatós e Terenos. Unkel palmilhou todo o Oeste de São Paulo, sofreu “*assaltos de índios*”, atravessou as fronteiras paulistas e chegou a Mato Grosso, sempre à procura dos Xavantes; constatou, contudo, que as populações sertanejas de São Paulo praticamente já os exterminara; no final de 1909, segundo Ihering, só existiam três Xavantes no Oeste de São Paulo, que conviviam com “*famílias brasileiras*” e não mais falavam sua língua materna (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 14)⁶.

⁴ - A coleção era de arcos e flechas. Cf. *Inventário e Descrição do Acervo Arqueológico, Etnográfico e Histórico. Fundo do Museu Paulista*, L211 e L212; Cf., ainda, Herman von Ihering (1904c, 17).

⁵ - Nimuendaju menciona esta viagem científica em seus trabalhos: “*Vim a conhecer os Guarani em 1905, no oeste do Estado de São Paulo; vivi, então, com poucas interrupções até 1907, como um deles, na sua aldeia no rio Batalha. Em 1906 fui incorporado com todas as formalidades na tribo, recebendo meu nome índio. Passei a maior parte dos anos seguintes, porém, entre as tribos Kaingýgn, Coroados, Ofaié (Chavantes) e Chané (Terenas), vendo os Guarani só ocasionalmente. Em 1911 voltei, pelo Serviço de Proteção aos Índios do governo brasileiro, para minha aldeia durante alguns meses, passando depois quase todo o ano seguinte com as diversas hordas do Estado de São Paulo, e em 1913 também no sul de Mato Grosso*” (Nimuendaju: 1987 [1914], 3-4).

⁶ - Cf. Hermann von Ihering (1909a; 1909b; 1909c; 1909d) para os ofícios que tratam das negociações de von Ihering com o Secretário do Interior, descrevem o itinerário da viagem de Unkel e arrolam os materiais trazidos para o Museu. Ernesto Garbe (1909) descreve os “ataques” que os “*índios bravos*” fizeram a Unkel, tomando-lhe a arma e mantimentos. Nimuendaju também descreve seu encontro com os Xavantes: “*Quando*

A vida burocrática, com seu vai e vem de ofícios, permitiu a Ihering, portanto, o planejamento de uma outra estratégia para granjear materiais e informações etnográficas e arqueológicas: as viagens de exploração científica. Ele não esperava somente pelas aguerridas expedições da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. As viagens científicas integravam as atividades cotidianas do Museu Paulista. Realizadas principalmente por Ernesto Garbe, naturalista-viajante do Museu Paulista desde em 1901, as viagens científicas tinham, principalmente, o propósito de recolher materiais botânicos e zoológicos. Contudo, Ernesto Garbe, em suas excursões por todo o país, remetia ao Museu, também, artefatos arqueológicos e etnográficos. Sua excursão científica ao Rio Juruá, na Amazônia, rendeu ao Museu objetos etnográficos dos Camarys⁷. Walter Garbe, filho de Ernesto Garbe, que também integrava as expedições como desenhista e fotógrafo, numa viagem pelo Rio Doce, reuniu uma ampla coleção de objetos etnográficos e arqueológicos dos Botocudos (Garbe: 1909)⁸. Baseando-se nestas coleções, Ihering publicou, em 1911, um artigo intitulado como *Os Botocudos do Rio Doce* (Ihering: 1911c).

Outras expedições arquitetaram-se para suprir as carências de algumas coleções etnográficas: por exemplo, a de Wilhelm Ehrhardt, em Santa Catarina, e a de Otto Dreher, em Franca (Ihering: 1904c, 5). Ihering via as expedições etnográficas e arqueológicas como imprescindíveis para aumentar as coleções do Museu Paulista, sobretudo as representativas de “culturas elaboradas”; após comprar artefatos dos Carajás – máscaras de dança, um machado de pedra “*semi-lunar*” com cabo enfeitado, lanças e instrumentos de músicas –, conclamou:

em 1909, por incumbência do Museu estadual [Paulista], me pus à procura dos últimos Otis [Xavantes], encontrei por diversas vezes choças deles na cabeceira do Comprido, um pequeno afluente da direita do Laranja Doce e também no campo da Confusão, já na região do Rio Peixe”(Nimuendaju: 1982, 39).

⁷ - Cf. *Inventário e Descrição do Arquivo Arqueológico, Etnográfico e Histórico. Fundo do Museu Paulista*, L211 e L212, 1914; Hermann von Ihering (1904c, 5).

⁸ - Cf., também, Hermann von Ihering e Rodolfo von Ihering (1911, 11-12).

“Sabemos (...) que esses índios Carajás, um dos tipos mais nobres e simpáticos dos nossos indígenas, admiráveis pela beleza de suas indústrias, estão hoje reduzidos a alguns grupos de miseráveis vagabundos ‘civilizados’. Não podemos deixar de lastimar esse fato, sentindo que dele não curássemos em tempo, a fim de reunir materiais referentes à cultura desses antigos donos do país (...). Não será possível que participemos desta tarefa? Não se achará uma única pessoa ilustrada, cujo patriotismo seja capaz de oferecer os meios que expedições desta ordem exigem?” (Ihering: 1900a, 1-2).

Os últimos movimentos de circulação dos artefatos não perfazem o percurso planejado das viagens científicas, tampouco o destino pré-determinado dos ofícios. Não se contava unicamente com a colaboração dos patriotas ilustrados. Pois o Museu Paulista, instituição estatal, tinha verbas regulares para os seus custeios, que incluíam, obviamente, a compra de coleções, como a dos Carajás, acima mencionada. Entre as coleções mais importantes, destacam-se algumas. Em 1900, o Museu Paulista acrescentou outras peças à coleção Carajás, que incluíram, também, artefatos dos Caiapós, assentados às margens do Rio Tocantins (Ihering: 1902a, 5-6); a mesma coleção foi complementada, em 1909, com mais 250 peças vindas de Goiás, mais especificamente do Rio Araguaia (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 10). De uma viagem científica de Francisco Adam a Bananal, no litoral de São Paulo, Ihering selecionou para compra “*algumas raridades*” dos índios Guaranis (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 10 e 14).

Entre 1901 e 1904, o Museu Paulista comprou coleções completas de grupos pré-históricos e etnográficos do Rio Grande do Sul: a de Karl von Koseritz (a segunda coleção reunida pelo jornalista; a primeira foi destruída por um incêndio na Exposição Brasileira e Alemã de Porto Alegre, em 1882) (Cf. Figuras 4.1 e 4.2), a dos “irmãos Barbedo” (Cf. Figura 4.3) e de Balbino de Freitas (Ihering: 1904c, 5; Rodolfo von Ihering: 1907, 13;

Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 11). Destaca-se ainda, no que se refere às compras, a coleção de Amargosa (Bahia), reunida por Cristóvão Barreto, um “*arqueólogo amador*” (Rodolfo von Ihering: 1907, 13) (Cf. *Figura 4.4*). Outra importante coleção comprada pelo Museu Paulista foi a Limur, adquirida em 1913 (Rodolfo von Ihering: 1914, 23); continha materiais mineralógicos, paleontológicos e especialmente arqueológicos coletados pelo francês Boucher de Perthes, isto é, materiais que inflamaram, na Europa, a polêmica sobre a coexistência de megafauna com homens pré-históricos.

Por fim, coleções de sumo valor fizeram-se por permutas. Em 1907, Franz Heger, etnógrafo do Museu de Viena, trouxe uma série de peças etnográficas amazônicas, para trocá-las com outras, da mesma região, pertencentes ao acervo do Museu Paulista (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 2-3, 11). Graças ao prestígio e à ampla rede de relações de Ihering com cientistas sul-americanos, o Museu Paulista conseguiu, em 1910, dos Museus de La Plata e Nacional de Buenos Aires, uma ampla série de artefatos arqueológicos da Argentina, principalmente dos índios Calchaquis (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 10-11). Por permuta, o Museu Paulista obteve, ainda, peças Incas do Peru (Rodolfo von Ihering: 1914, 10). Estas aquisições aumentaram substancialmente o acervo sul-americano do Museu Paulista, que já reunia artefatos da Patagônia, do Chile e de Catamarca (Argentina)⁹.

Ihering considerava as coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Paulista, sobretudo as do Rio Grande do Sul, como as “*mais ricas do país*” (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 11; Ihering: 1904d, 528). Em 1914, o Museu possuía, em seus gabinetes de

⁹ - Cf. *Inventário e Descrição do Acervo Arqueológico, Etnográfico e Histórico. Fundo do Museu Paulista*, L211 e L212.

estudo, mais de 3.000 peças arqueológicas e etnográficas¹⁰. O valor do acervo do Museu Paulista já era notório em 1904, mesmo antes de atingir os 3.000 artefatos; daí a proposta de Richard Rathburn, antropólogo da *Smithsonian Institution*, de comprar parte das coleções do Museu Paulista (Rathburn: 1904). Rathburn conheceu-as na Exposição de Saint Louis, pois Ihering levou consigo, para expor no certame, artefatos oriundos de sambaquis de Iguape, que foram remetidos ao Museu Paulista por Ricardo Krone (1861-1917), além de fotografias dos índios Guaranis e a coleção de Amargosa (Ihering: 1904c, 15).

4.3 Círculos Ondulatórios

O Diretor do Museu Paulista contemplou o universo destas coleções em seus textos arqueológicos e etnográficos. Nunca se escreve, porém, sobre páginas em branco. Ihering, além das coleções, compulsou a bibliografia arqueológica brasileira e sul-americana, tanto a escrita por cientistas locais quanto a escrita por cientistas estrangeiros. Estribado nesta díade empírica – coleções arqueológicas e fortuna crítica das Arqueologias brasileira e sul americana –, Ihering formulou, como o fizera Goeldi, um problema regional de pesquisa. Contudo, ele esgarçou e extravasou mais os artificiais limites geopolíticos; recortou a Arqueologia da região Sul do Brasil como enclave, como território sobreposto e contíguo a outras regiões do continente sul-americano.

Essa perspectiva comparativa, voltada para os vínculos pré-históricos do continente sul-americano, redundava da metodologia empregada por Ihering. Habitado à sistemática das Ciências Naturais, ele exhibe extremo apuro na descrição e análise da cultura material indígena. Realizou, assim, *abordagens diacrônicas*, interpretando as sobrevivências da cultura material pré-histórica nas técnicas de pesca então vigentes nos litorais paulista e

¹⁰ - Cf. *Inventário e Descrição do Acervo Arqueológico, Etnográfico e Histórico*, *ibid.*

catarinense; analisou, por outra, como uma cultura arcaica transformou-se e incorporou-se nos hábitos dos pescadores de São Paulo e Santa Catarina (Ihering: 1905). Realizou, ainda, exercícios de *Arqueologia experimental* (Cf. Figura 4.5). Inspirando-se, segundo ele, nos trabalhos de arqueólogos dinamarqueses, Ihering, ao lado de Ernesto Garbe e Matias Wacket (“*coleccionador do Alto da Serra*”), manuseou, numa mata próxima à Caixa de água do Alto da Serra do Mar (SP), machados líticos da coleção do Museu Paulista, visando a observar-lhes a eficácia na preparação do solo para a agricultura. Concluiu pela presteza dos machados; foram eles bem fabricados para o fim a que se destinavam, isto é, a derrubada de árvores de porte médio (Ihering: 1907c). Para assim concluir, Ihering cronometrou as horas de trabalho e, sobretudo, analisou detidamente os machados, descrevendo-os segundo o princípio analítico corrente, ou seja, por meio de uma geometria dos artefatos. Em suas análises euclidianas, Ihering buscava, por meio da seriação dos artefatos, circunscrever culturas arqueológicas, definir a etnogênese de grupos pré-históricos e etnográficos. A essa preocupação com a precisão de medidas e cálculos geométricos, corresponde uma outra tarefa; não só uma geometria dos artefatos, mas também uma *geografia dos artefatos*.

Em todos os textos arqueológicos e antropológicos de Ihering há análises geográficas da distribuição territorial, da imigração, das trocas e do comércio dos artefatos. Há, pois, o intento de estabelecer um fundamento espacial na sua epistemologia arqueológica. Para ele a questão territorial era central. Mais do que constituir identidades no tempo histórico, sem, contudo, desdenhá-lo, é na Geografia que Ihering marca e demarca a etnogênese dos grupos indígenas. Princípio geoestratégico, e não somente histórico: demarcação das estratégias de ocupação do espaço, das distribuições territoriais, dos deslocamentos regionais, das diásporas de grupos pré-históricos e de artefatos. Para

dizê-lo com um conceito canônico, Ihering também aplicou princípios difusionistas em suas análises e sínteses arqueológicas, com delimitações de áreas culturais e migração de povos e artefatos. De outro lado, ele utiliza, como veremos mais abaixo, a expressão *círculos ondulatórios*, sugerindo que se informara dos debates que fundamentaram a teoria dos “círculos culturais” (*Kulturkreise*), proposta pelo africanista Leo Frobenius (1873-1908), discípulo de Friedrich Ratzel, um dos definidores da teoria do difusionismo cultural. Essas duas teorias estiveram em voga no Brasil durante a primeira metade do século XX. Inclusive, um dos livros de síntese da *Kulturkreise*, escrito por Wilhelm Schmidt (1942 [1913]), foi traduzido e publicado, em 1942, por Sérgio Buarque de Holanda.

Este método é claramente aplicado na primeira síntese de Ihering sobre a Arqueologia do Sul do Brasil: *A Civilização Pré-Histórica do Brasil Meridional*, publicada em 1895, no volume inaugural da Revista do Museu Paulista (Ihering: 1895a). Nele, vê-se a imbricação metodológica entre geometria e geografia dos artefatos. Ambos os princípios analíticos, uma vez articulados metodologicamente, implicava fazer-se não só uma tipologia dos artefatos, não só interpretá-los em seus significados funcionais e rigor tecnológico, mas também em traçar-se “*paralelos etnográficos*” e “*estudos comparativos de artefatos análogos*”; com isto, chegava-se à etnogênese, ao “*valor etnológico dos artefatos*” (Ihering: 1895a, 73).

Fazendo a geometria e geografia dos artefatos, Ihering isola etnias, inferidas por meio de procedimentos comparativos, lê os artefatos como textos, com sua estrutura, símbolos e correspondências temáticas. Faz, em suma, uma semiologia dos sinais grafados nos artefatos – de um modo muito parecido ao que Ginzburg conceituou modernamente como “*paradigma indiciário*” (Ginzburg: 1989). Há, em todos os textos de Ihering, uma hermenêutica dos sinais grafados nos artefatos. Uma leitura das marcas e emblemas

timbrados pela imigração dos grupos pré-históricos, pelas influências culturais externas ou recíprocas. Decifrando esses sinais, Ihering procura entender “*a distribuição geográfica deles sobre o continente sul-americano e as conclusões que permitem a respeito da extensão e imigração dos povos que os fizeram*” (Ihering: 1895a, 150).

Assim, Ihering sublinhou os contornos cartográficos do povoamento pré-histórico do sul do Brasil. A hipótese central de Ihering, em seus traços fundamentais, é apresentada na última parte de seu ensaio, devotada às comparações entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e os “*Estados do Rio da Prata*” (Ihering: 1895a, 105-155). Desde o início do ensaio, ele anuncia que escreverá uma História comparativa dos materiais arqueológicos do Sul do Brasil. Ou, para ser mais exato, seu objetivo é o de abordar comparativamente “*tradições históricas*” – segundo elas se postulam na historiografia, nas crônicas coloniais e relatos de viagens científicas – e “*tradições arqueológicas*” (Ihering: 1895a, 60-101). Deste modo, Ihering também empregou o princípio da analogia direta.

Ihering pontuou que os Andes foi o núcleo fundamental da diáspora sul-americana. Localizou os caminhos por que percorreram os artefatos de influência incaicos; mostrou que houve uma ascendência cultural absorvente dos incas, distribuindo-se os seus vestígios, por meio de trocas econômicas e culturais, por todas as partes do Rio Grande do Sul e da Argentina, e até a embocadura do Amazonas. Uma série de vestígios arqueológicos comprovaria, para Ihering, os contatos dos Incas para além de seu território imediato: o cultivo de plantas muito específicas, como a coca, o milho, a mandioca, o feijão e o algodão, encontradas na Venezuela, no Paraguai, na Argentina setentrional e no Rio Grande do Sul; os machados de cobre e motivos pictográficos da “*arte rupestre*” da Argentina setentrional, sobretudo os da cidade de Catamarca, seriam semelhantes aos do Rio Grande do Sul.

Ihering, em seguida, define duas regiões arqueológicas, ou, como ele preferiu dizê-lo, uma síntese de duas “*regiões transitórias*” (Ihering: 1895a, 151). Haveria dois territórios arqueológicos de um Brasil andino. De um lado, Catamarca ligar-se-ia à Ilha de Marajó. Pois as refinadas urnas funerárias, lá e acolá, apresentariam figurações simbólicas semelhantes. Assim, uma primeira região arqueológica formou-se numa zona de confluência entre os grupos “incaicos” assentados no Noroeste argentino e os habitantes da Ilha de Marajó. As cerâmicas incas, e aqui Ihering fala hipoteticamente, teriam descido o Amazonas e aportado na Ilha de Marajó, onde se transfiguraram num novo estilo cultural. De Catamarca irradiaram também as trocas culturais que originaram algumas tradições arqueológicas Guaranis. O grupo pré-histórico que teria servido de intermediário entre os Guaranis e os Incas seriam os Calchaquis de Catamarca.

Essa segunda “*região transitória*”, no interior das fronteiras do Brasil, formaria um paredão natural; uma esfera isolante, pois a influência andina, ao propagar-se em “*círculos ondulatórios*”, deparara-se ante as determinações da Geografia Botânica e Zoológica do Rio Grande do Sul (Ihering: 1895a, 155). Aqui, é principalmente o malacólogo quem fala. Desde 1880, quando chegou ao Brasil, Ihering viveu no Rio Grande do Sul, sobretudo às margens da Lagoa dos Patos (Ihering: 1969 [1885]; 1907d, 32). Ao ocupar a direção do Museu Paulista, já realizara estudos sobre Zoologia e Paleontologia dos moluscos do Rio Grande do Sul e dos Estados do Rio da Prata. Reuniu no Museu Paulista uma variada coleção de fósseis e conchas terciárias e pós-terciárias do Rio Grande do Sul, gabando-as como as mais valiosas do mundo (Ihering: 1898, 14). Suas pesquisas nesta área levaram-no à conclusão de que o Sul do Brasil, em termos paleontológicos, paleobotânicos e geológicos, configuraria uma região singular, porquanto os moluscos da costa da Argentina seriam similares àqueles do Sul do Brasil. Todo o Sul do Brasil formaria, junto com a

Argentina e os Estados do Rio da Prata, um tecido único, natural, a demarcar uma diferença ontológica com as outras regiões brasileiras (Ihering: 1969 [1885]; 1895c; 1897b; 1902b).

Os estudos de Ihering sobre Zoologia e Paleontologia dos moluscos conduziram-no, em 1907, à teoria sobre as pontes continentais, que preconizava a ligação dos antigos continentes *Archelenis* e *Archinotis*. As pontes continentais, em Ihering, se ligam às pontes arqueológicas – os limites do Brasil andino se esbateram justamente nesta formação natural ímpar, geológica e paleontológica; o enclave arqueológico-regional de Ihering, portanto, foi delimitado não só pela diáspora dos artefatos, mas também pelo determinismo geográfico. À definição de identidades naturais, biogeográficas, correspondeu a definição de identidades étnicas.

O Sul do Brasil, pois, seria o lugar dos contatos incaicos. Afora o Sul, somente a Ilha de Marajó afortunara-se com as influências Incas, recebendo, por meio de trocas comerciais, cerâmicas civilizadas. Haveria, por fim, marcas incaicas muito tênues, esmaecidas, apenas alguns machados de cobre, encontráveis entre os Guaranis do território de São Paulo. O Sul do Brasil seria a única região a apresentar duradouras relações culturais com os “*territórios vizinhos do Rio Prata, pelas quais se indicam influências de uma cultura superior procedida dos Andes*”, mais especificamente, proveniente do Noroeste argentino (Ihering: 1895a, 154). Porém, o Sul do Brasil encadear-se-ia, também, com a “cultura primitiva” das outras regiões do Sudeste brasileiro. O que, inevitavelmente, abriu-lhe os flancos para contatos culturais espúrios, que macularam a pureza original dos Guaranis, rebaixando-os.

Ihering concebe os territórios arqueológicos do Brasil como heterogêneos. O Sul do Brasil foi o limiar da civilização primitiva, cujo corredor se estendeu, no máximo, até as bordas de São Paulo. A influência cultural dos Incas, através dos contatos com os Guaranis,

não se fez sentir por todo o litoral do Brasil; ainda que os Guaranis ocupassem o litoral, a área limite por onde se lançaram “círculos ondulatórios” de civilização foi o Sul do Brasil. Para Ihering, as inúmeras diferenças entre as Arqueologias do Rio Grande do Sul e São Paulo, por si mesmas, já demonstrariam que a difusão de uma “cultura superior” chegou ao Sul do Brasil e em toda a América do Sul, com exceção da Patagônia. E, assim, Ihering descreve outros vestígios e documentos que provariam empiricamente a inserção de traços andinos numa porção do Brasil: os “*machados perclusos*” e de cobre, as chapinhas de prata encontradas em sambaquis do litoral gaúcho, as crônicas históricas que mencionam o uso de ouro e prata pelos Guaranis. Tudo isso, para Ihering, mostraria a sincronia entre a tradição arqueológica e a histórica, formaria “*uma base sólida para discutir a história primitiva da parte meridional do Brasil*” (Ihering: 1895a, 155).

4.4 Proximidade e Distância

Para cimentar os alicerces desta “base sólida”, foram fundamentais, para Ihering, os freqüentes contatos que manteve com os diretores dos principais museus argentinos (Museu de La Plata, Museu Nacional de Buenos Aires e Museu Etnográfico da Universidade de Buenos Aires): Francisco Pascasio Moreno (1852-1919), Florentino Ameghino (1853-1911), Juan Batista Ambrosetti (1865-1917) e Samuel Lafone Quevedo (1835-1920)¹¹. Como já vimos, por meio destes intercâmbios, Ihering ampliou suas fontes, materiais e literárias, sobre Arqueologia Calchaqui, do noroeste argentino e dos Estados adjacentes ao Rio da Prata.

¹¹ - Para a atuação destes cientistas nos museus e universidades argentinas, Cf. Irina Podgorny (2002) e José Babini (1986). Para os contatos entre o Museu Paulista e os Museus argentinos, Cf. Lopes (2000; 2001a) e Lopes e Podgorny (2001).

Estes laços internacionais de cooperação e amizade, contudo, não silenciaram a voz crítica dos cientistas argentinos, bem como de alguns chilenos, os quais questionaram um dos pontos do ensaio *A Civilização Pré-Histórica do Brasil Meridional*¹². Ihering afirmara que o uso do cachimbo foi um costume que os portugueses aprenderam com os angolanos, trazendo-o, posteriormente, para a América; paulatinamente, os grupos indígenas acataram o hábito de fumar, passando a fabricar cachimbos com simbologias próprias, diferentes daqueles dos africanos e portugueses. Assim, os cachimbos não seriam pré-históricos, mas “*pós-colombianos*” (Ihering: 1895a, 80-83). A crítica mais incisiva foi a de Juan B. Ambrosetti. Em *Notas de Arqueología Calchaqui*, Ambrosetti mostrou a Ihering que existiam cachimbos pré-históricos na Argentina; por conseguinte, fumar era, na América, um costume antigo (Ambrosetti: 1896, 420-421).

Ademais, os materiais do sambaqui de Torres, da coleção Balbino de Freitas, evidenciaram alguns cachimbos. Ihering acolheu as críticas e os novos dados. E, conforme enriquecia as coleções do Museu Paulista, no-las incorporava em seus textos arqueológicos e antropológicos. Pautando-se nas coleções do Rio Grande do Sul (Koseritz e irmãos Barbedo), de Amargosa e do sambaqui de Iguape, publicou dois novos ensaios: *Arqueologia Comparativa do Brasil* (Ihering: 1904d) e *A Antropologia do Estado de São Paulo* (Ihering: 1907b). Porém, Ihering, ao longo dos anos, não mudou substancialmente sua tese fundamental: a existência de antigas relações culturais entre os Calchaquis da região sub-andina da Argentina e os Guaranis do Sul do Brasil.

Para ilustrá-la, Ihering, inclusive, publicou, na Revista do Museu Paulista, artigos de outros autores sobre coleções do Rio Grande do Sul, cujos argumentos reiteraram suas interpretações (Paldaoff: 1900; Shupp: 1904). E, no ensaio *A Antropologia do Estado de*

¹² - Hermann von Ihering noticia essas críticas em um de seus relatórios administrativos (Ihering: 1897a, 7-8).

São Paulo, à metáfora geométrica dos “*círculos ondulatórios*”, acresceu uma metáfora geográfica, medindo a longitude e as coordenadas das trocas culturais entre os Calchaquis e indígenas do Sul do Brasil:

“Como já demonstrei, podemos provar no Estado do Rio Grande do Sul a existência de utensílios introduzidos pelos índios dos Pampas; encontram-se também outros instrumentos, que os índios do Rio Grande do Sul ganharam pelas suas relações com os Calchaquis e outras tribos de civilização mais adiantada, habitantes da região andina da Argentina”, e, continua Ihering, “a influência da etnografia dos povos andinos é mais forte sobre os das regiões mais próximas desta zona e tanto mais enfraquece quanto maior a distância” (Ihering: 1907b, 246-247).

Com este jogo de proximidades e distâncias a um centro de civilização, com este mapeamento das diásporas de artefatos e grupos pré-históricos, Ihering contestou a Arqueologia nobiliárquica. Devassou, inicialmente, um terreno arqueológico caro às hipóteses mediterrânica e asiática de povoamento do Brasil: a Amazônia. Contudo, os passos de Ihering, por entre as veredas arqueológicas da Amazônia, foram cautelosos. Reconheceu que a coleção amazônica do Museu Paulista era irregular e pequena, possuindo, principalmente, objetos etnográficos dos Carajás e alguns muiraquitãs. Assim, limitou-se a fazer críticas literárias, anotando que os textos canônicos para a Arqueologia amazônica eram os de Charles F. Hartt, Barbosa Rodrigues, Domingos Soares Ferreira Pena e Emílio Goeldi (Ihering: 1904d, 13).

Citando, ademais, uma série de trabalhos sobre Arqueologia sul-americana, Ihering argumentou que os muiraquitãs se espargiram pela floresta Amazônica, podendo-se ainda encontrá-los na Venezuela, América Central e Antilhas. A distribuição geográfica dos muiraquitãs mostraria que a influência Inca se propagou para além dos Andes, atingindo a

Amazônia; tal hipótese, porém, somente estudos ulteriores, fundados num maior número de coleções e pesquisas, poderiam comprová-la (Ihering: 1904d, 557-558). Essa mesma tese foi apresentada também no Congresso dos Americanistas de 1904, realizado em Stuttgart (Ihering: 1904g).

Do mesmo modo, as coleções de Amargosa, para Ihering, mereceriam estudos futuros. Estas coleções possuíam machados e adornos de nefrite, achados, por Cristóvão Barreto, em túmulos funerários. Ihering, retomando a comunicação de Rudolf Virchow no Congresso dos Americanistas de 1888 (Virchow: 1888), argumentou que, até 1884, só se conheciam jazidas de nefrite na Ásia, Nova Zelândia e Nova Caledônia. Pesquisas mais recentes, contudo, confirmariam, para Ihering, a extensão geográfica mais alargada da distribuição das jazidas de nefrite: as de Walter Fawkes e A. B. Meyer, ambas publicadas na *American Anthropologist* (Fawkes: 1903; Meyer: 1903). As proposições destes autores convergem num quesito central: a descoberta, em 1891, de diversas fontes de nefrite e jadeíte na Europa mostrariam o quão equivocado seria supor que os artefatos e amuletos fabricados com estes minerais vieram da Ásia.

Ihering não só ratificou as proposições de Fawkes e Meyer, mas também salientou que blocos de nefrite, em Amargosa, encontravam-se dispersos pelas ruas, sendo possível, portanto, que existissem, na Bahia, jazidas do mineral. Concluiu que os artefatos de nefrite eram originários da região. As teses de Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto, de uma imigração de povos asiáticos para a América, estariam, para Ihering, materialmente refutadas¹³. As coleções de Amargosa, portanto, teriam importância não só para a Arqueologia regional, mas nacional e mundial:

¹³ - Teodoro Sampaio, anos depois, analisou um artefato de nefrite oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Como Ihering, citou Meyer e questionou a hipótese de imigração chinesa para América,

“Nestas circunstâncias é de grande importância a descoberta do Sr. Cristóvão Barreto, não só de machados e polidores, mas também de blocos de nefrite em bruto, no município de Amargosa. Se bem que só uma exploração, efetuada por especialistas competentes, possa esclarecer as condições geológicas da ocorrência de nefrite no município de Amargosa, já não é mais possível duvidar da ocorrência natural de nefrite naquele município. Se porventura todos esses machados polidos fossem importados da Ásia, não é de certo modo possível admitir que os imigrantes trouxessem consigo, além de instrumentos, utensílios etc., ainda pesados polidores e até blocos em bruto de nefrite. Neste sentido, a valiosa coleção arqueológica (...) é de grande interesse, não só para este Museu, mas para a Arqueologia em geral” (Ihering: 1904d, 556)¹⁴.

Para que as descobertas de Amargosa realmente contribuíssem para a Arqueologia em geral, nacional e mundial, não bastaria procurar ocorrências de nefrite; seria necessário ainda proceder a escavações de outras localidades de Amargosa:

“Outro grupo de localidades, recomendáveis para escavações, são açudes, tanques e outros lugares, para onde a chuva costuma carregar objetos de pouco peso, enterrando-os no lodo. Em localidades desta ordem, as escavações costumam fornecer tembetás” (Ihering: 1904d, 552).

Ihering, assim, continuou a visar em sua mira crítica, as hipóteses de povoamento da Arqueologia nobiliárquica, que ainda grassavam, neste período, não apenas nos trabalhos de Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto. Elas eram, como já evidenciamos, debatidas no

afirmando: *“O muiraquitã, fabricado desta pedra verde, a qual até ali só se supunha encontrada no interior da China, perdeu o valor científico que lhe atribuía o nosso ilustre botânico e cientistas João Barbosa Rodrigues e outros americanistas...”* (Sampaio: 1916, 30).

¹⁴ - Toda a discussão está em um dos capítulos do ensaio *Arqueologia Comparativa do Brasil: “Arqueologia da Bahia”* (Ihering: 1904d, 550-557). As críticas de Ihering a Barbosa Rodrigues encontram-se, também, numa resenha que ele fez sobre a segunda edição de **O Muiraquitã e os ídolos simbólicos** (Ihering: 1904e: 607-615); Cf., ainda, a já citada biografia que Ihering escreveu por ocasião da morte de Barbosa Rodrigues (Ihering: 1911a, 27-28).

Congresso dos Americanistas. Ademais, a origem chinesa ou egípcia dos nativos sul-americanos continuava a ser argumentada no final do século XIX e início do século XX. No Museu de La Plata, F. Lahille, citando as pesquisas de Ladislau Netto, asseverou que as tangas e símbolos fálicos de Marajó remeteriam possivelmente a cultos egípcios (Lahille: 1898, 459). Nos textos do antropólogo alemão Max Uhle (1856-1944), que, entre 1906 e 1911, trabalhou no Museu Arqueológico Nacional do Peru, os paralelos etnológicos entre chineses e incas foram obsessivamente sublinhados (Patterson: 1989). Nas páginas do IHGB, por outro lado, este tipo de interpretação também não era letra morta. Tristão de Alencar Araripe, em 1887, ressuscitou a expedição do Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha (1789-1849), que se comprometera nos anos 1840, a localizar uma cidade antiga nas matas do Sincorá, sertão da Bahia¹⁵. Araripe, contudo, alargou o espectro das cidades abandonadas; além da Bahia, outros rincões do Brasil apresentariam, segundo ele, cidades em ruínas e inscrições lapidares fenícias (Araripe: 1887).

Mas a procura por uma cidade abandonada no interior da Bahia foi impiedosamente ironizada, e não apenas por aqueles que escreviam textos arqueológicos. Machado de Assis (1839-1908), em dois contos, narra personagens delirantes, símiles desbotados do Dr. Simão Bacamarte e Quincas Borba, comparando-os com o Cônego Benigno e sua busca da “*cidade etrusca*” da Bahia¹⁶. Euclides da Cunha (1866-1909), em *Os Sertões*, não deixou

¹⁵ - A expedição do Cônego Benigno foi financiada, nos anos 1840, pelo IHGB. Ela se associa à Arqueologia nobiliárquica e sua tentativa de validar a hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil. Muitos cientistas incentivaram essa busca por uma “cidade etrusca”; dentre eles, o próprio Karl F. P. von Martius. Mas a viagem do Cônego teve também um forte apelo colonialista, visando a descobrir novas terras para o cultivo agrícola e interiorizar a civilização – isto é, estender o poder público do Estado nacional e demarcar as fronteiras ocidentais do Império. Para essa discussão, fornida em documentos oficiais do IHGB, Cf. Ferreira (1999; 2001a; 2006); para uma outra interpretação, fartamente documentada, Cf. Langer (2002a).

¹⁶ - Assim Machado o diz: “... Ah! Impagável. Quer saber do que mais? Tinha lido o Cônego Benigno, e resolveu logo ir ao sertão da Bahia, procurar a cidade misteriosa. Expôs-me o plano, descreveu-me a arquitetura provável da cidade, os templos, os ritos (...)” – **O Anel de Polícrates**, In: Machado de Assis (1986 [1882], 239). Em outro conto: “... O pai nascera com o amor do enigmático, do obscuro e do ansiado;

ilesas, com o seu olhar positivista, as “*fantasias*” arqueológicas ligadas à cidade perdida da Bahia (Cunha: 1982 [1902], 49-51). Citando diretamente o trabalho de Tristão Alencar Araripe, reduziu o debate sobre a cidade abandonada a um mito, a “*lendas encantadas*” inspiradas em fatos geológicos (Cunha: 1982 [1902], 183).

Ihering, por sua vez, também ironizou o trabalho de Alencar Araripe. Afirmou que até poderia haver cidades indígenas no Brasil, mas as descrições do autor eram tão vagas que dificilmente se acreditaria em sua autenticidade, sobretudo aquelas referentes aos “*hieróglifos egípcios*” (Ihering: 1904d, 551-552). Para Ihering, a Arqueologia nobiliárquica perdia-se em conjecturas, em argumentos não lastrados empiricamente. Assim, ele rejeitou as teses de Barbosa Rodrigues justamente porque elas pisavam no “*campo da especulação*” (Ihering: 1904e, 608). Em suas resenhas, Ihering criticou, pelo mesmo motivo, outros estudos, como o artigo de J. von Siemiradzki, publicado em 1898, que classificava os Astecas e Araucanos como “*turano-fenícios*” correspondentes à Idade do Bronze (Ihering: 1900b, 567); sobre o livro do Cônego Raimundo Ulisses Penaforte, cuja tese dissertava sobre a origem judaico-fenícia do Tupi, Ihering frisou que despertaria mais a atenção e interesse de seus colegas do que a de cientistas (Ihering: 1902c, 707).

Para Ihering, as teses arqueológicas deviam considerar as discussões e descobertas internacionais; só se sustentariam se devidamente contextualizadas. Um machado de nefrite em solo americano só é fenício se não existirem jazidas do mineral no contexto imediato, se a pesquisa internacional não demonstrá-las em lugares onde antes se supunha não havê-las. Uma tese arqueológica, para ter importância nacional e internacional, deveria fundar-se numa “*descrição densa*” de coleções estritamente organizadas, que serão comparadas a

morreu quando aparelhava uma expedição para ir à Bahia descobrir a cidade abandonada (...).” – Manuscrito de um Sacristão, In: Machado de Assis, (1986 [1884], 545).

outras coleções arqueológicas regionais e mundiais; deveria alicerçar-se em analogia e cotejo bibliográfico. Se se pode afirmar que há um Brasil andino, é porque há suficientes coleções e estudos publicados sobre os Calchaquis e os Guaranis; quando não, como no caso de um núcleo de civilização primitivo na Amazônia, há que fazê-lo no passo precavido da hipótese, uma vez que as coleções arqueológicas são irregulares e a bibliografia disponível ainda é reduzida. É preciso também, para não se perder no campo da especulação, escavar lugares ainda não escavados, os poços e açudes. E, por fim, aproximar os artefatos do olhar. Aparelhá-lo tecnologicamente, fazê-lo enxergar detalhes invisíveis a olho nu – é preciso usar tecnologias modernas, como o microscópio. Numa palavra, fazer uma *análise infinitesimal do artefato*.

Tal proposição metodológica de Ihering articulou-se como crítica aos trabalhos que atribuíram origem fenícia ou egípcia às contas de vidro existentes em sítios arqueológicos brasileiros e argentinos. Dentre os trabalhos que versaram sobre essa hipótese, Ihering citou, em *A Civilização Pré-histórica do Brasil Meridional*, os de Karl von Koseritz, Ladislau Neto e do argentino Francisco Moreno. E ironizou:

“Como eu conhecia perfeitamente os resultados pouco satisfatórios de outros investigadores, na demonstração das relações comerciais entre os amigos fenicianos (sic) e a América, sempre duvidei da veracidade da origem feniciã destas pérolas” (Ihering: 1895a, 99).

Ihering, que possuía uma dessas “pérolas” (contas de colar) desde 1881, submeteu-a ao mineralogista Otto Tischeler, que já realizara estudos microscópicos sobre artefatos deste gênero¹⁷. Concluiu-se que a conta, por seus cortes transversais e configuração, era de

¹⁷ - Em sua síntese histórica sobre a Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brochado menciona os trabalhos de Tischler onde se encontram essas análises (Brochado: 1969, 7-8).

origem veneziana, fabricada no fim do século XVI e princípio do XVII, para a elaboração de colares. Eram usadas pelos europeus para comerciar com os indígenas desde as primeiras viagens para América. Ihering, pois, com esta análise refutou as teses de seus colegas: as contas de vidro eram pós-colombianas, resultaram dos contatos entre europeus e indígenas (Ihering: 1895a, 100).

O tema das contas de vidro, como já demonstrei, foi tratado também por Goeldi, que as classificou, de modo similar a Ihering, como pós-colombianas. Essa, porém, não é uma coincidência fortuita entre os “*amigos e colegas*” Goeldi e Ihering. Para ambos, as contas de colar motivaram uma crítica mais geral à Arqueologia nobiliárquica. Para usar a metáfora geográfica de Ihering, pode-se descrever tal crítica como um jogo de proximidades e distâncias. Goeldi e Ihering aproximaram-se da Arqueologia nobiliárquica para ironizá-la e refutá-la como imaginária, infantil, especulativa. Nos termos de Thomas Kuhn, a Arqueologia nobiliárquica seria uma espécie de “ciência normal”, uma tradição intelectual (Kuhn: 2003, 29-66) com a qual Goeldi e Ihering, para firmar suas próprias hipóteses e interpretações, tiveram de dialogar.

O diálogo, porém, forneceu a medida do afastamento. Ao refutar a Arqueologia nobiliárquica, Goeldi e Ihering desvencilharam-se dos laços nacionalistas a ela atados. É possível que se veja, nas relações entre Arqueologia e nacionalismo, uma certa ubiquidade, como argumentam Philip Kohl e Clare Fawcett (1995). Contudo, as pesquisas arqueológicas de Goeldi e Ihering não corroboraram uma identidade nacional fincada retrospectivamente na Pré-História. Ambos formularam, mais propriamente, um problema regional de pesquisa, conjuminando-o com os debates arqueológicos internacionais.

Clarifiquemos um pouco mais a questão nas pesquisas de Ihering. Ele chegou a versar sobre a possibilidade de uma imigração asiática para a América. Em *A Etnologia do*

Brasil Meridional, detendo-se em estudos lingüísticos, expôs que havia similitudes estruturais entre as narrativas míticas da Ásia, Europa e América (Ihering: 1906). Assim, Ihering, consultando o mapa lingüístico e arqueológico das propaladas imigrações dos falantes do indo-europeu para a Europa, localiza uma provável diáspora destes povos, também, para a América. Contudo, ele adverte, numa clara alusão à Arqueologia nobiliárquica, sobre as temeridades envolvidas nestas hipóteses de imigração:

“Acresce ainda que as hipóteses muitas vezes realmente das mais temerárias, quanto às relações culturais entre os povos asiáticos e americanos, sempre foram reconhecidas como falsas, de modo que no correr dos últimos decênios como por convênio tácito, os americanistas mais competentes não tocaram nesta grande questão da origem das raças americanas e de suas culturas” (Ihering: 1906, 235).

Para Ihering, uma hipótese não seria temerária se, ao compilarem-se os mitos americanos e compará-los aos asiáticos, fossem escandidas unidades morfológicas e temáticas, a partir das quais seriam traçadas analogias com a cultura material. As analogias mais manifestas na cultura material dos nativos americanos dar-se-iam, porém, não com os asiáticos, mas no interior da própria América, perfazendo círculos ondulatórios e aproximações longitudinais. Assim, ele retoma sua tese lançada em 1895, arrolando *“fatos de ordem arqueológica”* que demonstrariam:

“(...) a influência que a cultura dos povos sub-andinos da Argentina exercia sobre o Brasil meridional e particularmente no Estado do Rio Grande do Sul (...). Objetos de metal, particularmente chapinhas de prata e machados de cobre, foram também introduzidos da mesma região andina para o Paraguai e até no Brasil meridional” (Ihering: 1906, 236).

Mas, além das analogias entre as coleções arqueológicas do Sul do Brasil e do Noroeste Argentino, quais suportes empíricos e epistemológicos firmaram a hipótese de Ihering? Em primeiro lugar, o exame atento e comparativo das coleções e da bibliografia arqueológica sul-americana. Resenhando as obras de Juan Ambrosetti, Ihering, diante das proposições do autor, afirmou a necessidade que existiria de proceder a comparações com os resultados arqueológicos de países limítrofes (Ihering: 1900b, 565). O mesmo fora dito sobre o livro do uruguaio José H. Figuera (*Los Primitivos Habitantes de Uruguay*, 1894) (Ihering: 1897c, 469). As descobertas de Ambrosetti e José Figuera confirmaram, para Ihering, o que ele discutira em *A Civilização Pré-histórica do Brasil Meridional*: a rede de relações culturais entre os Andes e o sul do Brasil. Ihering efetivamente teve elementos comparativos. A hipótese sobre os Andes como centro difusor das diásporas sul-americanas era sustentada por especialistas em Arqueologia do Noroeste Argentino: como o antropólogo holandês Hermann F. C. Ten Kate (1858-1931), curador da Seção de Antropologia do Museu de La Plata, para quem a indústria metalúrgica dos Calchaquis inspirou-se nos mestres incas¹⁸.

Em segundo lugar, e ainda nesta linha comparativa, Ihering, em seus textos do começo do século XX, sempre cita o americanista Eric Boman (1867-1924), um antropólogo suíço que trabalhou, durante quase toda sua carreira, no Museu Nacional de História Natural de Buenos Aires. Boman escreveu uma vasta obra sobre Arqueologia, Antropologia e Lingüística do Noroeste argentino, destacando-se, dentre outros livros, o

¹⁸ - “*Les calchaquis possédaient également des connaissances métallurgiques, mais beaucoup plus avancées que les anciens shiwis. Il est probable cependant que les premiers avaient les péruviens pour maîtres et que c’est de ceux-là que émanent originairement les belles cloches, les grans disques, les haches etc...*” (Kate: 1893, 348).

seu *Antiquités de la Region Andine de la République Argentine* (1908)¹⁹. Em 1905, Boman afirmou que os Guaranis viveram no Noroeste argentino, conforme atestavam os motivos figurativos das cerâmicas e urnas funerárias da região (Boman: 1905). O Diretor do Museu Paulista não apenas utilizou essa hipótese, como procurou correlações e afinidades simbólicas entre as cerâmicas do Noroeste argentino, do Sul do Brasil, do Paraguai e da Bolívia, isto é, delimitou todo um perímetro de contatos culturais baseando-se na distribuição geográfica de artefatos (Ihering: 1906, 235).

Para evidenciar em contraponto como as representações de Ihering distanciam-se de usos nacionalistas, darei dois exemplos. O primeiro contraste aparece na relação entre o Brasil e os Andes que, cada qual a seu modo, Ihering, Ferreira Pena e Ladislau Neto enunciaram na Ilha de Marajó. Para Ihering, a Ilha de Marajó não era um centro de irradiação cultural, um foco de luz que originara uma civilização que se abrihantou, depois, nos Andes, como queria Ferreira Pena; e tampouco uma colônia asteca – cuja semente primeira seria nipônica ou chinesa –, um assentamento que lançou os primeiros rudimentos da cultura que floresceu, posteriormente, entre os Incas, como sugeriu Ladislau Neto.

A Ilha de Marajó, para Ihering, não percorre um movimento de dentro para fora, do Brasil para os Andes, tornando-se, neste passo, passível de tecer uma representação arqueológica ainda ligada à Arqueologia nobiliárquica e a seus anseios nacionalistas; o movimento é de fora para dentro, dos Andes e da região sub-andina da Argentina para o Brasil, compondo uma representação arqueológica que rompe com as hipóteses e interpretações da Arqueologia nobiliárquica e ultrapassa fronteiras geopolíticas. A Amazônia, assim, apenas recebeu poucos elementos culturais dos Andes; pequenos itens de

¹⁹ - Eric Boman continua sendo uma referência em estudos arqueológicos e históricos. Sobre essa questão, bem como para aspectos de sua obra e pensamento, Cf.: Gentile (2001) e Hocquenghem (2004).

cultura material – muiraquitãs e cerâmicas – que se distribuíram, aliás, por toda a floresta amazônica. A região onde se deram “*relações duradouras*” com os incas e calchaquis foi somente o Sul do Brasil, e não a Amazônia. E o Sul do Brasil é apenas uma zona de contato, cercada por determinações paleontológicas e paleobotânicas, uma região de trocas culturais e difusões continentais. É um enclave arqueológico cuja proximidade com os “*círculos ondulatórios*” de civilização andina afastou da primitividade somente um único grupo: os guaranis.

O segundo exemplo, o segundo contraste, requer que olhemos para o outro lado da fronteira da “*zona de contato*”: a Argentina. Os resultados das pesquisas arqueológicas na Argentina corporificaram a noção de *argentinidad*, ajudando a formular uma identidade nacional. Isso, principalmente, a partir da primeira década do século XX. Depois da nacionalização dos fósseis e artefatos na Argentina, com a lei de proteção ao patrimônio de 1913, a Arqueologia passa a figurar nos repositórios *par excellence* da afirmação ritual das Histórias nacionalistas, os livros didáticos (Podgorny: 2002, 57)²⁰. Mas, desde a década de 1870, as pesquisas sobre os Calchaquis, no Noroeste argentino, já se uniam à idéia hegemônica de nacionalidade e ao projeto político liberal da Argentina (Haber: 1994; 1999; Haber e Delfino: 1996).

Eram comuns, pois, nestas narrativas que evocavam a glória do passado para enaltecer a grandeza do presente da Nação, entretecerem-se filiações históricas entre os Calchaquis e os Incas e compararem-se os sítios arqueológicos do Noroeste argentino com civilizações mediterrânicas. Vicente Fidel López (1815-1903), por exemplo, viu o sítio Inti-Huassi como a segunda capital inca, incorporando, deste modo, o passado inca como parte

²⁰ - Os livros didáticos representavam, também, imagens estereotipadas sobre “los indígenas bárbaros” (Podgorny: 1999). Sobre a Escola e os livros didáticos como os principais veículos das Histórias nacionalistas, Cf. Eric Hobsbawm (1998, 290).

do passado da Argentina. Por sua vez, em 1908, Juan Ambrosetti – que foi pioneiro dos métodos de escavação estratigráfica na Argentina, e se tornaria, em 1901, professor de Arqueologia na Universidade de Buenos Aires – chamou o sítio Tilcará de Tróia Argentina (Mauriño: 1996; Schávelzon: 2004).

A Conquista do Deserto, a que já me referi, era a outra face da idéia hegemônica de nacionalidade e do projeto liberal da Argentina. Se o passado de realizações civilizacionais dos Calchaquis era aceito e benquisto, os grupos “primitivos” não o eram. A Conquista do Deserto, assim, pautou-se em procedimentos clássicos de políticas coloniais: após exterminar os indígenas ou subjugar-los em reservas, veio o botim; as terras pilhadas foram divididas entre os membros do exército que participaram da expedição, e posteriormente loteadas e vendidas para imigrantes europeus (Haber: 1994, 32). Dos índios “primitivos”, na formulação da nacionalidade e nos ditames das políticas de identidades, só interessavam os artefatos e, principalmente, os crânios: Francisco Moreno, que integrou as expedições militares à Patagônia e aos Pampas, parecia cultivar obsessão patológica por crânios e medidas antropométricas (Stagnaro: 1993; Podgorny: 1997)²¹. Além disso, um outro procedimento clássico de políticas coloniais, ligadas às pesquisas arqueológicas na Argentina, foi a demarcação geopolítica de territórios. Numa expedição arqueológica a Catamarca, realizada em 1893, Francisco Moreno e o antropólogo Hermann F. C. Ten Kate, assim como fizera Goeldi com relação à Guiana brasileira, delimitaram as fronteiras entre a

²¹ - Em texto sobre a distribuição geográfica e classificação etno-lingüística dos grupos indígenas da Argentina, Francisco P. Moreno menciona sua participação na Conquista do Deserto e suas escavações em cemitérios históricos indígenas no vale do Rio Negro (Moreno: 1901, 574).

Argentina e o Chile (Kate: 1893). Nacionalizaram Catamarca como fronteira geográfica e cultural (Haber: 1994, 41-42)²².

O problema regional de pesquisa de Ihering, portanto, partia de uma coordenada geográfica e arqueológica já embebida por representações nacionalistas. Uma das esferas dos “*círculos ondulatórios*” de civilização americana, mais próxima dos Andes e dos Incas, estava na Argentina, e não no Brasil. Os resultados das pesquisas arqueológicas de Ihering não se prestariam a usos nacionalistas, pois era do outro lado da fronteira que se situava um centro de civilização. O Brasil não poderia orgulhar-se de possuir um passado indígena majestoso, rigorosamente circunscrito em fronteiras geopolíticas. Na verdade, o problema regional de pesquisa de Ihering retoma o enunciado clássico dos americanistas: os Andes e a Meso-América como o lugar de onde a civilização se difunde. As outras regiões, como o Sul do Brasil e pequeníssimas porções da Amazônia, como a Ilha de Marajó, são apenas periferias arqueológicas, perímetros de um centro difusor, aglutinadores dos contatos culturais que levaram os Guaranis a galgar etapas evolutivas.

Não há, entretanto, rarefação política nas representações arqueológicas de Ihering. Como veremos a seguir, ao circunscrever territórios arqueológicos “primitivos”, ele delimitou identidades histórico-geográficas. Os “*valores etnológicos dos artefatos*” findam sendo marcadores de regiões arqueológicas, indicadores de diásporas, índices de regionalidades culturais, de hegemonias dispersas no “continente brasileiro”, porém isoladas em paredões naturais, paleontológicos e zoológicos, influenciadas por imigrações de artefatos que transcendem as raias geopolíticas. As determinações espaciais e políticas da epistemologia arqueológica de Ihering revelam uma *gramática da pertença*.

²² - No Museu platense havia uma clara preocupação com esta demarcação geopolítica. Há vários trabalhos geológicos, na *Revista del Museo de La Plata*, dedicados à delimitação das fronteiras entre a Argentina e o Chile (Delachaux: 1899; Burkhardt: 1899; Wehrli: 1899a; 1899b).

Os artefatos, como portadores de uma linguagem, expressam identidades sócio-cartográficas, são sinais a serem decompostos por uma hermenêutica, são a semiologia da cultura material, são os significantes dos significados regionais. Uma gramática da pertença que funciona como um conjunto de regras responsáveis pela seleção de substantivações e adjetivações: culturas “superiores” e “inferiores”; que declina as conjugações psico-sociais e os comportamentos culturais dos “bravos” e dos “mansos”, dos “civilizados” e “incivilizados”, dos perfectíveis e imperfectíveis; que conjuga suas regras a partir de uma díade básica: grupos indígenas mais “civilizados” e grupos indígenas “primitivos”.

A enunciação identitária dos “primitivos” emerge, nos textos de Ihering, em estudos lingüísticos, sobre os sambaquis e a origem do homem americano.

4.5 Herança Primordial

Os estudos lingüísticos de Ihering, fornidos pela idéia de que a língua seria um vetor para classificar grupos indígenas e averiguar imigrações pré-históricas, fizeram com que ele, ao resenhar uma obra de Lucien Adam (*Matériel pour servir a l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille Tupi*, 1893), propusesse um projeto para unificar a ortografia Tupi. Isso deslindaria a confusão que reinava nas classificações de cronistas coloniais e nos estudos modernos (Ihering: 1897c, 467-468). Na verdade, Ihering queria aclarar os atributos lingüísticos dos povos indígenas para melhor tecer paralelos entre as línguas, cultura material e distribuição geográfica. Já no ensaio de 1895, ele descreveu esses paralelos em variados grupos: os Kaingangs, Xavantes, Caiuás e, sobretudo, os indígenas do Rio Grande do Sul (Ihering: 1895a, 47-60).

Citando amplamente estudiosos estrangeiros (Lucien Adam, Paul Ehrenreich) e brasileiros (Teodoro Sampaio, Couto de Magalhães, Batista Caetano), Ihering deu

seguimento às classificações etno-lingüísticas das regiões brasileiras em *Arqueologia Comparativa do Brasil* (Ihering: 1904d), e especialmente para o território paulista em *Antropologia do Estado de São Paulo* (Ihering: 1907b). Um autor de referência para suas classificações etno-lingüísticas foi Daniel G. Brinton (1837-1899), professor de Lingüística e Arqueologia da Universidade da Pensilvânia, cuja obra capital – *The American Race: A Linguistic Classification and Ethnographic Description of the Native Tribes of North and South America* (1891) – é um grande catálogo classificatório dos indígenas do continente americano. O livro de Brinton tornou-se, no final do século XIX, um manual de consulta obrigatório; uma bússola para os que se orientavam no intrincado panorama etno-lingüístico da América (Baker: 2000).

À medida que preenchia os contornos do mapa etno-lingüístico dos nativos e angariava novas coleções arqueológicas e etnográficas, Ihering argumentou que o único grupo indígena do Brasil com teor civilizacional eram os Tupi-Guaranis. Distinguiu-os, sobretudo, dos Guaianás, Kaingangs e Botocudos (Ihering: 1904f; 1911c). Questão que ensejou outras publicações no Museu Paulista, de outros renomados autores, que compartilharam das conclusões de Ihering: os Guaináses, Kaingangs e Botocudos não se confundem com os Guaranis (Sampaio: 1897; Martinez: 1904; Borba: 1904). Ihering, com efeito, estabeleceu uma cissiparidade entre os grupos étnicos do Brasil: de um lado, aqueles que beberam das fontes Incaicas e Calchaquis; de outro, haveria os grupos “primitivos”, uma cultura arcaica, primeva.

Ihering isolou, juntamente com o paredão natural e arqueológico, uma outra ponte, desta vez um canal lingüístico e cultural: numa das margens residiriam os Tupis e os Guaranis; na outra, todos os outros povos indígenas. A estes últimos, colocou-os numa fôrma ontológica, condensando-os numa única nomenclatura etnográfica. A cultura arcaica

do Brasil teria uma genética inconfundível, uma herança primordial: todos provieram dos Jês. Em seus textos, essa separação governou uma gramática da pertença, um jogo de dicotomias que acionou uma seleção de substantivações e adjetivações – os Guaranis são “mansos”, provieram dos contatos com uma “cultura superior”; os Jês são “bravos”, pertencem a uma “cultura inferior”.

Esta dicotomia respaldou-se também nos estudos de Ihering sobre sambaquis e a origem do homem americano. No final do século XIX e início do XX, os debates sobre a origem do homem americano freqüentavam assiduamente a agenda dos americanistas. No Brasil, durante o Império, Ferreira Pena, Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto (Lacerda: 1876; 1879; Lacerda e Peixoto: 1876) dissertaram sobre a provável existência de uma “*raça autóctone*” na América. Na virada para a República, retomou-se esse argumento poligenista. Em 1889, Júlio Trajano de Moura apresentou, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, uma tese que coligiu e examinou as proposições então em voga sobre o poligenismo; conquanto admitisse a existência de contatos pré-históricos casuais entre a Ásia e a América, afirmou que os povos americanos formavam uma “*espécie nativa*” ímpar – o *hommo americanus* (Moura: 1924 [1889], 776-803). Euclides da Cunha também sintetizou o debate nas páginas de *Os Sertões*. Para ele, os estudos sobre a Pré-História, no Brasil, patentearam “*métodos de observação sutil e conceito crítico brilhante*”; Lund, Hartt, Meyer, e o próprio Trajano de Moura, dentre outros, demonstraram que o “*hommo americanus erige-se autônomo entre as raças*” (Cunha: 1982 [1902], 49).

Os relevos teóricos e empíricos sobre o poligenismo americano foram mais salientados na Argentina. Florentino Ameghino, baseando-se em suas coleções de fósseis da Patagônia, escreveu um alentado volume, preparado para o Congresso Internacional de Ciências Antropológicas de Paris (1878): *La Antigüedad del Hombre en el Plata* (1918

[1880]). Ameghino argumentou que a evolução humana originou-se, na América, durante o período terciário²³. A América seria um centro de evolução independente. Embora tenham baseado o desenvolvimento da Arqueologia no Uruguai e na Argentina, as idéias de Ameghino foram contestadas, inicialmente, pelo cientista alemão Hermann Burmeister, que foi diretor do Museu Nacional de Buenos Aires desde 1863 (Schávelzon: 2004).

A partir da primeira década do século XX, o poligenismo americano seria mais uma vez criticado por dois importantes americanistas. O primeiro foi Ales Hrdlicka (1869-1943). Nascido na Boêmia, ele imigrou para os Estados Unidos no final do século XIX. Tornou-se antropólogo e trabalhou, desde 1903, como curador da Divisão de Antropologia Física da *Smithsonian Institution*, onde reuniu uma extensa coleção osteológica e de esqueletos humanos. Estudou principalmente as coleções tidas como dos “primeiros hominídeos”, e concluiu que não havia evidências de que elas antecederam o período pós-glacial. Propôs a tradicional hipótese de que os nativos americanos vieram da Ásia através do Estreito de Bering (Hrdlicka: 1917). Para comprová-la, ele viajou por inúmeros sítios arqueológicos dos Estados Unidos e organizou dez expedições para o Alasca e as Ilhas Aleutas (Winters: 1991).

O segundo americanista foi o francês Paul Rivet (1876-1958). Médico de formação, Rivet notabilizou-se por seus estudos em Lingüística, Antropologia Física e Arqueologia, bem como pela criação do Instituto Etnológico de Paris (1925) e do Museu do Homem Americano (1937) (D’Harcourt: 1958). Seu interesse pela América data de 1901, quando integrou uma missão geodésica francesa enviada à Colômbia. Desde então, colaborou

²³ - Ameghino escreveu uma copiosa obra arqueológica e paleontológica. Sempre que obtinha novos dados, incorporava-os em sua tese sobre a origem terciária dos povos americanos. A obra completa de Ameghino, organizada em vários volumes por Alfredo Torcelli (Torcelli: 1914/1916), traz a evolução de seus escritos neste campo. Uma síntese de seus argumentos, entretanto, encontra-se num texto publicado em 1915 (Ameghino: 1915).

ativamente com a institucionalização da pesquisa arqueológica e antropológica na América do Sul, principalmente na Colômbia e no Brasil (Rueda: 2003, 152-153; Funari: 1995, 242). Rivet ocupou-se com a distribuição geográfica das “culturas arqueológicas” americanas e com o estabelecimento de cronologias. Sua crítica a Florentino Ameghino fundou-se exatamente num questionamento cronológico – os restos humanos da Patagônia não se encontrariam em estratos geológicos muito antigos. Mais tarde, em um de seus livros mais importantes – *Les Origines de l’Homme Américain* (1943) –, Rivet empenhou-se em comprovar a hipótese que desenvolveu durante décadas de pesquisa na América: o *homo americanus*, na verdade, seria uma confluência de fluxos imigratórios vindos da Ásia, Polinésia, Melanésia e Austrália.

Ihering posicionou-se de modo polêmico neste debate. Suas pesquisas sobre a origem do homem americano, com efeito, tinham lugar de destaque no Museu Paulista. Tanto é assim que, em 1909, ele – no intuito de obter recursos financeiros para a Estação Biológica que criara, a *Vila Darwin* – pediu permissão ao Secretário do Interior do Governo de São Paulo para pronunciar, no Salão de Honra do Museu Paulista, uma série de quatro conferências. Todas versariam sobre a Idade e a História do Homem na América, dividindo-se do seguinte modo:

“1º *História Geológica da América Meridional e origem de sua fauna*; 2º *Cultura Primitiva, especialmente da Idade da Pedra*; 3º *Ossos, fósseis do homem e de seus predecessores*; 4º *Pré-História antiga do homem na Argentina e no Brasil*. *Aguardo a vossa resolução sobre o assunto e ficarei muitíssimo grato se V. Exa. e mais membros do Governo se dignassem a assistir as ditas conferências, para as quais disponho no Museu de interessantes e instrutivos materiais de demonstração*” (Ihering: 1909e).

O Secretário permitiu as conferências e a cobrança de entradas (Guimarães: 1909), Ihering convidou-o e aos membros do Governo (Ihering: 1909f), mas as conferências não se realizaram no Brasil. Num dos Relatórios anuais do Museu Paulista, alegou-se desinteresse público pelas conferências (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 6). Ihering, contudo, pronunciou-as na Alemanha, ainda em 1909, a convite do Museu Antropológico de Colônia, que recém inaugurara suas instalações. Podemos, assim, verificar o tom das conferências programadas originariamente para o Brasil. No Museu Antropológico de Colônia, Ihering não pôde ilustrar seu discurso com os “*instrutivos materiais*” do Museu Paulista, mas discorreu sobre a idade geológica do *homo pampeaus*. Polemizando com Ameghino, ele enunciou que os fósseis humanos mais antigos, na América do Sul, datariam do período pós-terciário (Ihering: 1911d, 513).

Essa conclusão de Ihering esteou-se principalmente em suas pesquisas sobre os sambaquis. Para fazê-las, dialogou com toda a bibliografia arqueológica brasileira disponível sobre o tema. Ele cita todos os autores que haviam escrito sobre sambaquis antes de 1895: Carl Rath (1871, 1874), Guilherme Söch Capanema (1876), Charles Wiener (1876), Ferreira Pena (1876), Ladislau Neto (1876; 1882d), Barbosa Rodrigues (1876a), Batista Lacerda (1885) e Karl von Koseritz (1884). Além disso, Ihering menciona suas escavações em sambaquis, feitas em 1890 e divulgadas em periódicos alemães (Ihering: 1895a, 94).

As escavações de sambaquis intensificaram-se no Brasil a partir dos anos 1860. Muitas delas foram feitas por cientistas e viajantes estrangeiros. Um dos primeiros a efetuar-las foi um autor que já citei: o Conde de La Hure, que escavou sambaquis em São Francisco do Sul, Santa Catarina, produzindo um relatório que permanece inédito: *Considerations*

*sommaire sur L'Origine des amas de coquillages de la cote du Brésil*²⁴. Ainda na década de 1860, Richard Francis Burton (1821-1890) incitava os pesquisadores a escavarem os sambaquis da Ilha do Governador, na baía da Guanabara (Burton: 2001 [1868], 54; 1869), e publicou dois artigos sobre suas escavações em Santos (Burton: 1866; 1873)²⁵.

Charles Lyell também mencionou a existência de um sambaqui em Santos, que media “catorze pés de altura” e apresentava “*ossos humanos envolvidos em pedra*” (Lyell: 1863, 42). Lyell colocou a Arqueologia brasileira no centro do debate sobre a antigüidade humana. Em seu *The Geological Evidences of the Antiquity of Man* (1863), combinando elementos geológicos e estratigráficos com as evidências arqueológicas sobre a antigüidade do homem, Lyell arrolou sítios de várias regiões do mundo, comparando, por exemplo, os sambaquis de Santos aos *moundbuilders* de Ohio e Massachusetts (Lyell: 1863). Por sua vez, por volta de 1880, cientistas alemães, a exemplo de Karl von den Steinen, remeteram os materiais de sambaquis de São Paulo (Santo Amaro) e Santa Catarina (São Francisco do Sul e Joinville), para o Museu Antropológico de Berlim; tais materiais permitiram ao fundador e diretor desta instituição, o já mencionado Rudolf Virchow, escrever três importantes trabalhos (Faria: 2003).

As interpretações de cientistas brasileiros e estrangeiros coincidem em vários quesitos. Pode-se condensá-las em três proposições básicas: 1) os sambaquis resultaram de

²⁴ - Para uma abordagem mais extensa sobre La Hure, Cf. Ferreira (2002, 94-97).

²⁵ - Um breve comentário, talvez o único entre os arqueólogos do século XX, sobre os sambaquis visitados por Burton na Ilha do Governador foi feito Beltrão (1978, 10). Além de retratar suas ações como oficial militar, espião, lingüista, explorador e escritor, dois importantes biógrafos, Wright (1906) e Rice (1998), mostram que Burton realizou várias escavações na Ásia, África e Europa. Suas campanhas foram dirigidas a descobrir, em primeiro lugar, jazidas geológicas de metais valiosos e sítios arqueológicos com objetos preciosos que lhe garantissem independência financeira (objetivo nunca alcançado!). Os múltiplos talentos do exemplar representante do império britânico, além de prolífico escritor e membro da *Royal Geographical Society* e da *Royal Anthropological Society*, também mostram que ele acompanhava a vanguarda científica e literária, inclusive da geologia e da arqueologia. Quando Burton veio servir como cônsul em Santos (1865-1868), sua base para muitas viagens de exploração pelo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, ele conhecia as obras de Lyell, Darwin, Boucher de Perthes, Lubbock e outros cientistas de um período muito fértil na História da Arqueologia.

processos unicamente geológicos; 2) em contraposição a essa proposição, os sambaquis são artificiais, redundaram do engenho construtivo e adaptativo dos indígenas, de um capricho humano, portanto, e não geológico²⁶; 3) por fim, terceira proposição, sobre a qual havia unanimidade entre os cientistas, a “raça” que habitou os sambaquis era a mais primitiva do Brasil, descendente direta do “homem de Lagoa Santa”. Daí, a este respeito, a Exposição Antropológica Brasileira, organizada por Ladislau Neto, no Museu Nacional, em 1882, dispôs de uma *Sala Lund*, onde se expuseram, ao lado de um exemplar dos crânios de Lagoa Santa, os materiais de sambaquis²⁷.

Ihering considerou estas três proposições em seus trabalhos. Em *A Civilização Pré-Histórica do Brasil Meridional*, ele fez considerações geológicas e geomorfológicas sobre a formação dos sambaquis, sua inserção geográfica nas paisagens, e descreveu os vestígios arqueológicos neles encontrados (Ihering: 1895a, 82-83). Ecoando a Charles Wiener, mostrou que, na América do Sul, a classificação das Idades Pré-históricas instituídas por John Lubbock, Paleolítica e Neolítica, não se aplicaria aos sambaquis sul-americanos, pois estes, no Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai, apresentam artefatos de pedra lascada e polida nos mesmos contextos arqueológicos (Ihering: 1895a, 61)²⁸. E anuiu, ao contrário do que faria mais tarde, não só na conferência pronunciada no Museu Antropológico de Colônia, as teses de Florentino Ameghino. Para ele, até então não haviam sido detectadas, no Rio Grande do Sul, moradas do homem pleistocênico, depósitos com líticos lascados

²⁶ - Sínteses recentes do debate sobre a naturalidade ou a artificialidade dos sambaquis podem ser vistas em Lima (2000, 287), Prous (1992, 8) e Souza (1991, 74-75). Para estes arqueólogos, Ihering teria classificado os sambaquis como unicamente naturais, o que, como se verá mais adiante, não é fato. E tampouco se pode, como o fez em nova síntese Prous (2006, 10), afirmar que as escavações de sambaquis só se deram no final do século XIX.

²⁷ - Cf. A Morfologia Craniana do Homem dos Sambaquis. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, p. 22.

²⁸ - Ihering questionará essa classificação, mais uma vez, ao resenhar a obra de A. Kunert, que a propôs para sambaquis do Rio Grande do Sul (Ihering: 1902c, 710). Cf., ainda, *A Antropologia do Estado de São Paulo* (Ihering: 1907b, 223).

semelhantes àqueles encontrados por Ameghino nos pampas argentinos (Ihering: 1895a, 61).

Ainda no ensaio de 1895, classificou os sambaquis como pré-colombianos e pós-colombianos. Criticou, assim, a Alberto Löefgren, para quem os sambaquis seriam somente pré-colombianos (Löefgren: 1893, 38). Ihering concebeu alguns sambaquis como pós-colombianos devido aos vestígios que encontrou em suas primeiras camadas: a “pérola veneziana”, além de cruces, louças esmaltadas e um caramujo de origem asiática, importado para o Brasil, segundo ele, junto com as bananas. Sobre os sambaquis do Rio Grande do Sul, Ihering afirmou, por fim, que seriam necessários exames mais detalhados das camadas intactas para se descobrirem outros vestígios: não só fragmentos de cultura material, mas também ossos, pois havia poucos dados sobre Antropologia Física dos habitantes dos sambaquis (Ihering: 1895 a, 83-83; 100-101).

Em 1903, Ihering publicou, na Revista *Historia*, de Buenos Aires, um artigo – *El hombre Prehistórico del Brasil* (Ihering: 1903a) – que nos reporta àquelas conferências pronunciadas na Alemanha. Começa narrando todas as transformações geológicas, botânicas e zoológicas que atingiram a costa Atlântica da América do Sul, desde o Rio Grande do Sul à Patagônia. Procedeu, depois, a um exame das coleções de conchas do Museu Paulista e do Museu de La Plata. Concluiu que as conchas contidas nos depósitos marinhos da formação pampeana eram idênticas às espécies ainda vivas; por conseguinte, os restos humanos desta formação, considerados terciários por Ameghino, seriam, na verdade, pós-terciários. O *homo americanus*, portanto, não dataria, como os primitivos habitantes da Europa, do período terciário (Ihering: 1903a, 162).

Em seguida, Ihering, a partir dos materiais arqueológicos de Cidreira, da coleção Koseritz, e de Biguassu, sítio que ele escavou em 1890, classificou os sambaquis como

naturais. Os sambaquis teriam surgido no momento em que, durante o Período Pleistocênico, houve um forte avanço do mar em toda a zona litorânea do Brasil; momento no qual grande parte dos Pampas, da Lagoa dos Patos e as baixadas do litoral paulista banhavam-se com as águas do oceano Atlântico, permitindo o franco acesso de baleias até Porto Alegre e o Rio Jacuí. Nesta época, segundo Ihering, deu-se a formação submarina dos sambaquis; mais, tarde, seguiram-se o levantamento da zona costeira e a subsequente ocupação dos sambaquis pelas populações indígenas.

Outra evidência da naturalidade dos sambaquis, segundo Ihering, seria a disposição das camadas estratigráficas: em primeiro lugar, os sambaquis de maiores dimensões, constituídos pelo avanço do Oceano Atlântico no Pleistoceno, não apresentavam vestígios de carvão e artefatos cerâmicos, o que provaria que esses locais não eram permanentemente habitados e não poderiam, portanto, resultar de um artifício indígena; em segundo lugar, as fatias estratigráficas destes sambaquis jamais estavam mescladas e desordenadas; sucediam-se camadas homogêneas de berbigões e, em seguida, camadas igualmente homogêneas de ostras. Segundo Ihering, seria absurdo supor que os indígenas alternariam sistematicamente sua dieta alimentar: primeiro o consumo de berbigões por dezenas de anos, depois o consumo de ostras (Ihering: 1903a, 163).

Quanto à classificação etnográfica dos indígenas que ocuparam esses sambaquis, Ihering estipulou, com o concurso de estudos antropométricos e lingüísticos, quatro proposições gerais: 1) O crânio do Sambaqui de Cidreira pertence à mesma raça dos Botocudos e dos fósseis descobertos por Lund em Lagoa Santa, provando que já em tempos pré-históricos coexistiam no Brasil meridional duas “raças” distintas; 2) Os Guaranis são braquicéfalos; é provável, portanto, que os crânios braquicéfalos achados no sambaqui de Cidreira sejam Guaranis que se embeberam dos contatos com os Calchaquis, explicando-se,

assim, a presença dos objetos de metal e dos ídolos zoomorfos nas camadas estratigráficas do sítio; 3) O idioma dos Kaingangs está intimamente ligado ao dos Guaianás, grupo ainda vivo na Argentina e que existia em São Paulo à época da Conquista portuguesa; estes dois grupos representam, no Brasil meridional, a família Jê, constituindo uma subdivisão caracterizada por diminutas diferenças lingüísticas; 4) Os indígenas do Brasil meridional agrupam-se, atualmente, em duas famílias: os Guaranis e os Jês; os primeiros são braquicéfalos, os segundos são doliocéfalos, e esta é uma disposição antropológica que vigora desde a Pré-História (Ihering: 1903 a, 167-169).

Ihering repetiu estas teses em *A Origem dos Sambaquis*, artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (Ihering: 1903b), bem como na *Arqueologia Comparativa do Brasil* (Ihering: 1904d) e *A Antropologia do Estado de São Paulo* (Ihering: 1907b). Fez poucas mudanças em suas proposições gerais, ou por outra, acrescentou-lhes novos elementos. Enunciou que havia muitas publicações sobre sambaquis, mas nenhum empreendido por “*pessoa competente*” (Ihering: 1903b, 447). Esse pesquisador competente deveria ser, como o próprio Ihering, um malacólogo, capaz de observar as camadas dos sambaquis e, através do estudo das conchas, aferir a História Natural do sítio. Para se escrever a História Natural dos sambaquis, far-se-ia necessário uma “*corporação científica*”, integrada por zoólogos, geólogos e arqueólogos (Ihering: 1903b, 447). Ihering não abandonou a tese geológica sobre a formação submarina dos sambaquis, mas ratificou-a, mostrando que os sambaquis menores, estes sim, seriam artificiais. Para corroborar esta tese, editou, na *Revista do Museu Paulista*, um artigo do artista plástico Benedito Calixto (1853-1927), com mapas ilustrando o avanço e o subsequente recuo do mar à época da constituição dos sambaquis. Calixto reafirmou, no

artigo, as teses de Ihering: existem sambaquis naturais, de origem pleistocênica, e sambaquis artificiais, construções indígenas (Calixto: 1904).

Como já apontei, as discussões sobre a artificialidade ou naturalidade dos sambaquis foram correntes desde os anos 1870. Ihering adensou os argumentos do defensor mais ardoroso da naturalidade destes sítios arqueológicos, Gustavo Campanema, mas também no-los corrigiu, apontando para a existência de sambaquis artificiais. Esta classificação é, ademais, uma retomada das proposições de Carl Rath, a quem Ihering cita amplamente, bem como daquelas aventadas em comunicações feitas no Congresso dos Americanistas (Muller: 1890). Neste contexto, contudo, as teses de Ihering foram criticadas por dois autores, em artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, exatamente onde Ihering veiculou seu texto sobre a *Origem dos Sambaquis* (Ihering: 1903b).

O primeiro autor foi Ricardo Krone, o pesquisador que enviava regularmente, para o Museu Paulista, crânios e artefatos indígenas provenientes de suas pesquisas nos sambaquis de Iguape. Krone argumentou que os sambaquis seriam unicamente artificiais e pré-colombianos (Krone: 1902). Descrevendo uma minuciosa geometria dos crânios dos sambaquis de Iguape, e comparando os Algarismos de suas medições antropométricas com aquelas realizadas por Batista Lacerda, Rodrigues Peixoto, Soren Hansen (*Lagoa Santa Racen*, 1888) e Quatrefages (*L'Homme Fossile de Lagoa Santa*, 1881), concluiu que nos sambaquis se encontrava a “raça” mais primitiva do Brasil (Krone: 1902, 476).

O segundo autor foi Alberto Löefgren. Löefgren concordou com Krone, reafirmando sua tese de 1893: os sambaquis seriam artificiais e pré-colombianos (Löefgren: 1903). E questionou frontalmente o programa de pesquisa de Ihering: o fato de ser malacólogo não conferia nenhuma autoridade suplementar ao Diretor do Museu Paulista

frente aos outros pesquisadores dos sambaquis, e tampouco a elucidação da História Natural destes sítios explicaria a variedade dos materiais neles encontrados (Löefgren: 1903, 462-463). Além disso, para Löefgren, os sambaquis não teriam formação subaquática, como queria Ihering. Os sambaquis localizados em São Vicente, Cubatão e Santo Amaro, situavam-se em locais altos e estavam perfeitamente estratificados (Löefgren: 1903, 464). Apresentavam, ainda, camadas de húmus que se alternavam com as de conchas. Isto provaria a artificialidade dos sambaquis, pois formações de húmus não se verificam em água salgada (Löefgren: 1903, 465).

Löefgren omitiu deste debate, contudo, que Ihering admitiu a existência de sambaquis artificiais. Ihering classificou-os assim após escavar sambaquis de Santos: o da praia da Guaiuba e da Ilha Casqueirinho. Escavando-os, ele descobriu, desta vez, carvão vegetal e vestígios cerâmicos, as provas que faltavam para determinar o caráter de habitação permanente dos sambaquis. Acresce que os sambaquis de Santos lhe demonstraram pedras de amolar. Tal ocorrência lembrou-lhe a obra *Musée Préhistorique* (1903), de Gabriel de Mortillet, que os classificou como artefatos dos mais primitivos (Ihering: 1904d, 539-540). Ihering, assim, sintetizou suas proposições gerais:

“Fazendo abstração dos morteiros zoólitos, que demonstram um alto grau de perfeição na arte de trabalhar pedras, os artefatos dos sambaquis, em geral, nos mostram uma cultura mais primitiva que os indígenas da época da descoberta, fazendo-nos crer que nela se trate de uma cultura muito anterior” (Ihering: 1904d, 541).

Obviamente, os zoólitos eram obra dos braquicéfalos guaranis; e a cultura “primitiva” era representada pelos doliocéfalos Botocudos, os herdeiros dos povos identificados nos fósseis de Lagoa Santa (Ihering: 1904d, 542; 1907b, 248). Ihering amparou essas conclusões citando, ainda, a Paul Rivet. Resenhando o artigo *La Race de*

Lagoa Santa chez les Populations precolumbiennes de l'Equateur, publicado na *Revista da Sociedade de Antropologia de Paris* (1908), ele sublinhou que suas teses se coadunavam com as de Paul Rivet; o renomado americanista francês também asseverara o parentesco entre os crânios de Lagoa Santa e os Botocudos (Ihering: 1911d, 522-523).

Neste ponto, é hora de atar um dos nós textuais deste capítulo, costurando algumas das linhas argumentativas até aqui apresentadas. As teses arqueológicas de Ihering não eram sabidas somente pelos cientistas e pelo público ilustrado. Organizadas, por meio de exposições temporárias e permanentes, numa narrativa material, elas foram apreciadas por um público mais amplo. Com estas exposições, Ihering consagrou o ideal de instrução e serviço público, tão caro aos republicanos, e que fora por ele enunciado no ato de inauguração do Museu Paulista. Sancionou, ainda, o princípio de separação das coleções, as exclusivas dos gabinetes de estudo e aquelas a serem vistas pelo público. Houve assim, no Museu Paulista, uma acentuada relação entre Museu, Arqueologia e Educação.

Tal relação recua, no mundo ocidental, ao final do século XVIII, a partir do momento em que os Museus se favoreceram pelo desenvolvimento das ciências. O fascínio pelos objetos provenientes das escavações (na verdade, fascínio originado no Renascimento, mas que ganhou maior vitalidade com as descobertas de Pompéia e Herculano e dos primeiros fósseis humanos), as classificações e a sistemática da História Natural e da Arqueologia, a passagem das coleções para o controle do Estado, permitiram uma nova organização dos museus. Inaugurou-se, desde então, uma nova relação com o público, marcada pela Educação (Poulot: 1983, 13-33). Os museus tornaram-se, assim, extremamente populares; calcula-se que entre cinco e dez por cento da população mundial, obviamente aquela nucleada nos centros urbanos, visitava os museus (Pyeson e Sheets-Pyeson, 1999, 55).

No Museu Paulista, o público nunca esteve ausente, não obstante Ihering declarar desinteresse pelas suas conferências sobre a origem do homem sul-americano. Nos Relatórios anuais, sempre se calculou estatisticamente as visitas públicas. Em 1914, para mencionar apenas o último Relatório da administração de Ihering, registrou-se, para os anos de 1911 e 1912, respectivamente, 91.025 e 78.485 visitantes (Rodolfo von Ihering: 1914, 7-8). Mas as teses de Ihering atravessavam, também, as fronteiras de São Paulo. Na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1908, o Museu Paulista concorreu com uma montagem de cenários indígenas – exatamente como ele propunha com o princípio da separação das coleções: os cenários tornariam as exposições mais atrativas ao público. No Relatório de 1911, há uma descrição que nos fornece uma imagem dos cenários indígenas:

“Em um pavilhão especial, junto ao Morro da Urca, o Dr. Hermann von Ihering expôs grupos de diversas tribos de índios deste Estado, como os Cayuás, Coroados ou Kaingangs e Xavantes. Estas tribos de indígenas estavam representadas cada uma por duas ou três figuras de índios (...). Cada um destes três grupos (...) estava disposto de tal forma que mostrava os respectivos índios em suas habitações, características para a tribo que representavam, e rodeavam-nos os seus utensílios e suas armas igualmente características” (Hermann e Rodolfo von Ihering: 1911, 5-6).

Os índios de cera, rodeados por “seus artefatos” e emoldurados por “cenas selvagens”, compostas meio que à maneira de Rudyard Kipling (1865-1936), laurearam o Museu Paulista na Exposição Nacional. Após ganhar o prêmio, Ihering providenciou a compra de quatro novos armários para a Sala de Arqueologia e Etnografia do Museu Paulista. Num deles, expuseram-se os artefatos arqueológicos e etnográficos dos índios de São Paulo: Guaranis, Kaingangs e Xavantes; nos outros, coroando a racionalidade do arranjo, encerravam-se artefatos líticos e cerâmicos dos sambaquis, ao lado de uma coleção

Calchaqui e objetos vários dos Incas, exatamente aquelas coleções compradas a partir de 1904. Rodolfo von Ihering resume bem a finalidade pedagógica da sala de Arqueologia e Etnografia:

“Segundo estudos feitos neste Museu, nesta matéria de Arqueologia comparada, a cultura pré-histórica do Brasil meridional foi em certa época largamente influenciada pela cultura antiga do Peru, sendo por este motivo de grande proveito para os nossos estudos e de interesse para os visitantes, poder-se comparar desta forma diretamente os respectivos documentos destas duas culturas” (Rodolfo von Ihering: 1914, 10).

As exposições, pois, sacramentavam as teses de Ihering: um Brasil das diásporas arqueológicas sul-americanas ao lado de um Brasil primitivo. O público que acorria ao Museu Paulista poderia aprendê-las lendo uma narrativa material. As exposições, assim como os textos arqueológicos de Ihering, não eram suportes de símbolos nacionalistas. Resultaram de um problema de Arqueologia regional, comparativa. Contudo, não deixavam de expressar identidades culturais de grupos que ainda estavam vivos, os doliocéfalos, os “índios bravios” que perambulavam por um território ainda primitivo, para os quais Ihering planejava uma política colonial.

4.6 “Pertencerá a terra ainda aos primitivos donos?”: Guerra Justa e Governo Científico

As exposições arqueológicas de Ihering funcionavam como uma pedagogia do Outro. Expressiam para o público os grupos indígenas tanto em seus ofuscados brilhos culturais, no que tange à ponte arqueológica entre os Andes e o Brasil, quanto em sua opacidade, no que se refere à Pré-História e à Etnografia dos grupos “primitivos”. Tratava-se, para falar como Foucault (1992, 139-178), de ordenar as coisas, isto é, no caso da

Arqueologia, agrupar os artefatos em seus traços comuns e introduzir, para o público, uma linguagem sobre o mundo arqueológico. Mas que linguagem seria essa? Qual é a sintaxe política, a gramática do poder, que a regulou? O olhar classificatório dirigido aos artefatos não estava, como nunca o está em Arqueologia, desvinculado de liames políticos (Champion: 1991); as interpretações arqueológicas são sempre premidas pela historicidade dos conflitos (Wood e Powell: 1993). A cultura material apresenta múltiplas funções na criação e manipulação de identidades culturais, especialmente nos contextos de luta política (Jones: 1999, 222; Thomas: 2005; Little e Shackel: 1992).

Desde o Império a institucionalização da Arqueologia se prendeu às malhas da Economia Política e da Geopolítica. Nos textos arqueológicos sempre há, mesmo que de forma alusiva, prescrições para o governo dos índios; para a colonização dos povos nativos e dos territórios por eles ocupados. Mesmo cientistas não vinculados formalmente aos espaços institucionais da Arqueologia, como Ricardo Krone, selavam seus estudos com o timbre da política. Em seu texto publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Krone alerta para a necessidade de se preservarem os sambaquis. Convoca novos pesquisadores para escreverem sobre temas etnológicos, pois diariamente se perdiam “tesouros arqueológicos” que deveriam ser “utilizados pela ciência” (Krone: 1902, 479). O apelo de Krone, ao contrário do que aparenta, não é apenas preservacionista. Para tornar seu texto cientificamente útil, ele o ofereceu não apenas para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, mas também para uma outra instituição paulista: a Sociedade de Etnografia e Civilização de Índios (Krone: 1902, 479).

Esta instituição inaugurara-se em 1901, um ano antes da publicação do texto de Krone. Teve vida efêmera, conquanto dispusesse de uma estrutura burocrática que lhe permitiu editar uma revista. Dentre os membros da Sociedade, figuravam uma série de

sacerdotes, advogados e positivistas de São Paulo. As linhas de atuação para “civilizar” os indígenas foram objeto de intenso debate (Gagliardi: 1989, 100). Dele participaram dois personagens centrais para a institucionalização da Arqueologia no Brasil: Couto de Magalhães e Ihering. O primeiro, numa das reuniões da Sociedade, reiterou os mesmos argumentos enfileirados em *O Selvagem* (1935 [1876]) e na *Memória sobre as Colônias Militares, Nacionais e Indígenas* (1875): a Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios realizaria o “*dever moral dos conquistadores cristãos*” – conquistaria muitas terras e braços já adaptados ao clima brasileiro, aumentando as riquezas nacionais.

Ihering, por sua vez, afirmou que a civilização dos indígenas far-se-ia por meio de duas atividades interligadas: a humanitária e a científica. Na primeira esfera, a humanitária, tratar-se-ia de coligar o Estado às ordens religiosas; os cofres públicos financiariam e fiscalizariam os trabalhos missionários. Na segunda esfera, o Estado deveria prestar auxílios a comissões científicas que viajariam pelo Brasil e coletariam materiais arqueológicos e etnográficos. As coleções dos museus brasileiros, para Ihering, eram insignificantes, quando comparadas àquelas existentes nos principais museus europeus. E somente coleções completas e sistematizadas definiriam um saber útil: conhecer os indígenas, para utilizar uma expressão evangélica – tão cara a esta Sociedade onde se reunia um bom número de sacerdotes –, era um modo de separar o joio do trigo, os índios primitivos dos semi-civilizados, os “*bravos*” dos “*mansos*”²⁹.

O surgimento da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios explica-se, neste contexto da virada do século XX, graças à recomposição do processo de colonização das terras indígenas, instigado, no Sul e Sudeste do Brasil, pela imigração de colonos

²⁹ - Cf. Ata da 1ª Sessão da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios, 12/5/1901. **Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios**, (1): 1, 1901, para as participações de Couto de Magalhães e Ihering.

estrangeiros e a consolidação do trabalho assalariado. Em São Paulo, seguia-se a marcha para o Oeste, em busca de novas terras para a expansão da economia cafeeira. Ocupou-se a região entre Campinas e Ribeirão Preto, uma onda verde que se estendia mais e mais para o Oeste, lançando seus tentáculos agro-exportadores em novos territórios, até as imediações do Rio Paraná (Furtado: 1974, 110-116; Prado: 1970, 157-167; Gagliardi: 1989, 59-63). A região foi cortada pelos fios do telégrafo e pela via férrea; à Companhia Mojiana de Estrada de Ferro somou-se a Noroeste do Brasil (Azevedo: 1950), armando-se a infra-estrutura necessária para a consolidação do capital cafeeiro (Perissinotto: 1994, 37). No Sul do Brasil, especialmente em Santa Catarina, a expansão através dos territórios nativos fez uma outra lógica. Incentivavam-se os colonos estrangeiros a comprar lotes de terra, formando-se uma rede de pequenas propriedades dedicadas à agricultura intensiva (Gagliardi: 1989: 65).

Entre os trilhos da ferrovia e a divisão das terras em minifúndios e latifúndios, interpôs-se a resistência dos povos indígenas. Etnias do grupo Jê, os Kaingang e os Xokleng, debatiam-se em armas com os colonos, fazendeiros, trabalhadores e engenheiros das ferrovias – e também com cientistas, como vimos a propósito de uma expedição da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Organizaram-se contra-ofensivas, as “dadas” ou “batidas”, expedições de represália e extermínio dos Kaingang e Xokleng, financiadas por fazendeiros e conduzidas pelo “bugreiro”, o defensor do colono (Mota: 1994: 93-97; Gagliardi: 1989, 63-68). A crônica destas guerras era amplamente divulgada pela imprensa, chegando até mesmo nos salões do certame de 1908 do Congresso Internacional dos Americanistas (Gagliardi: 1989, 68).

Na Primeira República, as elites afiavam suas armas para a luta pela hegemonia política. Havia os interesses da classe agro-exportadora representada pelo capital cafeeiro; a

presença, em diversas formas, do capital estrangeiro; e as forças sociais ativas da burguesia industrial, cuja produção voltava-se para o mercado interno. Os conflitos destas classes sociais nos blocos de poder da Primeira República regeram as relações entre o capital cafeeiro, o Estado e o capital estrangeiro, relegando ao ostracismo político a burguesia industrial (Perissinoto: 1994, 245-246; Fausto: 1985). Os Kaingangs e os Xoklengs, neste contexto, obviamente não eram frações de classes sociais a disputar influências na órbita das ações estatais e da política econômica. Contudo, eles, durante a Primeira República, ameaçavam em algumas áreas os interesses hegemônicos do capital cafeeiro, do capital estrangeiro e do Estado Nacional. Eram fatores de contra-hegemonia; óbices no processo de avanço da economia agro-exportadora, de repartição das terras entre os colonos estrangeiros e do avanço das fronteiras do Estado Nacional.

Como disse Pierre Clastres (a propósito dos Guaranis), a História das “sociedades primitivas” narra um permanente esforço para impedir os chefes de serem chefes; a História dos povos primitivos não é a História da luta de classes, mas da luta contra o Estado (Clastres: 1978, 151). O que fazer, pois, para incutir o “rei” nas cabeças dos indígenas? Ou, em termos mais republicanos, como proceder para torná-los cidadãos? Reformula-se nesta quadra histórica, portanto, a moldura do problema político que institucionalizou a Arqueologia durante o Império: é possível estabelecer um pacto social com os indígenas? Como se pode governá-los? Como colonizar um território primitivo, que resiste aos ditames da civilização? Expandir as fronteiras do café e do Estado Nacional, bem como garantir a paz nos minifúndios do Sul do Brasil, não requeria somente os disparos das armas de fogo.

A construção de uma hegemonia, como nos mostra o historiador indiano Ranajit Guha, serve-se do caráter instrumental das disciplinas científicas, a fim de apagar as contradições internas, obliterar os grupos subalternos, amalgamar identidades culturais

heterogêneas sob o signo homogêneo de categorias universais – O Estado, a Nação, o Capital (Guha: 1988; 39). Os fundamentos de uma hegemonia são edificados pela apropriação do passado e do presente dos grupos subalternos; pela confecção de narrativas que pintam um quadro maniqueísta: colonos e colonizados; governantes e governados; “primitivos” e “civilizados” (Guha: 1997, 3). No caso da Primeira República, a exemplo dos contextos coloniais, um dos principais objetos de disputa, aquilo pelo qual se lutava para fundar-se uma hegemonia, era a terra, a delimitação do território, a expansão do Estado Nacional e do capital. Quem possuía a terra, quem teria o direito de explorá-la, quem a conquistou e planejaria seu futuro, todas essas questões, conforme Edward Said (1995b, 13), foram pensadas, e até mesmo decididas, pelas narrativas e, podemos acrescentar, pelas disciplinas científicas.

As pesquisas de Ihering cozeram-se firmemente à confecção da hegemonia pretendida pelas elites da Primeira República. Ihering sempre pensou seu trabalho como promotor de progresso para o Estado. Já em seu discurso inaugural, no ato de posse como diretor, ele destinou ao Museu Paulista a missão de “*conhecer a distribuição geográfica, o modo de viver das diversas espécies e sua importância sob o ponto de vista econômico*” (Ihering: 1895b, 21). Ele intentava estabelecer, com suas pesquisas, o conhecimento exaustivo da natureza do Brasil, e, assim, o Museu Paulista haveria de “*prestar serviços importantes*” (Ihering: 1895b, 24).

Quais serviços seriam esses? Tendo como modelo os museus dos Estados Unidos, Ihering, em *A Organização Atual e Futura dos Museus de História Natural*, defendeu a aliança entre naturalistas e capitalistas (Ihering: 1907a, 440). Os elos desta aliança seriam soldados pelas viagens científicas. Cobrindo amplas porções do território nacional – desde a Bahia e Minas Gerais até o longínquo Rio Juruá, na Amazônia –, as viagens científicas

cumpridas pelo Museu Paulista seriam úteis a “*todos os que se interessam pela exploração científica do país*” (Ihering: 1897a, 5). Uma das utilidades seria a de desbravar porções cientificamente desconhecidas do Estado de São Paulo, como o curso inferior do Rio Tietê. Para aparelhá-las, Ihering sempre solicitou recursos do Estado (Ihering: 1902a, 11). Recursos que ele procurava obter oferecendo, em troca, planos de colonização, de exploração capitalista dos territórios.

Assim, ao realizar uma expedição à Ilha de São Sebastião, em 1897, Ihering estudou a fauna marinha da costa paulista e avaliou as condições da região para criar uma Estação Biológica (Ihering: 1897d). A Estação Biológica, além de ponto estratégico para as pesquisas do Museu Paulista, tornar-se-ia, segundo Ihering, um marco simbólico do Estado de São Paulo, um signo de civilização. Pois a região era rarefeita deles. Ao lado de suas descrições geográficas, geológicas e zoológicas, Ihering narra toda a bizarria da pobreza local, onde havia casas em ruínas, além das péssimas condições das frotas de paquetes e das linhas férreas.

Mas, segundo Ihering, o futuro modificaria este cenário (Ihering: 1897d, 139). A Estação Biológica da Ilha de São Sebastião, segundo Ihering, seria a primeira do gênero na América Latina (Ihering: 1897d, 163); organizada institucionalmente pelos moldes das estações biológicas existentes na Europa e Estados Unidos, traria consigo uma série de benfeitorias, a incrementar a higiene pública, a navegação, os transportes e o comércio (Ihering: 1897d, 141). E Ihering, num discurso liberal, aponta os caminhos a serem trilhados pelo Governo:

“Questão não menos importante é a do porto de São Sebastião e da estrada de ferro que deve ligá-lo à rede de vias férreas do Estado de São Paulo e Minas. Motivos imperiosos de economia nacional exigem que todo o comércio da capital e do interior não

esteja sempre dependente de uma única estrada de ferro. Só a concorrência regula as tabelas de fretes de modo justo e conveniente, e se o desenvolvimento do progresso do Estado e dos territórios vizinhos exigem neste sentido a descentralização, o porto que mais vantagens oferece é incontestavelmente o de São Sebastião. O Porto de São Sebastião é uma riqueza natural – Oxalá que venha breve o tempo em que seja aproveitado esse tesouro que a natureza ofereceu ao Estado de São Paulo, em proveito da vida comercial da região costeira” (Ihering: 1897d, 142).

Há, nesta passagem, mais do que as seduções de um naturalista, a encantar o Governo para construir uma Estação Biológica. Não há cisão entre Estação Biológica e discurso liberal, entre institucionalização das Ciências Naturais e de promoção do capitalismo, entre pesquisa científica e colonização de terras. História Natural e Economia Política. Quando descrevemos historicamente uma ciência, é possível perceber-se suas ligações a modos de codificação diversos, suas imbricações com outros tipos de discurso (Pêcheux: 1990, 132); quando analisamos uma determinada ciência, aparecem à superfície do texto saberes marginais, ou marginalizados pela noção daquilo que Deleuze e Guattari (1980, 446) chamaram de ciência régia (*science royale*), soberana, a dominar toda a espessura do texto.

Tal questão se clarifica nos textos que elegeram Ihering como precursor da Ecologia (Losano: 1992). Neles, vemos se imiscuírem outros tipos de discurso e projetos políticos. De fato, Ihering escreveu alguns artigos sobre legislação de proteção à flora e à fauna, realizando, para tanto, estudos sobre a distribuição de campos e matas no Brasil (Ihering: 1902d; 1907e; 1911e; 1914). Mas o que estava em jogo não era só a conservação de reservas, a preservação dos objetos de estudo dos naturalistas, a preocupação com o

equilíbrio ambiental. Estas questões, sem dúvida, permeiam os seus textos; mas não são as únicas.

Tomemos como exemplo o artigo *Devastação e Conservação das Matas*, escrito em 1911 para uma conferência na Universidade Popular de Piracicaba. Pode-se lê-lo como uma proposta de legislação que visa a maximizar as forças produtivas. Inspirando-se na legislação dos Estados Unidos e da Argentina, Ihering elaborou um plano de quinze itens, propondo normas que regularizariam o corte de madeira para exportação e fabricação dos dormentes das ferrovias; que promulgariam impostos territoriais no mercado de terras, a obrigatoriedade de replantar as florestas utilizadas pelas indústrias químicas e de extração e a organização de Institutos de Silvicultura. Ele contava, para a execução de seu plano, com o recém criado Ministério da Agricultura; sua idéia, em síntese, era a de formar um Serviço Florestal no Brasil, com parques municipais e reservas florestais (Ihering: 1911e, 498-500).

Para Ihering, o primeiro passo para a conservação das matas e formação de parques ecológicos deu-se com a instalação da Estação Biológica do Alto da Serra, a “vila Darwin” (1911e, 448-449), para a qual, como já demonstrei, ele tentou captar recursos através das conferências sobre a origem do homem americano; criada, em 1909, com o financiamento de várias empresas (Companhia Paulista, São Paulo Railway, Companhia Mogiana) e Câmaras Municipais, a Estação foi mantida pelo próprio Ihering. Ana Maria Alves de Alencar argumenta apropriadamente que uma das finalidades de Ihering, ao criar a Estação Biológica, foi o de colaborar com a higiene pública (Alves: 1998, 123).

A higiene e a saúde pública ligavam-se, neste contexto, a duas idéias mestras. A primeira era uma palavra de ordem para as elites da Primeira República, a idéia de modernização (Magalhães: 2000, 20), impulsionada pelos processos de urbanização e industrialização nas principais capitais brasileiras. Daí a institucionalização de disciplinas

científicas, como a Engenharia Sanitária, ensinada nos cursos de Engenharia Civil das Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e São Paulo (Vargas: 1994, 195). Vivia-se, então, o que Gilberto Hochman (1998) nomeou apropriadamente como a Era do saneamento. Criaram-se uma série de instituições dedicadas à pesquisa médica e microbiológica, onde atuaram renomados cientistas, tais como Oswaldo Cruz (1872-1917), Adolfo Lutz (1855-1940), Vital Brazil (1865-1950) e Carlos Chagas (1879-1934): no Rio de Janeiro, o Instituto Manguinhos, onde Oswaldo Cruz coordenou pesquisas para debelar a varíola, a peste bubônica e a febre amarela (Stepan: 1981; Benchimol: 1990; 1994); em São Paulo, durante o Governo de Bernardino de Campos (1841-1915), formou-se o Serviço Sanitário de São Paulo, responsável pela organização do Instituto Vacinogênico (1892), do Instituto Bacteriológico (1893), do Instituto Butantan (1899) e, mais tarde, do Instituto Pasteur (1903) (Nagamini: 2004b, 200-201; Dantes e Almeida: 2001)³⁰.

A segunda idéia mestra sobre a higiene e saúde pública absorveu o mundo rural. Via-se o Brasil como um grande hospital, um Brasil doente, do Jeca Tatu de Monteiro Lobato (1882-1948); concepção que condicionou uma ampla campanha médica sobre o saneamento rural (Lima e Hochman: 1996). O móvel político para as campanhas médicas de higiene, saneamento e saúde pública nas regiões rurais foi a ideologia de construção da nacionalidade, de integração do país e revigoramento das “raças” (Santos: 1985; Costa: 1985; Teixeira: 2001, 168). Isso explica, por exemplo, as viagens científicas do Instituto

³⁰ - É preciso enfatizar que as pesquisas e atuações políticas destes institutos coalharam-se de conflitos. Em São Paulo, a emergência da microbiologia enfrentou cerrada oposição de setores da classe médica e da sociedade civil. Os debates e críticas centravam-se na diversidade das concepções médicas e profilaxia das doenças, bem como na polêmica utilização de cobaias humanas, no Hospital de Isolamento do Serviço Sanitário, em pesquisas sobre a transmissão da febre amarela pelo mosquito hematófago então conhecido como *Stegomyia fasciata* (hoje conhecido como *Aedes aegypti*) (Almeida: 2003). No Rio de Janeiro, as políticas de higiene conduzidas por Oswaldo Cruz, o Instituto Manguinhos e os poderes públicos, que decretaram medidas autoritárias em torno ao projeto de vacinação obrigatória contra a varíola, desencadearam uma oposição política ainda mais radical da sociedade civil, como nos mostram os eventos de 1904, relativos à Revolta da Vacina (Carvalho: 1997, 91-139; Sevchenko: 1984).

Manguinhos, que percorreram a Bahia, Pernambuco, Pará e Goiás. Além de revelarem as doenças que consumiam a população do interior do Brasil, tais viagens associavam-se à construção de ferrovias, às avaliações sobre o potencial econômico de rios como o São Francisco e aos trabalhos da Inspetoria de Obras contra as Secas (Albuquerque et al: 1992).

Pode-se dizer que os trabalhos de Ihering se afinavam com os realizados em outros institutos científicos do Brasil³¹. Embora ele não tenha atuado diretamente no campo da microbiologia, seus projetos miram exatamente no alvo dileto da segunda idéia mestra das campanhas médicas de saneamento e higiene públicas: as regiões rurais e, no caso de Ihering, principalmente as chamadas “matas virgens”, em vias de apropriação pelo Estado Nacional. As pesquisas de Ihering, como alavancas da economia capitalista, projetam-se no universo da Economia Política: ao avaliarem, a exemplo das viagens científicas do Instituto Manguinhos, o potencial econômico das regiões pesquisadas, lançam propostas para a racionalização do uso da terra e dos recursos naturais. Sua produção arqueológica e etnográfica não fugiu a essa lógica; porém, Ihering visava não o homem doente do campo, não o Jeca Tatu, mas as populações “primitivas”.

Tanto é assim que, em seus ensaios arqueológicos de maior fôlego – *A Civilização Pré-Histórica no Brasil Meridional* (1895a) e *Arqueologia Comparativa do Brasil* (1904d) – encontram-se enunciados sobre a “questão indígena”, isto é, sobre os nativos como empecilhos para a efetivação do mundo moderno nos “sertões” do Brasil e, particularmente, nos Estados de São Paulo e Santa Catarina. Um exemplo destes enunciados é a primeira epígrafe deste capítulo. Num ensaio onde, a princípio, se esperaria somente enunciados

³¹ - O Museu Paraense também participou deste processo. Emílio Goeldi realizou uma série de pesquisas em entomologia médica e etiologia da febre amarela (Sanjad: 2005, 327-347).

arqueológicos, vê-se Ihering interrogar-se sobre a razão das locomotivas e do telégrafo em lugares onde populações “analfabetas e indolentes” viviam na “barbárie”.

A política colonial de Ihering deriva dos mecanismos de sua gramática da pertença, com todas as adjetivações e substantivações identitárias que ela comporta. Uma gramática da pertença que aparece, como já apontei, em sua exposição permanente no Museu Paulista – os dois “Brasis primitivos”: o herdeiro dos contatos incaicos, representado pelos Guaranis, e o herdeiro dos Jês, cuja hereditariedade remonta às levas mais “primitivas” que ocuparam o Brasil. Se esta exposição pública não se situava numa arena de símbolos nacionalistas, isto não significa que ela não expressasse identidades culturais. As exposições arqueológicas e antropológicas, ao representarem identidades indígenas, são inevitavelmente políticas; geralmente, elas descrevem uma equação arqueológica: a equiparação entre um povo, uma língua, um conjunto de artefatos e um território (Levy: 2006).

Desde o Império, esta classificação que dividiu Jês e Guaranis fez-se atiladamente. Ihering, portanto, não instituiu uma classificação antropológica nova. A dicotomia entre Guaranis e Jês, braquicéfalos e doliocéfalos, habitantes com laivos de civilização do litoral brasileiro e povos ancestrais dos moradores dos sambaquis, estipulara-se, ainda no Império, dentre outros, por João Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto (Lacerda: 1876; 1879; 1885a; Lacerda e Peixoto: 1876; Peixoto: 1885). Ihering partilhou das conclusões de Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto: os crânios dos sambaquis remetiam a uma linha hereditária que se iniciava em Lagoa Santa e findava com os Jês. Porém, Ihering embasou melhor esta classificação, descrevendo coleções de artefatos e as línguas Jês, analisando o contexto das transformações geológicas e paleontológicas da América do Sul e os debates sobre a origem das populações americanas. Além disso, estudando as cabeças mumificadas dos

Mundurucus, corrigiu as medidas antropométricas dos Jês feitas por Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto, revisando, ainda, os números e tabelas divulgados por Rudolf Virchow (1888b), Blumenbach e Ratzel (von Ihering: 1907f, 180-184)³².

O que esta classificação demonstra é a noção de ambivalência presente no interior das idéias racistas e nos contextos coloniais. Tal noção, proposta inicialmente pelo psiquiatra Frantz Fanon em *Peau Noire, Masques Blancs* (1952), é discutida, ainda hoje, em termos psicológicos e psicanalíticos. Mas ganhou, principalmente com Hommi Bhabha (1994), diversos acréscimos advindos da teoria dos tropos. A noção de ambivalência permite, em primeiro lugar, analisar a produção de estereótipos em um determinado contexto histórico; os estereótipos entendidos como uma adstrição radical da alteridade, como a essencialização de diferenças “raciais” e culturais por meio das quais se organizam hierarquias sociais e se institucionalizam formas de governo e controle político (Bhabha: 1994, 83). Em segundo lugar, a noção de ambivalência mostra-nos que às vezes é mais produtivo analisar o estereotipador do que o estereotipado. O ato de estereotipar não é propriamente o estabelecimento de uma falsa imagem; não é uma metáfora imperfeita, mas sim um modo de conhecer os desejos, ambições e propósitos de quem estereotipa.

Tomemos como exemplo da produção de estereótipos e ambivalências a Exposição Antropológica de 1882. Neste evento, as classificações que apartaram Tupi-Guaranis e Botocudos/Jês não apenas esboçaram uma identidade nacional em pautas teleológicas, atrelando o presente ao passado “civilizado” dos Tupis, como sempre argumentaram os estudos de Literatura e Historiografia no Brasil³³. Não há somente o fruir de um idílio romântico e nacionalista com o nativo “civilizado”, a quem se acata no plano

³² - Em *A Arqueologia Comparativa do Brasil* (1904d, 524-526), Hermann von Ihering também corrige as medidas feitas por Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto.

³³ - Para um texto mais recente que reproduz esta interpretação “clássica”, Cf. Langer e Santos (2002).

historiográfico e literário, ao lado de uma empedernida rejeição e detração do Botocudo. Há também um desejo de conhecer cientificamente os “degenerados”, os “primitivos”. Há, ainda, uma preocupação político-econômica com os Botocudos. Esta se manifesta em um experimento de Batista Lacerda, publicado na *Revista da Exposição*. Ele comparou, por meio do dinamômetro³⁴, a força física de dois Botocudos com a de dois “*indivíduos civilizados da raça branca*”; após repetidas experiências, concluiu que a “*força muscular do braço indígena era inferior à do branco civilizado*” (Lacerda: 1882b, 6). Tal experiência estreita-se diretamente a estratégias políticas e à utilização da Antropologia com ciência de governo. Nas palavras de Lacerda:

“O índio não poderia substituir o negro como elemento de trabalho; a sua produção seria descontínua, necessitando de intervalos maiores de repouso (...). Eis aí como de um problema antropológico deduz-se um problema econômico e industrial, o que mais uma vez demonstra que a antropologia não é uma ciência meramente especulativa, mas que ela é suscetível de ter aplicações práticas” (Lacerda: 1882b, 7).

Os estereótipos com que a Arqueologia e a Antropologia cobriam os Botocudos enunciam, pois, um problema de governo científico dos índios, de colonização de territórios. Afinal, a “torva” cultura dos Botocudos ainda coalhava de primitividade o território nacional. Para efeito de governo científico dos índios, os Botocudos, classificados por Lacerda como “raça” postada no último degrau evolutivo da humanidade, culturalmente mais inferiores do que os aborígenes australianos (Lacerda e Peixoto: 1876; Lacerda: 1882c), nem sempre são contrastados com os Tupis. Estes, de fato, foram metamorfoseados

³⁴ - Essas experiências de medição da força indígena por meio do dinamômetro fora sugerida, nos anos 1850, por Manoel de Araújo Porto Alegre (1856), no âmbito das orientações para a Comissão Científica Brasileira. Gonçalves Dias foi incumbido de comprar um dinamômetro na Europa, juntamente com outros aparelhos científicos (craniômetro e cefalômetro), para a Comissão Científica. A este respeito, bem como sobre a compra de outros materiais para Comissão, Cf. Kury (2001b) e Pinheiro (2002).

em valentes espartanos, metaforizados e versificados como nobres e civilizados pela poesia indigenista; mas esta verve poética nem sempre se anunciou nos textos arqueológicos e antropológicos. Gonçalves Dias, como já enfatizei, olhando para os Tupis ainda vivos, não enxergou, em suas avaliações arqueológicas e etnográficas, mais do que um vulto eclipsado de um passado civilizado. O que o levou a pontificar que, no futuro, não se poderia evitar o choque da civilização com a barbárie. Como poeta, Gonçalves Dias sabia manusear figuras de linguagem: choque, neste caso, é um claro eufemismo a sugerir o extermínio dos indígenas “degenerados” que povoavam o Brasil (Ferreira: 2003c).

É preciso salientar, por outro lado, que os Botocudos foram efetivamente valorizados cientificamente durante a Exposição Antropológica. E isto graças ao prestígio dos debates americanistas sobre a origem do homem americano. Estudá-los significava engrandecer uma instituição científica, neste caso, o Museu Nacional, e, no mesmo passo, projetar a carreira do cientista, organizador da exposição e Diretor da instituição, Ladislau Neto. A Exposição Antropológica não pode ser compreendida desconsiderando-se o contexto científico latino-americano e internacional. Ladislau Neto, em seu discurso de abertura, afirmou que a Exposição ergueria o Império do Brasil ao “*nível da intelectualidade universal*”, isto é, da Europa e dos Estados Unidos (Neto: 1882e). Aproveitando-se do sucesso obtido com a Exposição, que lhe rendeu a mais alta condecoração do Império, a Ordem da Rosa, Ladislau Neto pretendeu organizar, para o ano de 1884, uma Exposição Antropológica Continental Americana, para a qual imaginou a construção de um edifício monumental³⁵. Sua idéia era colocar o Brasil à frente dos demais

³⁵ - Ladislau Neto já sugere isso em seu discurso de abertura: “*Este certame é uma simples tentativa, ou melhor, é o primeiro ensaio de um empreendimento, para o qual vejo que se dilatam amplos e atrativos horizontes, donde novas e mais largas conquistas nos estão convidando a mais seguidos e porventura a mais arriscados cometimentos*” (Neto: 1882e, 78).

países da América do Sul no campo dos estudos arqueológicos e antropológicos (Lopes: 2001b, 92-93).

Parafraseando Fanon, pode dizer-se que o cientista branco veste a “máscara vermelha”. Mas somente para entrar prestigiosamente no mundo “universal” da ciência. Vestir a “máscara vermelha” implica esforçar-se para compreender os significados antropológicos e arqueológicos do Outro “primitivo”. Revela a ambição de participar de um debate internacional, bastante popular naquela quadra histórica. Ora, essa ambivalência, presente na Exposição Antropológica de 1882, pulsa também em Ihering. Afinal, circunscrever um Brasil primitivo resulta em convites para conferências internacionais sobre a origem do povo americano, como a que ele realizou na Alemanha. Mas, de outro lado, nos textos arqueológicos de Ihering a gramática da pertença enuncia, afinal, o lado perverso da ambivalência: a enunciação de sujeitos nativos estigmatizados por estereótipos coloniais, passíveis de serem submetidos a um governo científico.

Assim, em seu estudo sobre as cabeças mumificadas dos Mundurucus há uma farta produção de estereótipos – as “*cabeças troféus*” servem-lhe para analisar os comportamentos culturais dos nativos do continente americano; mais do que isso, um determinado comportamento cultural do passado, a mumificação de cabeças, torna-se índice para avaliar o *habitus* dos nativos do presente. Ihering descreve um rol de cenas bárbaras: os tupis traziam consigo troféus, crânios e ossos das vítimas de guerra, sendo que os crânios usavam-se como taças (Ihering: 1907f, 180). Os indígenas, os quais Ihering nomeia como as “*inúmeras hordas de selvagens*”, eram antropófagos que viviam em “*contínuas rixas e guerras*” (Ihering: 1907f, 179).

A inscrição de estereótipos na pele, na “raça” Jê, já aparece no ensaio *A Civilização Pré-Histórica no Brasil Meridional* (1895a). Ihering descreve os índios Pampas da

Argentina, índios que seriam culturalmente semelhantes aos Botocudos, os quais, Ihering mostra-o a partir das crônicas coloniais, sempre mantiveram contato. Não se poderia compactuar politicamente com os Pampas – logo, com os Botocudos. Afinal, já no Período Colonial, eles incendiavam navios e edifícios, apanhavam “*com laço e flecha o veado de suas vastas planícies cujo sangue chupavam ainda quente, como até hoje fazem os índios do sul da República Argentina*” (Ihering: 1895a, 128).

Estereótipos coloniais, seguindo-se à defesa da guerra justa. Ihering colecionava avidamente não só artefatos, mas também artigos de jornais que narravam os “*assaltos*” de índios aos sertanejos do Brasil. Os Botocudos e suas destruições em fazendas e cidades das “*colônias alemãs*” de Santa Catarina são frequentemente citados por Ihering; e, neste sentido, ele legitima a ação do Estado do Rio Grande do Sul, que, ao descobrir “*campos de bugre*”, declarou-lhes guerra (Ihering: 1895a, 39). Vencida a guerra, nas palavras do Diretor, “*os progressos da civilização não se interromperam mais no Rio Grande do Sul, enquanto que em Santa Catarina os Botocudos continuam a causar desastres*” (Ihering: 1895a, 40).

Os Jês sempre cometeram, conforme Ihering afirma em *A Antropologia do Estado de São Paulo* (Ihering: 1907b), uma série de crimes e assassinatos no vale do Paranapanema. O naturalista, neste texto, faz a crônica desses “*assaltos*”. E, após interpretar os dados antropológicos e arqueológicos do Estado de São Paulo, ele concluiu pela pobreza cultural dos “*indígenas paulistas*”. O que lhe autorizou a sentenciar o extermínio dos Kaingang que resistiam ao avanço da colonização do Oeste paulista:

“*Os atuais indígenas do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Kaingang selvagens são um*

empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio” (Ihering: 1907b, 215).

São bem conhecidos os debates ocasionados por esta sentença de morte declarada por Ihering. Uma chuva de críticas e diatribes desabou sobre a cabeça de Ihering, vinda de todos os quadrantes: do Museu Nacional, do Instituto Agrônomo de Campinas, e, sobretudo, de vários jornais de circulação nacional, como *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Comércio*. Ihering respondeu a todas essas críticas, mas sua imagem, depois deste episódio, desgastou-se extremamente. José Mauro Gagliardi (1989) analisou este debate, compulsando as fontes disponíveis. Mas, conquanto tenha feito uma pesquisa rigorosa, destacando as lutas de resistência indígena em meio aos processos de colonização dos sertões brasileiros, fendeu sua análise com um maniqueísmo. Para ele, é como se o cenário descrito por Marx no *Dezoto Brumário* (1852) se repetisse (não como farsa, mas como tragédia) na Primeira República, onde dois blocos de classe social se debatiam: um grupo conservador ligado às oligarquias republicanas e à Igreja católica – ao qual Ihering estaria filiado, e que propugnava a domesticação dos indígenas sob a tutela das ordens religiosas; e um grupo progressista cuja inspiração humanista era ditada pelo positivismo – ao qual se associavam o Museu Nacional, e, principalmente, setores do Governo Federal, encabeçados pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958).

A solução de extermínio de Ihering se oporia, assim, à visão humanista de Cândido Rondon. O lema do Marechal para o contato com os indígenas, inventado durante o seu trabalho de exploração geográfica e construção de linhas telegráficas pelo interior do Brasil – a Comissão Rondon, oficialmente intitulada *Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas* (1890-1915) –, era: “*Morrer, se for preciso; matar, nunca!*”. Cândido Rondon, portanto, encarnaria o espírito progressista da Primeira

República no que se refere às técnicas de governo dos índios; o avesso cordato e acolhedor contra o anti-humanismo de Ihering. A sentença de morte declarada pelo Diretor do Museu Paulista, ademais, incentivara, para Gagliardi, a criação de uma nova instituição republicana, chefiada pelo Marechal Cândido Rondon: *O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais*, organizado em 1910 no interior do Ministério da Agricultura, e que passaria à História, a partir de 1918, apenas como SPI.

Esta interpretação que associa a formação do SPI à solução de extermínio de Ihering, que opõe o humanismo do “grupo rondoniano” ao anti-humanismo do Diretor do Museu Paulista, não é nova. O primeiro a fazê-la foi Darcy Ribeiro, um dos etnólogos do SPI entre 1947 e 1957 (Ribeiro: 1977). Além de Gagliardi, outros historiadores, como Warren Dean (1995, 238), reproduziram-na. Embora a postura de Ihering tenha sido extremada, e ele ocupasse, sem dúvida, uma posição de autoridade no cenário científico do Brasil, sua solução de extermínio não teria força suficiente para partejar uma instituição da envergadura e importância do SPI. Ora, é preciso observar, a este respeito, duas questões. Em primeiro lugar, neste contexto, as outras soluções para o governo dos índios, inclusive a do SPI, se não coincidiam totalmente, não distavam muito da política colonial de Ihering. Em segundo lugar, Ihering não foi o único que expurgou os indígenas da representação histórico-coletiva da nacionalidade brasileira e a pintá-los com as tintas de estereótipos coloniais.

Vejamos alguns exemplos. *Primo*, os atinentes à segunda questão. Batista Lacerda, um dos críticos mais furibundos da proposta de extermínio de Ihering, foi, como já aponte, avesso à idéia de compactuar politicamente com os indígenas, particularmente com os Botocudos. Em 1911, no mesmo ano que Ihering publicou *A Questão dos Índios do Brasil* (Ihering: 1911b) – texto escrito como resposta aos seus críticos e ao projeto do SPI –,

Batista Lacerda repudiou novamente os indígenas como elementos integrantes da nacionalidade brasileira. Empossado no cargo de Diretor do Museu Nacional, o qual ocupou entre 1895 e 1915, Batista Lacerda foi o delegado brasileiro do Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres, em 1911. Escreveu um texto para apresentá-lo no evento, em que defendia não o extermínio indígena pelas armas. Mas um modo mais lento, menos acelerado e radical, de fazê-los desaparecer. Uma solução eugênica. Os indígenas, assim como os negros, diluir-se-iam através de cruzamentos raciais que, ao longo dos anos, embranqueceriam a nação brasileira (Lacerda: 1915).

Ainda em 1911, surgem dois clássicos historiográficos cujos autores rejeitaram os indígenas da composição de uma identidade nacional. Capistrano de Abreu (1853-1927), em *Capítulos da História Colonial*, timbrou estereótipos semelhantes aos carimbados por Ihering, os quais, na verdade, já eram enunciados correntes da Arqueologia nobiliárquica: os indígenas viviam em guerras e fissiparidades permanentes, incapazes de domesticar animais de grande porte, de inteligência cooperativa e ação incorporada, regozijando-se no ritual antropofágico (Abreu: 2000 [1911], 39-41). Em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, livro que resultou de conferências pronunciadas na Sorbonne, Oliveira Lima (1867-1928) lembrou, para dissipá-las como “*trevas de fábulas*”, as hipóteses de povoamento da Arqueologia nobiliárquica (Lima: 2000 [1911], 44). Com maior vigor, rechaçou a idealização romântica do “*indígena brasileiro*”, porquanto a “*mistura de raças aborígenes não possui afinal nenhuma influência sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira*” (Lima: 2000 [1911], 45).

Quanto à primeira questão, os projetos para governar os índios eram, grosso modo, como uma sinfonia de Mozart: variações e improvisações sobre um mesmo tema. Um dos méritos de Gagliardi é o de justamente mapear esses projetos, mostrando que o tom, na

Primeira República, vibrava aos acordes do positivismo. As lições comteanas ensinavam que os indígenas estavam atados à fase histórica do fetichismo, e que seria possível trazê-los à civilização, à fase positiva da História, recorrendo-se a instituições laicas de ensino e tutelando os indígenas em terras demarcadas (Gagliardi: 1989, 169-194). Gagliardi, entretanto, vê essa concepção dos positivistas como uma “*ajuda inestimável às populações indígenas*” (Gagliardi: 1989, 170), não atentando para o fato de que a discussão sobre a educação laica tinha, para não recuarmos até o Período Colonial, a idade do Império, estando bastante presente nas páginas da Revista do IHGB. E que, mais do que isso, a efetivação da idéia de educação laica, na Primeira República, pela professora Leolinda Daltro (1859-1935), ressuscitou velhos projetos de colonialismo interno pensados pelos intelectuais orgânicos do Império.

Leolinda Daltro, resgatada como feminista na década de 1970, via-se como uma “*catequista leiga*” (Corrêa: 2003, 109). Definição que, por si mesma, esboroa o edifício maniqueísta montado por Gagliardi: progressistas e positivistas versus conservadores oligárquicos e setores da Igreja. Afinal, o “*programa orientado por processos racionais*” de Daltro (Gagliardi: 1989, 131) reunia uma interface que sempre esteve presente como projeto para governar os índios: educação laica e ensino da moral cristã. Durante o seu trabalho de catequese leiga, Daltro enfrentou oposições variadas; recebeu, inclusive, cartas de moradores de Uberaba, dizendo-lhe: “*índios só se amansam a tiros!*” (Côrrea: 2003, 118). Mas os horizontes militaristas estavam no campo de visão de Daltro. O projeto de Daltro, personificado em seu livro de memórias, relativo aos seus trabalhos indianistas concretizados, entre 1896 e 1911, em Goiás, é dedicado a ninguém menos do que a José Vieira Couto de Magalhães, que, para ela, foi um “*estadista de largo descortino*” (Daltro: 1920, XII).

O livro de Daltro contém, além de uma compilação de documentos (cartas e transcrições de artigos de jornais sobre sua saga em Goiás), uma série de fotografias que vivificam o sonho de Couto de Magalhães: Guaranis, Cherentes, Caraós, Guajajaras e Bororós vivendo na comunhão da mesma “aldeia”, em casas de alvenaria, vestidos à *belle époque*, fiando e tecendo, posando com livros à mão, educandos da professora Leolinda Daltro aprendendo a falar e a escrever o português. Sem dúvida, o projeto de Daltro é da mesma cepa que o de Couto de Magalhães: transformar os índios em falantes do português, em guardiões das fronteiras nacionais, em mão-de-obra e elemento de riqueza nacional. Além disso, antes de descrever uma luta de lados opostos no que toca ao governo dos índios, os conservadores como adversários dos progressistas, é preciso deslindar certas redes de sociabilidade. Daltro dedicou seu trabalho a Couto de Magalhães, e mesmo concretizou os planos do General; mas, coincidentemente, havia uma aliança entre Ihering e Couto de Magalhães. O Diretor do Museu Paulista diz, em *A Questão dos Índios do Brasil* (1911), que fundou a Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios junto com Couto de Magalhães (Ihering: 1911b, 122-123). Isso explica a semelhança de algumas propostas de Daltro e Ihering. Não apenas Couto de Magalhães era uma referência para ambos; também a idéia de educação laica. Ihering asseverou que a solução principal para governar os índios passaria pela educação, através da qual se formariam “*pequenos povoados rurais*” e se assimilariam os nativos:

“*Com dedicação esforçada e paciência constante, os bons resultados, é quase certo, se mostrarão no decorrer de algumas gerações e os ascendentes dos índios se assimilarão no resto da população rural*” (Ihering: 1911b, 119).

No que se refere ao SPI, a sugestão voltaireana do nome do chefe do SPI, Cândido, não nos deve iludir sobre um possível conteúdo panglossiano no trato com os índios.

Antônio Carlos de Souza Lima enfatiza, num recorte teórico que ele chama de Antropologia da Administração (Lima: 1995, 2002), os poderes a que se ligava o indigenismo brasileiro. O saber antropológico reunido e sistematizado pelos indigenistas articulava-se à construção do Estado Nacional, à demarcação geopolítica do território (Lima: 1991c; 1991b). Daí as imagens superpostas tradicionalmente evocadas para descrever os membros do SPI e, em especial, Cândido Rondon: bandeirante, pacificador, civilizador (Lima: 1991a).

A organização burocrática do SPI norteou-se, em boa medida, para um empreendimento colonial. A partir de alguns dos aportes também adotados por mim neste trabalho, isto é, a noção de biopoder de Foucault, Souza Lima mostra-nos que o SPI executava um poder tutelar, manobrando uma *guerra de conquista* dos povos indígenas. O SPI formulou-se como uma organização militar conquistadora. Nos desdobramentos da conquista dos nativos, o SPI arquitetou uma instituição cuja função era a de fixar contingentes políticos e administrativos, um tipo de instituição também observável na expansão dos Estados Unidos para o Oeste (Wooster: 1988, 144): os postos indígenas, fundamentais para a apropriação do *botim*, composto pelo povo conquistado, junto com seus bens, terras e recursos naturais (Lima: 1995, 44-63). O cerco de paz desejado pelo SPI era, portanto, um modo de reconfigurar a guerra que se vivia nos “sertões” do Brasil³⁶.

³⁶ - Não obstante utilizar este vocabulário que deriva dos estudos sobre o colonialismo – guerra de conquista, botim, poder tutelar – Souza Lima afirma que: “A *lógica do colonialismo europeu do século passado, um dos fatos fundadores do mundo moderno e da antropologia, não é imediatamente transponível para a interpretação de situações nacionais*” (Lima: 1995, 84). Contudo, mais adiante, contradiz-se, admitindo que: “*No esforço por se fazer presente a toda parte, e consoante às características de uma instituição de origem colonial, o Serviço seria efetivamente composto por funcionários escolhidos entre as redes regionais e locais de segmentos de uma classe dominante, bem como por formas de delegação de poderes a atores desta mesma origem*” (Lima: 1995, 131 – grifos meus). Em trabalho mais recente, porém, Souza Lima considerou, referindo-se à América Latina e especificamente ao Brasil, que o processo dos estados-nação pós-coloniais tem uma “*enorme dívida para com os colonialismos dos quais estes se ‘libertaram’ ou contra os quais construíram sua independência*” (Lima: 2002, 161).

Parece-me que estes objetivos do SPI não desagradariam totalmente a Ihering. Para lembrar mais uma vez os estudos de Souza Lima: os Museus de História Natural – o Paraense, o Nacional e o Paulista – realizavam, neste período, estudos antropológicos que municavam o Estado com informações científicas capazes de viabilizar a consolidação do território nacional e de resolver problemas sociais e econômicos; Ihering e sua proposta de extermínio dos indígenas, pois, associava-se à expansão das fronteiras econômicas de São Paulo (Lima: 1989, 73-74). Entre o SPI e Ihering havia não só essa espécie de “acordo” tácito quanto aos motores políticos que acionavam a necessidade de governar os índios; havia ainda, a exemplo da idéia de educação laica partilhada por Daltro e Ihering, outra coincidência referencial. O exemplo colhido no passado, a ação pretérita ativada para legitimar as ações do presente, elegida tanto por Cândido Rondon quanto por Ihering, foi a missão de pacificação dos Crichinás, dirigida por Barbosa Rodrigues (Lima: 1995, 124; Ihering: 1911a, 35).

Ihering, em *A Questão dos Índios do Brasil*, denota todo um sistema de referências e atitudes que remetem a experiências coloniais; não por acaso, ele viu do outro lado da fronteira do sul do Brasil, a Argentina, um modelo de pesquisa arqueológica; não apenas os resultados, os métodos, interpretações e empirias que ele incansavelmente comparou; não a modulação nacionalista da Arqueologia, mas o compasso dos trabalhos arqueológicos ritmados pela marcha militar. A Conquista do Deserto, a conjugação entre conquista militar e pesquisa científica, foi uma das inspirações para a política colonial de Ihering. Isso aparece claramente nos louvores que ele escreveu a propósito da expedição da Comissão Geográfica e do botim que ela trouxe para o Museu Paulista: os artefatos Kaingangs. Além da Argentina, contudo, Ihering, em seu texto de política colonial, promove os Estados Unidos como um outro exemplo de eficácia no trato com os nativos:

“Na América do Norte o governo tomou para si o patrocínio da vida e da propriedade dos colonos, perseguindo e punindo os atacantes [isto é, os nativos] e impedindo os ataques por uma linha de fortificações. Dificuldades semelhantes impediram também na Argentina o povoamento de seu vasto território, onde, contudo, os acampamentos fortificados na região do Rio Negro e do Chaco abrigavam eficazmente a civilização” (Ihering: 1911b, 113)³⁷.

Abrigar a civilização e garantir o povoamento das fronteiras. Estes eram os objetivos de Ihering, assim como o eram para o SPI. Mas como garantir a dulcificação dos indígenas, qual seria o método propício de governo dos índios? Ihering, como já argumentei, via na educação laica a solução para pacificar o mundo rural e assegurar que as linhas férreas e as plantações de café prosseguissem pacificamente expandindo-se. Porém, mais uma vez, é a experiência do mundo colonial que é invocada como modelo ideal. O trabalho de educação dos indígenas deveria obedecer às normas executadas nas colônias européias:

“Há nas colônias européias dificuldades análogas a vencer por parte dos missionários e empregados. A experiência demonstrou a necessidade de conhecimentos técnicos e idoneidade moral nas pessoas destinadas a esses serviços, ao mesmo tempo humanitários e administrativos. Convenientemente preparados em estabelecimentos especiais, estaduais ou religiosos, os funcionários da Europa, antes de chegar ao lugar de suas funções, são já mais ou menos versados na língua falada na colônia, e conhecem perfeitamente a índole, os defeitos, as fraquezas e as boas qualidades dos colonizandos” (Ihering: 1911b, 4).

³⁷ - As linhas de fortificação existentes na Argentina tinham como objetivos, segundo Guillermo Terrera, vigiar e preservar todo o Norte do país das incursões dos indígenas do Chaco Austral e outras regiões (Terrera: 1974, 25-32).

Ihering, como se vê, emprega todo um arsenal vocabular derivado dos contextos coloniais. Para ele, a tarefa de governo dos índios exigia, de um lado, a construção de acampamentos fortificados para assegurar a paz e a civilização, e por outro, a concretização de um trabalho “humanitário” e administrativo. Para Ihering, o SPI não realizaria esse trabalho. Isto porque, na mente dos membros do SPI, os lemas positivistas continham sobrevivências anacrônicas do romantismo, de uma “*tupimania*” e “*filoindianismo epidêmico*” (von Ihering: 1911b, 127). Ihering reproduziu, como se pode notar, uma das proposições de Emílio Goeldi: a tupi-mania, que para Goeldi era um “obstáculo epistemológico”, significava para Ihering um obstáculo administrativo, uma limitação na eficácia do governo dos índios. Mas Ihering reproduziu também uma outra proposição anteriormente enunciada por Goeldi:

“É em Viena e na Alemanha que se encontram as coleções mais valiosas para o estudo da cultura indígena. No Brasil fizeram-se coleções de objetos reunidos ao acaso, que não tem a unidade e a minúcia daquelas coleções providas de todas as informações. Além das modestas expedições do Museu Paulista, não se realizou expedição alguma organizada pelo governo do Brasil, com a intenção de estudar o problema. Deverá servir de modelo ao Brasil o Ethnographical Bureau da América do Norte...” (von Ihering: 1911b, 134).

O plano de colonização de Ihering, portanto, é bastante claro: assim como Goeldi, ele desejava instalar, no Brasil, uma instituição similar ao *Bureau of Ethnological Research* da *Smithsonian Institution*, para conjugar a pesquisa arqueológica e antropológica com políticas coloniais, declinar o conhecimento dos nativos em formas de governo. Os Estados Unidos, com sua aliança entre naturalistas e capitalistas, seria não apenas um exemplo a ser seguido no campo da História Natural e da legislação florestal, mas também no que tange

às linhas fortificadas – um equivalente para os postos indígenas do SPI – e ao governo científico dos nativos. Afinal, para Ihering, os indígenas sempre viveram em guerra permanente; guerra que eles perpetuavam no presente, enfrentando os colonos imigrantes e os representantes das elites do capital cafeeiro e do capital internacional. Caberia ao Governo brasileiro, portanto, fazer o que já havia feito em conflitos recentes:

“O criminoso deve punir-se no consenso de todos para a segurança coletiva; só o selvagem escapa dos ditames da justiça e devasta propriedades, e trucidando os seus inermes habitantes. Uma exaltação religiosa de neobrasileiros³⁸, como por exemplo, o caso dos Mukers alemães do Rio Grande do Sul, em 1874, ou dos jagunços baianos em 1896, basta para uma expedição de polícia e de tropas enviadas para combatê-los. Só os índios têm o direito de matar sertanejos, mulheres e crianças, sem levantar-se uma autoridade para puni-los. Qual a razão? Pertencerá a terra ainda aos primitivos donos?” (Ihering: 1911b, 128-129).

Essas comparações com conflitos recentes mostram que, no pensamento de Ihering, seria legítimo e justo declarar guerra aos povos indígenas. Recordemo-nos de que os indígenas, para Ihering, tinham *status* de criminosos; podia-se perfeitamente solicitar a um delegado de polícia medidas antropométricas dos Xavantes; afinal, os grupos indígenas estavam “trucidando” os “inermes” proprietários e colonos. E, assim como os revoltosos de Canudos eram amplamente caracterizados como bárbaros (Silva: 2006), Ihering recobria os indígenas com estereótipos coloniais – “raças” inferiores, “vampiros” que bebiam o sangue da caça ainda quente; povos que, portanto, precisavam ser isolados por linhas de fortificação; que necessitavam das ações filantrópicas, humanitárias, feitas por um Estado

³⁸ - Para von Ihering, os brasileiros “brancos” não deveriam ser considerados como ocidentais, conceito que se aplicaria unicamente aos europeus, mas como neobrasileiros: um “conjunto de raças imigradas e seus descendentes depois da descoberta da América” (von Ihering: 1911b, 128).

que financiaria os trabalhos missionários e as pesquisas científicas, conforme Ihering já argumentava nas reuniões da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios.

Ihering supunha que o Museu Paulista cumpria serviços semelhantes aos feitos pelo *Bureau of Ethnological Research*. Ele termina o seu texto de política colonial elencando as principais pesquisas e tarefas antropológicas e arqueológicas concretizadas sob sua direção: jactou-se, como já o fizera em seus relatórios administrativos, da riqueza das coleções do Museu Paulista e de sua prolífica produção acadêmica: “*Examinei e medi índios de várias tribos, e consegui reunir valiosa coleção arqueológica e antropológica no Museu Paulista. Frutificaram os meus esforços em grande número de publicações*” (Ihering: 1911b, 114); enfatizou, ainda, os levantamentos de vocabulários indígenas feitas por seu filho Rodolfo von Ihering; e, finalmente, destacou a expedição organizada por ele e realizada por Curt Nimuendaju, em fins de 1909 e início de 1910:

“*De especial auxílio me foi o Sr. Curt Unkel, amigo entusiasta e bom conhecedor dos índios, a quem muito agradeço o me ter desenhado o presente mapa. Da sua expedição em serviço do Museu no ano passado, e para o Sudoeste do Estado de São Paulo, provieram novas e importantes informações ...*” (Ihering: 1911b, 139).

Os dados levantados por Nimuendaju permitiram a confecção de dois mapas etnográficos; Ihering sublinhou a importância administrativa destes mapas, um deles representando os índios mortos, que viveram à época da colonização portuguesa, o outro retratando os índios de carne e osso, que ainda viviam e “assaltavam” os “sertões” do Brasil:

“*Organizei mapas indispensáveis sobre a distribuição dos campos e matas do Brasil, e sobre a distribuição geográfica dos índios à época da descoberta e na atualidade. Relativamente a este assunto não há porventura pessoa alguma com mais experiência do*

que eu, mas as questões aqui estudadas ultrapassam em parte a minha competência. Trata-se de assunto de caráter administrativo-social, nas quais evidentemente as questões divergem” (Ihering: 1911b, 138).

Os mapas de Ihering, não obstante as divergências administrativas que suscitariam, localizariam os indígenas no espaço, aplainando o terreno para a execução de um colonialismo interno. Como o SPI, Ihering valia-se de um biopoder, da assunção das populações indígenas por técnicas científicas de agenciamento e controle. Para isso serviriam seus mapas e seus cálculos demográficos e estatísticos³⁹. Como diria o *Monsieur Verdoux* (1947) de Charles Chaplin: “os números santificam tudo”. Mas Ihering não exibe um sorriso dostoiévskiano, uma malícia e crueldade homicida que fermenta e cresce nos subsolos. Pois afinal, ao lado da guerra justa, tratava-se de instituir, para ele, um governo científico, isto é, pensar-se formas de administração das populações indígenas embasadas em interpretações arqueológicas e antropológicas. De instituir, portanto, o conhecimento da alteridade, da diferença cultural, como estratégia de aprisionamento e dulcificação colonial dos povos indígenas pelos aparelhos de Estado.

Talvez se veja aqui, na equiparação feita entre Ihering, o SPI, o trabalho de Daltro e os clássicos da historiografia desta quadra histórica, uma simplificação de processos políticos e sociais. Uma redução grosseira de complexidades. Algo que, em estudos sobre este período, já foi feito: Thomas Skidmore, em *Preto no Branco*, condensa toda a miríade de autores que pensavam as “relações raciais” no Brasil da virada do Império para a Primeira República sob uma mesma nomenclatura: todos eles, de uma forma ou de outra, eram vorazes defensores das idéias eugênicas de embranquecer a população brasileira, além

³⁹ - A Demografia e a Estatística de alguns grupos indígenas aparecem em *A Questão dos Índios do Brasil: “De resto, parece-me não contarem muito os Coroados do Oeste de São Paulo, orçando de 500 a 700”* (von Ihering: 1911b, 132).

de não estarem criticamente preparados para lidar com o racismo científico e imperialista que chegava da Europa (Skidmore: 1976, 13).

O que tento demonstrar, na verdade, não é uma fenomenologia das diferenças. Mas sim que, pelo menos no que se refere ao SPI e a Ihering, há semelhanças detectáveis em meio a diferenças manifestas. Ambos, o SPI e Ihering, articulavam seus trabalhos aos aparelhos de Estado; viam-se como promotores da modernidade, da civilização; os métodos, porém, eram diversos. O SPI primava pela guerra de conquista, guerra silenciosa que não se faz pelas armas, mas pela persuasão e pelas arquiteturas fechadas dos postos indígenas; Ihering pela defesa da guerra justa, do combate aos “criminosos”, pela edificação de linhas fortificadas e por meio do governo científico. Contudo, há que se notar que, de outro lado, as diferenças se dissolvem. Em ambos os casos, um biopoder é acionado, com todas as suas formas racistas, cujos contornos podemos rasurar considerando-se alguns conceitos discutidos por Ella Shohat e Robert Stam (2006, 45-55).

Tanto o SPI quanto Ihering classificaram os povos indígenas pela *afirmação de ausências*: faltava-lhes o Estado, a civilização, a modernidade⁴⁰. O que permitia aos membros do SPI e a Ihering reafirmarem *justaposições hierárquicas*: uma categorização que colocava os povos de ascendência européia, “neobrasileiros” ou que partilhavam da influência ocidental, acima dos povos indígenas. Contudo, é preciso novamente frisar as diferenças que subjazem entre o SPI e Ihering. Os membros do SPI travestiam com tecidos filantrópicos, positivistas e humanitários os uniformes militares para uma guerra de conquista; Ihering, por sua vez, operou num nível que facilmente descambaria para um

⁴⁰ - Pierre Clastres (1978, 133), antes de Ella Shohat e Robert Stam, já havia criticado esta classificação do pensamento evolucionista.

racismo de Estado, uma *desvalorização sistemática da vida*, que tomou a forma extrema da incitação aberta ao extermínio.

Penso que as proposições de Michele Duchet sobre as reflexões antropológicas do Iluminismo são cabíveis para a interpretação dos processos de institucionalização da Arqueologia brasileira na Primeira República: estudar o bom selvagem implicava metamorfoseá-lo por meio de técnicas de governo; o bom selvagem era aquele fadado a desaparecer (Duchet: 1984, 55)⁴¹. Sem dúvida, para os membros do SPI e Ihering, o Brasil não pertencia mais aos seus “primitivos donos”.

⁴¹ - Esta questão é visível em outros lugares da América Latina onde a Arqueologia se institucionalizava no começo do século XX. No México, durante a Revolução dos anos 1910 e 1920, intensificaram-se as escavações de sítios arqueológicos, sem que, contudo, os indígenas e seus modos de vida fossem efetivamente incorporados pelo recém reformulado Estado Nacional. Admitiam-se os indígenas do passado como objetos de estudo e símbolos da nacionalidade mexicana, mas os índios vivos deviam se adaptar à modernidade do Estado mexicano (Stepan: 2005, 159).

Figura 4.1: *Coleção Karl von Koseritz*

In: Hermann von Ihering. *Arqueologia Comparativa do Brasil*. **Revista do Museu Paulista**, (6): 1904.

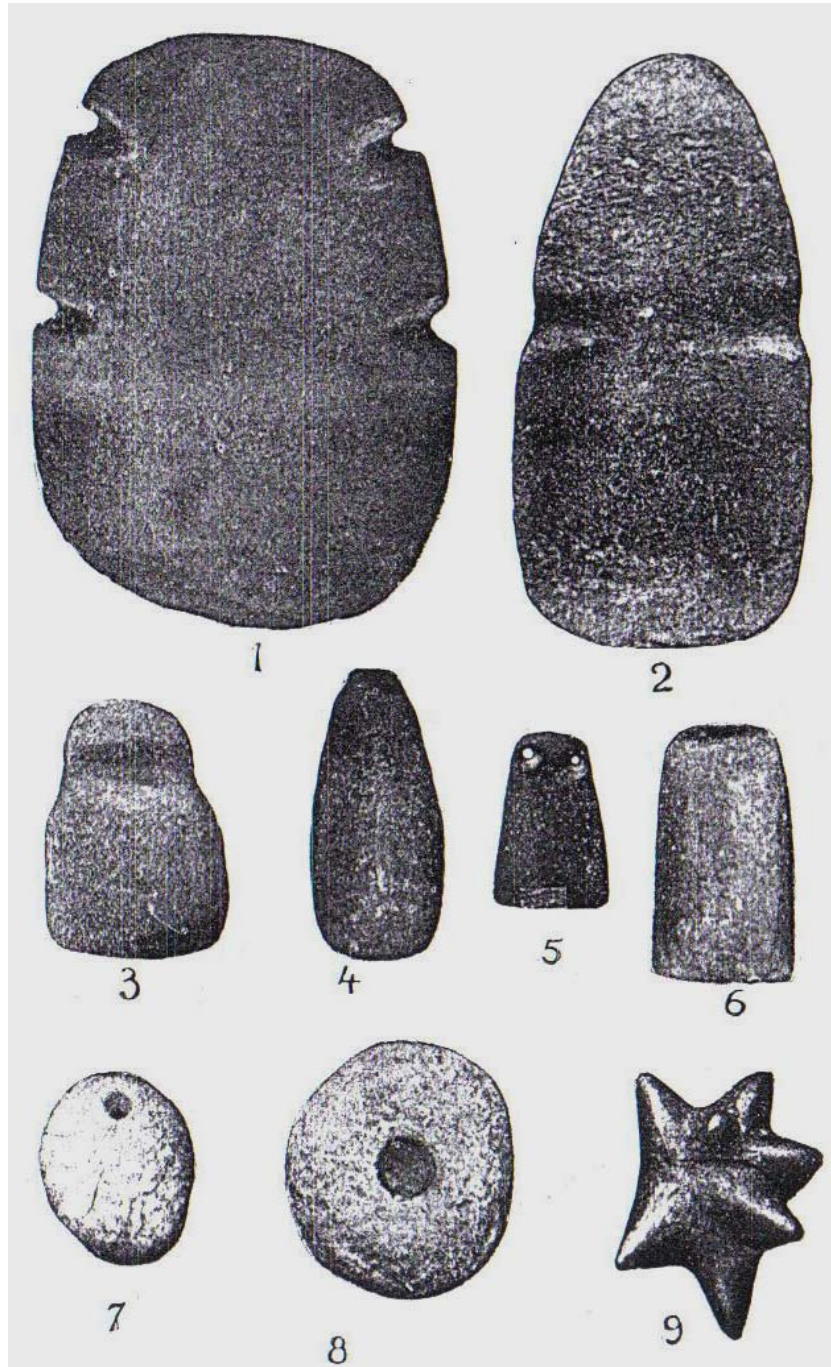


Figura 4.2: *Coleção Karl von Koseritz*

In: Hermann von Ihering. *Arqueologia Comparativa do Brasil*. **Revista do Museu Paulista**, (6): 1904.

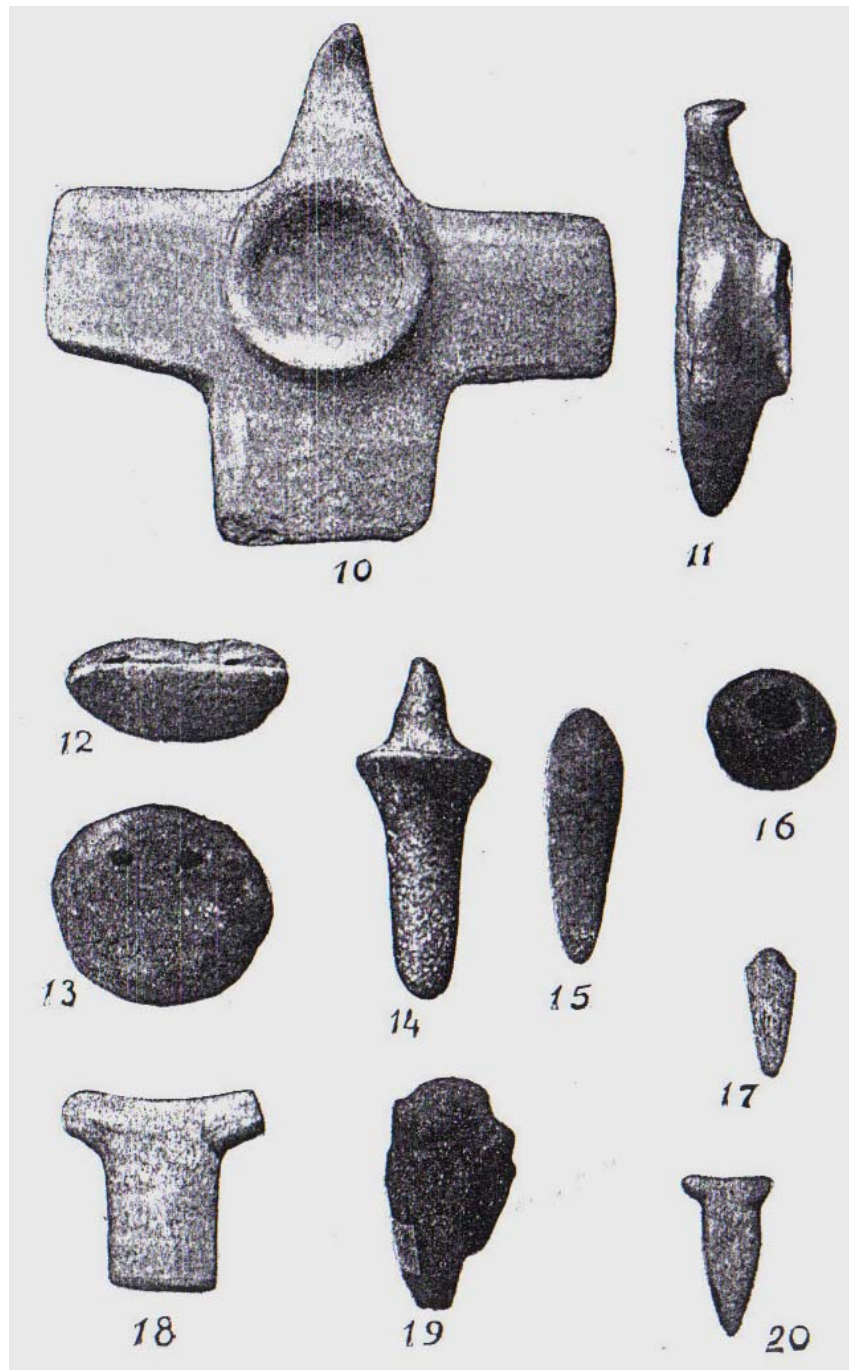


Figura 4.3: *Coleção Irmãos Barbedo*

In: J. M. Paldaof. *Arqueologia Rio Grandense. Revista do Museu Paulista*, (4): 1900.

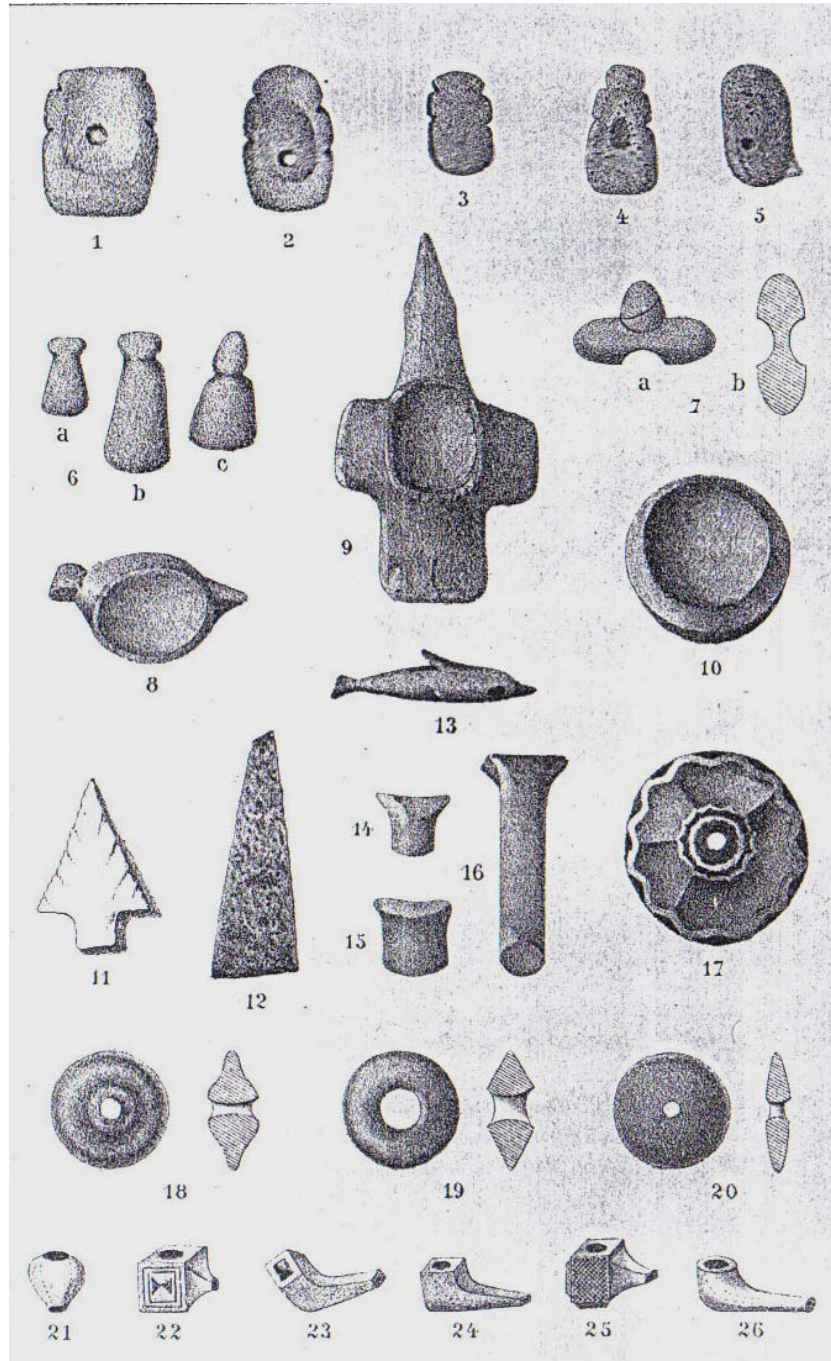


Figura 4.4: *Coleção Amargosa (BA)*

In: Hermann von Ihering. *Arqueologia Comparativa do Brasil*. **Revista do Museu Paulista**, (6): 1904.

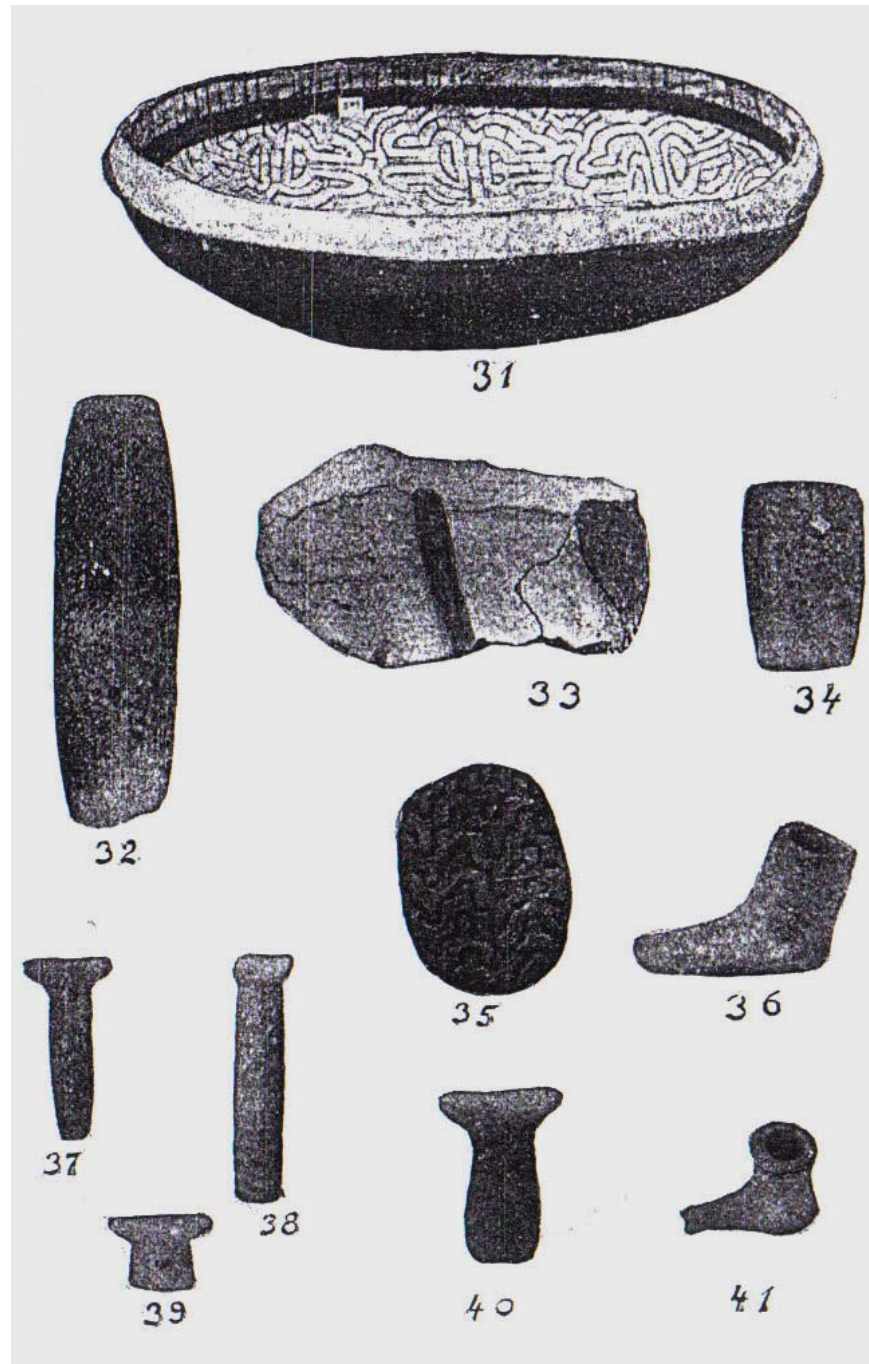


Figura 4.5: *Arqueologia Experimental no Alto da Serra (SP)*
(À direita, Hermann von Ihering; à esquerda, Ernesto Garbe)

In: Hermann von Ihering. *Os Machados de Pedra dos Índios do Brasil e o seu Emprego na Derrubada de Mato*. **RIHGSP**, (7): 1907.



5. Conclusão: “Selvagens Independentes”

“Não se compreende que um Botocudo fure o beijo para enfeitá-lo com um pedaço de pau. Essa reflexão é de um joalheiro”
(Machado de Assis. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, 1881)

Em 1910, no Congresso Internacional dos Americanistas realizado em Buenos Aires, Argentina, Ihering pronunciou novamente suas teses sobre a Etnografia e a Arqueologia do Sul do Brasil (Ihering: 1910)¹. Esboçou os “círculos ondulatórios” que ligaram a Pré-história da região sub-andina da Argentina ao Sul do Brasil; discorreu sobre a origem das populações ameríndias e assinalou suas divergências com Ameghino. Após a apresentação, seguiu-se uma discussão entre Ihering e Samuel L. Quevedo. O debate não teve maiores discrepâncias. Quevedo apenas pediu a Ihering alguns esclarecimentos sobre a Etnografia do Alto Paraná.

Ao contrário da acidez polêmica destilada em *A Questão dos Índios do Brasil* (Ihering: 1991b), nesta conferência o tom de Ihering sobre política colonial foi ameno e sóbrio. Mas nem por isso ele desmontou os dispositivos do biopoder. Destacou as viagens científicas que organizou no Museu Paulista, notadamente a de Nimuendajú; apresentou seus números demográficos e mapas de distribuição geográfica das populações indígenas:

“É provável que o número total dos selvagens nos quatro Estados meridionais do Brasil não exceda a 10.000. Destes são os Guaranis mansos e aldeados, ao passo que entre as tribos do grupo Kaingang há mansos e bravios. No Estado do Rio Grande do Sul estes Kaingangs são aldeados, mas no Estado de Santa Catarina só há índios bravios e independentes. Nos Estados do Paraná e São Paulo, parte dos Kaingangs é aldeada, e os restantes vivem em densas matas de grande extensão onde se tornam perigosos por

¹ - Para uma descrição pormenorizada do Congresso Americanista de 1910, Cf. Podgorny (2004).

assaltos aos viajantes, colonos e sertanejos. Naturalmente também nestes Estados deve ser possível o aldeamento destes selvagens independentes, mas até agora todos os ensaios deram resultado negativo (...). No mapa junto estão indicados os territórios ocupados por Kaingangs bravios. O atual ministro da agricultura do Rio de Janeiro liga especial importância à catequese (...) [para] transformar a atual marcha em condições favoráveis, não só para os índios, mas também para a população rural da zona por eles habitada” (Ihering: 1910, 261-262).

Optei por comentar este texto na conclusão porque ele me serve como um *datum zero*, um ponto de partida que me permitirá sintetizar as coordenadas gerais de minha cartografia da institucionalização da Arqueologia no Brasil: as relações da disciplina com os processos de mundialização da ciência, com o nacionalismo e o colonialismo. Quanto à primeira questão, o que se vê neste texto? Para firmar suas teses arqueológicas e antropológicas, Ihering sempre recorreu, em todos os seus trabalhos, à bibliografia e às coleções internacionais, citando especialmente os trabalhos dos pesquisadores argentinos. Estes, por sua vez, pelo que se depreende da discussão entre Ihering e Quevedo, não discordavam substancialmente das teses do diretor do Museu Paulista.

Tal concórdia entre Ihering e os pesquisadores argentinos pode ser aquilatada não apenas neste congresso americanista sediado na Argentina. Há referências mais incisivas. Arqueólogos e antropólogos argentinos citaram pontualmente os trabalhos de Ihering. É o caso de Luís María Torres (1878-1937) em *Los Habitantes Primitivos del Delta del Paraná* (1911). Luís Torres descreve, em seu alentado volume, as extensas escavações arqueológicas que concretizou no baixo rio Paraná e Uruguai. Analisa a cultura material e

os esqueletos humanos descobertos². Para caracterizar culturalmente os “*primitivos habitantes*” do Rio Paraná, teceu vários paralelos com as pesquisas arqueológicas feitas no Brasil, como as de Goeldi e Barbosa Rodrigues (Torres: 1911, 397; 398; 401).

Mas o principal pesquisador citado é, de fato, Ihering. Luís Torres utilizou a *Arqueologia Comparativa do Brasil* (Ihering: 1904d) para fundamentar classificações etnolinguísticas dos grupos Jês e tipologias de cerâmicas tupis (Torres: 1911, 402; 405; 411; 424; 513; 558; 559). Valeu-se, ainda, de outro trabalho de Ihering: *El Hombre Prehistórico del Brasil* (Ihering: 1903a). Para ele, as duas principais teses deste trabalho de Ihering – as filiações genéticas entre Botocudos e os fósseis de Lagoa Santa, e o período terciário como momento de origem das populações indígenas da América do Sul – estavam corretas (Torres: 1911, 518-521). Luís Torres, ademais, solicitou a colaboração direta de Ihering, pedindo-lhe para classificar o material conchífero que encontrou nos sambaquis do delta do Paraná (Torres: 1911, 259; 289).

Décadas depois, mais especificamente no final dos anos 1930, o arqueólogo argentino Antonio Serrano (1899-1982), após sua temporada de pesquisas no Sul do Brasil³, reativou as teses de Ihering sobre os sambaquis (Serrano: 1938); e, sobretudo, retomou, corroborando-as, as conclusões do Diretor do Museu Paulista acerca das relações pré-históricas entre os Guaranis do Sul do Brasil e os povos andinos da Argentina (Serrano: 1937, 39-42). Que Luís Torres e Serrano tenham dialogado com os trabalhos de Ihering não surpreende. Na verdade, Ihering foi até mesmo tido como especialista em Arqueologia Calchaqui. Num artigo sobre o tema, o prestigiado americanista Daniel Brinton (um dos

² - Torres apresentou uma visão mais sintética de seus trabalhos na região num artigo publicado em 1907 (Torres: 1907).

³ - Antonio Serrano veio para o Brasil como bolsista da *Comisión Nacional de Cultura de Buenos Aires*, instituição oficial que enviava anualmente dez pesquisadores argentinos para o estrangeiro (Serrano: 1937, 3). O papel de Serrano para a institucionalização da Arqueologia argentina é analisado por Podgorny (2004).

principais americanistas que Ihering cotejou para suas classificações etno-lingüísticas) tomou conjuntamente os trabalhos de Ihering, Florentino Ameghino, Juan Ambrosetti, Samuel Quevedo e Hermann Ten Kate (Brinton: 1899). Ihering é citado por Brinton em todas as páginas de seu artigo, sendo considerado, ao lado dos cientistas dos museus e universidades argentinas, como um dos formuladores dos problemas e objetos da Arqueologia Calchaqui.

As cooperações, intercâmbios e diálogos entre Ihering e os cientistas argentinos ilustram o que caracterizei reiteradamente nesta tese: as transculturações entre a ciência local e a internacional como uma constante ao longo da institucionalização da Arqueologia brasileira. Lembremo-nos, por exemplo, de como Barbosa Rodrigues esteou suas interpretações em textos da Arqueologia escandinava, e de como ele e Ladislau Neto, com suas pesquisas, incitaram temas para o Congresso dos Americanistas. O horizonte dos debates americanistas, aliás, nunca esteve distante das vistas de Ihering, Goeldi e Barbosa Rodrigues. Ele se apresenta nos enunciados sobre a degeneração indígena e acerca de uma “civilização pré-histórica tropical”; revela-se na proposição de Goeldi sobre uma “cultura elaborada” na América cisandina; e, finalmente, nos “círculos ondulatórios” e pontes continentais de Ihering.

Mas podemos, inclusive, inverter os quadrantes da mundialização da ciência, mostrando como arqueólogos e antropólogos de instituições estrangeiras, além dos argentinos, dialogaram com a Arqueologia brasileira. Tomemos dois exemplos. Primeiro, a obra de Nadaillac, *L'Amérique Préhistorique* (1883), que era uma referência obrigatória no debate americanista, principalmente devido a sua abordagem comparativa e amplitude de

seus temas⁴. Para explicar a origem e conteúdos dos sambaquis, bem como a tipologia cerâmica dos sítios arqueológicos americanos, ele citou as mais recentes publicações de Barbosa Rodrigues, Ladislau Neto, João Batista Lacerda, Rodrigues Peixoto, Carl Rath, Charles Wiener e Charles F. Hartt (Nadaillac: 1883, 54; 56; 58; 468; 474; 475; 477; 482)⁵. O segundo exemplo é-nos dado por outro americanista aqui já mencionado: Thomas Wilson, secretário e curador do Departamento de Antropologia Pré-Histórica da *Smithsonian Institution*. Como vimos, Thomas Wilson, anos após Virchow tê-lo feito, polemizou com as interpretações de Ladislau Neto sobre a imigração asiática para a América, ventiladas no Congresso dos Americanistas de 1888.

Porém, ele mesmo, paradoxalmente, ajudou a laborá-las. Inspirado pelas descobertas de inscrições suásticas feitas por Heinrich Schliemann na Turquia, ele esquadrinhou vestígios asiáticos na América⁶. Uma das evidências materiais em que ele constatou a difusão da cultura material da Ásia para a América foi a coleção de tangas marajoaras levadas para os Estados Unidos por Joseph Steere: para ele, as tangas estampariam iniludivelmente a suástica (Wilson: 1894). Mas o ponto transcultural não reside somente no uso de “coleções brasileiras”. Situa-se, mais especificamente, na reformulação de uma hipótese trabalhada anteriormente por Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues – a ascendência asiática das populações nativas da Amazônia.

Quanto às relações entre Arqueologia e nacionalismo, elas estão ausentes na conferência de Ihering. Contudo, assim como os processos de mundialização da ciência, o

⁴ - Para se ter uma idéia da relevância deste livro no debate americanista, em 1893, dez anos após a primeira edição francesa, ele foi traduzido e publicado, em edição revisada e ampliada, nos Estados Unidos (Nadaillac: 1893).

⁵ - Para ampliar as coordenadas da mundialização da ciência: Nadaillac cita também os pesquisadores argentinos, tais como Florentino Ameghino e Francisco Moreno.

⁶ - Fábio Hering (2005) analisou detidamente os significados da descoberta da cultura material com inscrições suásticas por Schliemann.

nacionalismo foi determinante na institucionalização da Arqueologia brasileira. Pelo menos durante o período Imperial, quando vigorou a Arqueologia nobiliárquica. Dialogando com esta tradição de pesquisas, tanto Ihering quanto Goeldi refutaram-na frontalmente. Ambos questionaram a “tupi-mania”, o “filo-indianismo epidêmico”. Derruíram as representações histórico-coletivas alicerçadas sob um Tupi civilizado ou mediterrâneo. Trataram, ainda, como fábulas os enunciados correntes da Arqueologia nobiliárquica sobre a Amazônia e a Ilha de Marajó: ídolos fenícios de jadeíte, colônia asteca e berço dos Incas, solo de ancestralidade nativa extracontinental ou núcleo rizomático de uma civilização autóctone, todas essas hipóteses e interpretações não teriam, para Goeldi e Ihering, lógica e correspondência material.

Goeldi e Ihering compartilharam, ao menos parcialmente, com princípios metodológicos e teóricos utilizados pela Arqueologia nobiliárquica: geometria dos artefatos e dos sítios arqueológicos, analogia direta e difusionismo. Contudo, dispuseram de uma maior fortuna crítica; não escreveram em hiato interpretativo: consideraram não só as interpretações da Arqueologia nobiliárquica, como também a bibliografia etnográfica e arqueológica de seus coetâneos. Ambos formularam propriamente problemas regionais de pesquisa, contextualizando-os em enclaves territoriais e continentais. Isto ajuda a explicar a distância entre eles e a Arqueologia nobiliárquica e a ausência de anseios nacionalistas em seus escritos arqueológicos. Poder-se-ia dizer que a condição de estrangeiros de Goeldi e Ihering os descomprometia com a escrita de narrativas nacionalistas. Porém, tal argumento, ainda que verdadeiro, não dissolve os sólidos vínculos que eles mantiveram, respectivamente, com os Estados do Pará e de São Paulo e, de modo mais geral, com a República. Como diretores de museus públicos, eles sempre imprimiram aos seus prolíficos trabalhos os signos do progresso e da modernização, articulando suas agendas de pesquisa

pelos interesses do Estado. Esta era uma forma, diga-se de passagem, de incrementar suas próprias carreiras pessoais e de negociar a manutenção e ampliação dos recursos para os museus que dirigiam.

Ademais, Goeldi e Ihering, durante a República, não foram os únicos a apartarem-se da “tupi-mania”. Entre os contemporâneos de Ihering e Goeldi, quem bem captou este debate sobre o lugar dos indígenas nas representações sobre a nacionalidade foi Lima Barreto (1881-1922) em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1996 [1911]). Como disse Nicolau Sevcenko (2003, 28), na obra de Lima Barreto desfilam personagens desajustados e inconformados – e Policarpo é um deles. Afinal, ele é representado por Lima Barreto como uma espécie de Dom Quixote, cuja Dulcinéia é a pátria e o dragão é a ditadura de Floriano Peixoto (1839-1895). Para salvar Dulcinéia, Policarpo planeja com afinco uma série de estudos antropológicos, a serem feitos, inclusive, no IHGB. Seu intuito era inventar um sistema de efemérides, um conjunto de cerimônias e festas inspiradas nos costumes Tupis; Policarpo via-os abrangendo todas as relações sociais brasileiras, como anteparos da nacionalidade. Não espanta que ele saiba localizar e descrever corretamente um sambaqui:

“À direita havia um monturo: restos de cozinha, conchas e mariscos, pedaços de louça caseira – um sambaqui a fazer-se para gáudio de um arqueólogo de futuro remoto” (Barreto: 1996 [1911], 18).

Um tupi-maníaco patriótico, em suma. Obcecado por seus estudos indígenas, Policarpo devaneia durante seu trabalho no Arsenal da Guerra, e redige um ofício em Tupi. Seus superiores estranham a atitude tresloucada de Policarpo, denunciam-no e ele finda interdito num hospício. A sátira de Lima Barreto mostra-nos que alçar os indígenas à condição de tropos da nacionalidade não venceria nenhuma ditadura, não mataria nenhum dragão. Fazê-lo era caso de loucura, de internação. O indígena, adereço da literatura

indigenista, emblema dos palácios do Imperador e dos brasões da nobreza imperial, não era mais um ícone da identidade nacional. A representação dos indígenas como *fons et origo* da nacionalidade, como fontes de doçura e luz, já fora questionada, em seus fundamentos científicos, por cientistas como Goeldi e Ihering.

Pode-se afirmar que Goeldi e Ihering inauguraram uma crítica que foi iterada, no Brasil, a partir dos anos 1930: a proposição de que a Arqueologia nobiliárquica era fantasiosa, infantil. Tanto Angyone Costa (1888-1954) quanto Arthur Ramos (1903-1945) consideraram as pesquisas da Arqueologia nobiliárquica como inspiradas por fantasias míticas, quando não por devaneios arqueológicos (Costa: 1935; Ramos: 1943). Mais recentemente, Johnni Langer também adotou os rótulos de Goeldi e Ihering. Qualificou como mitos arqueológicos as representações arqueológicas do Império (2000; 2002a; 2002b; 2002c; 2004); recapitulando os aportes de Fernando de Azevedo e Arthur Neiva, no-las classificou como “pré-científicas”, pelo menos aquelas desenvolvidas entre 1838 e 1860. Este período, para o autor, teria sido lentamente substituído por modelos científicos formalizados, os quais, contudo, seriam ainda permeados pela imaginação mítica (Langer: 2000, 214). Esta superposição entre mito e ciência se daria até o advento da República, quando as pesquisas arqueológicas empreendidas pelos museus brasileiros entraram em declínio (Langer: 2000, 280-281)⁷.

Essa visão positivista (ela mesmo algo splengeriana, mítica, circular) de um declínio da Arqueologia instaurado pela República desconhece não apenas a relevância das pesquisas concretizadas pelos Museus Paulista e Paraense, como também o fato de que Goeldi e Ihering dialogaram ativamente com a Arqueologia nobiliárquica antes de rotulá-la

⁷ - Neste ponto, Langer segue de perto a interpretação de André Prous, para quem a Arqueologia brasileira, depois de “*um início tão promissor*” no Museu Nacional, sofreu uma “*relativa estagnação*” no final do século XIX (Prous: 1992, 9-11).

como infantil, imaginativa e mítica. Desconhece, ainda, que outros autores dos anos 1920 e 1930 apresentaram e discutiram sob outra perspectiva a Arqueologia nobiliárquica. Assim, Câmara Cascudo (1898-1986), em *O Homem Americano e seus Temas* (1933), caracterizou-a não como fantasia ilógica, mas como modulação ideológica a rejeitar a alteridade indígena na composição de uma identidade nacional.

Percebe-se também a presença das hipóteses e interpretações da Arqueologia nobiliárquica em *Macunaíma*, de Mário de Andrade (1893-1945). Ora, Macunaíma, o indígena e “*herói sem nenhum caráter*” vem à São Paulo buscar precisamente um muiraquitã. Quer recuperar o presente que lhe fora dado por sua namorada Ci e posteriormente roubado pelo avaro comerciante e colecionador Venceslau Pietro Pietra. Em certo sentido, essa busca do muiraquitã pode ser descrita como uma peripécia arqueológica. Para achá-lo, Macunaíma parte numa saga pelos rincões do Brasil. Visita sítios de arte rupestre, sambaquis, a Ilha de Marajó e as cavernas do Rio Cunani, onde ele se encantou com a beleza das cerâmicas indígenas.

Durante seu percurso errante, Macunaíma encontra, ainda, letreiros “*encarnados da gente fenícia*” (Andrade: 2004 [1928], 97). Faz escavações e descobertas em Manaus: “*Cavou depressa e descobriu os restos do Deus Marte, escultura grega achada naquelas paragens inda na Monarquia e primeiro-de-abril passado no Alencar Araripe pelo jornal chamado Comércio das Amazonas*” (Andrade: 2004 [1928], 100). Em outra andança, Macunaíma imbuí-se novamente das “visagens” de Tristão de Alencar Araripe. Assim, voando “*sobre Amargosa na Bahia*”, avista uma “*cidade encantada*” (Andrade: 2004 [1928], 102)”. Depois dessas descobertas arqueológicas, Macunaíma defronta-se com as coleções mantidas por Pietro Pietra. Espanta-se com o caráter de “museu universal” de Pietra, que possuía “*colunas gregas*”, “*deuses egípcios*”, “*seixos polidos*”, “*machados*”,

“*flechas de pedra lascada*”, e uma infinidade de outros artefatos (Andrade: 2004, [1928], 102). Reouve seu muiraquitã de pedra verde em forma de jacaré, e escreveu uma carta para Ci, contando suas impressões sobre a capital paulista. A carta é uma espécie de ponto de vista nativo em estilo parnasiano. O que mais espanta a Macunaíma é que os brasileiros não saibam a ortografia correta para muiraquitã, e que lhe atribuam origem asiática:

“Haveis de saber que este vocábulo, tão familiar às vossas trompas de Eustáquio, é quase desconhecido por aqui (...). Apenas alguns sujeitos de importância em virtude e letras, como já dizia o bom velhinho e clássico frei Luís de Souza, citado pelo doutor Rui Barbosa, ainda sobre as muiraquitãs projetam as suas luzes, para aquilatá-las de medíocre valia, originárias da Ásia, e não de vossos dedos, violentos no polir” (Andrade: 2004 [1928], 71-72).

A crítica literária enfatiza que *Macunaíma* é um dos pilares da cultura brasileira. A política de linguagem de Mário de Andrade, o falar desregionalizado e malandro de Macunaíma, sua narrativa em ritmo de embolada e com cortes cinematográficos, é tanto uma crítica ao beletismo parnasiano quanto uma tentativa de descobrir a entidade nacional dos brasileiros (Lopez: 2005). O roteiro de Mário de Andrade, sua carpintaria literária para escrever *Macunaíma*, incluiu Capistrano de Abreu, *O Selvagem* de Couto de Magalhães, e principalmente os cinco volumes, surgidos entre 1916 e 1924, da obra *Vom Roraima zum Orinoco (De Roraima ao Orinoco)*, de Thedor Koch-Grünberg. É com esta obra que Mário de Andrade compõe uma antologia do folclore brasileiro, reunindo as lendas e mitos indígenas reinventadas em Macunaíma (Proença: 1974).

É preciso, contudo, ampliar os itens bibliográficos do roteiro de Mário de Andrade. Ele parecia conhecer as hipóteses de povoamento pré-histórico do Brasil formuladas por Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto, assim como os debates sobre os muiraquitãs de jadeíte.

Observemos, de outro lado, que a obra de Koch-Grünberg nasceu, em parte, graças aos itinerários de viagens científicas planejados por Goeldi em 1900, como mostrei nesta tese. E Goeldi efetivamente aparece, ainda que indiretamente, em *Macunaíma*. Afinal, o herói sem caráter, assim como o diretor do Museu Paraense, encantou-se com a cerâmica Cunani, cujos exemplares só foram conhecidos nacionalmente após as expedições à “Guiana brasileira”. Há, ainda, alusões à *Arqueologia Comparativa do Brasil* de Ihering (1904d), onde o diretor do Museu Paulista disserta sobre as pesquisas em Amargosa e critica Alencar Araripe por suas “descrições vagas” de “cidades indígenas abandonadas”. Mário de Andrade reproduz as próprias críticas de Ihering sobre a “origem asiática” dos muiiraquitãs. E, assim como Goeldi e Ihering, ele ironiza a Arqueologia nobiliárquica.

Mas a ironia andradiana tem outro significado. Dentro do panorama satírico de seu livro, as ironias sobre a Arqueologia nobiliárquica antecipam as críticas de Câmara Cascudo, que só viria a fazê-las em 1933: o problema da “origem fenícia dos letreiros”, do encontro de estátuas gregas e cidades abandonadas, não é o seu conteúdo “mitológico”; é a exclusão daquilo que seria a alteridade do universo simbólico dos indígenas. A questão, para Mário de Andrade, é a mesma que norteou sua política de linguagem e sua perquirição sobre a identidade nacional. A Arqueologia nobiliárquica, assim como os parnasianos, tinha os pés no Brasil e os olhos voltados para a Europa. Sonhava com musas e formas gregas e negava a especificidade do elemento indígena na nacionalidade brasileira.

O espírito que animou Mário de Andrade esteve longe da Arqueologia brasileira. A conferência de Ihering mostra bem esta antítese. Ela sublinha aquela que foi a coordenada mestra do processo de institucionalização da Arqueologia no Brasil: sua relação manifesta com o colonialismo. As pesquisas arqueológicas, desde o Império, intentaram constituir um colonialismo interno. Como modalidade investigativa, elas desdobraram-se em

representações culturais que narravam o passado nativo e mostravam que, de algum modo, esse passado sobrevivia no presente. As representações da Arqueologia enunciaram que o território brasileiro estaria ainda coalhado por povos cuja “inferioridade cultural” clamava por missões civilizadoras, por projetos de pacificação, como aquele conduzido, no Museu Botânico do Amazonas, por Barbosa Rodrigues. As pesquisas arqueológicas lidaram com o biopoder. A cartografia etnográfica, os números demográficos e os mapas de distribuição geográfica das populações indígenas registravam um território primitivo a ser civilizado, modernizado, colonizado.

Outro desdobramento da relação entre o processo de institucionalização da Arqueologia e o colonialismo foi a promoção da expansão geográfica e geopolítica do Estado nacional. A Arqueologia teve um claro componente geográfico, espacial. Ela propiciou a demarcação de fronteiras e a conquista científica de geografias, como evidencia Goeldi com suas pesquisas arqueológicas na “Guiana Brasileira”. É que o processo de institucionalização da Arqueologia brasileira assentou-se em estruturas de referência que apelavam diretamente para as experiências do mundo colonial. Daí as propostas para circunscrever o espaço reorganizando aldeamentos indígenas. Tratava-se, pois, de conter em espaços fechados a primitividade que vivia no território brasileiro. Fechá-la em núcleos de colonização.

Como argumentei ao longo desta tese, a idéia de revitalizar aldeamentos ocorreu num momento em que a ciência mundializava-se. Num contexto em que circularam globalmente os modelos de organização institucional da ciência e as experiências veiculadas pelas colônias européias. Os projetos e inspirações de Goeldi e Ihering dão-nos a medida desta “aldeia global”. Ambos planejavam trazer para o Brasil os modelos de pesquisa do mundo colonial: antropólogos versados na língua do nativo, preparados para

coletar materiais, registrar informações e escrever monografias. Planejavam criar no Brasil um símile do *Bureau of Ethnological Research*; transformá-lo num aldeamento, com muros de paz e linhas de fortificação. Um lugar que seria um posto avançado da pesquisa antropológica e arqueológica. Uma instituição especializada que angariaria as informações necessárias para se fundar uma ciência de governo dos “selvagens independentes”.

6. Acervos Consultados

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.
Arquivo e Biblioteca do Museu Emílio Goeldi – Belém do Pará.
Arquivo e Biblioteca do Museu Paulista – São Paulo.
Biblioteca Central-Unicamp, Setor de Obras Raras – Campinas.
Biblioteca do IEL-Unicamp, Setor de Obras Raras – Campinas.
Biblioteca do IFCH-Unicamp – Campinas.
Biblioteca do MAE-USP – São Paulo.
Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro.

7. Fontes

(Literatura dos Séculos XIX e Início do XX)

ABREU, Capistrano. 2000 [1911]. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Publifolha.

ALEGRE, Manoel de Araújo Porto. 1856. Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem. **RIHGB**, (19): 68-74.

ALEGRE, Manoel de Araújo Porto; BARBOSA, Januário da Cunha. 1839. Relatório sobre a Inscrição da Gávea. **RIHGB**, (1): 98-103.

ALENCAR, José de.
S/D [1865]. **Iracema**. São Paulo: Solimões.
S/D [1874]. **Ubirajara**. São Paulo: Solimões.

ALLEN, Francis A. 1883. Polynesian Antiquities, a link between the ancient civilizations of Asia and America. **Congrés International des Américanistes**. Copenhague: Comptes-Rendu de la Cinquième Session, pp. 246-270.

AMBROSETTI, Juan B. 1896. Notas de Arqueología Calchaquí. **Boletín del Instituto Geográfico Argentino**, (17): 415-463.

AMEGHINO, Florentino.
1915. Origen y Emigraciones de la Especie Humana. Buenos Aires. **Revista de Filosofía**, (1), 2-22.
1918 [1880]. **La Antigüedad del Hombre en el Plata**. Buenos Aires: La Cultura Argentina.

ARARIPE, Tristão de Alencar. 1887. Cidades Petrificadas e Inscrições Lapidares no Brasil. **RIHGB**, (50): 213-249.

ASSIS, Machado de.

1986 [1882]. O Anel de Polícrates. In: Papéis Avulsos. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol II, pp. 237-241.

1986 [1884]. Manuscrito de um Sacristão. In: Histórias sem Data. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol II, pp. 544-547.

AZEVEDO, M. 1885. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual Reinado. **RIHGB**, (71): 54-75.

BAMPS, L. 1883. Les traditions relatives à l'homme blanc et au signe de la croix en Amérique à l'époque précolombienne. **Congrès International des Américanistes**. Compte-Rendu de la Cinquième Session. Copenhague: 125-133.

Barão de Marajó. 1894. Resposta do Sr Barão de Marajó. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 86-88.

BARNARD, F. A. (ed.). 1878. Joseph Beal Steere. **American biographical History of eminent and self-made men**. Cincinnati: Western Biographical Publishing Company. p. 70-71.

BARRETO, Lima. 1996 [1911]. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Objetivo.

Bentley Historical Library. <http://bentley.umich.edu/> [Joseph Beal Steere]. Acessado em 11/05/2006.

BOMAN, Eric. 1905. Migrations Précolombiennes dans le Nord-Ouest de l'Argentine. **Journal de la Société des Américanistes de Paris**, (2): 2, 91-108.

BORBA, Antônio da. 1904. Ofício da Repartição de Polícia do Estado de São Paulo para o Diretor do Museu Paulista, 5 de fevereiro de 1904. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 80.

BORBA, Telêmaco. 1904. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. **Revista do Museu Paulista**, (6): 53-62.

BRINTON, Daniel G.

1891. **The American Race: A Linguistic Classification and Ethnographic Description of the Native Tribes of North and South America**. New York: N. C. C. Hodges.

1899. The Calchaqui: an Archaeological Problem. **American Anthropologist**, (1): 1, 41-44.

BURCKHARDT, Carl. 1899. Rapport Préliminaire sur une Expédition Géologique dans la Région Andine située entre las Lajas (Argentina) et Curacantin (Chili). **Revista del Museo de La Plata**, (9): 199-219.

- BURTON, Richard Francis.
 1866. Letter on a Kjukkenmodding at Santos, Brazil. **Journal of the Anthropological Society of London**, (4): CXCII-CXCIV.
 1869. **Explorations of the Highlands of Brazil**, 2v. London: Tinsley Brothers.
 1873. Notes on the Kitchen-Middens of Sao Paulo, Brazil, and the Footprints of St Thomas, Alias Zome. **Anthropology**, (1): 44-59.
 2001 [1868]. **Viagens do Rio de Janeiro ao Morro Velho**. Brasília: Senado Federal.
- CALIXTO, Benedito. 1904. Algumas Notas sobre a Situação dos Sambaquis de Itanhaém e de Santos. **Revista do Museu Paulista**, (6): 409-518.
- CAMINHA, Adolfo. 2001 [1895]. **Bom Crioulo**. São Paulo: Editora Ática.
- CHAMBERLAIN, A. F. 1912. The Allentiacan, Bororoan and Calchaquian Linguistic Stocks of South America. **American Anthropologist**, (14): 3, 499-507.
- CAPANEMA, Guilherme Süch. 1876. Os Sambaquis. **Ensaios de Ciência**, (1): 81-89.
- CLARKE, Hyde. 1892. Sur les Communications Préhistoriques entre l'ancien Monde et l'Amérique. **Congrès International des Américanistes**. Compte-Rendu de la Huitième Session, tenue a Paris en 1890. Paris: Ernst Leroux, pp. 186-189.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira.
 1864. **Relatório dos Negócios da Província do Pará**. Pará: Tipografia Frederico Rhossard.
 1873. Ensaio de Antropologia. **RIHGB**, (36): 359-516.
 1875. **Memória sobre as Colônias Militares, Nacionais e Indígenas**. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma.
 1902 [1859]. **Os Guayanás**. São Paulo: Tipografia Espíndola, Siqueira e Companhia.
 1935 [1876]. **O Selvagem**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- CUNHA, Euclides da. 1982 [1902]. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- DALTRO, Leolinda. 1920. **Da Catequese dos Índios do Brasil: Notícias e Documentos para a História (1896-1911)**. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Orsina da Fonseca.
- DARWIN, Charles.
 S/D [1859]. **The Origin of Species**. New York: The Modern Library.
 S/D [1871]. **The Descent of Man and Selection in Relation to Sex**. New York: The Modern Library.
- DELACHAUX, Enrique S. 1899. Limites Ocidentales de la República Argentina. El artículo del Dr. Juan Steffen: La Cuestión de limite Chileno-Argentina (con especial consideración de la Patagonia). Examen Crítico por Enrique S. Delachaux. **Revista del Museo de La Plata**, (9): 3-78.

Department of Ethnology and Prehistoric Anthropology: Descriptions of collections and curator plans. **Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution**. Washington: Government Printing Office, 1894, pp. 78-82.

DERBY, Orville A.

1879. The Artificial Mounds of the Island of Marajó. **American Naturalist**, (13): 224-229.

1895. As investigações geológicas no Brasil. **Revista Brasileira**, 2: 141-152.

1897. A Ilha de Marajó. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (2): 163-173.

FABRICIUS, A. 1894. Les Sagas Islandaises sur la Découverte de l'Amérique. **Congreso Internacional de Americanistas**. Actas de la Novena Reunión, Huelva, 1892. Madrid: Tipografía M. G. Hernández, pp. 221-226.

FAWKES, J. Walter. 1903. Precolumbian West Indians Amulets. **American Anthropologist**, (5): 4, 679-691.

GARBE, Ernesto. 1909. Relatório de Viagem. Serra do Macaé, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1909. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 89.

GARBE, Walter. 1909. Relatório de Viagem. Porto Cachoeira de São Leopoldina, 10 de setembro de 1909. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 89.

GOELDI, Emílio Augusto.

1894a Relatório apresentado pelo Diretor do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 217-239.

1894b. Carta Circular. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 7-9.

1894c. Relatório sobre o Estado do Museu Paraense, apresentado a S. Ex^a o Sr. Dr. Governador do Estado e do Pará. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 10-20.

1894d. Instruções práticas sobre o modo de coligir produtos da natureza para o Museu Paraense de História Natural e Etnografia. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 74-84.

1894e. Instruções práticas sobre o modo de coligir produtos da natureza para o Museu Paraense de História Natural e Etnografia. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 239-256.

1894f. Prefácio. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): I e II.

1894g. Ofício ao Sr. Barão de Marajó. **Boletim do Museu de História Natural e Etnografia**, (1): 84-86.

1897a. Bibliografia. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (2): 106-109.

1897b. Relatório apresentado pelo Diretor do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (2): 1-27.

1897c. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará, pelo Diretor do Museu Paraense. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (2): 257-287.

1897d. O Estado Atual dos Conhecimentos sobre os Índios do Brasil, especialmente sobre os Índios da foz do Amazonas no Passado e no Presente (Conferência Pública realizada no Museu Paraense em 7 de dezembro de 1896). **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (2): 397-417.

1900a. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Diretor do Museu Paraense. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (3):1-53.

1900b. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Diretor do Museu, referente ao ano de 1900. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (3): 255-275.

1904a. Über den Gebrauch der Steinaxt bei jetzt lebenden Indianern Südamerikas speziell Amazoniens. **Internationaler Amerikanisten-Kongress. Vierzehnte Tagung**. Stuttgart, pp. 441-453.

1904b. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretário da Justiça, Interior e Instrução Pública, referente ao ano de 1902, pelo Diretor do Museu. **Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnografia**, (4):467-509.

1904c. Miscelâneas Menores: Duas Cartas do Dr. Theodor Koch, relativas à sua atual expedição etnográfica entre os índios do alto Rio Negro, dirigidas ao Diretor do Museu. **Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnografia**, (4): 481-488.

1904d. Relatório sobre o Museu, relativo ao ano de 1901, apresentado ao Exmº Sr. Dr. Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública. **Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnografia**, (4): 1-30.

1905 [1900]. Escavações Arqueológicas em 1895, executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas: as cavernas artificiais de Índios hoje extintos no Rio Cunani e sua cerâmica. **Memórias do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**. Pará, 44 pp. (Com estampas).

1906. Bibliografia. **Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnografia**, (4): 757-804.

1907. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Secretário do Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública. **Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnografia**, (5): 1-22.

GOODE, George Brown. 1901 [1894]. The Principles of Museum Administration. **Annual Report of the Smithsonian Institution**. Washington: Government Printing Office, pp. 193-240.

GUEDES, Aureliano Pinto de Lima. 1897. Relatório sobre uma missão etnográfica e arqueológica aos Rios Maracá e Anauerá-Pucu (Guiana Brasileira), realizada pelo Tenente-Coronel Aureliano Pinto de Lima Guedes. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (2): 42-63.

GUIMARÃES, Carlos. 1909. Ofício do Secretário do Interior a Hermann von Ihering, Diretor do Museu Paulista, 25/10/ 1909. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 89.

HARTT, Charles F.

- 1871a. The Ancient Indian Pottery of Marajó. **American Naturalist**, (5): 5, 259-271.
- 1871b. Brazilian Rock Inscriptions. **American Naturalist**, (5): 3, 139-147.
- 1871c. Notes. **American Naturalist**, (5): 7, 448-450.
1872. On the Occurrence of Face Urns in Brazil. **American Naturalist**, (6): 10, 607-610.
1875. The Indian Cemetery of the Gruta das Múmias, Southern Minas Gerais, Brazil. **American Naturalist**, (9): 205-217.
- 1876a. Notas sobre algumas tangas de barro cozido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 77-83.
- 1876b. Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 45-53.
1879. Notes on the Manufacture of Pottery Among Savage Races. **American Naturalist**, (13): 2, 78-93.
1885. Contribuições para a Etnologia do Vale do Amazonas. **Arquivos do Museu Nacional**, (6): 1-174.
1891. Inscrições em Rochedos do Brasil. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, (7): 301-310.
1897. Monte Alegre e Ereré. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (2): 322-340.
- HASEMAN, J. D. 1912. Some Notes on the Pawumwa Indians of South America. **American Anthropologist**, (14): 2, 333-349.
- HRDLICKA, Ales. 1917. The Genesis of the American Indians. **Proceedings of the Second Pan American Scientific Congress**. Section I, Anthropology. Washington: Government Printing Office.
- HUBER, Jacques.
1907. Relatório, relativo ao ano de 1904, apresentado ao Exmº Sr. Dr. Secretário do Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública. **Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnografia**, (5): 23-42.
1909. Relatório sobre a marcha do Museu Goeldi no ano de 1908, apresentado ao Exmº. Sr. Dr. Secretário do Estado da Justiça, Interior e Educação Pública. **Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnografia**, (6): 22-53.
- HUMBOLDT, Alexander. 1809 [1810]. **Sites des Cordilleres et Monuments des Peuples indigines de l'Amérique**. Paris: J. Michel Place.
- IHERING, Hermann von.
- 1895a. A Civilização Pré-Histórica no Brasil Meridional. **Revista do Museu Paulista**, (1): 33-159.
- 1895b. História do Monumento do Ipiranga e do Museu Paulista. **Revista do Museu Paulista**, (1): 9-31.
- 1895c. Conchas Marinhas na Formação Pampeana de La Plata. **Revista do Museu Paulista**, (1): 223-232.
- 1897a. O Museu Paulista no ano de 1896. **Revista do Museu Paulista**, (2): 3-12.
- 1897b. Os Moluscos dos Terrenos Terciários da Patagônia. **Revista do Museu Paulista**, (2): 73-114.

- 1897c. Bibliografia. **Revista do Museu Paulista**, (2): 466-477.
- 1897d. A Ilha de São Sebastião. **Revista do Museu Paulista**, (2): 129-164.
1898. O Museu Paulista no ano de 1897. **Revista do Museu Paulista**, (3): 9-16.
- 1900a. O Museu Paulista no ano de 1898. **Revista do Museu Paulista**, (4): 1-8.
- 1900b. Bibliografia. **Revista do Museu Paulista**, (4): 565-567.
- 1902a. O Museu Paulista nos anos de 1899 a 1900. **Revista do Museu Paulista**, (5): 1-12.
- 1902b. Historia de las Ostras Argentinas. **Anales del Museo Nacional de Buenos Aires**, (7): 109-123.
- 1902c. Bibliografia. **Revista do Museu Paulista**, (5): 706-712.
- 1902d. Necessidade de uma lei Federal de caça e proteção das aves. **Revista do Museu Paulista**, (5): 238-260.
- 1903a. El Hombre Prehistórico del Brasil. Buenos Aires: **Historia**, (1): 161-169.
- 1903b. A Origem dos Sambaquis. **RIHGSP**, (8): 446-457.
- 1904a. Ofício para o Chefe de Polícia do Estado de São Paulo, 23/01/1904. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 80.
- 1904b. Ofício para o Chefe de Polícia do Estado de São Paulo, 19/04/1904. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 80.
- 1904c. O Museu Paulista em 1901 e 1902. **Revista do Museu Paulista**, (6): 1-22.
- 1904d. Arqueologia Comparativa do Brasil. **Revista do Museu Paulista**, (6): 519-580.
- 1904e. Bibliografia. **Revista do Museu Paulista**, (6): 584-659.
- 1904f. Os Guaianáses e Caingangues do Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, (6), 23-44.
- 1904g. Über das Natürliche Vorkommen von Nephrit in Brasilien. **Internationaler Amerikanisten-Kongress**. Vierzehnte Tagung (XIV), Stuttgart.
1905. Resíduos da Idade da Pedra, na Cultura atual do Brasil. **RIHGSP**, (9), pp. 570-575.
1906. A Etnologia do Brasil Meridional. **RIHGSP**, (11): 220-236.
- 1907a. A Organização Atual e Futura dos Museus de História Natural. **Revista do Museu Paulista**, (7): 431-449.
- 1907b. A Antropologia do Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, (7), 202-257.
- 1907c. Os Machados de Pedra dos Índios do Brasil e o seu emprego nas derrubadas de mato. **RIHGSP**, (12), pp. 426-431.
- 1907d. Os Índios Patos e o Nome da Lagoa dos Patos. **Revista do Museu Paulista**, (7), 31-45.
- 1907e. A Distribuição de Campos e Matas no Brasil. **Revista do Museu Paulista**, (7), 125-178.
- 1907f. As Cabeças Mumificadas pelos Índios Mundurucus. **Revista do Museu Paulista**, (7): 179-201.
- 1909a. Ofício para o Secretário do Interior, 12/07/1909. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 89.
- 1909b. Ofício para o Secretário do Interior, 26/07/1909. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 89.
- 1909c. Ofício para o Secretário do Interior, 4/11/1909. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 89.
- 1909d. Ofício para o Secretário do Interior, 8/12/1909. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 89.
- 1909e. Ofício para o Secretário do Interior, 23/09/1909. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 89.

1909f. Ofício para as Secretarias do Interior, Agricultura, Fazenda e Justiça e para o Presidente do Estado, 2/12/1909. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 89.

1910. A Etnografia do Brasil Meridional. **Actas del Congreso Internacional de Americanistas**. Buenos Aires, pp. 250-264.

1911a. Barbosa Rodrigues. **Revista do Museu Paulista**, (8): 23-37.

1911b. A Questão dos Índios do Brasil. **Revista do Museu Paulista**, (8): 112-140.

1911c. Os Botocudos do Rio Doce. **Revista do Museu Paulista**, (8): 33-51.

1911d. Bibliografia. **Revista do Museu Paulista**, (8): 512-525.

1911e. Devastação e Conservação das Matas. **Revista do Museu Paulista**, (8): 485-500.

1914. Proteção das Aves. **Revista do Museu Paulista**, (9): 316-337.

1969 [1885]. A Lagoa dos Patos. **Organon**, (14): 101-142.

IHERING, Hermann von; IHERING, Rodolfo von. 1911. O Museu Paulista nos de 1906 a 1909. **Revista do Museu Paulista**, (8): 1-22.

IHERING, Rodolfo von.

1907. O Museu Paulista nos anos de 1903 a 1905. **Revista do Museu Paulista**, (7): 1-30.

1914. O Museu Paulista nos anos de 1910, 1911 e 1912. **Revista do Museu Paulista**, (9): 5-24.

KATE, Hermann F. C. Ten. 1893. Rapport Sommaire sur une Excursion Archéologique dans les Provinces de Catamarca, de Tucuman et de Salta. **Revista del Museo de La Plata**, (5): 331-348.

KIPLING, Rudyard. 1954 [1901]. **Kim**. São Paulo: Editora Nacional.

KOSERITZ, Karl von.

1884. **Bosquejos Etnológicos**. Tipografia de Gundlach e Companhia.

1884. Sambaquis da Conceição do Arroio. **RIHGB**, (XLVII): 179-182.

1980 [1882]. **Imagens do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.

KRONE, Ricardo. 1902. Contribuições para a Etnologia Paulista. **RIHGSP**, (7): 470-481.

LACERDA, João Batista.

1876. Contribuições para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas: nota sobre a conformação dos dentes. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 77-83.

1879. Crânios de Maracá (Guiana Brasileira): Contribuições para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas do Brasil. **Arquivos do Museu Nacional**, (4): 35-45.

1882a. O Crânio de Lagoa Santa. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 145-147.

1882b. A Força Muscular e a Delicadeza dos Sentidos de nossos Indígenas. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 6-7.

1882c. Botocudos. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 2.

1885. O Homem dos Sambaquis (Contribuição para a Antropologia Brasileira). **Arquivos do Museu Nacional**, (6): 175-203.

1912. **O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911). Apreciação e Comentários pelo Dr. João Batista Lacerda, delegado do Brasil nesse Congresso.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo.

LACERDA, João Batista; PEIXOTO, Rodrigues. 1876. Contribuições para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas: os Botocudos. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 47-75.

LAGOS, Manoel Ferreira. 1844. Relatório dos Trabalhos do Instituto no sexto ano acadêmico. **RIHGB**, (6): 501-538.

LAHILLE, F. 1898. Guayaquí y Ananitas. **Revista del Museo de La Plata**, (8): 453-459.

LA HURE, Conde de. 1865. Consideratións Summaires sur L'Origine des Amas de Coquillages de la Côte du Brésil. Dona Francisca (SC), 10.02.1865. **IHGB**, lata 15, pasta 9 (manuscrito).

LIMA, Oliveira. 2000 [1911]. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira.** Rio de Janeiro/São Paulo: Toopbooks/Publifolha.

LIMA JÚNIOR, Júlio Bierrenbach. 1906. Relatório da Exploração dos Rios Feio e Aguapeí. São Paulo: **Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.**

LÖEFGREN, Alberto.

1893. Os Sambaquis de São Paulo. **Boletim da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo**, (9): 31-42.

1903. Os Sambaquis. **RIHGSP**, (8): 458-465.

LOFFLER, E. 1883. The Vineland-excursions of the Ancient Scandinavians. **Congrés International des Américanistes.** Compte-Rendu de la Cinquième Session. Copenhague: pp. 64-73.

LYELL, Charles.

1863. **The Geological Evidences of the Antiquity of Man.** London: J. M. Dent & Sons LTD.

1990 [1833]. **Principles of Geology.** Chicago: University Press of Chicago.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. 1848. A Balaiada. **RIHGB**, (10): 149-157.

MARKHAM, Clements.

1895. A List of the Tribes in the Valley of Amazons, including those on the banks of the main stream and of all the tributaries. **Journal of the Royal Institute of Great Britain and Ireland**, (24): 236-284.

1910. A List of the Tribes in the Valley of Amazons, including those on the banks of the main stream of all the tributaries. **Journal of the Royal Institute of Great Britain and Ireland**, (40): 73-140.

MARTINEZ, Benigno F. 1904. Os Índios Guaianásés. **Revista do Museu Paulista**, (6): 45-52.

MARTIUS, Karl F. P. von. 1844. Como se Deve Escrever a História do Brasil. **RIHGB**, (6): 389-411.

MARX, Karl.

S/D [1853]. O Domínio Britânico na Índia; Futuros Resultados do Domínio Britânico da Índia. In: **Karl Marx, Friedrich Engels: Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, pp.268-297.

1984. A Teoria Moderna da Colonização. In: **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. v. 1, Tomo II, pp. 259-382.

1996. Introdução à Crítica da Economia Política. In: **Marx**. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), pp. 25-54.

MEYER, A. B. 1903. Zur Nephritfrage. **American Anthropologist**, (5): 4, 692-693.

MORENO, Francisco P.

1901. Notes on Anthropogeography of Argentina. **The Geographical Journal**, (18): 6, 574-589.

MOURA, Gentil de. 1907. Relatório da Exploração do Rio do Peixe. São Paulo: **Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo**.

MOURA, Trajano de. 1924 [1889]. **Do Homem Americano**. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite.

MULLER, H. 1890. Sur les Débris de Cuisine (Sambaquis) du Brésil. **Congrès International des Américanistes**. Berlin: Compte-Rendu de la Septième Session, pp. 459-462..

NADAILLAC, Marquês de.

1883. **L'Amérique Préhistorique**. Paris: G. Masson

1893. **Pré-historic American**. New York: The Knickerbocker Press.

NETO, Ladislau.

1876. Carta a Charles Wiener. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 1-2.

1877. Apontamentos sobre os Tembetás da Coleção do Museu Nacional. **Arquivos do Museu Nacional**, (2): 105-163.

1882a. Dos Mistérios que Envolvem a Origem do Homem Americano. Revista da Exposição Antropológica Brasileira. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 25-26.

1882b. Do Elemento Japonês na América. Revista da Exposição Antropológica Brasileira. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 153-155.

1882c. Do Atavismo. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 4-5.

1882d. A Origem dos Sambaquis. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 37-38.

1882e. Discurso Inaugural da Exposição Antropológica. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 77-78.

1885. Investigações sobre a Arqueologia brasileira. **Arquivos do Museu Nacional**, (6): 257-553.

1888. Sur les antiquités céramiques de l'île de Marajó. **Congrés International des Américanistes**. Berlim: Compte-Rendu de la Septième Session, pp. 201-207.

NIETZSCHE, Friedrich W. 1992 [1886]. **Além do Bem e do Mal**. São Paulo: Companhia das Letras.

NIMUENDAJU, Curt.

1982. **Textos Indigenistas**. São Paulo: Ed. Loyola.

1987 [1914]. **As Lendas de Criação e Destruição do Mundo: como fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec/Edusp.

PALDAOFF, J. M. 1900. Arqueologia Rio Grandense. **Revista do Museu Paulista**, (4): 339-349.

PEIXOTO, Rodrigues. 1885. Novos Estudos Craniológicos sobre os Botocudos. **Arquivos do Museu Nacional**, (6): 205-256.

PENA, Domingos Soares Ferreira.

1876. Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 85-99.

1877a. Observações sobre as duas urnas (fig. 3ª e 4ª) descritas e figuradas pelo Sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo – Antiguidades do Amazonas, inserto na Revista – Ensaios de Ciência. **Arquivos do Museu Nacional**, (2): 73-76.

1877b. Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará. **Arquivos do Museu Nacional**, (2): 47-71.

1879. Algumas Palavras da Língua dos Aruans. **Arquivos do Museu Nacional**, (4): 15-25.

1887. Inscrição copiada no Xingu. **RIHGB**, (50): 228-231.

1894. Arqueologia e Etnografia do Brasil. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 28-31.

1973. **Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Pena**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, Vol. I e II.

POMPÉIA, Raul. 1997 [1888]. **O Ateneu**. São Paulo: Klick Editora/O Estado de São Paulo.

PORTO, Campos F. 1892. Histórico do Museu Botânico do Amazonas. **Vellozia: Contribuições do Museu Botânico do Amazonas: Arqueologia, Paleontologia (1885-1888)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol II, pp-61-80.

RAFFARD, Henrique. 1892. Alguns Dias na Paulicéia. **RIHGB**, (55): 233-237.

RATH, Carl.

1871. Notícia Etnológica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do Dilúvio Universal. **RIHGB**, (34): 287-292.

1874. Die Sambaquis oder Muschelhügelgräber Brasiliens. **Globus**, 26: 193-198, 214-218.

RATHBURN, Richard. 1904. Ofício para Hermann von Ihering. Washington, 1 de abril de 1904. **Fundo do Museu Paulista**, Pasta 80.

RENAN, Ernest. 1990 [1882]. What is the Nation? In: BHABHA, Homi K. (ed.). **Nation and Narration**. London: Routledge, pp. 8-22.

Resumo do Curso de Antropologia. **Arquivos do Museu Nacional**, (2): 165-169, 1877.

RODRIGUES, João Barbosa.

1875a. **Exploração do Rio Jamundá: Relatório**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

1875b. **Exploração dos Rios Urubu e Jatapú: Relatório**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

1875c. **Exploração e Estudo dos Vales do Amazonas**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

1875d. **Rio Tapajós**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

1875e. **Ídolo Amazônico achado no Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, 1875.

1876a. Antigüidades do Amazonas. **Ensaio de Ciência**. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, (1): 93-125.

1876b. Antigüidades do Amazonas. **Ensaio de Ciência**. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, (2): 3-23.

1880. Antigüidades do Amazonas III: Observações sobre duas urnas descritas e figuradas pelo Sr. Domingos Soares Ferreira Pena em seu artigo, inseridas na Revista do Arquivos do Museu Nacional. **Ensaio de Ciência**. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, (3): 5-37.

1881a. O Canto e a Dança Silvícola. **Revista Brasileira**, (4): 32-60.

1881b. Advertência: Notas sobre as Diferentes Listas de Nomes Indígenas, pelo lado das Ciências Naturais, da Grammar and Vocabulary of the Tupi Language. **RIHGB**, (44), 33-130.

1882a. **Catálogo dos objetos expostos na Exposição Antropológica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

1882b. O Ídolo Amazônico. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 99.

1882c. A Emancipação dos Mauhés. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 10-11.

1882d. Índios Arara. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 78.

1882e. Índios Carafbas. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 64.

1882f. Os Miranhas. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 124-125.

1882g. Tribo dos Aruaquis e Pariquis: conto, festa dos mortos. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 61-62.

- 1882h. Tribo dos Cauixanas. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 72.
- 1882i. Tribo dos Mundurucus: cabeça mumificada. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 39-40.
- 1882j. Tribo dos Mundurucus: a festa da parinate-ran. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 45-46.
- 1882k. Tribo dos Mundurucus: trajes. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 27-28.
- 1882l. Tribo dos Tembés: festa da tucunayra. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 32.
- 1882m. Tribo dos Tembés. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 55-56.
- 1882n. Tribo dos Tembés: vestuário. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 20-21.
- 1882o. Tribo dos Ticunas. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 52-53.
- 1882p. Tribo dos Vasahys. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 47-48.
- 1882q. Tribo dos Maupés. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, pp. 96.
1885. **A Pacificação dos Crichinás**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
1886. **Catálogo de Produtos Enviados para a Exposição de Berlim pela Província do Amazonas**. Manaus: Tipografia do Jornal do Amazonas.
1888. Antigüidades do Amazonas III. **Ensaio de Ciência**. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, (3): 5-32.
- 1892a. Prólogo. **Vellozia: Contribuições do Museu Botânico do Amazonas (1885-1888)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol I, pp. V-XX.
- 1892b. Catálogo da Seção Etnográfica e Arqueológica do Museu Botânico do Amazonas. **Vellozia: Contribuições do Museu Botânico do Amazonas: Arqueologia e Paleontologia (1885-1888)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. II, pp. 87-122.
- 1892c. Antigüidades do Amazonas: A Necrópole do Mirakanguera. **Vellozia: Contribuições do Museu Botânico do Amazonas: Arqueologia, Paleontologia (1885-1888)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol II, pp. 1-40.
1894. **Vocabulário Indígena com Ortografia Correta: complemento da porânduba amazonense**. Rio de Janeiro: Lenzinger.
1899. **Muirakitã e os Ídolos Simbólicos: estudo da origem asiática da Civilização do Amazonas nos tempos Pré-Históricos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, II Vol.
1905. **Mbae Kaa Tapyiyeta Enoyndaou ou a Botânica e a Nomenclatura Indígena**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

ROMERO, Silvío.

1886. O Sr. Ladislau Neto e a Arqueologia Brasileira. **Suplemento Crítico da Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 25 de março de 1886, pp. 5-9.
1888. **Etnografia Brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Teófilo Braga e Ladislau Neto**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves.

SAMPAIO, Teodoro.

1897. A Nação Guaianás da Capitania de São Vicente. **Revista do Museu Paulista**, (7): 115-128.

1916. Dois Artefatos Indígenas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, (9): 42, 27-31.

SAVILLE, M. H. 1913. Precolumbian Decoration of the Teeth in Ecuador. With some Account of the Occurrence of the Custom in other parts of North and South America. **American Anthropologist**, (15): 3, 377-394.

SHIPLEY, Marie A. 1892. The Missing Records of the Norse Discovery of America. **Congrès International des Américanistes**. Compte-Rendu de la Huitième Session, tenue a Paris en 1890. Paris Ernest Leroux: pp. 190-200.

SHIPLEY, John B. 1902. Recentes Découvertes sur les Communications entre l'Europe et l'Amérique. **Congrès International des Américanistes**. XII Séssion tenue a Paris en 1900. Paris: Ernest Leroux, pp. 1-10.

SHUPP, A. 1904. Breves Notícias sobre uns objetos interessantes feitos pelos indígenas do Brasil. **Revista do Museu Paulista**, (4): 488-489.

SILVA, A. J. Ferreira da. 1885. **Notícia da Vida e Trabalhos do Naturalista brasileiro J. B. Rodrigues**. Porto: Tipografia Antônio José da Silva Teixeira.

SQUIER, Ephraim G. 1870. The Primeval Monuments of Peru. **American Naturalist**, (4): 2-14.

STEERE, Joseph Beal.

1879. In the Amazon. **Smithsonian Institution Annual Report**, (1): 47-83.

1949 [1903]. Tribos do Purus. **Sociologia**, 11(1): 64-78.

TAUBERT, P. 1895. O Fim e a Disposição de um Museu Botânico. **Revista do Museu Paulista**, (1): 162-165.

TEIXEIRA, Antônio José da Silva. 1885. **Notícia da Vida e dos Trabalhos do naturalista brasileiro J. B. Rodrigues**. Porto: Tipografia Antônio José da Silva Teixeira.

TOCANTINS, Antonio Manoel Gonçalves.

1876. Relíquias de uma Grande Tribo Extinta. **RIHGB**, (39): 51-64.

1877. Estudos sobre a Tribo Mundurucu. **RIHGB**, (40): 10-161.

TORCELLI, Alfredo (org.). 1914/1916. **Obras Completas y Correspondencia Científica de Florentino Ameghino**. La Plata: Edición Oficial ordenada por el Gobierno de la Provincia de Buenos Aires.

TORRES, Luís Maria.

1907. Arqueología de La Cuenca del Río Paraná. **Revista del Museo de La Plata**, (14): 53-122.

1911. **Los Primitivos Habitantes del Delta del Paraná**. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos.

VERÍSSIMO, José.

1887. As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes. **RIHGB**, (50): 295-390.

1894a. Domingos Soares Ferreira Pena: notícia sobre sua vida e trabalho. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 57-74.

1894b. Discurso pronunciado por José Veríssimo, Diretor Geral da Instrução Pública, perante o Governador do Estado, Capitão Tenente Bacellar Pinto Guedes, por ocasião de se inaugurar o Museu, restaurado em 13 de maio de 1891. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, (1): 5-8.

1899. **Pará e Amazonas: Questão de Limites**. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil.

1957 [1886]. **Cenas da Vida Amazônica, com um estudo sobre as populações da Amazônia**. Rio de Janeiro: Simões.

1985 [1890]. **A Educação Nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

VIRCHOW, Rudolf.

1888a. Sur la Provenance de la néphrite et de la jadeite. **Congrès International des Américanistes**. Compte-Rendu de la Septième Session, Berlin: pp. 207-216.

1888b. La Crâniologie Américaine. **Congrès International des Américanistes**. Compte-Rendu de la Septième Session. Berlin: pp. 251-260.

WESTROPP, Hodder M. 1881. On Jade Implements Found in Switzerland. **The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, (10): 359-363.

WEHRLI, Leo.

1899a. Rapport Préliminaire sur mon Expédition Géologique dans la Cordillère Argentino-Chilienne (région du Nahuel-Huapi). **Revista del Museo de La Plata**, (9): 223-242.

1899b. Avis Géologique sur la question du Divortium Aquarium Interoceanicum dans la région du Lac Lacar. **Revista del Museo de La Plata**, (9): 245-252.

WIENER, Charles. 1876. Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 3-20.

WILSON, Thomas.

1892. Le Période Paléolithique dans L'Amérique du Nord. **Congrès International des Américanistes**. Compte-Rendu de la Huitième Session, tenue a Paris en 1890. Paris: Ernest Leroux, pp. 600-687.

1894. Swastika: the Earliest Known Symbol. **Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution**. Washington: Washington Printing Office, pp. 757-1030.

1897. The Antiquity of the Red Race in America. **Congreso Internacional de Americanistas**. Actas de la Undécima Reunión, México. México: Agencia Tipográfica de F. Diaz de Leon, pp. 465-470.

1902. Jade in America. **Congrès International des Américanistes**. XII Séssion tenue a Paris en 1900. Paris: Ernst Leroux, pp. 141-187.

WRIGHT, Thomas. 1906. **The life of Sir Richard Burton**, 2 v. London/New York: G. P. Putnam & Sons/Everet & Co.

ZALUAR, Augusto Emílio. 1994 [1875]. **O Doutor Benignus**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

8. Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. 1988. **Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no Imaginário Nordestino, de problema a solução (1877-1922)**. Campinas: Unicamp/IFCH, Dissertação de Mestrado.

ALMEIDA, Marta de. 2003. **República dos Invisíveis: Emílio Ribas, Microbiologia e Saúde Pública em São Paulo (1898-1917)**. Bragança Paulista: EDUSF.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. 1997. **O Diretório dos Índios**. Brasília: Editora da UNB.

ALONSO, Ângela. 2000. **Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ALVA, J. Jorge Klor de. 1995. The Postcolonization of the (Latin) American Experience: A Reconsideration of “Colonialism”, Postcolonialism and “Mestizaje”. In: PRAKASH, Gyan (ed.). **After Colonialism: Imperial Histories and Postcolonial Displacements**. Princeton: Princeton University Press, pp. 241-275.

ALVES, Ana Maria de Alencar.

1998. **Um Museu Científico na História de São Paulo: O Museu do Ipiranga**. FFLCH/USP, (Dissertação de Mestrado).

2001. **O Ipiranga Apropriado: Ciência, Política e Poder: O Museu Paulista (1839-1922)**. São Paulo: Humanitas.

2004. **Redutos da Ciência na “Era dos Museus”: Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de Doutorado em História).

ANDERSON, Perry. 2002. Internationalism: a breviary. **New Left Review**, (14): 5-25.

ANDERSON, Benedict. 1983. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and the Spread of Nationalism**. London: Verso.

ANDRADE, Mário de. 2004 [1928]. **Macunaíma**. 33ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

ANGELO, Dante. 2005. La Arqueología en Bolivia: Reflexiones sobre la Disciplina a Inicios del Siglo XXI. **Arqueología Suramericana**, (1): 2, 185-211.

ARAGÓN, L. E. 2001. Ciência, Educação e Desenvolvimento na Amazônia. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (orgs.). **Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia**. Belém: MPEG, pp. 291-305.

ARBOLEDA, Luis Carlos. 2000. A Ciência e o Ideal de Ascensão Social dos Crioulos no Vice-Reinado de Nova Granada. In: FIGUEIRÔA, Silvia F. de M (org.). **Um Olhar sobre o Passado: História das Ciências na América Latina**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora da Unicamp, pp. 121-152.

ARENDT, Hannah. 1989 [1950]. **Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras.

ARNOLD, Bettina. 2000. The Past as Propaganda: Totalitarian Archaeology in Nazi Germany. In: Robert Preucel e Ian Hodder (eds.) **Contemporary Archaeology in Theory**. Oxford: Blackwell Publishers, pp. 549-569.

ASAD, Talal.

1973. **Anthropology and the Colonial Encounter**. London: Ithaca Press.

1994. Ethnographic Representation, Statistics and Modern Power. **Social Research**, (61): 1, 55-88.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. 2000. **Post-Colonial Studies: the Key Concepts**. London: Routledge.

ASMA, Stephen T. 2001. **Stuffed Animal and Pickled Heads: the culture of Evolution of Natural History Museums**. Oxford: Oxford U. P.

ATKINSON, J. A.; BANKS, I.; O'SULLIVAN, J. (eds.). 1996. **Nationalism and Archaeology**. Glasgow: Cruithne Press.

AZEVEDO, Fernando de.

1950. **Um Trem para o Oeste**. São Paulo: Livraria Martins.

1956. Introdução. In: AZEVEDO, Fernando de (org.). **As Ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, Vol I, 7-38, II Vol.

1963 [1943]. **A Cultura Brasileira**. Brasília: Editora da UNB, 4 ed.

BABINI, Jose. 1986. **Historia de la Ciencia en la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones Solar.

BACHELARD, Gaston. 1996. **A Formação do Espírito Científico**. São Paulo: Contraponto.

BAKER, Lee D. 2000. Daniel G. Brinton's Success on the Road to Obscurity. **Cultural Anthropology**, (15): 3, 394-423.

BALANDIER, Georges. 1972. **El Concepto de Situación Colonial**. México: Ediciones Mimeográficas del Comité de Lucha de la Escuela Nacional de Antropología e Historia.

BALLANTYNE, T. 2002. **Orientalism and Race: Aryanism in the British Empire**. New York: Palgrave.

BANDINELLI, Ranuccio Bianchi. 1994. A História da Arte como Interpretação Histórica da Forma. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, (1): 227-240.

BARBUY, Heloisa. 1996. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**, (4): 222-252.

BARRETO, Mauro Vianna. 1992. História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, (8): 203-293, 1992.

BARRETO, Cristina.

1999. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. In: FUNARI, Pedro Paulo A; NEVES, Eduardo Góes; PODGORNY, Irina (orgs.). Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. **Revista do MAE**, Suplemento 3: 201-212.

1999/2000. A Construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve História da Arqueologia no Brasil. **Revista da USP**, (44): 32-51.

BARRETO, Cristina; MACHADO, J. C. 2001. Exploring the Amazon, explaining the unknown: views from the past. In: MACEWAN, C; BARRETO, C; NEVES, E. **Unknown Amazon**. The British Museum Press, 232-250.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. 1986. **A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade**. São Paulo: Convívio/Edusp.

BARROS, Philip de. 1990. Changing Paradigms, Goals and Methods in the Archaeology of Francophone West Africa. In: ROBERTSHAW, P. **A History of African Archaeology**. London: James and Currey, 155-172.

BASALLA, George. 1996 [1967]. The Spread of Western Science. In: STOREY, William K. (org.). **Scientific Aspects of European Expansion**. Hampshire/Vermont: Variorum.

BEER, Gillian. 1997. Travelling the Other Way. In: JARDINE, N.; SECORD, J. A.; SPARY, E.C. **Cultures of Natural History**. Cambridge: Cambridge U. P., pp. 321-337.

BELL, Morag; BUTLIN, Robin; HEFFERNAN, Michael (eds.). 1995. **Geography and Imperialism (1820-1940)**. Manchester: Manchester University Press.

BELTRÃO, Maria da Conceição. 1978. **Pré-História do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Forense/SEEC-RJ.

BENCHIMOL, Jaime Larry (org.).

1990. **Manguinhos do Sonho à Vida: A Ciência na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz.

1999. **Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pausteuriana no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora da UFRJ.

BENCHIMOL, Jaime Larry; TEIXEIRA, L. A. 1994. **Cobras, Lagartos e outros Bichos: Uma História Comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantan.** Rio de Janeiro: UFRJ

BEN-DAVID, J. 1974. **O Papel do Cientista na Sociedade: um estudo comparativo.** São Paulo: Pioneira.

BENJAMIM, Walter.

1987a. Rua de Mão Única. São Paulo: Brasiliense, Vol. III, pp. 9-69 (“*Obras Escolhidas*”).

1987b. A obra de arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, Vol. I, pp. 165-196 (“*Obras Escolhidas*”).

BERNAL, Martin.

1987. **Black Athena: The Afroasiatics Roots of Classical Civilization.** London: Free Association Press.

1994. The image of Ancient Greece as a tool for colonialism and European hegemony. In: BOND, G. C.; GILLIAM, A. (Eds.). **Social construction of the past: representation as power.** London: Routledge, 1994, p. 119-128.

BERNAL, Ignacio. 1980. **A History of Mexican Archaeology.** London: Thames and Hudson.

BERTHO, Ângela M. de Moraes.

1994a. O Museu Paraense Emílio Goeldi no contexto cultural da Amazônia. In: D’INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização.** Belém: MPEG, pp. 170-191.

1994b. Museu Paraense: a Antropologia na perspectiva de um saber sobre e na Amazônia (1886-1921). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia**, (9): 1, 55-101.

2001. As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi em suas fases de formação e consolidação. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (orgs.). **Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia.** Belém: MPEG, pp. 147-160.

BHABHA, Homi K.

1990. Dissemination. In: BHABHA, Homi K. (ed.). **Nation and Narration.** London: Routledge, pp. 291-322.

1994. **The Location of Culture.** London: Routledge.

BISHOP, Alan J. 1995. Western Mathematics: the Secret Weapon of Cultural Imperialism. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The Post-Colonial Studies Reader.** London: Routledge, pp. 71-77.

BLANCKAERT, Claude.

1993. Buffon and the Natural History of man: writing History and the “foundational myth” of anthropology. **History of Human Sciences**, (6): 1, 13-50.

2001. Lógicas da Antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia. **Revista Brasileira de História**, (41): 21, 145-156.

BLASKESLEE, Donald J. 1987. John Rowzée Peyton and the myth of the moundbuilders. **American Antiquity**, (52): 4, 784-792.

BOHEMER, Elleke. 1995. **Colonial and Postcolonial Literature**. Oxford: Oxford U. P.

BORGES, Valdeci Rezende. 2006. Cultura, Natureza e História na Invenção Alencariana de uma Identidade da Nação Brasileira. **Revista Brasileira de História**, (26): 51, 89-114.

BOSI, Alfredo. 1992. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre. 1998. A Identidade e a Representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 55-78.

BOWDEN, Mark. 1999. August Pitt Rivers. In: MURRAY, Tim (ed.). **Encyclopedia of Archaeology: The Great Archaeologists**. Oxford: ABC-CLIO, pp. 127-140.

BOWLER, Peter J.

1992. **The Eclipse of Darwinism**. Baltimore: The Johns Hopkins University.

1996. **Charles Darwin: the man and its influence**. Cambridge: Cambridge University Press.

BRANDING, D. A. 2001. Monuments and Nationalism in Modern México. In: M. Díaz-Andreu e A. Smith (eds.). **Nationalism and Archaeology: Nations and Nationalism**. London: Association for the Study of Ethnicity and Nationalism, pp. 521-531.

BRANNIGAN, A. 1981. **A Base Social das Descobertas Científicas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

BRAVO, Michael T. 1997. Ethnological Encounters. In: JARDINE, N; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. (eds.). **Cultures of Natural History**. Cambridge: Cambridge U. P., 1997, pp. 338-357.

BRENNAN, Thymothy.

1989. **Salman Rushdie and the Third World: Myths of the Nation**. London: Macmillan.

1990. The National Longing for Form. In: BHABHA, Homi K. (ed.). **Nation and Narration**. London: Routledge, pp. 44-70.

BROCHADO, José J. J. Proença. 1969. Histórico das Pesquisas Arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul. **Iheringia: Antropologia**, (1): 3-42.

BROWNE, Janet. 1997. Biogeography and Empire. In: JARDINE, N; SECORD, J. A.; SPARY, E.C. **Culture of Natural History**. Cambridge: Cambridge U.P., pp. 305-321.

BROWMAN, David L. 2002. The Peabody Museum, Frederic W. Putnam, and the Rise of U. S. Anthropology (1866-1903). **American Anthropologist**, (104): 2, 508-519.

BRYDON, Diana. (ed.). 2000. Internal Colonialisms and Subaltern Studies. In: **Postcolonialism: Critical Concepts in Literary and Cultural Studies**. London: Routledge, Vol IV, 1345-1568.

BURKE, Peter. 2000. **Variedades da História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BSUMEK, Erika Marie. 2004. The Navajos as Borrowers: Stewart Culin and the Genesis of the Ethnographic Theory. **New Mexico Historical Review**, (79): 3, 319-351.

CALI, Plácido. 2002. História da Cultura Brasileira e Fontes Arqueológicas. **Revista de História**, (6), 11, 97-130.

CALLARI, Claudia Regina. 2001. Os Institutos Históricos: do Patronato de Pedro II à construção de Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, (21): 40, 59-83.

CANDIDO, Antonio. 2000 [1965]. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha.

CAROL, A. 1995. **Histoire de l'eugénisme en France**. Paris: Éditions du Seuil.

CANGUILHEM, Georges. 1979. **Le Normal et Pathologique**. Paris: PUF.

CARVALHO, José Murilo de.

1980. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Rio de Janeiro: Campus.

1990. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

1997. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras.

2002. **A Escola de Minas de Ouro Preto: O Peso da Glória**. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

CASCUDO, Câmara. 1933. **O Homem Americano e seus Temas**. Natal: Imprensa Oficial.

CASSIRER, Ernst. 2003 [1946]. **O Mito do Estado**. São Paulo: Códex.

CÉSAIRE, Aimé. 1977 [1955]. **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

CHAKRABARTI, D. 1997. **Colonial Indology: Sociopolitics of the Ancient Indian**. New Delhi: Munshiram Manoharal.

CHAMPION, Timothy. 1991. Theoretical Archaeology in Britain. In: HODDER, Ian (ed.). **Archaeology Theory in Europe**. London: Routledge, pp. 129-160.

CHAPMAN, William Ryan. 1985. Arranging Ethnology: A. H. L. Pitt Rivers and the Typological Tradition. In: STOCKING, George W (ed.). **Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, pp. 15-48.

CHATTERJEE, Partha. 1993. **The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories**. Princeton: Princeton U. P.

CLASTRES, Pierre. 1978. **A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

COHN, Bernard S.

1986. **An Anthropologist among the Historians and Other Essays**. Delhi: Oxford University Press.

1996. **Colonialism and Its Forms of Knowledge: the British in India**. Princeton: Princeton University Press.

COLEMAN, William. 1977. **Biology in the Nineteenth-Century: problems of form, function and transformation**. London: Cambridge University Press.

COLLEY, Sarah. 2002. **Uncovering Australia: Archaeology, Indigenous People and the Public**. Sidney: Allen and Unwin.

COLLICHIO, Therezinha Alves Ferreira. 1988. **Miranda de Azevedo e o Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

CORRÊA, Mariza. 2003. Os Índios do Brasil Elegante e a Professora Leolinda Daltro. In: **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 107-140.

CORRIGAN, Philip Richard; SAYER, Derek. 1985. **The Great Arch: English State Formation as Cultural Revolution**. Oxford: Basil Blackwell.

COSTA, João Cruz.

1967. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

1985. O Pensamento Brasileiro sob o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 5 ed., Tomo II, V. III, pp. 322-342.

COSTA, Angyone.

1935. **Introdução à Arqueologia Brasileira**. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL.

1943. Ladislau Neto. In: **Indiologia**. Rio de Janeiro: Editora Zélio Valverde, pp.89-100.

COSTA, Nilson do Rosário. 1985. **Lutas Urbanas e Controle Sanitário: Origens das Políticas de Saúde no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

COSTA, F. A. 1998. **Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia: Questões para o Desenvolvimento Sustentável**. Belém: CEJUP.

COYE, Noël. 1997. **La Préhistoire en Parole et en Acte (1830-1950)**. Paris: L'Harmattan.

COYE, Noël; PROVENZANO, N. 1996. Un Octobre Émilien: Palethnologie et sentiment nacional au lendemain de l'unification italienne. **Préhistoire Anthropologie Méditerranées**, (5): 5-16.

CROSBY, Alfred W. 1986. **Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe**. Cambridge: Cambridge U. P.

CUNHA, Manuela Carneiro da.

1992a. **Legislação Indigenista no Século XIX: Uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: Comissão Pró-Índio/Edusp.

1992b. Política Indigenista no Século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 133-154.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da.

1983. Emílio Augusto Goeldi (1850-1917). **SBPC: Ciência e Cultura**, (35): 12, 1965-1972.

1989. **Talento e Atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi**. Belém: MPEG.

DANIEL, Glyn. 1950. **A Hundred Years of Archaeology**. London: Duckworth.

DANTES, Maria Amélia M.

1979-1980. Institutos de Pesquisa Científica no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (orgs.). **Historia das Ciências no Brasil**. Vol II. São Paulo: Edusp, pp. 341-380.

1988. Fases da Implantação da Ciência no Brasil. **Quipu**, (5): 2, 265-76.

2001a. As Instituições Imperiais na Historiografia das Ciências no Brasil. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). **Ciência e Civilização nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, pp.225-234.

2001b. Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil. In: **Espaços da Ciência no Brasil (1800-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 13-22.

DANTES, Maria Amélia M; HAMBURGER, Amélio Império; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (orgs.). 1997. **A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp/Fapesp.

DANTES, Maria Amélia M; ALMEIDA, Marta de. 2001. O Serviço Sanitário de São Paulo, a Saúde Pública e a Microbiologia. In: DANTES, Maria Amélia M (org.). **Espaços das Ciências no Brasil (1880-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 135-158.

DAVIS, Jack L. 2003. A Foreign School of Archaeology and the Politics of Archaeological Practice: Anatolia, 1922. **Journal of Mediterranean Archaeology**, (16): 2, 145-172.

DEACON, Janette. 1990. Weaving the Fabric of Stone Age research in Southern Africa. In: ROBERTSHAW, Peter (ed.). **A History of African Archaeology**. New Hampshire: James and Currey, pp. 39-58.

DEAN, Warren. 1995. **With Broadax and Firebrand: the Destruction of the Brazilian Atlantic Forest**. Berkely: University of California Press.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1980. **Mille Plateaux: Capitalisme et Schizophrénie**. Paris: Éditions de Minuit.

DETTELBACH, Michael. 1997. Humboldtian Science. In: JARDINE, N; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. **Cultures of Natural History**. Cambridge: Cambridge U. P., pp. 287-304.

DEVISSE, Jean. 1999. Afrique: Histoire de l'Archéologie. In: **Dictionnaire de la Préhistoire**. Paris: Encyclopaedia Universallis Albin Michel, pp. 35-40.

DÍAZ-ANDREU, Margarita.

1999. Nacionalismo y Arqueología: del Viejo al Nuevo Mundo. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PODGORNY, Irina; NEVES, Eduardo Góes Neves. **Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul**. MAE, Suplemento 3, 161-180.

2001. Nacionalismo y Arqueología: el contexto político de nuestra disciplina. **Revista do MAE**, (11): 3-20.

2002. **Historia de la Arqueología en España: Estudios**. Madrid: Ediciones Clásicas.

2003. "Britain and the Other: the Archaeology of Imperialism", In PHILLIPS, R. and BROCKLENHURST, H. (eds.) **History, Identity and the Question of Britain**. New York: Palgrave, pp. 2-10.

2007. Internationalism in the Invisible College: Political Ideologies and Friendships in Archaeology. **Journal of Social Archaeology**, (7): 1, 29-48.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; CHAMPION, Timothy. 1996. Nationalism and Archaeology in Europe: an introduction. In: DÍAZ-ANDREU, Margarita; CHAMPION, Thimoty. **Nationalism and Archaeology in Europe**. London: UCL Press, pp. 1-23.

DIRLIK, Arif. 1994. The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism. **Critical Inquiry**, (20): 2, 328-356.

D'HARCOURT, Raoul. 1958. Paul Rivet. **American Anthropologist**, (60): 4-6, 1180-1181.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol.

1995. **Ciência: Um Caso de Política. As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil Império**. São Paulo: USP/FFLCH (Tese de Doutorado em História).

2001. Viagens Científicas: Descobrimento e Colonização no Brasil do Século XIX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). **Ciência e Civilização nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, pp. 20-54.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol; SÁ, Magali Romero. 2003. Controvérsias Evolucionistas no Brasil do Século XIX. In: DOMINGUES, Heloisa M. Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 97-124.

DORTA, Sônia F. 1992. Coleções etnográficas 1650-1955. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 501-528.

DROWER, Margaret S. 1999. Sir William Matthews Flinders Petrie. In: MURRAY, Tim (ed.). **Encyclopedia of Archaeology: The Great Archaeologist**. Oxford: ABC-CLIO, pp. 221-232.

DUARTE, A. 1950. **Ladislau Neto (1838-1894)**. Maceió: Imprensa Oficial.

DUBIN, Steven. 1999. **Displays of Power: memory and amnesia in the American Museum**. New York: New York U. P.

DUCHET, Michele. 1984. **Antropología y Historia en el Siglo de las Luces**. México: Siglo Veintiuno Editores.

EDLER, Flávio.

2001. A Medicina Acadêmica Imperial e as Ciências Naturais. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio A. P. (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, pp. 97-122.

2002. A Escola Tropicalista Bahiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, (9): 2, 357-385.

ELIAS, Norbert. 1994. **O Processo Civilizador: uma História dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FABIAN, Johannes. 1983. **Time and Other: how anthropology makes its objects**. New York: Columbia Press

FAGAN, Brian. 1984. **Precursores de la Arqueología en América**. México D. C.: Fondo de Cultura Económica.

FANON, Frantz.

1952. **Peau Noire, Masques Blancs**. Paris: Éditions du Seuil.

1961. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FARAGE, Nádia. 1991. **As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FARIA, Luiz de Castro. 2003. Virchow e os Sambaquis Brasileiros. In: DOMINGUES, Heloisa M. Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 125-144.

FAULHABER, Priscila. 2005. A História dos Institutos de Pesquisa na Amazônia. **Estudos Avançados**, (19): 54, 241-257.

FAUSTO, Boris. 1985. Expansão do Café e Política Cafeeira. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Difel, Vol III, Tomo I, pp. 193-248.

FERREIRA, Lúcio Menezes.

1999. Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870), In: **Revista de História Regional**, 4 (1): 9-36.

2001a. Arqueologia e Geoestratégia: As Fronteiras Imperiais e o Uso das Fontes Arqueológicas (1838-1877). **Vária História**, (24): 149-171.

2001b. “Um Bando de Idéias Novas” na Arqueologia (1870-1877). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, (11): 21-33.

2002. **Vestígios de Civilização: A Arqueologia no Brasil Imperial**. Campinas: Unicamp: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado).

2003a. História Petrificada: A Arqueologia Nobiliárquica e o Império Brasileiro. **Cadernos do CEOM**, (17): 18, 11-40.

2003b. Colônias Dóceis: A Arqueologia Militarizada de José Vieira Couto de Magalhães. **Fronteiras: Revista de História**. Universidade Federal de Mato Grosso, (7): 14, 95-118.

2003c. Gonçalves Dias: arqueólogo e etnógrafo. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes Nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 456-465.

2005a. Solo Civilizado, Chão Antropofágico: A Arqueologia Imperial e os Sambaquis. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; JR, Charles Orser; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (orgs.). **Identidades, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005, pp. 135-146.

2005b. José Vieira Couto de Magalhães: Arqueologia e Colônias Militares. **Arqueología Suramericana**, (1): 2, 212-226.

2005c. Arqueologia do Sul do Brasil e Política Colonial em Hermann von Ihering. **Anos 90**, (12): 21, 415-436.

2005d. Footsteps of American Race: Archaeology, Ethnography and Romanticism in Imperial Brazil. In: FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. (eds.). **Global Archaeology Theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts**. New York: Kluwer Academic, pp. 337-352.

2006. Ciência Nômade: O IHGB e as Viagens Científicas no Brasil Imperial. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, (13): 2, 271-292.

FERRO, Marc. 2004. O Colonialismo, avesso da Colonização. In: FERRO, Marc (org.). **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, pp. 9-46.

FIGUEIRÔA, Silvia F. Mendonça de.

1995. Ciência no torrão natal: a adaptação de modelos estrangeiros e a construção de uma problemática científica nacional (1840-1870). In: GOLDFARB, A. M. A; MAIA, C. (orgs.). **História da Ciência: o mapa do conhecimento**. São Paulo: Edusp, pp. 773-784.
1997. **As Ciências Geológicas no Brasil: uma História Social e Institucional**. São Paulo: Hucitec.
1998. Mundialização da Ciência e Respostas Locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição do século XX). **Asclépio**, (50): 2, 107-123.
2000. Ciências Geológicas no Brasil do Século XIX. In: FIGUEIRÔA, Silvia F. Mendonça de (org.). **Um Olhar sobre o Passado: História das Ciências na América Latina**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora da Unicamp, pp. 163-188.
2001. A Comissão Geológica do Império do Brasil. In: DANTEs, Maria Amélia M. (org.). **Espaços da Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 113-134.
- FINDLEN, Paula. 1996. **Possessing Nature: Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early modern Italy**. Berkley: University of California Press.
- FONSECA, Maria Rachel de G. Froes da. 1996. **A Única Ciência é a Pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)**. São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado.
- FOUCAULT, Michel.
1986. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
1988. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal.
- 1992a. **O que é um Autor?** Lisboa: Vega.
- 1992b. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes.
- 1994a. Bio-Histoire et Biopolitique. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, pp. 95-97.
- 1994b. Sécurité, Territoire et Population. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, pp. 719-723.
- 1994c. Naissance de la Biopolitique. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, pp. 818-825.
- 1994d. La Naissance de la Médecine Sociale. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, pp. 207-228.
- 1994e. La Gouvernamentalité. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard, Vol. III, pp.635-656.
- 1994f. Nou au Sexe Roi. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard, Vol III, pp. 256-269.
1996. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola.
1999. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.
2004. **Naissance de la Biopolitique**. Paris: Gallimard/Seuil (Hautes Études).
- FRAGOSO, João L. & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1990. A Política no Império e no Início da República Velha: Dos barões aos coronéis. In: LINHARES, M. Y. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, p. 177-209.
- FRANÇOso, Marina. 2005. O Museu Paulista e a História da Antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. **Revista de Antropologia da USP**, (48): 2, 587-612.
- FREITAS, Marco Vinicius de.

2001. **Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial (1865-1878)**. São Paulo: Metalivros.
2002. **Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de Pedro II**. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

FROST, Frank J. 1993. Voyagers of the imagination. **Archaeology**, (46): 2, 44-51.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu.

1989. Brazilian Archaeology and World Archaeology: Some Remarks. **World Archaeological Bulletin**, (3): 60-68.

1991. Archaeology in Brazil: Politics and Scholarship at a Crossroads. **World Archaeological Bulletin**, (5): 123-132.

1994. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, (1): 23-41.

1995. Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil. In: UCKO, P. (ed.). **Theory in Archaeology: A World Perspective**. London: Routledge, p. 237-250.

1998a. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano. In: **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH, pp. 7-34.

1998b. Destruction and Conservation of Cultural Property in Brazil: Academic and Practical Challenges. In: **Teoria Arqueológica na América do Sul**. Campinas: **Primeira Versão**, (76), 33-51.

1999a. Brazilian Archaeology: A Reappraisal. In: POLITIS, Gustavo; ALBERTI, Benjamin (eds.). **Archaeology in Latin American**. London: Routledge, pp. 17-37.

1999b. Linguística e Arqueologia. **Delta**, (15): 1, 161-176.

2001. Public Archaeology from a Latin American Perspective. **Public Archaeology**, (1): 4, 239-243.

2003. Class Interests in Brazilian Archaeology. **International Journal of Historical Archaeology**, (6): 3, 209-216.

FURTADO, Celso. 1974. **A Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional.

GADAMER, Hans-Georg. 1998. **O Problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GAGLIARDI, José Mauro. 1989. **O Índigena e a República**. São Paulo: Hucitec/EDUSP/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

GASCOIGNE, John. 1998. **Science in the Service of Empire: Joseph Banks, the British State and the uses of sciences in the age of Revolution**. Cambridge: Cambridge U. P.

GENTILE, Margarita E. 2001. Etnohistoria de una Creencia Andina en el Noroeste Argentino. **Bull. Inst. Fr. Études Andines**, (30): 1, 2-76.

GERBI, Antonello. 1996. **O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras.

GIDTRI, A. 1974. Imperialism and Archaeology. **Race and Class**, (15): 4, 431-459.

GINZBURG, Carlo. 1989. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras.

GNECCO, Cristóbal. 2004. La indigenización de las arqueologías nacionales. En: POLITIS, Gustavo; PERETTI, Roberto (eds.). **Teoría Arqueológica en América del Sur**. Serie Teórica: (3), 115-129.

GOLDBERG, Theo. 1999. The Racial Rule. In: GOLDBERG, D. Theo; QUAYSON, Ato (eds.). **Relocating Postcolonialism**. Oxford: Blackwell Publishers, pp. 82-102.

GOLDIE, Terry. 1995. The Representation of the Indigene. In: ASCHROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (eds.). **The Post-Colonial Studies Reader**. London: Routledge, pp. 232-237.

GOULD, Stephen Jay.

1981. **The Mismeasure of Man**. New York: W. W. Norton.

1991. **Seta do Tempo, Ciclo do Tempo: Mito e Metáfora na Descoberta do Tempo Geológico**. São Paulo: Companhia das Letras.

GRAHAM, Richard. 2001. Constructing a Nation in Nineteenth-Century Brazil: Old and New Views on Class, Culture and the State. **The Journal of the Historical Society**, (1): 3, 17-56.

GRAN-AYMERICH, Ève. 1998. **Naissance de L'Archeologie Moderne (1798-1945)**. Paris: CNRS Éditions.

GRÄSLUND, Bo. 1999. Gustaf Oscar Augustin Montelius. In: MURRAY, Tim (ed.). **Encyclopedia of Archaeology: The Great Archaeologists**. Oxford: ABC-Clio, pp. 155-164.

GROENEN, Marc. 1994. **Por une Histoire de la Préhistoire**. Grenoble: Éditions Jérôme Millon.

GROSBY, Steven. 2005. **Nationalism**. Oxford: Oxford U. P.

GROSSBERG, Lawrence. 1996. The Space of Culture, the Power of Space. In: CHAMB, Iain; CURTI, Lídia (eds.). **The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons**. London: Routledge, pp. 169-188.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero.

2000. **Evolucionismo e Ciência no Brasil: Museus, Pesquisadores e Publicações (1870-1915)**. São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado.

2003. O Evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: DOMINGUES, Heloísa M. Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (orgs.). **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 45-96.

2005. A Amazônia sob Olhares Evolucionistas: a Ciência no Museu Paraense (1894-1914). In: ALVES, J. J. A (org.). **Faces da História da Ciência na Amazônia**. Belém: EDUFPA, pp. 103-135.

GUHA, Ranijt.

1988. Methodology. In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri C. (eds.). **Selected Subaltern Studies**. Oxford: Oxford University, pp. 35-88.

1997. **Dominance Without Hegemony: History and Power in Colonial India**. Cambridge: Harvard U. P.

2002. **Las Voces de La Historia y Otros Estudios Subalternos**. Barcelona: Crítica.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado.

1988. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**, (1): 5-21.

2001. Para Reescrever o Passado como História: O IHGB e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acces Editora, pp. 1-28.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P.

1994. **Debaixo da Imediata Proteção de sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de Doutorado em História).

1998. A Percepção dos Fundadores do IHGB. In: **História e Cidadania**. Belo Horizonte: ANPUH/Publicações FFLCH/USP, pp. 471-485.

HABER, Alejandro.

1994. Supuestos Teórico-Methodológicos de la Etapa Formativa de la Arqueología de Catamarca (1875-1900). **Publicaciones Arqueología**, (47), 31-54.

1999. Caspinchango, la ruptura metafísica y la cuestión colonial en la Arqueología sudamericana: el caso del noroeste argentino. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PODGORNÝ, Irina; NEVES, Eduardo Góes (orgs.). Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, Suplemento 3, pp. 129-142.

HABER, Alejandro; DELFINO, Daniel D. 1996. Samuel Lafonte Quevedo and the Construction of Archaeology in Argentina. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, (2): 31-44, 1996.

HAHN, Roger. 1971. **The Anatomy of a Scientific Institution: the Paris Academy of Sciences (1666-1803)**. Berkley: University of California Press.

HALL, Stuart. 1996. When was the Postcolonial? In: CHAMBE, Iain; CURTI, Lidia **The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons**. London: Routledge, pp. 242-260.

HALL, Martin. 1990. Hidden History: Iron Age Archaeology in Southern Africa. In: ROBERTSHAW, Peter. **A History of African Archaeology**. New Hampshire: James and Currey, pp. 59-77.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. 2001. **Império**. Rio de Janeiro: Record.

HARRIS, Marvin. 1968. **The Rise of Anthropological Theory: a History of Theories of Culture**. New York: Crowell.

HARRISON, Rodney. 2006. An Artefact of Colonial Desire? Kimberley Points and the Technologies of Enchantment. **Current Anthropology**, (47): 1, 63-88.

HARTOG, François. 1999. **O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a Representação do Outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

HERING, Fábio. 2005. Arqueologia e Nacionalismo na Europa do Século XIX: A Grécia Antiga e sua Reativação Moderna. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JR., Charles E; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (eds.). **Identidades, Discurso e Poder: Estudos de Arqueologia Contemporânea**. São Paulo: Annablume/Fapesp, pp. 147-158.

HESSEN, Boris. 1985 [1931]. **Las Raíces Socioeconómicas de la Mecánica de Newton**. Madrid: Editorial Academia.

HINGLEY, Richard. 2000. **Roman officers and English gentlemen: the imperial origins of Roman Archaeology**. London: Routledge.

HINSLEY, Curtis M. 1981. **The Smithsonian Institution and the American Indian: Making Anthropology in Victorian America**. Washington: Smithsonian Institution Press.

HOBSBAWM, Eric.

1988. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

1990. **Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality**. Cambridge: Cambridge U. P.

1994. A Produção em Massa das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-24.

1998. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras.

HOCHMAN, Gilberto. 1998. **A Era do Saneamento: As Bases da Política de Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec.

HOCQUENGHEM, Anne Marie. 2004. Una Edad del Bronce en los Andes Centrales: Contribución a la Elaboración de una Historia Ambiental. **Bull. Inst. Fr. Études Andines**, (33): 2, 271-329.

HOLL, Augustin. 1990. West African Archaeology: Colonialism and Nationalism. In: ROBERTSHAW. **A History of African Archaeology**. New Hampshire: James and Currey, pp. 296-308.

- HORSMAN, Reginald. 1981. **Race and Manifest Destiny**. Cambridge: Harvard U. P.
- HUERTA, M. 2001. L'Amérique Latine en France: itinéraires cachés. **Alma**, (3): 215 pp. (numero especial).
- HYAM, Ronald. 1990. **Empire and Sexuality: the British Experience**. Manchester: Manchester University Press.
- JOFFILY, Geraldo. 1973. A inscrição fenícia da Paraíba: um documento apócrifo que há quase cem anos vem repercutindo nos maiores centros paleográficos do mundo. **Revista Brasileira de História**, (93): 205-222.
- JONES, A. L. 1993. Exploding Canons: the Anthropology of museums. **Annual Review of Anthropology**, (22): 201-220.
- JONES, Siân. 1997. **The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and the Present**. London: Routledge.
- JÚNIOR, J. R. 1988. O Brasil Monárquico em face das Repúblicas Americanas. In: MOTA, Carlos G. **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 146-161.
- KAESER, M. A.
 2000. Nationalisme et Archéologie: quelle histoire? **Revue d'Histoire des Sciences Humaines**, (2): 155-162.
 2001. L'internationalisation de la Préhistoire, une manœuvre tactique? Les conséquences épistémologiques de la fondation des congrès internationaux d'anthropologie et d'archéologie préhistoriques. In: BLANCKAERT, C. (ed.). **Les Politiques de l'anthropologie: Discours et Pratiques en France (1860-1940) (Histoire des Sciences Humaines)**. Paris: L'Harmattan, pp. 201-230.
 2002. On the International Roots of Prehistory. **Antiquity (Special Section: Ancestral Archives, Explorations in the History of Archaeology)**, (76): 170-177.
- KALPAGAM, Ulrich. 2000. The Colonial State and Statistical Knowledge. **History of Human Sciences**, (13): 2, 37-55.
- KARASH, Mary. 1992. Catequese e Cativoiro: Política Indigenista em Goiás (1780-1889). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 397-412.
- KHUN, Thomas. 2003. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva.
- KOHL, Philip; FAWCETT, Clare. 1995. Archaeology in the Service of the State: Theoretical Considerations. In: KOHL, Philip; FAWCETT, Clare (eds.). **Nationalism, Politics, and the Practice of Archaeology**. Cambridge: Cambridge U. P., pp. 3-20.

KRISTIANSEN, Kristian. 1981. A Social History of Danish Archaeology (1805-1975). In: DANIEL, Glynn (ed.). **Towards a History of Archaeology**. London: Thames and Hudson, pp. 20-44.

KRISTIANSEN, Kristian; SCHNAPP, Alain. 1999. Discovering the Past. In: BARKER, Graeme (ed.). **Companion Encyclopedia of Archaeology**. London: Routledge, 1999, pp. 3-47

KUKLICK, H; KOHLER, R. E. (eds.). 1996. Introduction. **OSIRIS: Science in the Field**, (11): 1-14).

KUPER, Adam. 1988. **The Invention of Primitive Society: Transformations of an Illusion**. London: Routledge.

KURY, Lorelai.

1998. Ciência e Nação: Romantismo e História Natural na obra de E. J. da Silva Maia. **História, Ciência e Saúde: Manguinhos**, (5): 2, 267-291.

2001a. A Comissão Científica de Exploração (1859-1862): A Ciência Imperial e a Musa Cabocla. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, pp. 29-54.

2001b. **Histoire Naturelle et Voyages Scientifiques (1780-1830)**. Paris: L'Harmattan.

2001c. A Sereia Amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem pelo Brasil (1865-1866). **Revista Brasileira de História**, 21 (41): 157-172.

LACAPRA, Dominick.

1985. **History and Criticism**. Ithaca: Cornell U. P.

1986. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, David S. (ed.). **Modern European Intellectual History: Reappraisal and New Perspectives**. Ithaca: Cornell U. P., pp. 47-85.

LAFUENTE, Antonio. 1986. La Ciencia Periférica y su especialidad historiográfica. In: SALDAÑA, Juan José (ed.). **El Perfil de la Ciencia en América**. México: Soc. Lat. Am. Hist. Ciencias y la Tecnología, pp. 31-40.

LAFUENTE, Antonio; ORTEGA, María L. 1992. **Modelos de Mundilización de la Ciencia**. Madrid: Arbor, Tomo CXLII, pp. 93-117.

LAMING-EMPERAIRE, A. 1979. Mission Archéologique Franco-Brésiliennes en Lagoa Santa, Minas Gerais, Brésil. **Revista de Pré-História**, (1): 53-89.

LANGER, Johnni.

2000. **Ruínas e Mitos: A Arqueologia no Brasil Império**. Curitiba/UFPR, 2000 (Tese de Doutorado).

2002a. A Cidade Perdida da Bahia: Mito e Arqueologia no Brasil Império. **Revista Brasileira de História**, (22): 43: 22-45.

2002b. Império Selvagem: a Arqueologia e as Fronteiras Simbólicas da Nação brasileira (1850-1860). **Dimensões: Revista de História da UFES**, (14): 37-64.

2002c. Vestígios na Hiléia: A Arqueologia Amazônica durante o Segundo Império. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, (18): 1, 59-87.

2004. Raças e Pré-História: as pesquisas arqueológicas no Império brasileiro. **Estudos de História**, (10): 01, 89-116.

LANGER, Johnni; SANTOS, Sérgio. 2002. Império Selvagem: a Arqueologia e as fronteiras simbólicas da nação brasileira (1850-1860). **Dimensões: Revista de História da UFSE**, (14): 30-55.

LAPLANTINE, François. 1993. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. 1979. **A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relumé-Dumara.

LECLERC, Gérard. 1972. **Anthropologie et Colonialisme: essai sur l'histoire de l'africanisme**. Paris: Fayard.

LEITE, Dante Moreira. 1969. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Pioneira.

LEINZ, Victor. 1956. A Geologia e a Paleontologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (org.). **As Ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, pp. 243-263.

LEITE, Rose Alyce. 1993. **Difusão da Ciência moderna em instituições de Ciência e Tecnologia: um estudo de caso: o Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG.

LENIN, Vladimir I. 1985 [1916]. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global.

LÉVI-STRAUSS, Claude.

1993. A Obra do Bureau of American Ethnology e suas lições. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 57-68.

1996. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras.

LEVY, Janet E. 2006. Prehistory, Identity, and Archaeological Representation in Nordic Museums. **American Anthropologist**, (108): 1, 135-147.

LIMA, Antonio Carlos de Souza.

1989. Os Museus de História Natural e a Construção do Indigenismo: Notas para uma Sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Rio de Janeiro: **Comunicação**, (13): MN/PPGAS.

1991a. O Santo Soldado. Pacificador, bandeirante, amansador de índios, civilizador dos sertões, apóstolo da humanidade. Uma Leitura de Rondon contra sua vida, de Esther de Viveiros. Rio de Janeiro: **Comunicações**, (21): MN/PPGAS.

1991b. Militares, Índios e Fronteiras Geopolíticas. In: LENA, Phipippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia (orgs.). **Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 anos depois**. Belém: MPEG, pp. 59-82.

1991c. On Indigenism and Nationality in Brazil. In: URBAN, Greg; SHERZER, Joel (eds.). **Nation-States and Indians in Latin America**. Austin: University of Texas Press, pp. 236-258.

1995. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

2002. Indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo. In: L'ESTOILE, Benoit; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (orgs.). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 159-186.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. 1996. Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: o Brasil Descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 23-40.

LIMA, Tânia Andrade. 2000. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **Revista da USP**, (44): 270-327.

LINS, Álvaro. 1945. **O Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, II Vol.

LITTLE, B. J; SHACKEL, P. A. 1992. Meaning and Uses of Material Culture. **Historical Archaeology**, (26): 3, 1-33.

LOOMBA, Ania. 2000. **Colonialism/Postcolonialism**. London: Routledge.

LOPES, Maria Margaret.

1996. “Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará”. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, (3): 1, 50-64.

1997. **O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: Os Museus e as Ciências Naturais no Século XIX**. São Paulo: Editora Hucitec.

1998. A Formação de Museus Nacionais na América Latina Independente. **Anais do Museu Histórico Nacional**, (30): 121-145.

2000. Cooperação Científica na América Latina no final do século XIX: os intercâmbios dos museus de Ciências Naturais. **Interciência**, (25): 5, 228-233.

2001a. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. **Revista Brasileira de História**, (21): 41: 55-76.

2001b. O Local Musealizado em Nacional: aspectos da culturas das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, pp. 77-96.

LOPES, Maria Margaret; PODGORNY, Irina. 2001. The Shaping of Latin American Museum of Natural History (1850-1990). In: MACLEOD, Roy (ed.). **Nature and Empire: Science and the Colonial Enterprise**. Chicago: Chicago U. P., pp. 108-118.

LOPEZ, Telê Ancora. 2005. A Gênese de Macunaíma na Biblioteca de Mário de Andrade. **Revista da UBE – União Brasileira de Escritores**, (111): 31-45.

LOSANO, Mário G. 1992. Hermann von Ihering: Um precursor da Ecologia no Brasil. **Revista da USP**, (13): 88-99.

L'STOILE, Benoît; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. 2002. Antropologia, Impérios e Estados Nacionais: uma abordagem comparativa. In: L'STOILE, Benoit; NEIBURG, Frederico; SIGAUD, Lygia (orgs.). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 9-38.

LYONS, Claire L.; PAPADOPOULOS, John K. (eds.). 2002. **The Archaeology of Colonialism**. Los Angeles: Getty Research Institute.

MACGUIRE, Randall H.

1992a. Archaeology and the First Americans. **American Anthropologist**, (93): 3, 816-836.

1992b. **A Marxist Archaeology**. San Diego: Academic Press.

MACHADO, Maria Helena T. 1997. Para uma História da Sensibilidade – Couto de Magalhães e a trajetória privada de um personagem público. **Revista Eclética**, (2): 12-23.

MACKENDRICK, Paul. 1966. **The Mute Stones Speak: The Story of Archaeology in Italy**. New York: Mentor.

MACLEOD, Roy. 1987. On visiting the moving metropolis: reflections on the architecture of imperial science. In: STOREY, William K. (ed.). **Scientific Aspects of European Expansion**. Hampshire: Variorum, pp. 23-55.

MACLEOD, Roy (ed.). 2001. **Nature and Empire: Science and the Colonial Enterprise**. Chicago: University of Chicago Press.

MAGALHÃES, Gildo. 2000. **Força e Luz: Eletricidade e Modernização na República Velha**. São Paulo: Editora da Unesp/FAPESP.

MAGNOLI, Demétrio. 1997. **O Corpo da Pátria: Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Moderna.

MAIO, M. C.; SANJAD, N.; DRUMMOND, J. A. 2005. Entre o Global e o Local: a pesquisa científica na Amazônia do século XX. Santa Maria: **Ciência e Ambiente**, (31).

MALINA, Jaroslav; VASICEK, Zdenek. 1997. **Archeologia: storia, problemi, metodi**. Milano: Electa, 1997

MALLON, Florência E. 1994. The Promise and Dilemma of Subaltern Studies: Perspectives from Latin American History. **The American Historical Review**, (99): 5, 1491-1515.

MARTIN, Olivier. 2001. Da Estatística Política à Sociologia Estatística: Desenvolvimento e Transformações da Análise Científica da Sociedade. **Revista Brasileira de História**, (41): 21, pp. 13-34.

- MATTOS, Ilmar Rohloff. 1987. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec.
- MAURIÑO, Quijada M. 1996. Los Incas arios: Historia, lengua y raza en la construcción nacional hispanoamericana del siglo XIX. **Histórica**, (XX): 2, 243-269.
- MAYR, Ernst. 1991. **One Long Argument: Charles Darwin and the Genesis of Modern Evolutionary Thought**. Cambridge: Harvard University Press.
- MCCLINTOCK, Anne. 1992. The Angel of Progress: Pitfalls of the Term Pos-Colonialism. **Social Text**, (31): 32, 84-98.
- MCLEOD, John. 2000. **Beginning Postcolonialism**. Manchester: Manchester University Press.
- MEGGERS, Betty J.
 1945. The Beal-Steere Collection of Pottery from Marajó Island, Brazil. **Papers of Michigan Academy of Science, Arts and Letters**, 31: 193-213.
 1954. Environmental limitation on development of culture. **American Anthropologist**, (56): 3, 801-824.
 1975. The Transpacific origins of Mesoamerican Civilizations: a preliminary review of the evidence and the theoretical implications. **American Anthropologist**, (77): 1, 1-27.
 1979. América Pré-Histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
 1985. Advances in Brazil Archaeology (1935-1985). **American Antiquity**, (50): 364-363.
 1998. Jomon-Valdívia Similarities: convergence or contact? In: GILMORE, D. Y; MACELROY (eds.). **Across Before Columbus?** Edgecomb: NEARA, pp. 10-21.
- MEGGERS, Betty J; EVANS, Clifford. 1957. **Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon**. Washington D. C.: Smithsonian Institution Press.
- MELLO E ALVIM, M. C. 1977. Os antigos habitantes da área arqueológica de Lagoa Santa (MG) – Estudo morfológico. **Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais**, (2): 119-174.
- MEMMI, Albert. 1977 [1957]. **Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MENDES, Josué Camargo. 1970. **Conheça a Pré-História Brasileira**. São Paulo: Edusp.
 1981. A Pesquisa Paleontológica no Brasil. In: MOTOYAMA, Shozo; FERRI, Mário Guimarães (orgs.). **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: Edusp, Vol. III, pp. 43-71.
- MERTON, Robert. K. 1970. **Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England**. New York: Howard Fertig.
- MESKELL, Lynn.
 1998. Introduction: Archaeology Matters. In: MESKELL, Lynn (ed.). 1998. **Archaeology under Fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle Eastern**. London: Routledge, pp. 1-13.

2001. Archaeologies of Identity. In: HODDER, Ian (ed.). **Archaeological Theory Today**. London: Polity, pp. 187-240.

MIGNOLO, Walter D. 1997. La Razón Postcolonial: Herencias Coloniales y Teorías Postcoloniales. In: TORO, Afonso de (ed.). **Postmodernidad y Postcolonialidad: Breves Reflexiones sobre Latinoamérica**. Madrid: Vervuert/Iberoamericana, pp. 51-70.

MILES, Robert. 1989. **Racism**. London: Routledge.

MIRANDA, José. 1991. La Visión Humboldtiana de los Indios Mexicanos. In: TRABULSE, Elías (org.). **Historia de la Ciencia y de la Tecnología**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, pp. 104-112.

MISHRA, Vijay; HODGE, Bob. 1994. What is Post-Colonialism? In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN (ed.). **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader**. New York: Columbia University Press, pp. 276-290.

MONTEIRO, John M. 1996. **As Raças Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império**. In: MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, p. 15-21.

MOORE-GILBERT, Bart. 2000. **Postcolonial Theory: Contexts, Practices, Politics**. London: Verso.

MORALES-MORENO, L. G. 1996. History and Patriotism in the National Museum of Mexico. In: F. E. S. Kaplan (ed.). **Museums and the mankind of 'ourselves': the role of objects in national identity**. Leicester: Leicester U. P., pp. 171-177.

MOREIRA, E. 1989. Emílio Goeldi e a Questão do Amapá. In: **Obras Reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém: CEJUP, Vol VIII, pp. 133-138.

MOTA, Lúcio Tadeu.

1994. **As Guerras dos Índios Kaingang: A História Épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUEM.

2000. **As Colônias Militares no Paraná Provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

MOTOYAMA, Shozo. 1988. História da Ciência no Brasil: apontamentos para uma análise. **Quipu**, (5): 2, 167-190.

NAGAMINI, Marilda.

2004a. 1808-1889: Ciência e Técnica na Trilha da Liberdade. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Edusp/FAPESP, pp. 135-183.

2004b. 1889-1930: Ciência e Tecnologia nos Processos de Urbanização e Industrialização. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Edusp/FAPESP, pp. 185-231.

NEIVA, Arthur. 1988 [1922]. **Esboço Histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil**. Brasília: Editora da UNB.

NEVES, Eduardo Góes. 2006. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

NEVES, Walter A; PILÓ, Luís Beethoven. 2002. Na Trilha de Peter Lund. **Folha de São Paulo**, 6/01/2002 (Folha Ciência).

NEVES, Walter A; PROUS, A; POWELL, J. F; OZOLINS, E. G; BLUM, M. 2003. Early human skeletal remains from Santana do Riacho, Brazil: implications for the settlement of the New World. **Journal of Human Evolution**, (45): 19-42.

NEVES, Walter A; ATUI, João Paulo V. 2004. O Mito da Homogeneidade Biológica na População Paleoíndia de Lagoa Santa: implicações antropológicas. **Revista de Antropologia**, (47): 1, 160-206.

N'KRUMAH, Kwame. 1967. **Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NOGUEIRA, Eliana. 2000. **Uma História Brasileira da Botânica**. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/Marco Zero.

NYARTH, Lynn K. 1998. Civic and Economic Zoology in Nineteenth-Century in Germany. **Isis**, (89): 605-630.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de.

1960. **O Processo de Assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

1968. **Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

1978. **A Sociologia do Brasil Indígena**. Brasília: Editora da UNB/Tempo Brasileiro.

1988. **A Crise do Indigenismo**. Campinas: Editora da Unicamp.

1996. **O Índio no Mundo dos Brancos**. Campinas: Editora da Unicamp.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia. 1983. As Pesquisas antropológicas na Amazônia e o papel do Museu Goeldi (Belém-PA). **SBPC: Ciência e Cultura**: (35), 6: 748-762.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia; FURTADO, L. G. 1995. As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 anos em busca do conhecimento antropológico na Amazônia. **BIB**, (39): 103-109.

OLIVEIRA, Carlos Estevão. 1938. Resumo histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, (2): 7-19.

OLIVEIRA, R. M. 1998. **A Última Página do Gênesis: A Formação Territorial do Estado Brasileiro na Amazônia Oriental (o caso do Amapá)**. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de Doutorado em Geografia).

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. 2004. Museu Paulista: Espaço Celebrativo e Memória da Independência. In: BRESCIANNI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (Res) sentimento: Indagações sobre a questão do sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 197-212.

OLIVIER, Laurent. 2003. As Origens da Arqueologia Francesa (Tradução: Glaydson José da Silva). In: FUNARI, Pedro Paulo A (org.). Repensando o Mundo Antigo: Martin Bernal e Laurent Olivier. **Textos Didáticos**, (49): IFCH/Unicamp, pp. 31-59.

ORSER, Charles E. Jr. 1996. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York and London: Plenum Press.

ORTIZ, Renato. 1985. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense.

OUTRAM, Dorinda. 1997. New Spaces in Natural History. In: JARDINE, N; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. (eds.). **Cultures of Natural History**. Cambridge: Cambridge U. P, 249-265.

PACZENSKY, Gert von. 1985. **Nefertiti quiere volver a casa: los tesoros del Tercero Mundo en los Museos de Europa**. Madrid: Planeta.

PAIM, Antonio. 1967. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo.

PALMATARY, Helen C.

1950. The pottery of Marajo Island, Brazil. **Transactions of the American Philosophical Society**, (39): 3, 258-470.

1960. The Archaeology of Lower Tapajos Valley, Brazil. **Transactions of the American Philosophical Society**, (50): 3, 353-415.

PANIKKAR, Kavalam Madhava. 1977. **A Dominação Ocidental na Ásia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PATTERSON, Thomas C.

1989. Political Economy and a Discourse Called "Peruvian Archaeology". **Culture and History**, (4): 35-84.

1995. **Toward a Social History of Archaeology in the United States**. Texas: Hartcourt Brace College Publishers.

1997. **Inventing Western Civilization**. New York: Monthly Review Press.

2001. **A Social History of Anthropology in the United States**. Oxford: Berg.

PASTRANA, Patrícia E. Aceves. 1987. **La Difusión de la Ciencia en la Nueva España: la polémica en torno de la nomenclatura de Linneo y Lavoisier**. *Quipu*, (3): 4, 387-403, 1987.

PÊCHEUX, Michel. 1990. **L'Inquiétude du Discours**. Paris: Ed. Des Cenderes.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza.

1981. **The Anthropology of Anthropology: the Brazilian case**. Harvard University (Tese de Doutorado).

1992. **Uma Antropologia no Plural: três experiências contemporâneas**. Brasília: Editora da UNB.

PERECIN, M. T. G. 2004. **Os Passos do Saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz. O Esforço para implantar o Ensino Técnico de Segundo Grau na Agricultura (1891-1911)**. São Paulo: Edusp.

PERISSINOTTO, Renato M. 1994. **Classes Dominantes e Hegemonia na Primeira República**. Campinas: Editora da Unicamp.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 1992. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 115-132.

PESTRE, Dominique. 1996. Por uma Nova História Social e Cultural das Ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos IG/Unicamp**, (6): 1, 3-56.

PETERSEN, Kirsten Holst; RUTHERFORD, Anna. 1995. Fossil and Psyche. In: ASHCROFTT, Bill ; GRIFFITHS, Gareth ; TIFFIN, Helen (eds.). **The Post-Colonial Studies Reader**. London: Routledge, pp. 185-189.

PETITJEAN, Patrick.

1992. Sciences et Empires: un thème prometteur, des enjeux cruciaux. In: PETITJEAN, Patrick; JAMI, Catherine; MOULIN, Anne Marie (eds.). **Science and Empires: historical studies about scientific development and european expansion**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 3-13.

1996. Ciências, Impérios, Relações Científicas Franco-Brasileiras. In: DANTES, Maria Amélia M. et all. **A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp/Fapesp, pp. 25-40.

PINHEIRO, Raquel. 2002. **As Histórias da CCE na Correspondência de Guilherme Süch Capanema**. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado).

PODGORNY, Irina.

1997. A quién entregar las reliquias nacionales? La organización del Museo de La Plata, Argentina, entre 1880 y 1916. In: MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M. (orgs.). **La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del marco institucional de la Arqueología en España**. Madrid/Málaga: Ministerio de Cultura/Universidad de Málaga, pp. 747-754.

1999. **Arqueología de la Educación: Textos, Indicios, Monumentos**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología.

2000. Una Exhibición Científica de la Pampa (Apuntes para una Historia de la Formación de las Colecciones del Museo de La Plata). **Revista de História da Arte e arqueologia**, (4): 55-73.

2002. **El Argentino Despertar de las Faunas y de las Gentes Prehistóricas: Coleccionistas, estudiosos, museos y universidad en la creación del patrimonio paleontológico y arqueológico nacional (1875-1913)**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/Libros del Rojas.

2004. "Tocar para Creer": La Arqueología en la Argentina (1910-1940). **Anales del Museo de América**, (12): 147-182.

PODGORNY, Irina; POLITIS, Gustavo. 1992. Qué Sucedió a la Historia? Los esqueletos araucanos del Museo de La Plata y la Conquista del Desierto. **Arqueología Contemporánea**, (3): 73-79.

POLANCO, Xavier. 1990. Une Science-monde: la mondialisation de la science européenne et la création de traditions scientifiques locales. In: POLANCO, X. (ed.). **Naissance et Développement de la Science-Monde: production and reproduction des communautés scientifiques en Europe et en Amérique Latine**. Paris: Ed. La Découverte/Conseil de l'Europe/UNESCO, pp. 5-15.

POLIAKOV, León. 1974. **O Mito Ariano**. São Paulo: Edusp.

POLITIS, Gustavo. 1995. The socio-politics of the Development of Archaeology in Hispanic South America. In: UCKO, Peter J. (ed.). **Theory in Archaeology: a world perspective**. London: Routledge, pp. 197-235.

POMIAN, Krzysztof. 1984. Coleção. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**, 1. Memória – História. Porto: Imp. Nac./Casa da Moeda, pp. 51-86.

POULOT, Dominique. 1983. Perspective Historique: Les Finalités des Musées du XVIII siècle au XIX siècle. In: **Quels Musées, pour quelles fins, aujourd'hui? Paris: La Documentation Française**, pp. 13-33.

PRADO JR, Caio. 1970. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense.

PRAKASH, Gyan.

1994. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. **The American Historical Review**, (99): 5, 1475-1490.

1995. Introduction: After Colonialism. In: G. Prakash (ed.). **After Colonialism: Imperial Histories and Postcolonial Displacements**. Princeton: Princeton U. P, pp. 1-15.

PRATT, Mary Louise. 1997. **Ojos Imperiales: Literatura de viajes y transculturación**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. 1974. **Roteiro de Macunaíma**. 3 ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira.

PROUS, André.

1992. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da UNB, 1992.

2006. **O Brasil antes dos Brasileiros: a Pré-História de nosso País**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

PYESON, L.; SHEETS-PYESON, S. 1999. **Servants of Nature: A History of Scientific Institutions, Enterprises and Sensibilities**. London: Fontana Press.

QUAYSON, Ato. 2000. **Postcolonialism: Theory, Practice or Process?** Cambridge: Polity Press.

QUEIROZ, J. M. 1999. História, Mito e Memória: o Cunani e outras Repúblicas. In: GOMES, F. S (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII e XIX**. Belém: EDUFPA, pp. 319-347.

RAMOS, Alcida Rita.

1998. **Indigenism: Ethnic Politics in Brazil**. Madison: University of Wisconsin Press.

1999. Projetos Indigenistas no Brasil Independente. Departamento de Antropologia da UNB: **Série Antropologia**, (267): 2-16.

RAMOS, Arthur. 1943. **Introdução à Antropologia Brasileira: as culturas não européias**. Rio de Janeiro: CEB.

REIS, A. C. F. 1960. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RENFREW, Colin. 1988. **Archaeology and Languages: The Puzzle of Indo-European Origins**. Cambridge: Cambridge U. P.

RIBEIRO, Darcy. 1977. **Os Índios e a Civilização**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

RICE, Edward. 1998. **Sir Richard Burton: o agente secreto que fez a peregrinação à Meca, descobriu o Kama Sutra e trouxe as Mil e Uma Noites para o Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras.

RICHARD, Nathalie. 1999. Gabriel de Mortillet. In: Tim Murray (ed.). **Encyclopedia of Archaeology: The Great Archaeologists**. Oxford: ABC-Clio, pp. 93-108.

RIVIALE, Pascal. 2003. Charles Wiener o el disfraz de una misión lúcida. **Bull. Inst. Fr. Études Andines**, (32): 3, 539-547.

ROMANI, Carlo. 2003. **Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil! Trânsitos e Confinamentos na Fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)**. Campinas: IFCH/Unicamp (Tese de Doutorado em História).

ROOSEVELT, Anna. 1991. **Moundbuilders of the Amazon: geophysical Archaeology on Marajó Island, Brazil**. San Diego: Sand Diego Academic Press.

ROSSI, Paolo. 1992. **Os Sinais do Tempo: História da Terra e História das Nações de Hooke a Vico**. São Paulo: Companhia das Letras.

RUDWICK, Martin. 2000. Georges Cuvier's paper museum of fossil bones. **Archives of Natural History**, (27): 1, 51-68.

RUEDA, Carl H. Langebaek. 2003. **Arqueología Colombiana: Ciencia, Pasado y Exclusión**. Bogotá: Colciencias.

RUSSEL, Lynette; MACNIVEN, Ian. 1998. Monumental Colonialism: megaliths and the appropriation of Australia's aboriginal past. **Journal of Material Culture**, 3 (3): 283-289.

SÁ, Magali Romero.

1998. James William Helenus Trail: a British Naturalist in Nineteenth-Century Amazon. **Historia Naturalis**, (1): 99-254.

2001. O Botânico e o Mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, (8): 899-924 (suplemento).

SÁ, Magali Romero; DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. 1996. O Museu Nacional e o ensino das Ciências Naturais no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, (15): 79-88.

SAID, Edward.

1978. **Orientalism**. New York: Penguin Books.

1983. **The world, the Text and the Critic**. Cambridge: Cambridge U. P.

1995a. Secular Interpretation, the Geographical Element and the Methodology of Imperialism. In: G. Prakash (ed.). **After Colonialism: Imperial Histories and Postcolonial Displacements**. Princeton: Princeton U. P., pp. 21-39.

1995b. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras.

SALDAÑA, Juan José.

1986. Marcos Conceptuales de la Historia de las ciencias en Latinoamérica: Positivismo e Economicismo. **Quipu**, (1): 57-79.

1993. Nuevas tendencias en la Historia de la ciencia en América Latina. **Cuadernos Americanos**, 2, (38): 69-91.

1999. **Western and no-western science: history and perspectives**. In: World Conference on Science. ICSU-UNESCO, Budapest, 19 pp.

2000. Ciência e Identidade Cultural: História da Ciência na América Latina. In: FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.). **Um Olhar sobre o Passado: História das Ciências na América Latina**. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 11-31.

SALGADO, Dilke. 1942. **Barbosa Rodrigues: uma Glória do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora A Noite.

SÁNCHEZ, Rodrigo Navarrete. 2004. **El Pasado con Intención: Hacia una reconstrucción del pensamiento arqueológico en Venezuela**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales/Fondo Editorial Tropykos.

SANJAD, Nelson Rodrigues.

2001. Bela Adormecida entre a Vigília e o Sono: uma leitura da historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi (1894-2000). In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (orgs.). **Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 113-146.

2005. **A Coruja de Minerva: O Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde (Tese de Doutorado).

SANTOS, M. C. L.; FARIA, L. R. 2003. **A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República**. Bragança Paulista: EDUSF.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. 1985. O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, (28): 193-210.

SANTOS, Milton. 2004. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp.

SARTRE, Jean Paul. 1968. **Colonialismo e Neocolonialismo**. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro.

SCHAAN, Denise P. 2004 **The Camutins Chiefdom. Rise and development of complex societies on Marajó Island, Brazilian Amazon**. University of Pittsburgh (Tese de Doutorado).

SCHÁVELZON, Daniel. 2004. The South America Connection: Gaston Maspero, Egyptology and Americanist Archaeology at Montevideo, 1868. **Bulletin of the History of Archaeology**, 14 (1): 15-24.

SCHMIDT, Wilhelm. 1942. **Etnologia Sul Americana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

SCHNAPP, Alain.

1991. Modèle Naturaliste et Modèle Philologique dans l'Archéologie européenne du XVI au XIX siècles. In: ARCE, J.; OLMOS, R. (eds.). **Historiografía de la Arqueología y de la Historia Antigua en España**. Madrid: Ministério de Cultura, pp. 19-34.

1996. French Archaeology: between national identity and cultural identity. In: Margarita Díaz-Andreu e Timothy Champion (eds.). **Nationalism and Archaeology in Europe**. San Francisco: Westview Press, pp. 48-67.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.

1989. O Nascimento dos Museus Brasileiros (1870-1910). In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol I. São Paulo: Ideps, 20-71.

1993. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras.

1998. **As Barbas do Imperador: Um Monarca nos Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARTZMAN, Simon. 1979. **Formação da Comunidade Científica no Brasil**. São Paulo: Nacional.

SERRANO, Antonio.

1937. **Subsídios para a Arqueologia Brasileira do Brasil Meridional**. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, (36): 3-42.

1938. Los Sambaquis o Concheros Brasileños. **Revista del Instituto de Antropología de la Universidad de Tucumán**, (1): 3, 44-89.

SEVCENKO, Nicolau.

1984. **A Revolta da Vacina: Mentis Insanas em Corpos Rebeldes**. São Paulo: Brasiliense.

2003. **Literatura como Missão: Tensão Social e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense.

SCHADEN, Egon. 1953. A obra científica de Koch-Grünberg. **Revista de Antropologia**, (1)2: 133-136.

SHAPIN, Steven.

1995. Here and Everywhere: Sociology of Scientific Knowledge. **Annual Review of Sociology**, (21): 289-321, 1995.

1996. **The Scientific Revolution**. Chicago: The Chicago University Press.

SHOHAT, Ella. 1992. Notes on the Post-Colonial. **Social Text**, (31): 32, 114-140.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. 2006. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify.

SILVA, Roberto Airon. 2005. Das Antiguidades Americanas: Arqueologia e Relatos dos Viajantes Naturalistas no Nordeste do Brasil – Séculos XVIII e XIX. **Mneme: Revista de Humanidades**, (6): 13, 2-10.

SILVA, Rogério Souza. 2006. **Antonio Conselheiro: A Fronteira entre a Civilização e a Barbárie**. São Paulo: Annablume.

SIMÕES, Mário.

1971. O Museu Goeldi e a Arqueologia da Bacia Amazônica. In: ROQUE, Carlos (org.). **Antologia da Cultura Amazônica**. São Paulo: Amazônia Edições Culturais, pp. 172-180.

1973. A Pesquisa Arqueológica na Amazônia Legal Brasileira. **Dédalo**, (17-18): 11-23.

1981. As Pesquisas Arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazonica**, (11): 1, 149-151.

SIMPSON, Moira G. 2001. **Making Representations: Museums in the Post-Colonial Era**. London: Routledge.

SKIDMORE, Thomas. 1976. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SKINNER, Quentin. 1975. Hermeneutics and the role of History. **New Literary History**, (7): 203-221.

SOARES, T. 1972. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

SODRÉ, Nelson Werneck.

1982. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo: Difel.

1984. **A Ideologia do Colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**. Petrópolis: Vozes.

1989. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SORENSEN, Marie Louise Stig. 1996. The fall of a Nation, the birth of a subject: the national use of Archaeology in nineteenth-century Denmark. In: Margarita Díaz-Andreu e Timothy Champion (eds.). **Nationalism and Archaeology in Europe**. San Francisco: Westview Press, pp. 24-47.

SOTO-HEIM, P. 1994. Les Hommes de Lagoa Santa (Brésil). Caractères Anthropologiques et position parmi d'autres populations paléindiennes d'Amérique. **L'Anthropologie**, (98): 81-109.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. 1991. História da Arqueologia Brasileira. **Instituto Anchieta de Pesquisas: Antropologia**, (46): 11-157.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty.

1988. Can the Subaltern Speak? In: NELSON, C; GROSSBER, L (eds.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Illinois: Illinois U. P., 217-213.

1999. **A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present**. Cambridge/London: Harvard U. P.

STAGNARO, Adriana Alejandrina. 1993. La Antropología en la Comunidad Científica: entre la origen del hombre y la caza cráneos-trofeo (1870-1910). **Alteridades**, (3): 6, 53-65.

STEPAN, Nancy.

1981. **Beginnings of Brazilian Science: Oswaldo Cruz, medical research and policy (1880-1920)**. New York: Science History.

2005. **"A Hora da Eugenia": raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

STIEBING, William H. Jr. 1993. **Uncovering the Past: A History of Archaeology**. Oxford: Oxford U. P.

- STOCKING JR, George W.
1968. **Race, Culture and Evolution: Essays in the History of Anthropology**. New York: Free Press.
1983. **Observers, Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork**. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- STOCKING JR. George W (ed.). 1985. **Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture**. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- STOLER, Ann Laura. 1995. **Race and Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things**. Durham: Duke University Press.
- TALAIDORE, É. 1992. Répertoire préliminaire des collections américanistes dans les musées d'Europe. **Bulletin des Musées Royaux d'Art et d'Histoire**, (63): 269-295.
- TEIXEIRA, Luiz Antônio. 2001. Repensando a História do Instituto Butantan. In: DANTES, Maria Amélia M (org.). **Espaços das Ciências no Brasil (1800-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 159-184.
- TERRERA, Guillermo Alfredo. 1974. **Caciques y Capitanes en la Historia Argentina: la epopeya del desierto**. Buenos Aires: Plus Ultra.
- THOMAS, Nicholas. 1994. **Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government**. Princeton: Princeton U. P.
- THOMAS, Julian. 2005. Materiality and the Social. In: FUNARI, Pedro Paulo A; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily (eds.). **Global Archaeology Theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts**. New York: Kluwer Academic, pp. 11-18.
- TRIGGER, Bruce G.
1980. Archaeology and the Image of the American Indian. **Antiquity**, (45): 4, 662-675.
1981. Anglo-American Archaeology. **World Archaeology**, (13): 2, 138-155.
1984. Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. **Man**, (19): 355-370.
1985. Writing the History of Archaeology: a Survey of Trends. In: STOCKING JR, George W. (ed.). **Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, pp. 218-235.
1990. **A History of Archaeological Thought**. Cambridge: Cambridge U. P.
1999. Daniel Wilson. In: MURRAY, Tim (ed.). **Encyclopedia of Archaeology: The Great Archaeologists**. Oxford: ABC-Clio, pp. 79-92.
- VARGAS, Milton. 1994. Engenharia Civil na República Velha. In: VARGAS, Milton (org.). **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp/CEETEPS, pp.189-209.
- VAZ, Zeferino. 1934. A Vida e os Trabalhos de Emílio Goeldi. **Boletim Biológico**, (2): 1, 3-16.

VENTURA, Roberto. 1991. **Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil (1870-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras.

VESSURI, Hebe. 1986. Los Papeles Culturales de la Ciencia en los países subdesarrollados. In: SALDAÑA, Juan José (ed.). *El Perfil de la Ciencia en América. Cuadernos de Quipu*, (1): 7-17.

VILLA, Marcos Antonio. 2000. **Vida e Morte no Sertão: História das Secas no Nordeste dos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática.

VIANA FILHO, L. 1959. **A Vida do Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

VIANNA, L. W. 1997. A Institucionalização das Ciências Sociais e a Reforma do Social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: **A Revolução Passiva**. Rio de Janeiro: Revan, pp. 173-222.

WEBER, Beatriz Teixeira. 1999. **As Artes de Curar: Medicina, Religião Magia e Positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)**. Bauru/Santa Maria: EDUSC/UFSM.

WEBER, Max. 1993. A Política como Vocação. In: **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix.

WEINSTEIN, Barbara. 1983. **The Amazon Rubber Boom (1850-1920)**. Standford: Standford U. P.

WHEELER, Mortimer. 1961. **Arqueología de Campo**. México: Fondo de Cultura Económica.

WIELL, S.1999. The Congress of Anthropology and Archaeology in Copenhagen, 1869. **Antiquity**, (73): 279, 136-142.

WILLIAMS, Patrick; CHILDS, Peter. 1997. **Introduction to Post-Colonial Theory**. New York: Prentice-Hall.

WILLEY, Gordon Randolph; SABLOFF, Jeremy A. 1980. **A History of American Archaeology**. San Francisco: W. H. 1980. Freeman and Company.

WINTERS, Christopher. 1991. **International Dictionary of Anthropologists**. New York: Garland Publishing.

WOBST, H. Martin. 2005. Power to the (indigenous) past and present! Or: The theory and method behind archaeological theory and method. In: SMITH, Claire; WOBST, H. Martin (eds.). **Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice**. London: Routledge, pp. 17-32.

WOLF, Eric. 1982. **Europe and the People without History**. Berkley: University of California Press.

WOLFE, Patrick. 2002. Race and Racialisation: some thoughts. **Postcolonial Studies**, (5): 1, 51-62.

WOOD, J. J.; POWELL, S. 1993. An Ethos for Archaeological Practice. **Human Organization**, (52): 405-423.

WOOSTER, Robert. 1988. **The Military and United States Indian Policy (1865-1903)**. New Haven and London: Yale U. P.

YOUNG, Robert.

2001. **Postcolonialism: An Historical Introduction**. Oxford: Blackwell Publishing.

2003. **Postcolonialism: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press.

ZILSEL, Edgar. 1941-1942. The Sociological Roots of Science. **American Journal of Sociology**, (47): 544-562.